



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE TECNOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

SIDNEY PERY DA SILVA COSTA FILHO

**A “NOVA” CIDADE VELHA: ARQUITETURAS E PERCEPÇÕES NO
ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM, PARÁ**

Belém – PA
2022

SIDNEY PERY DA SILVA COSTA FILHO

**A “NOVA” CIDADE VELHA: ARQUITETURAS E PERCEPÇÕES NO
ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM, PARÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia; linha de pesquisa: Arquitetura, Cultura e Espacialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Cybelle Salvador Miranda.

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C837n Costa Filho, Sidney Pery da Silva.
A "nova" Cidade Velha : arquiteturas e percepções no Entorno
do Centro Histórico de Belém, Pará / Sidney Pery da Silva Costa
Filho. — 2022.
190 f. : il. color.

Orientador(a): Prof^ª. Dra. Cybelle Salvador Miranda
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará,
Instituto de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em
Arquitetura e Urbanismo, Belém, 2022.

1. Cidade Velha. 2. Arquitetura Civil. 3. Percepções. 4.
Belém - Pa. I. Título.

CDD 720.98115

SIDNEY PERY DA SILVA COSTA FILHO

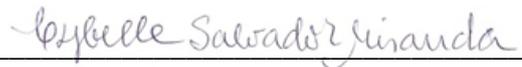
**A “NOVA” CIDADE VELHA: ARQUITETURAS E PERCEPÇÕES NO
ENTORNO DO CENTRO HISTÓRICO DE BELÉM, PARÁ**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal do Pará como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Análise e Concepção do Espaço Construído na Amazônia; linha de pesquisa: Arquitetura, Cultura e Espacialidades na Amazônia.

Orientadora: Prof^a. Dra. Cybelle Salvador Miranda

Data: 04/04/2022

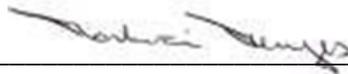
Banca examinadora:



Presidente: Cybelle Salvador Miranda
Doutora em Antropologia/UFPA
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo



Examinadora interna: Prof^a. Dr^a. Celma Chaves Pont Vidal
Doutora em Teoria e História da Arquitetura/Universidade Politécnica da Catalunha
Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo – UFPA



Examinadora externa: Dr^a. Marluci Menezes
Doutora em Antropologia/Universidade Nova de Lisboa
Laboratório Nacional de Engenharia Civil – LNEC Lisboa

Belém – PA
2022

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus e às forças do universo por permitirem que eu reunisse forças para continuar e acreditasse que eu era capaz concluir este desafio com sucesso.

Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pela concessão de uma bolsa de pós-graduação, apoio essencial para que a pesquisa aqui desenvolvida fosse concluída com êxito, tendo em vista a dificuldade para produzir ciência em um país em que, infelizmente, a educação não parece ser prioridade do governo.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Pará por me permitir desenvolver minha pesquisa e oferecer a estrutura e o apoio necessário. À minha orientadora, Prof^a. Dr^a. Cybelle Salvador Miranda, que desde o meu TCC “comprova” minha ideia e viu potencial na mesma, me incentivando também a ingressar no mestrado e a mostrar o meu melhor sempre, mesmo em contextos atípicos como uma pandemia afetando a produção.

Aos professores José Júlio Lima, Renata de Godoy, Celma Chaves, Klaudia Perdigão e Luiz de Jesus Dias, que ministraram as disciplinas do mestrado e que foram, cada um à sua maneira, essenciais para os resultados obtidos até aqui e a forma final desta dissertação. Agradeço também aos professores da graduação, essenciais para eu chegar até aqui. Estendo os agradecimentos também à Dr^a. Marluci Menezes, do Laboratório Nacional de Engenharia Civil em Lisboa, por fazer comentários enriquecedores em minha qualificação e ajudar a definir a configuração final da dissertação.

Ao Prof. Dr. Ronaldo Marques de Carvalho, que, assim, como a Prof^a. Cybelle Miranda, são o “coração” do Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO) e me proporcionaram participar de pesquisas bastante pertinentes aos estudos da memória e arquitetura produzida na Amazônia. Agradeço também aos meus colegas de laboratório, em especial à Wagner Ferreira, que foi essencial para que eu desenvolvesse e aprimorasse a etnografia; à Laura Costa, sempre compartilhando seus conhecimentos e experiência; e à Dinah Reiko Tutyia, uma grande incentivadora desta pesquisa desde o TCC e cuja dissertação também me inspirou a pesquisar sobre o meu tema.

Às minhas colegas de mestrado Beatriz Martins Maneschy e Thayse Queiroz: que bom que tive vocês ao meu lado durante essa jornada. Vocês foram essenciais!

A todos os técnicos e profissionais entrevistados para esta pesquisa, bem como a todos os moradores e frequentadores da “nova” Cidade Velha, em especial à Bernadeth Beltrão, José

Vasconcelos e Heloísa Matias. Sem os depoimentos de vocês, essa pesquisa jamais teria a mesma riqueza de detalhes. Obrigado!

A meus pais, Sidney e Silvana, pelas oportunidades e acesso à educação, bem como todo o amor e apoio não só em relação a esta jornada em específico, mas à vida, de modo geral. Agradeço também à minha irmã, Susan, pelo incentivo e companheirismo. Obrigado por sempre torcerem pelo meu sucesso.

Agradeço aos meus amigos de longa data, Raquel Costa, Júlia Rafaela, Alessandra Sampaio e Leonardo Coelho, que estão comigo desde os tempos de escola e permanecem aqui me apoiando e acreditando em mim. Agradeço também aos amigos que a Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da UFPA me deu, em especial à Alison Ramos, que me acompanhou em várias incursões pelo bairro da Cidade Velha para esta dissertação; mas também à Benielton Cássio; Edlon Correa; Dario Machado; Luiz Otávio Bastos; Kessily Medeiros; Danielle Hantani; Felipe Ferreira e Fernanda Cavalcante. Vocês foram (e são) essenciais.

Também agradeço a meu amigo Raul Carvalho, que sempre foi um excelente ouvinte e acompanhou o desenvolvimento dessa dissertação quase que desde o início e, mesmo que de forma indireta, participou dela.

À Werllen Miranda, pessoa mais que especial que felizmente surgiu em meu caminho no meio dessa trajetória e com quem tenho escolhido compartilhar a vida. Muito obrigado pelo amor, por acreditar em mim e por tudo até aqui.

Agradeço a Ana Carolina Peck, que acompanhou o processo de desenvolvimento de meu TCC e o momento de ingresso no mestrado e também a Lucas Dourado, que me acompanha desde o segundo ano de mestrado. O trabalho destes profissionais foi essencial para que eu prosseguisse centrado em minha própria jornada e chegasse até aqui.

Por fim, agradeço a todos e todas que já passaram por minha vida e que de alguma forma deixaram sua marca em minha trajetória, ainda que hoje não estejam mais presentes. O apoio de vocês, em algum momento, foi essencial. Agradeço, inclusive, a quem duvidou da minha capacidade em algum momento. Bem, eu consegui. E tudo o que foi dito e feito me levou a chegar nesse momento e a ser quem eu sou. Então, meu muito obrigado a todos!

Uma experiência marcante da arquitetura sensibiliza toda nossa receptividade física e mental. É difícil apreender a estrutura do sentimento, por causa de sua imensidão e diversidade. Na experiência, descobrimos uma combinação do biológico e do cultural, do coletivo e do individual, do consciente e inconsciente, do analítico e do emocional, do mental e do físico.

Juhani Pallasmaa

RESUMO

O bairro da Cidade Velha, o qual deu origem à cidade de Belém, é comumente relacionado ao “antigo” devido a sua história e ao fato de o mesmo abrigar edificações e sítios de interesse à preservação. No entanto, existe uma parte do bairro que compõe o entorno do Centro Histórico de Belém e que pode ser considerada como a “nova” Cidade Velha por possuir características que diferem da Cidade Velha “patrimonial”, como uma ocupação que remonta a um período posterior à fundação do núcleo inicial e o fato de nela predominarem, sobretudo, as arquiteturas de renovação, as quais em seu lugar é permitida uma nova construção pela lei. Assim, motivada pelo fato de o autor e pesquisador ser morador do bairro, a dissertação tem como objetivo principal analisar a “nova” Cidade Velha e compreender de que forma a materialidade referente à arquitetura existente e as diferentes percepções que os sujeitos possuem a respeito dessa área contribuem para que a mesma possua uma identidade própria dentro de um bairro em que o predicado “antigo” costuma defini-lo como um todo. A presente pesquisa também aborda os temas da busca por uma regionalidade e resgate das raízes amazônicas, bem como a relação dos indivíduos com o patrimônio, abrangendo também a existência de memórias particulares e valores atribuídos a lugares e construções do bairro. Por meio do método etnográfico, em especial a variante da etnografia de rua, foi possível estabelecer diálogo com moradores e frequentadores da área. Ademais, o diálogo com agentes do patrimônio também contribuiu para o resultado final da pesquisa, a qual pretende conceder destaque a uma área do bairro ainda pouco estudada e que continua sendo transformada, o que contribui para que a Cidade Velha seja um bairro único e dotado de complexidade.

Palavras-chave: Cidade Velha; Arquitetura Civil; Percepções; Belém-Pa.

ABSTRACT

The Cidade Velha neighborhood, which gave rise to the city of Belém, is commonly related to the “old” due to its history and the fact that it shelters buildings and sites of interest to preservation. However, there is a section of the neighborhood that compounds the surroundings of the Historic Center of Belém and that can be considered as the "new" Cidade Velha for having characteristics that differ from the “patrimonial” Cidade Velha, as an occupation that relates to a period after the foundation of the initial nucleus and the fact that, above all, the renovation architectures, which in its place a new construction is allowed by the law, predominate in there. Thus, motivated by the fact that the author and researcher is a resident of the neighborhood, the main objective of the dissertation is to analyze the "new" Cidade Velha and understand how the materiality that refers to the existing architecture and the different perceptions that the individuals have about this area contribute to construct the identity of an area located within a neighborhood in which the predicate “old” usually defines it as a whole. The present research also addresses the themes of the search for a regionality and rescue of Amazonian roots and the relationship of individuals with architectural heritage, which implies the existence of particular memories and values attributed to places and buildings in the neighborhood. Through the ethnographic method, especially the variant of street ethnography, it was possible to establish a dialogue with residents and visitors of the area. In addition, the dialogue with heritage agents also contributed to the final result of the research, which intends to highlight an understudied area of that continues to be transformed, contributing to make Cidade Velha a unique and complex neighborhood.

Keywords: Cidade Velha; Civil Architecture; Perceptions; Belém-Pa.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

| | |
|--|----|
| Figura 01: Localização do bairro da Cidade Velha no município de Belém | 21 |
| Figura 02: Croqui apresentando a ocupação de Belém em fins do Século XVII, com a indicação do núcleo original (Bairro da Cidade) e do que configura expansão (Bairro da Campina) bem como do alagado do Piri. | 21 |
| Figura 03: O canal da Av. Almirante Tamandaré. | 24 |
| Figura 04: À esquerda, mapa mostrando a divisão possível de ser feita do bairro em duas partes. À direita, ampliação mostrando somente a porção mais recente e abaixo, o nome das vias que estão compreendidas pelos limites da mesma. | 24 |
| Figura 05: A ZAU 7 e seus 3 setores. | 25 |
| Figura 06: Indicação do Centro Histórico de Belém (em amarelo) e seu entorno (área delimitada pelo tracejado preto e não colorida). | 28 |
| Figura 07: Indicação do gabarito permitido para o Centro Histórico e seu entorno. | 28 |
| Figura 08: edição do jornal “O Liberal” de 30 de agosto de 2015 a qual destaca o processo de “favelização” da orla de Belém, utilizando, para ilustrar, uma imagem da área do Beco do Carmo e redondezas. | 38 |
| Figura 09: O Mercado do Porto do Sal em intervenção artística promovida no local. | 39 |
| Figura 10: O Forte do Presépio, edificação integrante do Complexo Feliz Lusitânia. | 40 |
| Figura 11: O uso do solo na área. | 43 |
| Figura 12: Tentativas, por parte dos moradores, de implantar vegetação na Av. Almirante Tamandaré. | 44 |
| Figura 13: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio David Salomão Mufarrej. | 45 |
| Figura 14: a loja do Supermercado Líder. | 46 |
| Figura 15: A – da esquerda para a direita, respectivamente, os edifícios Montreal e Evaristo de Souza, ambos localizados na Rua de Óbidos; B - o Edifício Rivoli, localizado na Rua Veiga Cabral. | 47 |

| | |
|---|----|
| Figura 16: O Centro Integrado de Operações (CIOP), localizado na Rua Cesário Alvim. | 47 |
| Figura 17: Trecho do Portal da Amazônia. | 48 |
| Figura 18: A Praça Carneiro da Rocha ou Praça do Arsenal. | 49 |
| Figura 19: O Largo do Bagé e hoje Praça Carneiro da Rocha (ou do Arsenal), ano desconhecido. | 49 |
| Figura 20: Imagem via satélite da Praça Heróis da Marinha e Praça do Arsenal, respectivamente. | 50 |
| Figura 21: A - o busto de Almirante Tamandaré, datado de 1947 e situado na Praça do Arsenal; B - o busto de Almirante barroso na Praça Heróis de Marinha; C - localização do busto de Almirante Barroso na Praça Heróis da Marinha. | 51 |
| Figura 22: Mural em concreto situado no espaço chamado officiosamente de Praça Heróis da Marinha com as efígies dos quatro heróis da Batalha do Riachuelo, acompanhadas por um escrito de autoria de Augusto Meira. | 51 |
| Figura 23: À esquerda, inscrição no monumento em homenagem a Almirante Tamandaré. À direita, inscrição em placa localizada próximo ao portão do prédio do Comando do 4º Distrito Naval da Marinha. | 52 |
| Figura 24: Mesas do Boteco do Arsenal dispostas em uma das extremidades da praça. | 53 |
| Figura 25: Cerimônia de inauguração da revitalização da Praça, ocorrida em 12 de dezembro de 2019, durante a programação da Semana da Marinha. | 53 |
| Figura 26: Imagem via satélite da localização da Praça Heróis da Marinha (em amarelo), Praça do Arsenal (em azul) e o Parque Zoobotânico Mangal das Garças (em Vermelho), mostrando a curta distância entre os espaços de lazer. | 56 |
| Figura 27: Localização do Mangal das Garças (delimitado pela cor amarela) e Portal da Amazônia (delimitado pela cor vermelha). | 57 |
| Figura 28: A loja do Atacadão, localizada próximo à entrada do Portal da Amazônia. | 59 |
| Figura 29: A Praça Veiga Cabral. | 59 |
| Figura 30: O espaço localizado na Tv. Bom Jardim. | 60 |
| Figura 31: Panificadora que atende aos moradores da Rua Triunvirato e arredores. | 61 |

| | |
|--|-----|
| Figura 32: Concentração de bares e restaurantes na confluência da Rua Triunvirato com a Travessa Monte Alegre. | 61 |
| Figura 33: A casita californiana. | 67 |
| Figura 34: Palafita nas ilhas de Belém. | 67 |
| Figura 35: Casa Milton Monte, Mosqueiro. | 68 |
| Figura 36: Edificação que no Mangal das Garças abriga o Memorial Amazônico da Navegação (pav. inferior) e o Restaurante Manjar das Garças (pav. superior). A estrutura do prédio é em angelim e a cobertura em fibra de piaçava. | 69 |
| Figura 37: Vista da parte inicial da Orla. | 70 |
| Figura 38: <i>Post</i> sobre o antigo Colégio Padre Guido del Toro e hoje Atrium Quinta de Pedras Hotel. | 79 |
| Figura 39: Comentários relativos ao <i>post</i> sobre o Colégio Padre Guido del Toro. | 79 |
| Figura 40: <i>Post</i> sobre a Praça do Arsenal. | 80 |
| Figura 41: Comentários relativos ao <i>post</i> sobre a Praça do Arsenal. | 81 |
| Figura 42: Espacialização dos pontos de maior ocorrência de alagamentos apontados pelos indivíduos. | 84 |
| Figura 43: A sede do antigo Café Glória, localizado na rua de Óbidos. | 87 |
| Figura 44: Publicidade do Café Glória feita em carro som, onde é possível ler “Beba Café Glória”. | 87 |
| Figura 45: Espacialização dos pontos de maior insegurança apontados pelos indivíduos. | 90 |
| Figura 46: Anúncio com imagem aérea do complexo industrial da CATA veiculada na revista anual com programação da festa de Nossa Senhora da Conceição em Santarém (PA) no ano de 1974. | 92 |
| Figura 47: Implantação do Mangal. | 97 |
| Figura 48: Vista da entrada do parque. | 98 |
| Figura 49: À esquerda, um totem com as medidas de prevenção à Covid-19. À direita, um dos lavatórios espalhados pelo parque. | 98 |
| Figura 50: Vista do quiosque de produtos artesanais paraenses. Sua forma e materiais evidenciam a busca por uma regionalidade na concepção do parque. | 101 |

| | |
|--|-----|
| Figura 51: Trecho final da Rua Carneiro Rocha, onde é possível ver a mudança de pavimentação de asfalto para blocos de concreto. | 105 |
| Figura 52: A - Tenda alocada para proteger os clientes; B - Vista do Mirante do Rio. | 109 |
| Figura 53: O armazém do tempo, agora reformado e transformado em um café. | 109 |
| Figura 54: Uma das quadras utilizadas pelo público. | 110 |
| Figura 55: Os caramanchões situados no trecho inicial da Orla. | 111 |
| Figura 56: À esquerda, visitantes sentados contemplando o rio. À direita, um dos pontos de concentração de pessoas, justamente onde há árvores e sombra. | 111 |
| Figura 57: A prática da pesca em dois pontos situados na parte inicial do Portal. | 113 |
| Figura 58: Espacialização gráfica dos principais lugares de memória apontados pelos indivíduos. | 115 |
| Figura 59: O Atrium Quinta de Pedras Hotel, edificação classificada pela Fumbel como eclética, na qual, no entanto, predominam traços coloniais. | 124 |
| Figura 60: O anexo mais recente construído após a reforma do hotel e integrado à parte pré-existente. É possível observar o contraste. | 124 |
| Figura 61: Interior do Atrium Quinta de Pedras Hotel, onde é possível observar o contraste entre os materiais originais (pedra) e os da intervenção mais recente (madeira dos bancos e aço das colunas). | 124 |
| Figura 62: Imagem da área do hotel onde os hóspedes realizam o café da manhã. É possível observar melhor a parede original com as pedras deixadas à mostra por escolha estética. | 124 |
| Figura 63: O prédio do Comando do 4º Distrito Naval, edificação eclética que data do século XVIII situada na porção recente do bairro e presente no Inventário da Fumbel. | 130 |
| Figura 64: A - prédios pertencentes a Justiça Militar do Estado, localizados na Av. 16 de Novembro, B - o prédio que serviu como sede da Casa da Mulher, na Trav. Bom Jardim. | 131 |
| Figura 65: As fachadas do conjunto. | 131 |
| Figura 66: O Palacete Camelier, atualmente em ruínas. | 132 |

| | |
|---|-----|
| Figura 67: As mercearias: a primeira, situada na Rua do Arsenal com a de Óbidos e a segunda na Rua Cesário Alvim. | 132 |
| Figura 68: postagem sobre a Merceria Recreio da Armada no grupo Nostalgia Belém no Facebook. | 133 |
| Figura 69: comentários dos membros do grupo no <i>post</i> sobre a merceria. | 134 |
| Figura 70: A e B - as edificações localizadas na Av. 16 de Novembro; C – residência localizada na Rua Veiga Cabral; D - residência localizada na Trav. Carlos de Carvalho. | 135 |
| Figura 71: Residência com características neocoloniais situada na rua Veiga Cabral esquina com a Trav. Carlos de Carvalho. | 136 |
| Figura 72: Residência com traços neocoloniais situada na rua de Óbidos. | 136 |
| Figura 73: Vista do interior do complexo, onde é possível observar melhor a construção principal. | 137 |
| Figura 74: Vista do Vista do jardim do Café. | 137 |
| Figura 75: Portal de entrada da Vila São Martinho. | 138 |
| Figura 76: Exemplos de residências protomodernas demolidas situadas na Trav. Bom Jardim. | 140 |
| Figura 77: Exemplos de residências com traços protomodernos, mas que, no entanto, foram classificadas como ecléticas pela FUMBEL. A – Localizada na travessa Bom Jardim; B – Localizada na rua Cesário Alvim. | 140 |
| Figura 78: residências com traços protomodernos situadas na Av. 16 de Novembro e que não constam no Inventário de Bens Imóveis de Interesse à Preservação do Município. | 140 |
| Figura 79: residências com traços tipicamente modernos situadas na Av. 16 de Novembro. | 141 |
| Figura 80: residências com traços modernizantes localizadas no recorte estudado, mas que não possuem uma linguagem bem definida. A – Rua Cesário Alvim; B – Rua Veiga Cabral; C – Rua Triunvirato; D – Rua Ângelo Custódio. | 141 |
| Figura 81: A Vila Monte Alegre, localizada na travessa de mesmo nome. | 142 |
| Figura 82: A - Edificação com traços protomodernos situada na Trav. Monte Alegre sendo demolida; B - nova construção erguida no lugar. | 142 |

| | |
|---|-----|
| Figura 83: Residência com estética raio que o parta na Alameda Maria Luiza. | 143 |
| Figura 84: Residência com estética raio que o parta situada na Alameda Maria Luiza. | 143 |
| Figura 85: Residência com estética raio que o parta situada na rua Triunvirato. | 143 |
| Figura 86: Distribuição pelo bairro das residências identificadas e suas classificações de acordo com as linguagens arquitetônicas. | 144 |
| Figura 87: Proposta de poligonal de tombamento do Centro Histórico e seu entorno, adotada pelo IPHAN. | 145 |
| Figura 88: Pontos de interesse localizados na porção mais recente do bairro. | 149 |
| Figura 89: Desenho das residências art déco da Av. 16 de Novembro. | 151 |
| Figura 90: Panificadora 16 de Novembro. | 152 |
| Figura 91: A - Paróquia de Nossa Sr ^a . da Conceição, localizada na rua Cesário Alvim; B - Desenho da Paróquia de Nossa Sr ^a . da Conceição. | 153 |
| Figura 92: Paróquia de Nossa Sr ^a . da Conceição antes da reforma. | 154 |
| Figura 93: A Villa Loriga e o detalhe da inscrição “1916” na edificação chanfrada da esquina. É possível observar as alterações realizadas na casa da costureira, como a abertura de vãos e a adição de um toldo. | 156 |
| Figura 94: Imagem da Villa Loriga pertencente ao inventário da FUMBEL. | 156 |
| Figura 95: post sobre a Vila Loriga no grupo Nostalgia Belém e comentários dos membros. | 159 |
| Figura 96: Post em que o chef Thiago Castanho anuncia a aquisição do imóvel integrante da Vila Loriga. | 159 |
| Figura 97: Interior da edificação chanfrada da esquina, a qual irá abrigar o restaurante do chef. | 160 |
| Figura 98: Desenho do prédio do Comando do 4º Distrito Naval. | 161 |
| Figura 99: O espaço onde está localizado a lanchonete <i>Hang's Burger</i> na Av. Almirante Tamandaré. | 162 |
| Figura 100: A célebre “casa torta” localizada na Av. Almirante Tamandaré. | 163 |

| | |
|---|-----|
| Figura 101: A residência onde Lúcia vive com sua família. | 163 |
| Figura 102: <i>Post</i> original do estudante Camilo de Paula. | 165 |
| Figura 103: <i>Renders</i> feitos pelo estudante para apresentar a proposta de skate park. | 165 |
| Figura 104: Reação dos usuários em relação à proposta. | 165 |
| Figura 105: o espaço da “Pracinha” mencionada por Lúcia e objeto da proposta do estudante Camilo. | 166 |
| Figura 106: A Confraria do Fraga. | 168 |
| Figura 107: O conjunto do qual o imóvel que atualmente abriga a confraria faz parte. | 169 |
| Figura 108: Registro do imóvel na década de 1990. | 169 |

LISTA DE QUADROS

| | |
|---|-----|
| Quadro 01: Arquivo mnemônico. Elaborado por Sidney Costa Filho, 2022. | 95 |
| Quadro 02: Arquivo mnemônico. Elaborado por Sidney Costa Filho, 2022. | 103 |

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

| | |
|----------|--|
| ABBA | Academia Brasileira de Belas Artes |
| ANPARQ | Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo |
| BERMASA | São Bernardo Madeiras S/A |
| CATA | Companhia Amazônia Têxtil de Aniagaem |
| CHB | Centro Histórico de Belém |
| CODEM | Companhia de Desenvolvimento e Administração da Área Metropolitana de Belém |
| DEN | Dique da Estrada Nova |
| DOCOMOMO | International Committee for Documentation and Conservation of Buildings, Sites and Neighbourhoods of the Modern Movement |
| DPHAN | Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| ENASA | Empresa de Navegação da Amazônia S/A |
| EUA | Estados Unidos da América |
| FNPM | Fundação Nacional Pró-Memória |
| IBGE | Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística |
| IBPC | Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural |
| ICOMI | Indústria e Comércio de Minérios |
| IPHAN | Instituto Brasileiro do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| LAMEMO | Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural |
| MPPA | Ministério Público do Estado do Pará |
| PEUt | Parque Estadual do Utinga |
| PPGAU | Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo |
| PROMABEN | Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova |
| PSDB | Partido da Social Democracia Brasileira |
| PSOL | Partido Socialismo e Liberdade |
| RMB | Região Metropolitana de Belém |
| SAL | Seminário de Arquitetura Latino-Americana |

| | |
|--------|--|
| SECULT | Secretaria de Cultura do Estado do Pará |
| SEFIN | Secretaria Municipal de Finanças |
| SESAN | Secretaria Municipal de Saneamento |
| SESP | Serviço Especial de Saúde Pública |
| SIMM | Sistema Integrado de Museus e Memoriais |
| SPHAN | Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional |
| TAC | Termo de Ajustamento de Conduta |
| TJPA | Tribunal de Justiça do Pará |
| TRE | Tribunal Regional Eleitoral |
| UBS | Unidade Básica de Saúde |
| UFPA | Universidade Federal do Pará |
| UNAMA | Universidade da Amazônia |
| UNESCO | United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization |
| ZEIP | Zonas Especiais de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural |

SUMÁRIO

| | |
|---|-----|
| INTRODUÇÃO | 20 |
| 1 DO GERAL AO PARTICULAR: CARACTERIZANDO DUAS FACES DE UM MESMO BAIRRO | 37 |
| 1.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO BAIRRO | 37 |
| 1.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS DA “NOVA” CIDADE VELHA | 42 |
| 2 REGIONALIDADE, ETNOGRAFIA E PERCEPÇÕES | 63 |
| 2.1 A BUSCA POR UMA ARQUITETURA REGIONAL | 63 |
| 2.2 NOÇÕES DE ETNOGRAFIA E PERCEPÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO | 70 |
| 2.3 PERCEPÇÕES DOS INDIVÍDUOS | 75 |
| 3 PATRIMÔNIO E MEMÓRIA | 116 |
| 3.1 A QUESTÃO PATRIMONIAL | 116 |
| 3.2 A ARQUITETURA EXISTENTE NA ÁREA | 128 |
| 3.3 O PONTO DE VISTA DOS TÉCNICOS | 145 |
| 3.4 A RELAÇÃO DOS MORADORES COM O PATRIMÔNIO | 149 |
| REFLEXÕES E POSSIBILIDADES | 171 |
| REFERÊNCIAS | 179 |

INTRODUÇÃO

ENQUADRAMENTO DA CIDADE VELHA

A cidade de Belém do Pará foi fundada no século XVII, quando uma expedição constituída por três embarcações e 150 homens comandada pelo capitão-mor português Francisco Caldeira Castelo Branco partiu de São Luís do Maranhão no natal de 1615 e desembarcou em terras paraenses no dia 12 de janeiro de 1616. A expedição foi realizada com o intuito de evitar que os franceses, responsáveis pela fundação de São Luís, ocupassem também o Pará e o Amazonas (CRUZ, 1973).

Já em solo paraense, os portugueses fundaram então o pequeno núcleo inicialmente batizado de Feliz Lusitânia e que à época compreendia apenas o Forte do Presépio (denominação atribuída devido à data de início da expedição) e a capela de Nossa Senhora da Graça. O forte consistia, inicialmente, em uma estrutura rudimentar de madeira com cobertura em palha (MIRANDA, 2006).

A fundação do bairro da Cidade Velha, coincide, portanto, com a da cidade de Belém, tendo em vista que, como o primeiro bairro do que viria posteriormente a se tornar a Belém que hoje conhecemos (fig. 01), aquele núcleo inicial pode ser considerado como o início de tudo. Assim, tomando como ponto de partida o Forte do Presépio, os colonizadores abriram os caminhos que futuramente originaram as primeiras ruas da cidade. Estas estavam localizadas entre a Praça d'Armas e a atual Igreja do Carmo. A primeira delas foi batizada Rua do Norte (hoje Siqueira Mendes), situada paralelamente à Baía do Guajará. Paralelas à primeira rua, posteriormente foram abertas mais três: a Rua do Espírito Santo (atual Dr. Assis), a Rua dos Cavaleiros (atual Dr. Malcher) e a de São João, que dá nome à um largo e uma igreja, mas que atualmente é conhecida pelo nome Tomásia Perdigão (SARGES, 2010, p.65).

No fim do século XVII, já era possível dividir a cidade de Belém em dois núcleos (fig. 02): os bairros da “Cidade” (atual Cidade Velha), junto ao Forte do Presépio, e o da “Campina”, em torno da Rua dos Mercadores (atual Conselheiro João Alfredo). A expansão urbana ocorreu a partir de concessões a colonos portugueses e ordens religiosas (SARGES, 2010). A “Cidade” surgiu a partir da Freguesia da Sé e a “Campina”, a partir da Freguesia de Senhora Santa Anna da Campina, com a segunda se tornando mais populosa em relação à primeira (BAENA, 1834). A Rua de São Mateus, posteriormente nomeada Padre Eutíquio, funcionava como uma divisa dos bairros da Cidade e da Campina (CRUZ, 1992, p. 15).

fez com que o padre jesuíta João Daniel distinguisse a extensão de Belém em Oeste do Piry (Cidade) e Leste do Piry (Campina) (PENTEADO, 1968, p. 113). França (2018, p. 128) afirma que o alagadiço “é citado como um lócus de pesca, banhos diários, em uma realidade em que inexistia um sistema de abastecimento de água potável”. Além disso, o Piry estava envolto em questões sanitárias e de abastecimento de água, conforme atesta Cruz:

O Piry quando descia do Arsenal de Marinha bifurcava-se no Ver-o-Peso. Um dos veios d'água passava à esquerda do Palácio da Residência, estendendo-se pelo flanco direito das ruínas do Teatro, onde está hoje edificado o Palácio da Prefeitura, prolongando-se através do caminho que atravessava a área onde fica atualmente o Quartel dos Bombeiros, até juntar-se com a grande vala do Arsenal (CRUZ, 1973, vol. I, p. 257).

O bairro da Cidade estava situado em um terreno praticamente plano, com uma cota de aproximadamente 7 metros, enquanto a Campina estava situada em um terreno mais baixo (ARAÚJO, 1998). A floresta tropical cobria as extensões de terra existentes além do núcleo, sendo os lugares suburbanos mais afastados, onde existiam as “rocinhas”¹, acessados por caminhos que adentravam a mata virgem. Tais caminhos se transformaram em estradas e, posteriormente, no que hoje conhecemos como algumas das avenidas de Belém (PENTEADO, 1968, p. 115).

Por conta do obstáculo ao progresso que o Piry representava, foi planejado o seu secamento, iniciado em 1779. Nesta primeira fase, foram construídos na área em questão o Palácio dos Governadores (Palácio Lauro Sodré) e o Largo do Palácio (Praça Felipe Patroni) (SANTOS, 2016). Na segunda fase do secamento, ocorrida a partir de 1803, a área abrangida englobou o Arsenal de Marinha, a Igreja da Trindade e o Ver-o-Peso. É importante lembrar que o Arsenal de Marinha, localizado no então Convento de São Boaventura a partir de 1761, prédio que hoje sedia o Comando do 4º Distrito Naval da Marinha do Brasil, atesta que a ocupação de uma área do bairro da Cidade Velha além daquele núcleo inicial de fundação já havia sido iniciada desde o século XVIII.

O aterramento do Piri foi fundamental para que a porção que aqui será chamada de “nova” Cidade Velha existisse. Por meio dessa ação, executada pelo governo da época, foi possível também que surgissem as estradas das Mongubeiras (Avenida Almirante Tamandaré) e de São José (16 de Novembro); o Horto Público (instalado no terreno outrora pertencente ao

¹ Rocinha era uma casa de campo ampla e avarandada, edificada no centro do terreno onde predominavam árvores frutíferas (SARGES, 2010, p. 209).

Convento de S. José) e o Jardim Botânico. Da mesma forma, outras ruas e travessas foram surgindo à medida que a câmara municipal ordenava o secamento do Piri (CRUZ, 1973, p. 257).

Outro fato que contribuiu para que a “nova” Cidade Velha apresentasse a atual configuração foi a construção do Dique de Belém ou Dique da Estrada Nova (DEN) em 1944, obra possível devido aos Acordos de Washington², em que os EUA, por conta do interesse geoestratégico que possuíam no Atlântico Sul, estimularam não somente a construção do dique como também da Base Aérea de Val-de-Cães (SANTOS, 2016). O dique foi inaugurado pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP) e consistia em aproximadamente 6,5 km situados paralelos à orla do Rio Guamá.

Construída a cerca de 4 metros de altura, de forma complementar ao dique, foi implantada a Estrada Nova (atual Avenida Bernardo Sayão) no topo deste. A avenida possui uma extensão que liga o primeiro portão da Universidade Federal do Pará (UFPA), no bairro do Guamá, ao Arsenal de Marinha, localizado no bairro da Cidade Velha (ARAÚJO JR., 2013). A obra permitiu realizar a drenagem de áreas da orla suscetíveis a alagamentos (baixadas) e impedir a proliferação de insetos e doenças como a malária, por exemplo. Além disso, permitiu o crescimento urbano dos bairros do Jurunas, Condor, Guamá e, conseqüentemente, de parte da Cidade Velha, diretamente influenciados pela construção do dique (SANTOS, 2016).

Ademais, houve, a partir da década de 1950, a realização, pela Prefeitura de Belém, de uma grande obra de saneamento dispondo alagados dos bairros da Cidade Velha, Campina e Jurunas sob a influência do Canal da Tamandaré (fig. 03), o primeiro a ser assentado, sendo mantido aberto até os dias de hoje (BELÉM, 2016). O canal atua também como um limite natural, físico e geográfico capaz de dividir o bairro em duas partes (fig. 04).

² Os Acordos de Washington ocorreram pelo fato de os EUA precisarem do apoio do Brasil e outros países americanos após seu ingresso na 2ª Guerra Mundial, em 1941. Uma das medidas, dentre outras, foi o estabelecimento de políticas protecionistas quanto ao preço da borracha produzida na Amazônia, matéria-prima necessária à indústria pneumática bélica (SANTOS, 2016).



Figura 03: O canal da Av. Almirante Tamandaré. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

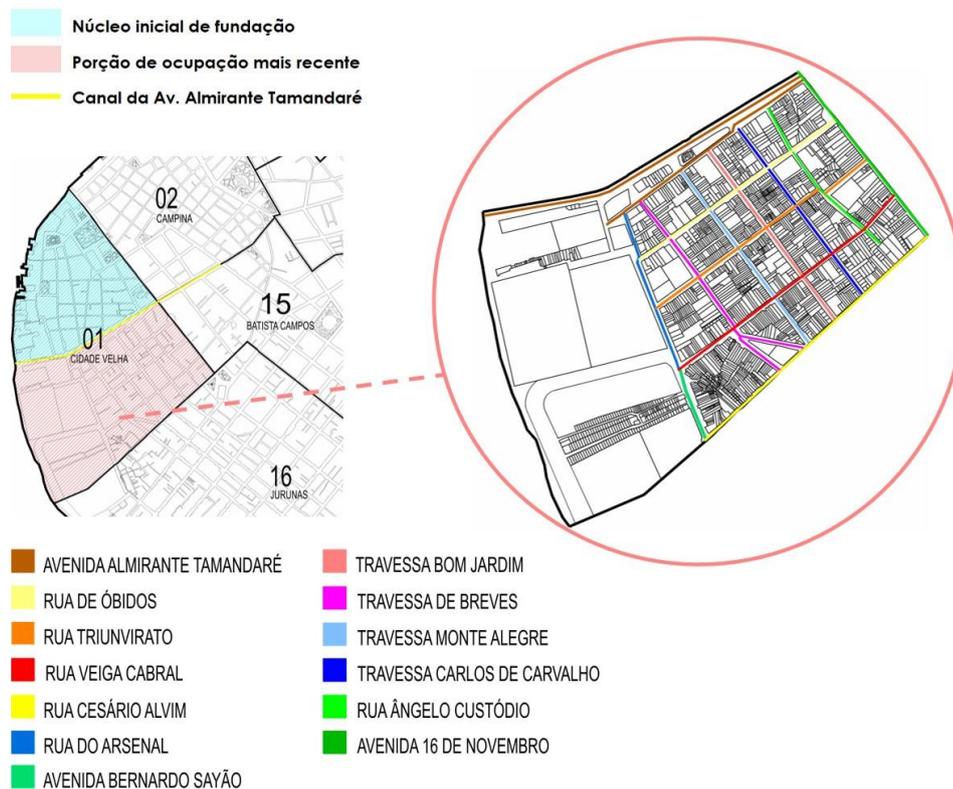


Figura 04: À esquerda, mapa mostrando a divisão possível de ser feita do bairro em duas partes. À direita, ampliação mostrando somente a porção mais recente e abaixo, o nome das vias que estão compreendidas pelos limites da mesma. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

Ainda por volta da década de 50 e também durante a de 60, é possível observar uma estagnação econômica e evasão de parte dos habitantes da Cidade Velha “histórica” para outros bairros, fato que pode ser justificado pela crescente verticalização que ocorria em Belém no referido período e pelo crescimento da cidade em outras direções, o que contribuiu para exacerbar o processo de descaracterização arquitetônica do bairro da Cidade Velha e seu

esvaziamento (TUTYIA, 2010). Assim, todos os fatos descritos certamente conduziram à configuração da paisagem existente no bairro para além do Canal da Tamandaré.

Atualmente, a Cidade Velha é um bairro de classe média que se estende por cerca de 1,26 km² (BELÉM, 2011) e que, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2010 (dados não atualizados) contava com uma população de 12.128 habitantes, dos quais 6.593 (54,37%) são mulheres e 5.535 (45,63%), homens. A faixa etária predominante entre os residentes do bairro é de 20 a 39 anos (4.227 indivíduos, o que corresponde a um percentual de 34,85%). Portanto, ao contrário do que se pensa, apesar de o bairro, ou ao menos parte dele, possuir um caráter antigo, não é possível generalizar e dizer o mesmo de sua população (COSTA FILHO, 2019, p. 59).

A primeira delimitação do bairro da Cidade Velha remete à Lei nº 6.307 de 1967, que, no entanto, foi revogada pela lei nº 7.245/84, que à época delimitava as áreas que compunham os 20 bairros da cidade de Belém. A atual configuração do bairro é baseada na Lei nº 7.806/96, que considera a Cidade Velha como um dos bairros que integram o Distrito Administrativo de Belém, o qual corresponde a um dos oito distritos administrativos do município³ definidos a partir do Plano Diretor do Município de Belém (COSTA FILHO, 2019, p. 27).

A atual legislação em vigor inclui, por meio do Plano Diretor, o bairro da Cidade Velha na Zona de Ambiente Urbano 7 (ZAU 7) (fig. 05), dividida em 3 setores, cada qual com suas características, objetivos e diretrizes próprios.

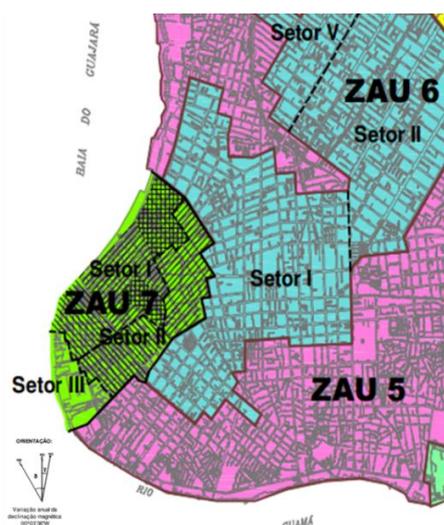


Figura 05: A ZAU 7 e seus 3 setores. Fonte: Prefeitura Municipal de Belém, 2008, com modificações feitas pelo autor.

³ Atualmente o Município é composto por 71 bairros.

O Setor I engloba a porção “histórica” do bairro, que desempenha tradicionalmente função de centro comercial, administrativo, de serviços e portuário. É reconhecida por possuir infraestrutura consolidada; mobilidade reduzida; degradação paisagística e ambiental; edificações históricas descaracterizadas, e grande número de imóveis desocupados e subutilizados (BELÉM, 2008).

O Setor II e parte do III englobam áreas do bairro que correspondem ao enfoque do trabalho. O setor II é caracterizado pelo Plano Diretor como uma zona de transição entre o Centro Histórico e o restante da cidade. É caracterizado pelo uso misto; predomínio de ruas estreitas; diversidade arquitetônica com tendência à renovação⁴ pelo processo de verticalização da ocupação do solo e degradação dos imóveis históricos. Alguns de seus objetivos são requalificar, preservar e conservar os imóveis históricos; manter a ambiência⁵ e legibilidade no entorno imediato de imóveis, conjuntos ou quadras de interesse à preservação e melhorar as condições de mobilidade e acessibilidade na área (BELÉM, 2008).

Como diretrizes para a área, estão previstas a recuperação, preservação e conservação dos imóveis históricos; o incentivo à manutenção de padrões morfológicos que assegurem a escala e proporção de conjuntos urbanos e edificações de interesse à preservação; o controle do processo de adensamento construtivo e da implantação de empreendimentos potencialmente geradores de tráfego; além da garantia do direito de veiculação de informação sem promoção da poluição visual e sonora (BELÉM, 2008). Já o Setor III da ZAU 7 consiste em uma zona de orla fluvial, caracterizada por ocupação desordenada, habitações e infraestrutura precárias, com atividades portuárias privadas tradicionais, degradação ambiental, risco social e presença de edificações históricas (BELÉM, 2008).

A porção inicial do bairro (incluída no Setor I da ZAU 7), a qual abriga numerosos sítios e edificações de interesse à preservação, hoje é conhecida como núcleo inicial de fundação e seus limites estão inscritos na poligonal que demarca o Centro Histórico de Belém⁶ (CHB),

⁴ Intervenção destinada à construção de nova edificação e/ou substituição de uma edificação que não possui interesse à preservação.

⁵ “Ambiência” tem sua origem no termo francês *ambiance*. Duarte (2021 apud SILVA, 2021, p. 10) define ambiência como “conjunto constituído pelo suporte espacial (o espaço urbano, a arquitetura), pelos estímulos sensoriais que dele emanam, por sua dinâmica e de sua atmosfera moral. As ambiências constituem-se em tema complexo na medida em que abrigam questões materiais, imateriais e suas implicações nas subjetividades em função dos filtros culturais e psíquicos adquiridos por nossa história de vida e nossa cultura”.

⁶ O Centro Histórico de Belém, tombado pela Lei Orgânica, compreende, conforme a Lei de Desenvolvimento Urbano (7.401, de 29 de janeiro de 1988), área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Avenida Marechal Hermes com a Avenida Assis de Vasconcelos; segue por esta até sua interseção com a Rua Gama Abreu; segue por esta até sua interseção com a Avenida Almirante Tamandaré; segue por esta até o ponto de coordenadas 777.545mE e 9.838.245mN, nas margens da Baía do Guajará; dobra à direita e segue, continuando às margens da Baía do Guajará até o ponto de coordenadas 778.940mE e 9.841.245mN, localizados na foz de um igarapé sem denominação; sobe por este até sua interseção com o prolongamento da Avenida Marechal Hermes; dobra à direita e segue por esta até o início da poligonal (BELÉM, 1994, p. 11).

definida pela lei 7.709/94⁷ (COSTA FILHO, 2019, p. 29). A ocupação da porção aqui chamada de “nova” Cidade Velha, como já mencionado, ocorreu a partir de obras governamentais ocorridas entre fins do século XVIII, início do século XIX (CRUZ, 1973; SANTOS, 2016) e meados do século XX, tornando possível classificar atualmente essa área como parte do Entorno do Centro Histórico de Belém⁸ (BELÉM, 1994) (fig. 06).

De acordo com o Plano Diretor do Município de Belém, a área que compreende o Centro Histórico corresponde a uma Zona Especial de Interesse do Patrimônio Histórico e Cultural (ZEIP), que consiste em áreas formadas por sítios e conjuntos arquitetônicos de valor e significância cultural, de relevante expressão artística, histórica, arqueológica e paisagística, que requerem preservação e reabilitação ou compatibilização com o sítio integrante do conjunto (BELÉM, 2008, p. 72). Ainda Segundo o Plano Diretor, a Lei do Patrimônio Histórico (Lei 7.709/94), deverá também regulamentar as áreas de entorno dos bens e conjuntos tombados isoladamente, levando-se em consideração a importância para a preservação da paisagem e memória arquitetônica e urbanística da cidade; a importância para a manutenção da identidade do bairro; o valor estético formal ou de uso social com a afetividade por ele criada e o tombamento (BELÉM, 2008, p. 74).

Embora na “nova” Cidade Velha existam edificações de interesse à preservação, estas podem ser encontradas em menor número. Além disso, a área possui uma paisagem ainda em constante transformação. O evidente contraste entre o antigo e o novo e entre o passado e o presente; a predominância da renovação e a implantação de grandes empreendimentos na área também são fatores que caracterizam esta porção do bairro.

Esta porção da Cidade Velha, que possui uma ocupação posterior em relação ao núcleo inicial, detém um perfil diferente quando comparada à parte “histórica” do bairro: ruas e

⁷ A lei 7.709/94, também conhecida como Lei do Patrimônio Histórico, dispõe sobre a preservação do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências.

⁸ A área de entorno do Centro Histórico de Belém compreende a área envolvida pela poligonal que tem início na interseção da Avenida Marechal Hermes com a Travessa Visconde de Souza Franco; segue por esta até a Rua Boaventura da Silva; dobra à direita e segue por esta até na interseção com a Travessa Quintino Bocaiúva; dobra à esquerda e segue por esta até a sua interseção com a Avenida Nazaré; dobra à direita e segue por esta até sua interseção com a Travessa Rui Barbosa; dobra à esquerda e segue por esta até a sua interseção com a Avenida Comandante Braz de Aguiar; dobra à direita e segue por esta até a sua interseção com a Travessa Benjamin Constant; dobra à esquerda e segue por esta até a sua interseção com a Avenida Conselheiro Furtado; dobra à direita e segue por esta até a sua interseção com a Praça Amazonas contorna a Praça, incluindo-a nos limites da poligonal até sua interseção com a Rua Arcipreste Manoel Teodoro; dobra à esquerda e segue por esta até sua interseção com a Rua Cesário Alvim; segue por esta até a Baía do Guajará, dobra à direita e segue, continuando às margens da Baía do Guajará até o ponto de coordenadas 777.545mE e 9.838.245mN, nas margens da Baía do Guajará; dobra à direita e segue por uma reta imaginária até a Avenida Almirante Tamandaré; segue por esta até sua interseção com a Rua Gama Abreu; segue por esta até sua interseção com a Avenida Assis de Vasconcelos; segue por esta até sua interseção com a Avenida Marechal Hermes; dobra à direita e segue por esta até o início da poligonal (BELÉM, 1994, p. 11-12).

calçadas mais largas, limite de gabarito permitido até 22 metros de altura (contra os 7 metros permitidos no núcleo inicial) (fig. 07) e, diferentemente da linguagem eclética do barroco-neoclássico e das edificações com linhas coloniais, predominantes na “Cidade Velha Patrimonial”, a predominância na “nova” Cidade Velha é a das edificações de renovação, aquelas as quais a legislação vigente permite uma nova construção em seu lugar (COSTA FILHO, 2019).

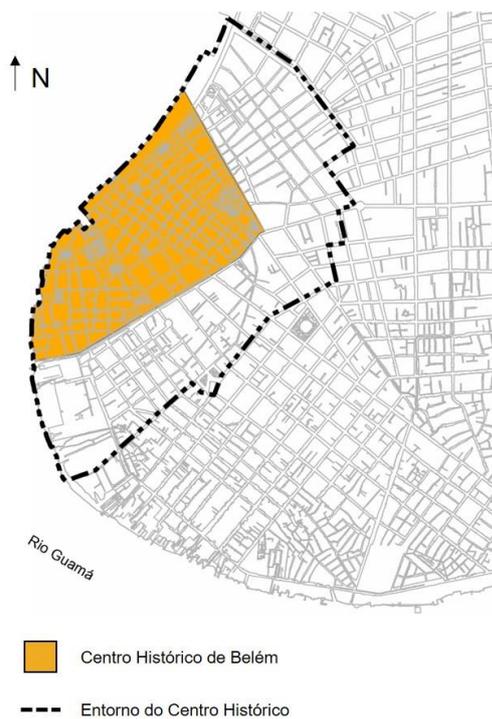


Figura 06: Indicação do Centro Histórico de Belém (em amarelo) e seu entorno (área delimitada pelo tracejado preto e não colorida). Fonte: Plano Diretor do Município de Belém, 2008, com modificações feitas pelo autor.

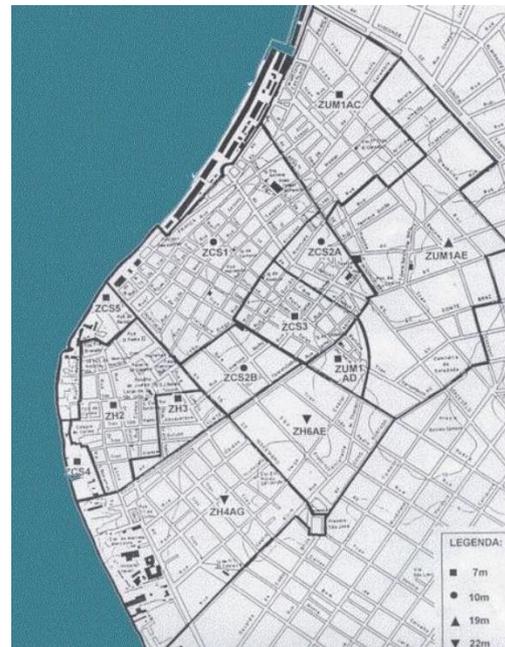


Figura 07: Indicação do gabarito permitido para o Centro Histórico e seu entorno. Fonte: BELÉM, 1994

O fato de o pesquisador e autor da presente pesquisa ser morador do bairro da Cidade Velha há dezessete anos, e, portanto, durante a maior parte de sua vida, foi o principal motivo que desencadeou o interesse por este *locus*. A escolha pelo bairro como local de moradia ocorreu devido à grande distância do local de trabalho de meu pai em relação ao local onde morávamos anteriormente (bairro do Coqueiro). Somado a isso, havia também um desejo, por parte de minha mãe, a qual viveu boa parte da vida no bairro do Jurunas, de morar em uma residência na Cidade Velha, bairro no qual ela também viveu muitos momentos durante a infância e a juventude. Sendo assim, minha família decidiu mudar para o centro da cidade, por

considerar a Cidade Velha, naquele momento, como um bairro melhor localizado e assistido em relação a serviços. Dessa forma, aconteceu, em fevereiro de 2004, a chegada ao bairro, onde residio até a presente data com minha mãe e irmã, em uma casa que foi construída a partir do zero em um terreno até então vago, localizado na Travessa Monte Alegre.

Durante todos estes anos, o perímetro em que moro passou por muitas mudanças. As maiores com certeza foram a chegada da pavimentação à Travessa Monte Alegre logo no ano em que mudamos e a proliferação de diversos pontos comerciais e estabelecimentos como bares e restaurantes nas proximidades. Apesar da pouca liberdade em comparação ao conjunto residencial onde eu e minha família morávamos no bairro do Coqueiro (lá, além dos vários amigos, havia a possibilidade de brincar na rua sem maiores preocupações), crescer na Cidade Velha, com as brincadeiras acontecendo dentro de casa, não foi uma experiência ruim. Fatores como a boa localização do bairro e o fato de morar em uma casa melhor e mais espaçosa fizeram a mudança valer a pena e também ajudaram a criar um vínculo com o local rapidamente.

A vivência no bairro, em particular na porção de ocupação mais recente do mesmo, e o interesse por esta originou a ideia para um Trabalho de Conclusão de Curso sobre o assunto. O TCC, orientado pela Prof^a. Dr^a. Cybelle Salvador Miranda, foi, por sua vez, o responsável por lançar as bases necessárias para o desenvolvimento de uma dissertação na pós-graduação, aprofundando questões levantadas naquele primeiro momento, quando o objetivo geral era apenas estudar a paisagem e dinâmicas atuantes nesta parte do bairro em específico.

A pesquisa acerca da “nova” Cidade Velha também forneceu material para alimentar dois projetos de pesquisa dos quais faço parte, ambos desenvolvidos pelo Laboratório de Memória e Patrimônio Cultural (LAMEMO), coordenado pela Prof^a. Dr^a. Cybelle Salvador Miranda. Os projetos são: “A Arquitetura Paraense dos anos 80 e 90 do século XX tomando como referência a realização do primeiro Curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos na UFPA” e o “Arquiteturas em busca de enquadramento: etnografando memórias e esquecimentos na Amazônia”; o qual engloba também exemplares arquitetônicos existentes em Macapá (AP).

O interesse a respeito deste recorte, se deve, ainda, ao fato de ter sido notada uma atenção mínima concedida a esta área, seja por produções acadêmicas ou pelos veículos midiáticos. Isso se deve, em grande parte, ao topônimo “Cidade Velha” estar quase sempre atrelado ao “antigo”, e, portanto, ao núcleo inicial de fundação, limitando todo um bairro que possui diferentes facetas a uma área em particular situada dentro do mesmo e que não é capaz de defini-lo de forma homogênea.

Enquanto no núcleo inicial de fundação predominam edificações que adotam a

linguagem eclética, inscritas num traçado colonial, na porção mais recente o que encontramos é a predominância de renovações ou arquiteturas que não possuem um estilo definido ao certo, podendo ser definidas como “em busca de enquadramento”. No entanto, a valorização do eclético e do colonial faz com que outras expressões arquitetônicas como o neocolonial, o protomoderno e a estética do raio que o parta, por exemplo, sejam, de certo modo, preteridas pelo Inventário de Bens de Interesse à Preservação da Cidade de Belém, elaborado pela Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL), o que acaba criando uma certa hierarquia de estilos arquitetônicos e traz à tona uma questão que o Trabalho de Conclusão que motivou a presente pesquisa já propunha em suas considerações finais: “por que algumas edificações e estilos possuem valor maior que outros?” (COSTA FILHO, 2019).

A implantação, na área mais recente, de grandes empreendimentos nas últimas duas décadas como o Parque Zoobotânico Mangal das Garças⁹, inaugurado em 2005; a primeira etapa do Portal da Amazônia/Orla de Belém, inaugurada em 2012 e, mais recentemente, a entrega ao público do Atrium Quinta de Pedras Hotel, em 2015, cujo complexo compreende a edificação (hoje restaurada) que pertenceu ao Colégio Padre Guido del Toro, são acontecimentos que modificaram a paisagem e a vida dos moradores e certamente não poderiam deixar de ser mencionados como responsáveis por contribuir para a renovação do bairro. Além de uma arquitetura contemporânea, os projetos evocam também o esforço na produção de uma arquitetura regional com a utilização de determinados materiais, como a madeira, por exemplo.

DEFINIÇÃO METODOLÓGICA

A dissertação possui duas perguntas de pesquisa que originalmente conduziram à atual configuração da mesma: 1) “De que forma as particularidades existentes na “nova” Cidade Velha contribuem para caracterizá-la e diferenciá-la do núcleo inicial de fundação do bairro?”; 2) “É possível definir, nesta porção do bairro, pontos de ancoragem da memória indispensáveis na constituição de sua identidade?”. A partir das perguntas, surgiram elementos como o objeto de estudo, o qual consiste na identidade da porção aqui chamada de “nova” Cidade Velha.

A primeira das perguntas de pesquisa, por sua vez, deu origem ao objetivo geral da dissertação, que consiste em analisar a “nova” Cidade Velha e compreender de que forma a materialidade referente à arquitetura existente e as diferentes percepções que os sujeitos

⁹ Também referenciado como Parque Naturalístico Mangal das Garças por algumas fontes.

possuem a respeito dessa área contribuem para que a mesma possua uma identidade própria dentro de um bairro em que o predicado “antigo” costuma defini-lo como um todo. Como objetivos específicos, a dissertação busca, primeiramente, compreender de que forma o bairro continua a ser reinventado na atualidade, ao mesmo tempo em que existe uma conexão com o passado histórico, a qual é explicitada a partir do contraste entre a arquitetura contemporânea e a preexistente na área.

Em seguida, elucidar as subjetividades dos moradores e frequentadores da área em relação à arquitetura e ao ambiente construído, identificando os possíveis impactos que a contemporaneidade e as dinâmicas atuantes na porção mais recente do bairro acarretam à vida dos sujeitos, destacando também a questão da regionalidade como forma de resgate das origens amazônicas. Por fim, a dissertação pretende discutir a questão patrimonial; a forma como a mesma tem sido conduzida por diferentes âmbitos e instâncias, além de contrapor as percepções de diferentes sujeitos quanto ao patrimônio existente na área, considerando valores históricos e estéticos e os valores afetivos e ligados à memória.

A dissertação possui abordagem qualitativa e, para o seu desenvolvimento, foi necessária a realização de pesquisa bibliográfica para embasamento teórico a respeito do tema. Além de referências da arquitetura e urbanismo, foram utilizadas aquelas pertencentes à outras áreas do conhecimento, como a antropologia. Para cada assunto a ser abordado na dissertação foram elencados determinados autores para embasar a discussão: acerca da contextualização histórica sobre o bairro, foram utilizados autores como Sarges (2010); Cruz (1973; 1992); Penteado (1968) e Costa Filho (2019). Sobre a construção da identidade do bairro e a caracterização da porção mais recente do mesmo, foram utilizados principalmente Miranda (2006; 2011); Ponte (2006; 2007); Costa Filho (2019) e Costa Filho, Queiroz e Carvalho (2021). Sobre a produção de uma arquitetura regional, foi utilizada a obra de Waisman (2013) e também a de Freitas, Paiva e Viana (2018); a de Miranda, Carvalho e Tutyia (2015) e Mergulhão (2009).

Para a discussão a respeito da teoria e prática da etnografia, adotada aqui como principal método para a compreensão do objeto, as principais referências utilizadas foram De Biase (2015); Rocha e Eckert (2001); Geertz (1997; 2009); Merleau-Ponty (2001); Norberg-Schulz (2006); Pallasmaa (2006) e Tuan (2012), sendo os quatro últimos referências importantes a respeito de percepção do ambiente construído, diretamente ligada à prática da etnografia. Sobre memória e patrimônio arquitetônico, foram utilizados Poulot (2009), Verguet (2015) e Riegl (2014). A respeito da historiografia da arquitetura, alguns dos autores utilizados foram Waisman (2013), Fonseca (2003), Bispo (2011), Kessel (1999), Carvalho e Miranda (2009).

O *paper* “Núcleo de Estudos em Tecnologias Indígenas: uma experiência de curadoria científica digital”, também utilizado aqui como referência, possui autoria de Roberto (2020) e consiste em um desdobramento da dissertação “Cultura Científica no Brasil Contemporâneo: Historiografia da Ciência e Curadoria Digital no Facebook”. O objetivo do estudo de Roberto é concatenar arquitetura, antropologia, artes e comunicação ao propor uma atuação distinta no trato da atividade científica. São apresentados no *paper* resultados quantitativos de uma experiência de curadoria digital desenvolvida na página do Facebook do Tecnoíndia¹⁰, bem como reflexões pertinentes à democratização da ciência por meios digitais, relacionando os conceitos de cultura científica e curadoria digital.

Ao utilizar o referido *paper* como referência, foi também desenvolvida na presente dissertação uma curadoria digital, uma espécie de etnografia nas redes sociais, a partir da qual, no entanto, foram apresentados resultados qualitativos. Foram analisadas postagens compartilhadas no grupo Nostalgia Belém¹¹ ou em perfis pessoais no Facebook referentes a lugares situados na “nova” Cidade Velha e, a partir destas, colhidos relatos de usuários (não identificados aqui), expressos em forma de comentários nas postagens originais. O objetivo desta coleta é reiterar a importância que determinados locais existentes nesta porção do bairro ocupam nas consciências individuais e coletivas, contribuindo para responder à segunda pergunta de pesquisa proposta, referente à definição de pontos de ancoragem da memória na área estudada. A realização da prática da etnografia de forma não-presencial foi importante, pois permitiu que o trabalho não fosse prejudicado apesar do cenário epidemiológico desfavorável da pandemia do novo Coronavírus em determinados momentos, quando adentrar a casa das pessoas ou estar frente a frente a elas tornou-se perigoso.

Foi utilizada também a pesquisa documental, com análise e interpretação de documentos como imagens, plantas, mapas, fichas pertencentes ao Inventário de Bens Imóveis de Interesse à Preservação do Município, elaborado pela FUMBEL, e demais registros pertinentes. Por conta da pandemia, o acesso a locais públicos de pesquisa como bibliotecas e afins foi dificultado. No entanto, consultas a hemerotecas e acervos digitais, prática influenciada pelo Módulo de Pesquisa Histórico-Interpretativa, ministrado durante o mestrado, permitiu driblar tal obstáculo. Algumas das fontes virtuais consultadas foram os acervos digitais da Biblioteca Nacional, o da Biblioteca Pública Arthur Viana e o da Biblioteca do Instituto Nacional de Geografia e Estatística (IBGE). Os grupos e páginas da rede social *Facebook* também foram importantes fontes de material neste sentido.

¹⁰ Núcleo de Estudos em Tecnologias Indígenas.

¹¹ O grupo, criado em 2017, possui atualmente mais de 82 mil membros.

A pesquisa de campo, com a realização de incursões necessárias para a observação *in loco* do recorte estudado e adoção de recursos como o levantamento fotográfico e de dados sobre a área também se fez necessária à pesquisa. A etnografia, já introduzida e adotada no desenvolvimento do Trabalho de Conclusão, pôde, com a continuação da pesquisa sobre o tema agora na pós-graduação, ser devidamente consolidada e aprimorada. O método etnográfico, em específico a variante da etnografia de rua, como proposta por Rocha e Eckert (2001), com a realização de entrevistas com moradores aliadas à aplicação de questionários a frequentadores da área, foi aqui adotado com o objetivo de registrar as percepções dos indivíduos a respeito da “nova” Cidade Velha: a experiência de morar ou frequentar a área, o que estes sujeitos tem a falar sobre a arquitetura presente no local, etc. De forma complementar, foi utilizado um diário de campo como forma de registrar as impressões subjetivas do pesquisador obtidas a partir das incursões realizadas.

As disciplinas de Método Etnográfico, o Módulo de Pesquisa Diários de Campo e a disciplina Percepção do Ambiente Construído, lecionadas durante o mestrado, contribuíram também para a melhor aplicação da etnografia. As incursões realizadas e os diálogos estabelecidos com os sujeitos suscitaram, além do aspecto relativo ao contraste entre passado x presente e novo x antigo, outras questões pertinentes ao trabalho, como a necessidade de compreender qual a relação que os indivíduos estabelecem com o patrimônio. Foram abordados moradores, trabalhadores e frequentadores da área estudada, bem como profissionais do patrimônio, cujas entrevistas foram realizadas na época do TCC e novamente utilizadas aqui devido à sua relevância.

As incursões a campo foram realizadas em cinco ciclos. As duas primeiras incursões, pertencentes ao primeiro ciclo, foram realizadas durante os dias 24 e 29 de julho de 2020. As incursões pertencentes ao segundo ciclo ocorreram durante os dias 09 e 10 de outubro de 2020, acompanhadas da mestranda Thayse Queiroz. O terceiro ciclo foi constituído por três incursões, realizadas entre os dias 27 de novembro, 04 e 11 de dezembro de 2020, acompanhadas pelos arquitetos e urbanistas Wagner Ferreira e Alison Ramos. O quarto ciclo de incursões, por sua vez, ocorreu durante os dias 10 e 23 de janeiro de 2021, sendo que a visita ao Portal da Amazônia, ocorrida no dia 10 de janeiro de 2021, contou com a participação de Alison Ramos. E o quinto ciclo de incursões ocorreu durante o mês de novembro de 2021, sem acompanhantes.

Para as incursões do terceiro ciclo de incursões, aliada à aplicação da etnografia, foi utilizado como estratégia o desenho como forma de captar a atenção das pessoas, com o objetivo de fazer o pesquisador “ser visto” pelos transeuntes, os quais, motivados pela curiosidade, poderiam tentar estabelecer contato. Tal estratégia foi utilizada por Kuschnir (2014) e é descrita

em seu texto “Ensinando antropólogos a pensar: uma experiência didática e de pesquisa”, o qual resultou de uma experiência de ensino chamada “Laboratório de Antropologia e Desenho”, a qual propõe o desenho como ferramenta central para a pesquisa etnográfica.

Em relação a visitantes da área, em especial do Parque Zoobotânico Mangal das Garças e da Orla do Portal da Amazônia, foram aplicados questionários; portanto, o contato estabelecido com estes indivíduos foi algo mais objetivo. A seleção destes participantes ocorreu de forma aleatória e sem estratificação e a participação dos sujeitos foi interrompida no momento em que foi identificada a saturação dos discursos, com a repetição de respostas ou ausência de novidades. Dentre as interações com os visitantes, assim como em relação às entrevistas realizadas com os moradores, foram selecionados para compor a dissertação os diálogos que mais se destacaram, de acordo com o empenho e interesse do sujeito abordado em responder as perguntas e, por vezes, manter a comunicação respondendo além do que era inicialmente proposto.

O modelo de entrevista adotado para o diálogo com os moradores foi o semiestruturado: houveram perguntas pré-definidas, mas, dependendo da disponibilidade e interesse do entrevistado, outros questionamentos poderiam surgir e serem feitos ao longo da conversa. Alguns dos questionamentos presentes nas entrevistas com os moradores foram também utilizados nos questionários aplicados a não moradores (perguntas como nome, idade, etc.). No entanto, os visitantes e frequentadores ocasionais foram também questionados sobre seu bairro de origem, frequência com que visitam os locais e percepção a respeito do espaço o qual estavam visitando (se bom ou ruim; qual a sensação que o espaço provoca; etc.) e da arquitetura existente no mesmo.

Quanto às perguntas dirigidas aos moradores, foi questionado há tempo eles residiam no local; quais transformações presenciaram na área; percepções sobre o local e a arquitetura existente no mesmo e se gostavam de residir na área ou não. As entrevistas com os moradores foram gravadas em áudio e, com exceção de uma delas, realizada por meio da plataforma Google Meet, todas as outras foram realizadas presencialmente.

Em suma, no total foram abordados trinta e dois indivíduos, sendo dezessete mulheres e quinze homens. Destes trinta e dois, quatorze (43,75%) são moradores do bairro e dezoito são frequentadores ou trabalhadores do mesmo (56,25%). Dentre os moradores, sete deles (50%) residem no bairro há mais de quarenta anos e três (21,42%) residem há pelo menos vinte anos. Outro dado importante obtido foi relativo à faixa etária dos entrevistados: a maioria tem idades entre 30 a 39 anos (28,12%), enquanto que os que possuem idades entre 70 a 79 anos

representam o menor percentual (6,25%), o que comprova os dados do IBGE (2010) de que, apesar do nome, a população do bairro é predominantemente jovem.

Outro dado importante constatado foi que entre os visitantes ocasionais e frequentadores da área à motivo de trabalho, os percentuais são iguais: seis deles (33,3%) afirmam frequentar a área sempre, outros seis (33,3%), ocasionalmente e os últimos seis (33,3%), raramente. Os que alegaram visitar sempre possuem como justificativa o fato de trabalharem na área ou morarem perto, enquanto que os que já não visitam com tanta frequência são aqueles que moram em bairros mais afastados, como Guamá, Castanheira e Marco, ou, ainda, não residem em Belém e vem à capital apenas uma vez ao ano.

A dissertação foi desenvolvida em três capítulos, sendo cada um deles correspondente a um artigo apresentado em evento ou submetido a algum periódico. O primeiro capítulo contém partes do artigo “Praça do Arsenal e Parque Naturalístico Mangal das Garças: uma análise sobre espaços de lazer no bairro da Cidade Velha em Belém, Pará”, com autoria de Costa Filho, Queiroz e Carvalho (2021) e apresentado no 14º Seminário Docomomo Belém – Pa. O segundo capítulo, por sua vez, foi desenvolvido utilizando como referência principal o artigo “Janelas para o rio na ‘nova’ Cidade Velha: uma análise sobre os usos do Parque Naturalístico Mangal das Garças e do Portal da Amazônia”, com autoria de Costa Filho, Miranda e Silva (2022) e aprovado para publicação na Revista Thesis, da Anparq. Já o terceiro capítulo foi desenvolvido a partir do artigo “Patrimonialização na ‘nova’ Cidade Velha: a atribuição de significado ao patrimônio por diferentes sujeitos”, com autoria de Costa Filho e Miranda (2021) e apresentado no evento 12º Mestres e Conselheiros, com o tema “Patrimônio como ação local”.

O primeiro capítulo da dissertação, “Do geral para o particular: caracterizando duas faces de um mesmo bairro” apresenta, primeiramente, elementos que ajudaram a construir a atual imagem que se tem do bairro da Cidade Velha como um todo, elucidando a complexidade em torno da história do mesmo. Posteriormente é feita uma caracterização da “nova” Cidade Velha: informações gerais, pontos de interesse existentes na mesma, características quanto à morfologia, ao uso do solo, etc. Uma forma de promover uma “familiarização” com a área a ser tratada.

O segundo capítulo, “Regionalidade, etnografia e percepções” aborda, primeiramente, questões relativas à busca por uma regionalidade na arquitetura paraense, o que, por sua vez, influenciou a concepção de projetos como o Mangal das Garças e a Orla do Portal da Amazônia, instalados na “nova” Cidade Velha. Em seguida, são abordados conceitos relativos à etnografia e noções de percepção de ambiente construído. Os conceitos de regionalidade, etnografia e

percepção são fundamentais para a compreensão dos depoimentos coletados a partir da interação com indivíduos, o que será abordado no último tópico do capítulo. Tais relatos abordam as memórias existentes em relação à essa área do bairro e seus espaços, os problemas que os moradores enfrentam na atualidade e os impactos trazidos pela contemporaneidade, com a instalação dos já mencionados projetos da Orla e do Mangal. Ademais, a etnografia e noções de percepção do ambiente construído ajudam também a compreender a relação dos moradores com o patrimônio, algo a ser apresentado no fim do capítulo 3.

O terceiro capítulo, “Patrimônio e memória”, por sua vez, aborda as questões relativas a esses dois elementos, indissociáveis do bairro. Primeiramente são apresentados conceitos relativos ao patrimônio, como este elemento está ligado à memória dos indivíduos ou grupos e a forma como a questão patrimonial tem sido conduzida no Brasil e no mundo. Posteriormente, é mostrada a arquitetura existente na área por meio de fotografias de exemplares catalogados em incursões, o que permitiu a classificação de acordo com a linguagem arquitetônica. O ponto de vista de técnicos do patrimônio acerca da área da “nova” Cidade Velha e os critérios para a preservação de determinados exemplares arquitetônicos é algo exposto no terceiro tópico do capítulo. Por fim, é apresentada a relação dos moradores com o patrimônio, demonstrando o que pensam os moradores, como é a convivência e que valores são atribuídos ao patrimônio existente na área.

Por último, são apresentadas as considerações finais sobre a pesquisa, com a apresentação de reflexões e possibilidades para o futuro da área, além de conclusões possíveis de serem feitas a partir dos resultados obtidos após dois anos de desenvolvimento do tema; respostas para questões levantadas e também o surgimento de novos e possíveis questionamentos.

Sendo assim, as percepções que os indivíduos tem sobre a “nova” Cidade Velha, sejam eles moradores, trabalhadores, frequentadores ou, ainda, técnicos do patrimônio, são, assim, como a análise da arquitetura pré-existente e das contemporaneidades, algo importante e que, em conjunto com as constantes transformações e dinâmicas atuantes nessa área, nos ajudam a compreender o bairro como sendo formado por partes, as quais possuem perfis diferentes, e que constituem um todo que possui suas particularidades e complexidades. A pesquisa, assim, visa fornecer as bases para uma melhor compreensão do bairro e da identidade da área aqui chamada de “nova” Cidade Velha, a fim de que a mesma receba maior atenção e continue a ser estudada, considerando seu grande potencial.

1 DO GERAL AO PARTICULAR: CARACTERIZANDO DUAS FACES DE UM MESMO BAIRRO¹²

1.1 A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO BAIRRO

Como já mencionado, o primeiro nome que o atual bairro da Cidade Velha recebeu, no início do século XVI, foi Feliz Lusitânia, em decorrência do núcleo inicial de fundação da cidade, que posteriormente se expandiu e, assim, por volta do século XVII, o bairro da “Cidade” já configurava uma realidade (SARGES, 2010). Por meio de obras de saneamento e pavimentação realizadas pela administração da época a partir do fim do século XVIII e início do século XIX, o bairro e a cidade de Belém, de modo geral, puderam ter seus limites expandidos (COSTA FILHO, 2019). Sendo assim, a área que compreende a “nova” Cidade Velha passou a ser ocupada aos poucos.

No entanto, devido ao fato de aquele núcleo inicial até então já deter um *status* consolidado, a expansão do bairro levou um tempo a mais para atingir o mesmo nível. Conforme Belém se expandiu, novos bairros surgiram, fazendo com que em o adjetivo “velha”, em algum momento não conhecido, passasse a ser incorporado ao nome do bairro, algo que provavelmente foi iniciado com os próprios habitantes de Belém e consolidado com o tempo, permanecendo esta denominação até os dias de hoje (BELÉM, s/d).

Os rios representaram por muito tempo os principais eixos de circulação na região amazônica, com Belém sendo a mais importante porta de entrada e saída, configurando historicamente o principal entreposto comercial da região (SANTOS, 2016). Em relação à cultura amazônica e Belenense, de modo geral, o elemento rio ocupa um papel de grande importância na vida de boa parte da população, estando ligado até mesmo de maneira afetiva à vida desta. Pelo rio é possível navegar e chegar a determinadas localidades; nele é possível pescar o alimento e também retirar o sustento de tantas famílias; bem como também é possível o lazer ao banhar em suas águas.

Assim, desde o seu início, a história do bairro da Cidade Velha e da cidade de Belém estiveram fortemente ligadas a este elemento, o que permitiu a ocupação das margens do rio Guamá e da Baía do Guajará, a serem utilizadas para fins portuários, com o fluxo de mercadorias e pessoas, mas também como moradia pelos ribeirinhos, estabelecidos em

¹² Contém partes do artigo “Praça do Arsenal e Parque Naturalístico Mangal das Garças: uma análise sobre espaços de lazer no bairro da Cidade Velha em Belém, Pará”, com autoria de Costa Filho, Queiroz e Carvalho (2021) e apresentado no 14º Seminário Docomomo Belém – Pa, em outubro de 2021.

palafitas. A relevância que o rio possui em relação à existência da Cidade Velha é, até hoje, algo a ser destacado. É por conta deste elemento, por exemplo, é que existe o chamado Beco do Carmo, localizado ao lado da igreja de mesmo nome, na porção antiga do bairro. O Beco é um local situado às margens do Rio Guamá e no qual muitos indivíduos vindos do interior estabeleceram sua moradia. É um lugar onde vivem e trabalham pessoas predominantemente de baixa renda. No entanto, por conta da pobreza e de atividades criminosas na área, acabou se tornando um local marginalizado e visto como “perigoso” (fig. 08)



Figura 08: edição do jornal “O Liberal” de 30 de agosto de 2015 a qual destaca o processo de “favelização” da orla de Belém, utilizando, para ilustrar, uma imagem da área do Beco do Carmo e redondezas. Fonte: <https://www2.mppa.mp.br/sistemas/intranet/framework/view/upload/ATUALIZADA%2030-08-2015.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

Por conta do rio é que também existem ainda hoje, na porção antiga do bairro, diversas lojas de artigos de pesca e navegação bem como outras destinadas a atender à população do interior que vem à cidade periodicamente pelos rios. Tais estabelecimentos estão situados na rua Dr. Assis, Siqueira Mendes e São Boaventura. Na região de orla também estão localizadas estâncias, que comercializam itens da construção civil como madeira, tijolos e telhas cerâmicas

(PONTE, 2006). Além disso, os portos situados no bairro também são testemunha da importância do elemento rio, assim como a existência do Mercado do Porto do Sal (figura 09), criado em 1933 para servir como central de abastecimento e escoamento da produção vinda das ilhas (IBGE, s/d) e também situado nessa “antiga” Cidade Velha. Nele há um grande trânsito de pessoas e mercadorias diariamente.



Figura 09: O Mercado do Porto do Sal em intervenção artística promovida no local. Fonte: <https://www.funarte.gov.br/artes-visuais/coletivo-aparelho-oferta-vagas-para-residencia-artistica-em-belem/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

Por fim, atestando a importância do referido elemento para a existência e construção da identidade do bairro, é possível observar um movimento de voltar os olhares para o rio, abrindo “janelas”¹³ para o mesmo; considerando que Belém, por muito tempo, supostamente “virou as costas” para o rio, limitando o acesso (e o olhar) a este; uma linha de pensamento iniciada já no fim do século XX e propagada pela mídia, mas que possui interesses do mercado imobiliário por trás. Segundo Ponte (2006, p. 36):

O tema da água permanece bastante em voga na cidade desde finais dos anos 80, na medida em que se discute e se concorda cada vez mais com um projeto relativamente vago de “devolução” do acesso à sua orla fluvial. “Desobstruir”, então, passou a ser uma concepção praticamente consensual, numa articulação entre “requalificação” e “revitalização” do território e “resgate” do contato com a natureza.

¹³ Segundo fontes consultadas, oriundas do poder público municipal e do meio artístico e publicitário local, o termo “janelas para o rio” [...] fora cunhado em finais dos anos 1970 ou início dos 1980, sendo empregado em discussões do setor de planejamento e do marketing cultural da cidade desde então. Transitou entre a imprensa em meados dos anos 1980 como uma espécie de jargão. Este termo, que denotaria a “característica” de espaços de convivência, amenidades, lazer e consumo às margens fluviais de Belém/PA, posteriormente pôde ser encontrado no diagnóstico do Plano Diretor Urbano de 1991. Atualmente, cristalizado e “naturalizado”, expressa uma ideia tida e auto assumida como “unânime” localmente (PONTE, 2007).

Assim, espaços como a Estação das Docas, o Ver-o-Rio, o Complexo Feliz Lusitânia, o Parque Zoobotânico Mangal das Garças e, mais recentemente, o Portal da Amazônia (os último três localizados na Cidade Velha) foram entregues à população, com a justificativa de, não apenas “devolver” o acesso à orla fluvial de Belém, mas de gerar emprego e renda bem como promover o fomento ao turismo. A inauguração da revitalização do Complexo Feliz Lusitânia, composto pelo Forte do Presépio (fig. 10), Casa das Onze Janelas, Praça Frei Caetano Brandão, Igreja da Sé e de Santo Alexandre e pelo casario adjacente a esta última igreja, em dezembro de 2002, pode ser considerado o marco inicial dos grandes projetos que vêm sendo implantados no bairro.

A revitalização do Feliz Lusitânia, inicialmente envolta em uma grande polêmica por conta do debate acerca da demolição de um antigo muro, foi um projeto iniciado em 1997 e executado pela Secretaria de Cultura do Estado do Pará (SECULT) (MIRANDA, 2011). Após sua inauguração, foi recebido com opiniões mistas pelos moradores e parte dos frequentadores em potencial (MIRANDA, 2006). No entanto, atualmente é possível dizer que já se consagrou no gosto da maioria da população, atraindo não só os belenenses à visita, como também turistas de outras localidades do estado, do país e do mundo.



Figura 10: O Forte do Presépio, edificação integrante do Complexo Feliz Lusitânia. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

Além do elemento rio, a herança de colonização europeia (e no caso, portuguesa) é um outro componente importante para a construção da identidade que o bairro hoje possui e ao qual ainda é concedida uma grande importância. Os tradicionais casarões, inscritos em uma

linguagem colonial, ajudaram a consolidar a fama de “antigo” que o bairro da Cidade Velha possui, contribuindo para reforçar essa ideia para a sociedade em geral. Os valores histórico e arquitetônico concedidos a construções como as pertencentes ao Complexo Feliz Lusitânia, aos Palácios Antônio Lemos (Sede do Museu de Arte de Belém) e Lauro Sodré (Sede do Museu do Estado do Pará) e a outras edificações ecléticas, tidas como os exemplares responsáveis por conceder ao bairro uma ambiência característica, fazem com que tais imóveis possuam caráter de interesse a preservação pelos órgãos responsáveis pela conservação do patrimônio cultural material (TUTYIA, 2013, p. 73).

Em entrevista¹⁴ com a então diretora do Departamento do Patrimônio Histórico da Fumbel, Tainá Arruda¹⁵, para o Trabalho de Conclusão de Curso que deu origem à atual pesquisa, a técnica do patrimônio afirmou considerar importante manter a ambiência do bairro da Cidade Velha (COSTA FILHO, 2019, p. 54), tendo em vista que a mesma é capaz de remeter ao período de fundação do bairro e da cidade:

Quando a gente entra num espaço em que a gente vê essas características, a gente vê tanto nos imóveis, quanto na malha urbana, quanto... enfim, quando a gente tem essa leitura geral da ambiência mantida, a gente se remonta àquele período, a gente tem uma marca daquele período, daquela época, que faz parte da identidade, da nossa cultura, né?... Nossa história.

Essa valorização da herança colonial possui uma estreita relação com o que o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) definiu como digno de ser preservado, o que acabou por se tornar um padrão a ser seguido por outras instâncias. No caso do Brasil, as origens do atual IPHAN remontam à década de 1930, quando a instituição era chamada de Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN)¹⁶, período marcado pela chamada “fase heroica”, na qual havia um movimento de criação de uma imagem representativa do povo brasileiro, e que constituiu um momento marcado pelo ufanismo nacionalista. Naquele momento, as arquiteturas inscritas em uma linguagem colonial bem como o barroco mineiro foram consideradas como representantes do povo brasileiro como um todo, capazes de traduzir a “essência” do país. Entretanto, tal escolha, na verdade, foi resultado do consenso entre um

¹⁴ Entrevista realizada em 11 de outubro de 2019.

¹⁵ Tainá Chermont Arruda é arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Pará e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela mesma universidade.

¹⁶ O SPHAN foi instituído a partir do Decreto-Lei nº 25 de 30 de novembro de 1937. Em 1946, tem seu nome alterado para Departamento do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (DPHAN). Em 1970, o DPHAN é transformado em IPHAN e em 1979, o IPHAN é dividido em Secretaria de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN/órgão normativo) e Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM/órgão executivo). Em 1990, no entanto, a SPHAN e a FNPM foram extintas para darem lugar ao Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural (IBPC), o qual foi transformado novamente em IPHAN em 1994.

restrito grupo de intelectuais apenas, não traduzindo a verdadeira identidade de toda uma nação (BISPO, 2011, p. 38).

O eclético, como veremos mais adiante, só passou a ser valorizado pela academia a partir da segunda metade do século XX, se tornando também um padrão a ser seguido de acordo com as políticas e diretrizes dos órgãos de salvaguarda ao patrimônio material. O ecletismo, bastante presente no bairro, é também uma expressão capaz de reforçar o caráter “antigo” do mesmo. No entanto, se faz necessário destacar que as linguagens citadas não são as únicas existentes no bairro e muito menos as predominantes na porção mais recente do mesmo, tomada pelas renovações.

Por fim, a Cidade Velha é um bairro que, assim como o de Nazaré, está situado entre o sagrado e o profano. Por ser um bairro que possui muitas igrejas (católicas, no caso, algo que também se deve à colonização) é um bairro muito religioso. Para os antigos moradores do bairro, as igrejas tornam-se pontos de convivência social e permanência das tradições, como a missa do Galo na Catedral da Sé, a procissão do Círio de Nazaré¹⁷, de Santa Maria de Belém e da Semana Santa (MIRANDA, 2006, p. 227). O lado profano do bairro, por outro lado, está relacionado à ocorrência do Auto do Círio¹⁸ e do tradicional pré-carnaval da Cidade Velha, onde inúmeros foliões percorrem, seguindo o trajeto feito pelos blocos durante os finais de semana que antecedem o carnaval, as estreitas ruas do núcleo inicial de fundação e seus arredores (incluindo vias pertencentes à “nova” Cidade Velha). Sendo assim, este é um bairro que possui inúmeras particularidades e cuja identidade é composta por elementos bastante específicos, não podendo ser traduzida de maneira simplória.

1.2 CARACTERÍSTICAS GERAIS

A porção do bairro situada após o canal da Avenida Almirante Tamandaré apresenta vias e calçadas mais largas em relação à porção “antiga”, localizada antes do canal. A malha do recorte é predominantemente ortogonal, o que faz com que em relação ao traçado das quadras

¹⁷ O Círio de N. Sra. de Nazaré é o evento religioso mais importante do Estado, sendo conhecido como “o Natal dos paraenses”. Realizado não só na capital, como no interior, ocorre num período de quinze dias do mês de outubro, iniciando com a procissão da Trasladação da imagem da Virgem da Capela do Colégio Gentil Bittencourt até a Catedral da Sé, percorrendo os bairros de Nazaré, Campina e Cidade Velha. Na manhã seguinte à Trasladação, a imagem sai da Catedral percorrendo o mesmo trajeto, em direção à Basílica de Nossa Senhora de Nazaré. Ao lado da Igreja forma-se um arraial com brinquedos e barracas de comidas típicas (MIRANDA, 2006, p. 251).

¹⁸ O Auto do Círio corresponde a um espetáculo de rua que une dança, música e representação num cortejo que percorre as ruas da Cidade Velha na noite da sexta-feira que antecede a procissão do Círio de Nazaré. Em 2004 passou a integrar o Livro do Patrimônio Imaterial do IPHAN como manifestação relacionada ao Círio (MIRANDA, 2006, p. 251).

predominem linhas retas com geometria retangular (KOHLSDORF, 1996). Já o parcelamento dos lotes permite que os mesmos tenham 6 metros de testada em média, assim como a maioria dos lotes situados no centro da cidade (CARVALHO; MIRANDA, 2009). Algo possível de ser notado também é a existência de poucas edificações com afastamento lateral em relação à posição de implantação no terreno, bem como o grande adensamento existente em quadras mais próximas do Portal da Amazônia, o que denota uma forte relação com a situação socioeconômica da população que vive no perímetro, predominantemente de baixa renda.

Quanto ao uso do solo (fig. 11), é possível notar que a porção analisada ainda é predominantemente residencial, embora o uso comercial ou para serviços corresponda a uma considerável parcela quanto às edificações da área. Uma tendência que pode ser observada também é a de várias edificações de uso misto, com um pavimento dedicado a abrigar um estabelecimento comercial ou de serviço e outro (s) a abrigar moradias, estas podendo ser uni ou multifamiliar.



Figura 11: O uso do solo na área. Fonte: CODEM, com modificações feitas pelo autor, 2019.

Porém, assim como a porção “histórica”, a “nova” Cidade Velha (com exceção das praças) também não possui arborização em suas ruas, característica que acaba se tornando uma constante no bairro como um todo. Tal predicado é possível de ser explicado por um postulado de Derenji (1987), no qual a autora afirma que: “No começo do século (referindo-se ao século

XX), a arborização atingia quase toda a cidade, excetuando-se o bairro comercial e a Cidade Velha, que não apresentavam condições para isso pela pouca largura dos passeios”.

Uma tentativa de trazer mais verde ao bairro pode ser vista nas figuras 12a e 12b. A primeira demonstra uma iniciativa de reaproveitar pneus como vasos para plantas. A iniciativa foi implementada próxima a um lava-jato localizado na Av. Almirante Tamandaré. A segunda figura mostra um grande canteiro implantado em uma das paredes do lava-jato, a qual possui a face voltada para a rua. Outra iniciativa foi a implantação de canteiros na calçada da residência localizada ao lado do lava-jato (fig. 12c). Apesar da ação bem intencionada, os canteiros foram dispostos de forma um tanto aleatória, o que pode representar um obstáculo para os pedestres.



Figura 12: Tentativas, por parte dos moradores, de implantar vegetação na Av. Almirante Tamandaré. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Dentre as principais vias existentes nesta porção do bairro, é possível destacar as avenidas 16 de Novembro e Almirante Tamandaré, a rua de Óbidos e a rua Cesário Alvim. A Av. 16 de Novembro é uma via pela qual transita um grande fluxo de veículos de transporte individual e coletivo advindos principalmente da Boulevard Castilhos França e Avenida Portugal, sendo classificada pelo Plano Diretor do Município de Belém como uma via coletora (BELÉM, 2008). A avenida demarca também os limites territoriais entre Cidade Velha e Campina e nela estão localizadas, além de edificações residenciais, aquelas pertencentes a instituições e ao comércio.

Quanto à Av. Almirante Tamandaré, além de nela estar localizado o canal de mesmo nome, transita pela mesma um considerável fluxo de automóveis, vans (transporte alternativo) e algumas linhas de ônibus, sendo classificada pelo Plano Diretor como uma via arterial principal (BELÉM, 2008). A avenida concentra diversos estabelecimentos comerciais e de serviços, que, no entanto, não são voltados a atender exclusivamente a população do bairro. O

colégio estadual de ensino fundamental e médio David Salomão Mufarrej (fig. 13), por exemplo, localizado na referida via, é um dos principais equipamentos públicos dessa parte do bairro e o mesmo atende também a estudantes de bairros próximos, como o do Jurunas.



Figura 13: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio David Salomão Mufarrej. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

A Av. Almirante Tamandaré, de modo geral, possui um fluxo maior de veículos do que de pedestres. Durante a manhã e à noite, um número considerável de pessoas utiliza as margens do canal situado na avenida para realizar corridas e caminhadas. Durante alguns turnos, como o da tarde, a via pode se tornar um tanto deserta para os pedestres. Em relação aos pontos de ônibus situados dentro dos limites da avenida que fazem parte da Cidade Velha, somente um deles possui abrigo adequado para os usuários. Os outros dois pontos existentes são improvisados, não havendo nenhuma indicação, por meio de placas de sinalização, de que naquele lugar existe um ponto de ônibus. Algo a ser observado acerca da mesma é que, a despeito de sua grande extensão e largura, a vegetação existente na via, ao menos ao longo do trecho situado dentro dos limites do bairro da Cidade Velha, é mínima ou inexistente. A vegetação, se inserida, serviria como uma forma de aumentar o conforto térmico, bem como valorizaria esteticamente a área.

Já a Rua de Óbidos é outra via também abastecida por algumas linhas de ônibus e pela qual circula um considerável fluxo de veículos. A via concentra comércio e serviços mais voltados à própria população do bairro, que, no entanto, costumam atrair indivíduos não residentes do mesmo. No trecho da via localizado entre a rua Ângelo Custódio e a Travessa Carlos de Carvalho, existe a loja do Supermercado Líder, que conta também com magazine (fig. 14). A loja, que já existia no mesmo terreno, passou por um processo de expansão e foi reinaugurada com três pavimentos. Cabe ressaltar que o estabelecimento é constantemente citado por moradores entrevistados como um dos principais pontos que frequentam no bairro.

Embora a via já apresentasse um considerável fluxo de pedestres e veículos, a reinauguração do supermercado, no início de 2017, atraiu ainda mais estabelecimentos comerciais (principalmente restaurantes e vendas de alimentos) não somente para a Rua de Óbidos, mas também para o seu entorno, gerando uma maior movimentação da via, que, antes, após determinado horário, poderia ser descrita como deserta e soturna. A rua hoje pode ser considerada movimentada em todos os turnos, mas especialmente no fim da tarde e, principalmente, à noite, quando os pontos de venda de alimentos estão em horário de funcionamento, atraindo um grande público.



Figura 14: a loja do Supermercado Líder. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

Ademais, é possível encontrar no logradouro serviços como escritório de advocacia; consultório; salões de beleza; academia de ginástica; restaurantes e lanchonetes. Nele também estão presentes dois dos três edifícios que correspondem aos maiores gabaritos existentes na referida porção (fig. 15), o que denota uma dinâmica diferente daquela praticada na porção antiga do bairro, cujo limite de altura é de até 7 metros, em contraposição ao permitido aqui: até 22 metros de altura (BELÉM, 1994).



Figura 15: A – da esquerda para a direita, respectivamente, os edifícios Montreal e Evaristo de Souza, ambos localizados na Rua de Óbidos; B - o Edifício Rivoli, localizado na Rua Veiga Cabral. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

Outra via importante do referido recorte é a Rua Cesário Alvim, que possui uma margem demarcando o bairro da Cidade Velha e a outra, o do Jurunas. Portanto, também é um elemento que constitui um limite físico e geográfico (LYNCH, 1982). Nessa via, além de residências, também é possível encontrar uma variedade de comércio e serviços. São pontos principais da mesma a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição e o Centro Integrado de Operações – CIOP, equipamento de segurança pública (fig. 16). Por ela transita um grande fluxo de veículos, linhas de transporte coletivo e um fluxo de pedestres que costuma ser maior durante o dia, quando os estabelecimentos comerciais nela situados estão em seu horário de funcionamento.



Figura 16: O Centro Integrado de Operações (CIOP), localizado na Rua Cesário Alvim. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

A Travessa Monte Alegre; a Rua Veiga Cabral, considerada pelo Plano Diretor como uma via coletora visto que também se estende em parte ao bairro da Campina (BELÉM, 2008); a rua de Breves; a Carlos de Carvalho e a Triunvirato também integram o recorte estudado. Tais vias, no entanto, são predominantemente residenciais. Entretanto, a presença de alguns pontos comerciais como bares e restaurantes existentes nas mesmas contribui para movimentá-las.

A Avenida Bernardo Sayão também faz parte do bairro, no entanto, com apenas uma pequena parte de sua extensão total. A via promove a integração da Cidade Velha com bairros como Jurunas, Condor e Guamá (ARAÚJO JR., 2013). A Rua do Arsenal funciona de forma a estabelecer a integração entre o restante do bairro da Cidade Velha com a avenida. Paralela à Bernardo Sayão está localizada também a parte inicial do Portal da Amazônia (ou Orla de Belém) (fig. 17). O Portal da Amazônia compreende um projeto muito maior, o Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova (PROMABEN), do qual a Orla de Belém faz parte. A primeira etapa da Orla foi entregue à população em junho de 2012, com 1,5 km de extensão dos 2,2 km inicialmente propostos (LEÃO, 2013). É necessário destacar que somente o trecho inicial da Orla faz compõe o bairro Cidade Velha (até o limite com a rua Cesário Alvim), estando sua maior parte situada no bairro do Jurunas.



Figura 17: Trecho do Portal da Amazônia. Fonte: Sidney Costa Filho, 2018.

Na rua Carneiro da Rocha¹⁹, por sua vez, estão localizados o prédio do Comando do 4º Distrito Naval de Belém, o Parque Zoobotânico Mangal das Garças e a Praça Carneiro da Rocha (Praça do Arsenal) (fig. 18). A Praça Carneiro da Rocha, também conhecida como Praça do

¹⁹ Manuel Carneiro da Rocha foi capitão de fragata e inspetor do Arsenal de Marinha do Pará no período de 13 de junho de 1871 a 20 de abril de 1875, tendo se destacado pelos grandes empreendimentos e serviços realizados em proveito daquele estabelecimento.

Arsenal ou Praça 11 de Junho²⁰, teve como primeira denominação “Largo do Bagé” (fig. 19), o qual originou o atual espaço. O referido largo foi o local escolhido para ser instalado o primeiro patíbulo²¹ da cidade, em frente ao Convento de São Boaventura. De acordo com registros, foram executados 128 condenados no local (SOARES, 2009). O “Arsenal” posteriormente atribuído ao nome da praça se refere ao Arsenal de Marinha do Pará, instalado, a partir de 1761, no então Convento de São Boaventura, edificação que hoje abriga o Comando do 4º Distrito Naval da Marinha, criado em 1933 (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).



Figura 18: A Praça Carneiro da Rocha ou Praça do Arsenal. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.



Figura 19: O Largo do Bagé e hoje Praça Carneiro da Rocha (ou do Arsenal), ano desconhecido. Fonte: <https://www.facebook.com/belemdopassado/posts/1794693907418475>. Acesso em: 27 nov. 2020.

Com desenho que reproduz a simetria típica dos jardins franceses, a Praça tem forma de um paralelogramo tendendo ao quadrado, tendo em seu centro o busto de Almirante Tamandaré,

²⁰ Soares (2009) afirma que o nome 11 de Junho evoca a data da Batalha do Riachuelo, a qual ocorreu durante a Guerra do Paraguai, grande conflito armado internacional decorrido na América do Sul entre 1864 e 1870.

²¹ Tipo de palanque ou estrutura de madeira que se usava para executar os condenados à morte.

considerado patrono da Marinha, o qual nomeia também a avenida de mesmo nome. Como parte da urbanização do canal empreendida nos anos 60 do século XX, foi construída uma outra praça denominada Praça Heróis da Marinha, a qual homenageia personagens considerados heróis da Batalha do Riachuelo. O espaço compõe um conjunto paisagístico juntamente com a Praça do Arsenal (fig. 20) (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).



Figura 20: Imagem via satélite da Praça Heróis da Marinha e Praça do Arsenal, respectivamente. Fonte: Google Earth/Costa Filho; Queiroz; Carvalho, 2021.

A Praça Heróis da Marinha possui forma de um paralelogramo tendendo a um retângulo, compondo-se de uma plataforma com caminhos ortogonais que dividem as áreas gramadas, que por sua vez conduzem a uma plataforma circular, cujo piso é constituído de um traçado geométrico assinalando os pontos cardeais, tendo no centro a homenagem em forma de busto a Almirante Barroso (fig. 21a). Na parte oposta ao busto, há um grande painel em concreto, com forma ondulada, contendo, na face voltada para o quadrante nordeste, as efígies de quatro personagens importantes da Batalha de Riachuelo: os almirantes Tamandaré e Barroso, o guarda-marinha Greenhalgh e o marinheiro Marcílio Dias, respectivamente (fig. 22) (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021). O mural possui autoria de Heitor Usai, escultor ítalo-brasileiro radicado no Rio de Janeiro e segundo Presidente da Academia Brasileira de Belas Artes (ABBA), e teve sua inauguração realizada no ano de 1968 (SOARES, 2009).



Figura 21: A - o busto de Almirante Tamandaré, datado de 1947 e situado na Praça do Arsenal; B - o busto de Almirante barroso na Praça Heróis de Marinha; C - localização do busto de Almirante Barroso na Praça Heróis da Marinha. Fonte: Sidney Pery, 2020 (A); Sidney Pery, 2021 (B); Costa Filho; Queiroz; Carvalho, 2021 (C).



Figura 22: Mural em concreto situado no espaço chamado officiosamente de Praça Heróis da Marinha com as efígies dos quatro heróis da Batalha do Riachuelo, acompanhadas por um escrito de autoria de Augusto Meira. Fonte: Costa Filho; Queiroz; Carvalho, 2021.

No pedestal do busto de Almirante Tamandaré, localizado na Praça do Arsenal, é possível ler a inscrição “À cidade de Belém a Marinha” e abaixo desta, a data “13-12-1947”. A data 13 de dezembro é uma alusão ao dia do marinheiro, ocasião que também remete ao nascimento do Almirante Joaquim Marques Lisboa, patrono da Marinha do Brasil. Da mesma forma, em uma placa localizada ao lado do portão pertencente ao prédio do Comando do 4º Distrito Naval, é possível ler a inscrição “O Brasil espera que cada um cumpra o seu dever. Homenagem da cidade de Belém”, seguida pelas datas “11 de junho”, “1865” (alusões à Batalha do Riachuelo) e “1942”, provável ano em que foi feita esta homenagem. Portanto, os referidos espaços, que estão sob responsabilidade da Marinha do Brasil, mantém, desde a década de 1940, estes monumentos, homenagens que buscam evocar o passado histórico e feitos heroicos (fig. 23) (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).



Figura 23: À esquerda, inscrição no monumento em homenagem a Almirante Tamandaré. À direita, inscrição em placa localizada próximo ao portão do prédio do Comando do 4º Distrito Naval da Marinha. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

A Praça do Arsenal e o espaço chamado de Praça Heróis da Marinha possuem manutenção realizada pela Marinha do Brasil com certa periodicidade, o que garante aos locais um bom estado de conservação na maior parte do tempo. No entanto, em relação à apropriação e utilização de tais espaços pela população, ambas as praças são pouco movimentadas. A Praça do Arsenal é utilizada, em geral, por alguns poucos usuários residentes das proximidades para passear com animais de estimação, o que ocorre geralmente nas primeiras horas da manhã, quando o sol é ameno, tendo em vista que o lugar não possui uma arborização que propicie grandes sombras. Em visitas feitas à praça, foi possível observar pessoas sentadas nos bancos espalhados ao longo do local, mas nunca em número expressivo. Um ponto de ônibus localizado em uma das extremidades da praça também contribui para promover algum movimento (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).

De forma geral, a praça é utilizada pela maior parte da população apenas como passagem para se chegar a locais como o prédio do Comando do 4º Distrito Naval ou o Parque Zoobotânico Mangal das Garças, localizados ali próximo. O Atrium Quinta de Pedras Hotel, localizado no lado norte de umas laterais do local, também contribui para movimentar a área, tendo em vista que alguns taxistas costumam estacionar ali à espera de clientes, geralmente hóspedes do referido hotel. Esta é uma dinâmica constante ao longo da semana, a qual se modifica, embora em pequena medida, durante os fins de semana, quando o Mangal das Garças ou festas que ocorrem no Mormaço Bar e Arte que costumam atrair mais visitantes do que o comum para a área em comparação aos dias úteis. À noite, no entanto, durante as sextas e sábados, parte da calçada da praça é utilizada pelo Boteco do Arsenal (atualmente em reforma), localizado nas adjacências, estabelecimento que dispõe algumas de suas mesas em uma das extremidades da praça (fig. 24) (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).



Figura 24: Mesas do Boteco do Arsenal dispostas em uma das extremidades da praça. Fonte: <https://www.instagram.com/botecoarsenal/?hl=pt-br>. Acesso em: 20 jan. 2022.

A mesma descrição pode também ser atribuída ao espaço da Praça Heróis da Marinha, a “continuação” da Praça do Arsenal. Neste local também está localizado, em uma das extremidades, fazendo limite com a Av. Almirante Tamandaré, um ponto de ônibus, o qual contribui para promover alguma movimentação na área. No mais, apesar dos monumentos localizados no espaço, o mesmo não costuma ser utilizado nem como um local de passagem, não possuindo maiores atrativos (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021). O espaço, no entanto, já sediou eventos comemorativos relacionados à Marinha do Brasil, como é possível observar na figura 25, rara ocasião (com exceção ao tradicional carnaval da Cidade Velha) em que é possível testemunhar um grande contingente de pessoas reunidas no local.



Figura 25: Cerimônia de inauguração da revitalização da Praça, ocorrida em 12 de dezembro de 2019, durante a programação da Semana da Marinha. Fonte: <https://www.marinha.mil.br/noticias/comando-do-4o-distrito-naval-revitaliza-praca-em-belem-pa>. Acesso em: 23 mai. 2021.

Devido aos fatos apresentados, surge a seguinte reflexão: poderiam a Praça do Arsenal e a Heróis de Marinha serem caracterizados como não-lugares? Primeiramente, é necessário que se explique o que são os não-lugares: mais do que uma oposição à noção sociológica de lugar, são um reflexo da chamada supermodernidade, caracterizada pela aceleração da história e que surge a partir de três figuras do excesso segundo Augé (1994): a superabundância factual, a superabundância espacial e a individualização das referências. A supermodernidade encontra sua expressão completa nos não-lugares. O autor afirma também que uma distinção pode ser feita entre os chamados lugares antropológicos e os não-lugares: o lugar antropológico possui ao menos três características: a premissa de ser identitário, relacional e histórico. Um lugar que não pode ser definido de acordo com essas três características pode ser classificado como não-lugar. Em relação ao contexto das sociedades contemporâneas, um não-lugar pode ser representado por espaços constituídos em relação a certos fins (transporte, trânsito, comércio, lazer) e a relação que os indivíduos mantêm com esses espaços (AUGÉ, 1994). Mas afinal, o que torna a Praça do Arsenal um não-lugar?

Apesar de seu contexto histórico, a Praça do Arsenal pode não se tornar identitária à maioria da população. O Largo do Bagé, como mencionado anteriormente, foi o local escolhido para ser instalado o primeiro patíbulo da cidade. O fato de que no passado esse espaço foi sinônimo de violência e morte pode não evocar na população sentimentos ou memórias agradáveis, o que é capaz de dificultar o processo de criação de laços identitários e afetivos com o local. Outra relação histórica possível de ser mencionada é a exaltação aos heróis da Marinha, os quais apesar de sua contribuição para a história e memória nacional, estão envoltos em uma narrativa que possivelmente não é de conhecimento de boa parte do público, em ressalva aos próprios militares e seus familiares, o que faz com que boa parte da população não consiga enxergar ali relações com sua própria história ou com a cultura popular paraense (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).

É necessário lembrar que os referidos espaços foram implantados durante um período da história brasileira marcado por governos de cunho nacional-desenvolvimentista, entre os anos 1930 até a década de 1960. Tais governos foram marcados, além do desenvolvimento do país por meio da indústria e obras que levassem o progresso de Norte a Sul, pela busca de uma identidade nacional, definindo, para isso, elementos capazes de “traduzir” tal identidade.

Assim, apesar de as praças em questão serem, de maneira geral, encontradas em boas condições, podem ser definidas na maior parte do tempo como não-lugares, tendo em vista que são utilizadas predominantemente como locais de passagem, sendo apropriadas pela população apenas em ocasiões pontuais. Apesar de seus monumentos, não possuem outros elementos que

estimulam uma permanência prolongada ou a contemplação e/ou reflexão. Além disso, a constante vigilância por parte de uma instituição militar (Marinha) pode fazer com que os visitantes das praças não se sintam tão à vontade nos espaços (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).

Segundo Santaella (2012), 75% da percepção humana, no estágio atual da evolução, é visual, outros 20% são relativos à percepção sonora e os outros 5% restantes, relativos aos outros sentidos. Podemos partir da premissa de que as condições visuais e sonoras são as mais decisivas para consolidar a identificação ou não-identificação com o lugar. Todavia, a Praça do Arsenal e a Heróis de Marinha não são lugares visualmente desagradáveis ou que causem incômodo sonoro. No entanto, em Belém do Pará, principalmente no período de maio a outubro, o clima equatorial quente e úmido causa impactos notáveis no que se refere ao conforto térmico. Dessa forma, ambientes recreativos, principalmente destinados à contemplação, necessitam de abrigos ao público e arborização, o que não ocorre na Praça do Arsenal e Heróis da Marinha (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).

Sendo assim, as referidas praças não permitem maior desconexão da vida urbana, seja por seu tamanho ou pela parca vegetação, diferentemente de outras praças de maior porte existentes na cidade, como a Praça Batista Campos e a da República, que mesmo situadas em meio à intensa vida urbana no centro de Belém, possuem um expressivo projeto de paisagismo, capaz de criar uma ambiência que permite uma maior imersão na natureza (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).

Ao compararmos as praças do Arsenal e Heróis de Marinha ao Parque Zoobotânico Mangal das Garças, inaugurado em 12 de janeiro de 2005 (ocasião do 389º aniversário de Belém), outro importante espaço situado na “nova” Cidade Velha e o qual está localizado próximo às mesmas, observamos um cenário diferente. No Mangal, os passeios com desenhos orgânicos e intensa presença de vegetação; bem como a presença de espécies de animais, algumas delas circulando livremente pelo parque e o bom aproveitamento de elementos naturais como a madeira, a água e pedras, ainda que dispostos de forma estratégica, segundo um projeto de paisagismo, transmitem a sensação de aconchego e familiaridade comumente proporcionados pela natureza (COSTA FILHO; QUEIRÓZ; CARVALHO, 2021).

Devido ao fato de ser um espaço cercado e com controle de pedestres e veículos, contando também com vigilância, são criadas as condições para que o parque forneça ao visitante uma sensação de segurança dentro de seus limites e permita até mesmo a criação de uma sensação de “afastamento” em relação à vida agitada e conturbada da metrópole, mesmo estando localizado no centro da mesma. Assim, a Praça do Arsenal e o Mangal são espaços de

lazer localizados a poucos metros de distância um do outro (fig. 26), mas capazes de despertar sensações opostas na percepção dos usuários.



Figura 26: Imagem via satélite da localização da Praça Heróis da Marinha (em amarelo), Praça do Arsenal (em azul) e o Parque Zoobotânico Mangal das Garças (em Vermelho), mostrando a curta distância entre os espaços de lazer. Fonte (Imagem via satélite): Google Earth. Acesso em: 09 jun. de 2021. Fonte das demais imagens: Costa Filho; Queiroz; Carvalho, 2021.

Ao inserirmos nessa comparação a Orla do Portal da Amazônia, a análise se torna ainda mais complexa. A Orla (fig. 27), localizada contiguamente ao Mangal, é um espaço aberto que, assim como as referidas praças, não pretende provocar no visitante a mesma “fuga” que o Mangal se propõe. No entanto, em contraste com o Parque, permite a realização de um maior número de atividades, bem como atrai um público muito mais diversificado no que diz respeito à fatores socioeconômicos devido à não cobrança de taxas para as atrações. Sendo assim, a orla acaba sendo um espaço mais democrático que o Mangal.



Figura 27: Localização do Mangal das Garças (delimitado pela cor amarela) e Portal da Amazônia (delimitado pela cor vermelha). Fonte: Google Earth, com modificações feitas pelo autor, 2021.

Na Orla do Portal da Amazônia, além da moradia de inúmeras famílias, está localizado também um empreendimento que desde o início de suas obras até o momento de sua recente inauguração, em agosto de 2021, esteve envolto em polêmicas: o prédio do Atacadão. A loja varejista, pertencente ao grupo Carrefour, foi construída em uma área em que o gabarito máximo de altura previsto por lei é de até 7 metros. No entanto, o projeto, que inicialmente previa 7 metros de altura (ver figura 07), foi alterado para 9 metros e, posteriormente, 12,5 metros de altura; portanto, quase o dobro do limite de altura permitido para a área.

As obras e boa parte da polêmica ocorreram ainda durante o último mandato do ex-prefeito de Belém, Zenaldo Coutinho (PSDB). A situação tomou uma grande proporção devido ao fato de que o Ministério Público do Estado do Pará (MPPA) legitimou as alterações feitas em relação à altura do prédio por meio de um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC). A questão foi, por fim, transformada pelo Ministério Público em ação civil pública por improbidade administrativa contra Zenaldo Coutinho e outros agentes públicos, os quais deram o aval para que as alterações em relação à altura ocorressem. Ademais, a Defensoria Pública do Estado alegou interesse na causa das comunidades situadas no entorno da obra, diretamente impactadas pela mesma.

Diante do referido cenário, a obra, apesar de iniciada e bastante avançada, passou algum tempo embargada pela justiça. Com a mudança de gestão a partir da eleição de Edmilson Rodrigues (PSOL), cujo mandato entrou em vigor em janeiro de 2021, a questão foi retomada com bastante ênfase e se tornou algo ainda mais polarizado, tendo em vista que os vereadores

ligados a partidos associados ao do ex-prefeito de Belém (PSDB) possuíam um posicionamento favorável à inauguração do empreendimento; enquanto que Edmilson e vereadores pertencentes à partidos ligados à esquerda eram veementemente contrários à liberação do “habite-se”²².

Em entrevista ao portal Ver-o-Fato, o prefeito Edmilson Rodrigues declarou que o MPPA não deveria ter aceitado “*qualquer extrapolação de altura, porque um pavimento a mais já era um absurdo. [...] de 7,5 metros foi para 12,5 metros. Aí, fica inviável. Eles teriam que demolir para adaptar a altura se quiserem iniciar um novo processo de licenciamento. Fora isso, não tem como (liberar)*” (MENDES, 2021).

Uma reunião entre Edmilson e os representantes da marca Atacadão, foi realizada, em julho de 2021, para tratar da situação do empreendimento. Enquanto isso, uma parcela da população, a favor da inauguração do empreendimento com o argumento de que o mesmo geraria empregos e renda em um cenário de incertezas e desemprego causado pela pandemia do novo Coronavírus, aguardavam ansiosamente uma decisão. Assim como parte da população, os colaboradores da loja, a qual já contava com todos os preparativos prontos para a abertura, esperavam poder iniciar suas atividades. A própria empresa, em comunicado, alegou que, naquele momento, nova unidade de Belém já estava pronta para iniciar suas operações e que todos os funcionários já haviam sido contratados, o que resultaria na geração de mais de 600 empregos diretos e indiretos. A empresa visava chegar em um acordo com a Prefeitura para que a loja fosse aberta o mais breve possível.

Por fim, em 23 de agosto de 2021, o desembargador Roberto Gonçalves de Moura, do Tribunal de Justiça do Pará (TJPA), decidiu autorizar a abertura do empreendimento, declarando que a construção: “*cumpriu todas as obrigações impostas e acatadas via Termo de Ajustamento de Conduta firmado*” e “*que estariam ausentes pendências administrativas capazes de impedir o regular funcionamento do empreendimento comercial*”. Afirmou ainda que “*a demolição do empreendimento proporcionaria mais danos do que benefícios, no que tange aos aspectos socioeconômicos, tendo em vista as expectativas de geração de emprego e renda para a região*” (JUSTIÇA, 2021).

A Prefeitura, por sua vez, alegou em nota divulgada à imprensa que: “*continuará exercendo sua competência de licenciamento urbanístico e ambiental do Atacadão, de acordo com a legislação vigente e a favor do interesse público, já que este empreendimento não dispõe de todas as licenças obrigatórias*”. Afirmou ainda que “*a decisão judicial será cumprida pela prefeitura, após sua regular notificação*,”

²² Documentação fornecida pela Secretaria Municipal de Urbanismo para fins de regularização das atividades de comércio, serviço ou indústria em imóveis novos, reformados ou não. Esta documentação somente será expedida após análise e verificação in-loco constatando as condições de habitabilidade bem como o cumprimento da legislação vigente. Após tais procedimentos, a atividade poderá ser licenciada junto à Secretaria Municipal de Finanças (SEFIN) (BELÉM, s/d).

conforme estabelecido na liminar, respeitando a característica da decisão, a qual pode ser revista e modificada a qualquer momento pela justiça, inclusive quando da análise do mérito". E conclui afirmando que, por fim "a Prefeitura reitera sua expectativa de que o Poder Judiciário apreciará o mérito com a necessária cautela e singularidade que a matéria requer" (JUSTIÇA, 2021). Assim, a loja abriu suas portas (fig. 28) logo após a decisão final da justiça, tendo a inauguração sido divulgada de forma maciça no bairro, com um carro som percorrendo as ruas do mesmo anunciando a notícia e uma ação promocional ocorrida no próprio Portal da Amazônia, em parceria com uma rádio, em que brindes (água mineral e um boné da empresa) foram distribuídos gratuitamente a quem passava por ali.



Figura 28: A loja do Atacadão, localizada próximo à entrada do Portal da Amazônia. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Em paralelo às praças e parques já mostrados, existem, nessa parte do bairro, uma praça de menor porte (Praça Veiga Cabral) (fig. 29) e um espaço, que configura o aproveitamento de parte de um canteiro, localizado na Travessa Bom Jardim e destinado à comunidade (em especial as crianças, visto a existência de um balanço). O espaço parece ter sido implantado pelos próprios moradores para uso próprio (fig. 30).



Figura 29: A Praça Veiga Cabral. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.



Figura 30: O espaço localizado na Tv. Bom Jardim. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

A “nova” Cidade Velha também possui uma agitada vida noturna. Diferentemente da porção mais antiga do bairro, onde a maior parte dos estabelecimentos como bares e restaurantes se concentram no entorno do Complexo Feliz Lusitânia e Praça do Carmo; na porção de ocupação mais recente do bairro, estes estabelecimentos estão mais bem distribuídos, o que contribui para promover a movimentação de pedestres e veículos pela região, algo que não ocorre em boa parte da Cidade Velha “patrimonial”, a qual se torna perigosa e soturna para os pedestres à noite devido à predominância, nesta porção do bairro, de residências e estabelecimentos comerciais, os quais estão fechados durante esse período do dia.

Sendo assim, é possível afirmar que a “nova” Cidade Velha também possui uma faceta “boêmia”, a qual começa a “dar as caras” a partir das quartas-feiras, se estendendo aos domingos. Existem, nessa parte do bairro, algumas vias que concentram um grande número de bares, restaurantes e lanchonetes; sendo duas delas a rua de Óbidos e a rua Triunvirato, onde na esquina com a Travessa Bom Jardim, por exemplo, existe uma panificadora e lanchonete que atende os moradores da área (fig. 31). Já no trecho da Triunvirato próximo à Travessa Monte Alegre, existem bares e restaurantes localizados contiguamente um ao outro (fig. 32), mas que possuem cada qual uma clientela fiel.



Figura 31: Panificadora que atende aos moradores da Rua Triunvirato e arredores. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.



Figura 32: Concentração de bares e restaurantes na confluência da Rua Triunvirato com a Travessa Monte Alegre. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

A caracterização da “nova” Cidade Velha e do que nela existe nos fornece, assim, uma melhor compreensão acerca da área e de como nela atuam as dinâmicas espaciais. Apesar de ser classificada como Entorno do Centro Histórico e de possuir exemplares arquitetônicos com interesse à preservação, a mesma possui um perfil diferente em relação ao núcleo inicial de fundação. A “nova” Cidade Velha, por ser tão diferente deste núcleo inicial, é, por vezes, confundida pelo público em geral como sendo parte integrante do bairro do Jurunas, devido à proximidade com o mesmo e a ambiência predominante, marcada pelas renovações.

A “nova” Cidade Velha também sofre com a degradação de determinadas edificações, mas aqui existem problemáticas inerentes à esta parte do bairro: a polêmica da “desobediência” quanto ao limite de gabarito estabelecido para a área; a implantação de grandes projetos que modificam a paisagem e conferem contemporaneidade à mesma; a dominação das renovações sobre aquilo que deve ser preservado e a questão de locais que podem ser vistos como não-lugares. Tudo isso aliado ao fato de que esta porção mais recente do bairro possui uma vida

noturna mais intensa.

Em comparação à Cidade Velha “patrimonial”, na “nova” a relação com o rio é algo que se mantém constante. Espaços como o Mangal das Garças e o Portal da Amazônia contribuem para o acesso da população a este elemento. No entanto, assim como o núcleo inicial possui lugares que funcionam como pontos de ancoragem da memória, como o Complexo Feliz Lusitânia e os espaços que os compõem ou as igrejas, que funcionam como locais de sociabilidade e fazem com que o bairro seja considerado “religioso”; na parte mais recente do mesmo também existem lugares que funcionam como depositários de memórias e vivências, e que acabam por funcionar como elementos que diferenciam e constituem a própria identidade dessa porção. Alguns desses lugares serão abordados no capítulo 2, que apresenta percepções dos indivíduos quanto ao espaço que os rodeia e a questões específicas relativas à “nova” Cidade Velha, e no capítulo 3, que apresenta, em um de seus tópicos, a relação dos moradores com o patrimônio existente na área.

2. REGIONALIDADE, ETNOGRAFIA E PERCEPÇÕES²³

2.1 A BUSCA POR UMA ARQUITETURA REGIONAL

A presença, na arquitetura, de elementos considerados “regionais” ou que remetem ao contexto específico de determinada região é algo que também permeia a existência de espaços localizados na “nova” Cidade Velha. Tais elementos, que podem consistir, por exemplo, no uso de determinados materiais e técnicas, são capazes de fazer referência ou imprimir à arquitetura, a identidade de um povo ou grupo social ao mesmo tempo em que se adaptam às condições externas que um local oferece. No caso da região amazônica, por conta do clima e da importância para a população que elementos como os rios e a floresta possuem, condicionando costumes e práticas; em alguns projetos, as soluções arquitetônicas encontradas buscam contemplar os fatores climáticos e culturais intrínsecos à região.

O debate acerca do regionalismo na arquitetura, no entanto, consiste em uma discussão anterior e ainda não esgotada. Na América Latina, a questão é impulsionada após a cunhagem da expressão “regionalismo crítico” no fim da década de 70, por Alexandre Tzonis e Liane Lefraive, sendo posteriormente reforçada por Kenneth Frampton (FREITAS; PAIVA; VIANA, 2018, p. 4). O regionalismo crítico teve seus desdobramentos a partir da década de 80, mas a necessidade de uma interpretação mais adequada ao contexto latino gerou o termo “modernidade apropriada”, cunhado pelo arquiteto chileno Cristian Fernández Cox, responsável pela disseminação do mesmo. Cox demonstrava inquietude em relação ao termo “regionalismo crítico”, pois acreditava que o mesmo não se aplicava corretamente aos diferentes contextos da produção latino-americana.

Na América Latina, o debate sobre modernidades alinhadas à uma produção local surge a partir de eventos e encontros como o Taller América, surgido em 1982 e o Seminário de Arquitetura Latino-Americana (SAL), criado em 1985. Os principais autores que discutem a questão da identidade da arquitetura da América Latina neste contexto são Marina Waisman, Cristian Fernández Cox e Enrique Browne. A discussão acerca da “modernidade apropriada” proposta por Cox surge em um contexto conturbado, marcado pelo regime autoritário chileno. O autor verifica no processo civilizatório na América Latina a imposição de métodos,

²³ Capítulo desenvolvido tomando como referência o artigo “Janelas para o rio na ‘nova’ Cidade Velha: uma análise sobre os usos do Parque Naturalístico Mangal das Garças e do Portal da Amazônia”, com autoria de Costa Filho, Miranda e Silva (2022) e submetido e aprovado para publicação na Revista Thesis, da ANPARQ.

tipologias, técnicas e processos dos colonizadores, contribuindo para a destruição das culturas tradicionais e homogeneizando a produção da arquitetura (FREITAS; PAIVA; VIANA, 2018).

Cox exemplifica tal ocorrência a partir da cópia dos preceitos de Le Corbusier por pioneiros do modernismo chileno, numa tentativa de imitar o desenvolvimento de soluções tecnológicas da engenharia francesa inexistentes no seu país por meio de procedimentos artesanais, sem desenvolver, nas palavras do mesmo, “nossas próprias soluções peculiares para nossos problemas também peculiares” (COX, 1990, p. 72 *apud* FREITAS; PAIVA; VIANA, 2018). Portanto, naquele momento e por muito tempo, esse foi o principal problema da América Latina segundo Cox: a intenção de copiar soluções prontas que não podem ser apropriadamente usadas em um contexto específico.

Assim, o chileno afirma que a atribuição do termo “apropriada” à modernidade parece ser um instrumento útil, já que não pretende negar a modernidade, mas apenas ajustá-la à nossa situação peculiar. Com isso, o termo proposto por ele baseia-se na multiplicidade de realidades e identidades latino-americanas de forma a buscar uma alternativa entre a simples reprodução da arquitetura vernacular ou uma realidade importada.

O inglês Alan Coulqhoun (1992 *apud* FELL, 2004, p. 54), por outro lado, utiliza do termo “crítico” para impedir uma imputação de nostalgia regressiva ao “regionalismo”. Segundo Colquhoun, a palavra “crítico” neste contexto possui dois significados: o primeiro estaria relacionado à “resistência contra a apropriação de um modo de vida e um laço de relações humanas por interesses econômicos e de poder alheios” e o segundo representaria “uma tentativa de preservar uma essência regional”, resistindo ao retorno meramente nostálgico ao passado, que, por sua vez, promoveria a remoção de elementos regionais de seus contextos com o intuito de desfamiliarizá-los e criar um efeito de estranhamento.

Coulqhoun (1992 *apud* FELL, 2004, p. 50-51) propõe ainda que o mais importante para compreender as origens do regionalismo são as teorias desenvolvidas na Alemanha do século XIX, quando por volta de 1890, com a ocorrência de movimentos nacionalistas e separatistas, os teóricos alemães pós-românticos cunharam dois conceitos: o de *Zivilization*, que posteriormente passa a ser relacionado ao racional e ao universal, e o termo *Kultur*, referente a povo (*volk*), e, portanto, ao particular e regional. A partir destes dois termos opostos, segundo Coulqhoun, é feita uma distinção por Ferdinand Tönnies em seu livro de 1887, divisão a qual propõe que o termo *Gemeinschaft*, relacionado a *Kultur*, corresponderia às associações humanas desenvolvidas organicamente, baseadas na terra (família, clãs, seitas religiosas) e *Gesellschaft*, possível de ser relacionada ao termo *Zivilization*, corresponderia às associações que se desenvolveram de forma racional, a partir do processo de industrialização (burocracias,

fábricas, corporações, formadas com a intenção de se obter um fim desejado). Assim, a doutrina do regionalismo, segundo o Coulqhoun, pende para *Kultur* e *Gemeinschaft*. O autor afirma ainda que:

Claramente, a doutrina do regionalismo é baseada num modelo de sociedade ideal, que poderia ser chamado modelo essencialista. De acordo com ele, todas as sociedades contêm um núcleo, uma essência a ser descoberta e preservada. Um aspecto dessa essência repousa na geografia local, clima, costumes (ethos), envolvendo o uso e a transformação dos materiais locais.

Coulqhoun (2004, p. 197), ainda se referindo ao regionalismo, discorre sobre a demanda por um novo regionalismo na arquitetura. Critica o regionalismo crítico de Frampton ao afirmar que “o que é celebrado parece ser mais a perda da sua autenticidade do que seu resgate”. Escreve sobre um regionalismo que é o resultado de uma complexa interação entre o capitalismo internacional moderno e as várias tradições nacionais arraigadas em instituições e atitudes, o qual se manifesta na forma de nuances. Neste modelo, os materiais de cada cultura, similares em todos os casos, são interpretados de maneira diferente por cada país. Segundo o autor:

É exatamente devido ao fato de os ingredientes da arquitetura contemporânea serem tão similares em todo o mundo ‘desenvolvido’ que as pequenas diferenças de interpretação às quais eles são submetidos em diferentes países são tão interessantes. Nem é preciso dizer que o tipo de regionalismo ao qual me refiro nada tem a ver com as antigas regiões de cultura atribuídas a características étnicas, clima, língua e assim por diante. Suas áreas de demarcação, ao contrário, são as divisões mais óbvias e banais do mundo político moderno, em que o estado-nação é uma realidade. É um regionalismo fundamentado na política. (COULQHOUN, 2004, p. 198)

Liernur e Aliata (2004), ao descreverem o regionalismo na Argentina, afirmam que este tema ocupou grande espaço na cultura arquitetônica dos anos de 1980. O regionalismo argentino, segundo os autores, constitui um conjunto de posições por vezes antagônicas, compreendendo desde construções em adobe, ao uso do ladrilho até a arquitetura ferroviária de origem britânica. Afirmam ainda que o regionalismo da década de 80 do século XX representou muito mais uma forte operação crítica ou um desejo do que uma realidade.

Ainda em relação ao contexto latino-americano, Hernández (2020) considera que ao invés de se espelharem na Europa e América do Norte, os arquitetos latino-americanos poderiam aprender mais com a África, Índia e o restante da América Latina, visto que os três últimos territórios possuem mais similaridades entre si: pobreza; falta de infraestrutura; desigualdades socioeconômicas e discriminação racial; problemas baseados no legado colonial. Portanto, uma atitude decolonial em relação à arquitetura seria necessária.

Waisman (2013, p. 92), no entanto, considera o termo “regionalismo” extremamente ambíguo, pois pode referir-se a posições que flutuam entre uma reinterpretação local das ideias internacionais e um conservadorismo reacionário de caráter folclórico ou populista. A autora afirma também que o conceito de região tende a substituir os de “periferia” e “margem” nos estudos dos últimos anos, porque a ideia de região, contrariamente à de periferia, situa cada cultura em um sistema que tem como base, precisamente, a pluralidade de regiões, sistema no qual nenhuma delas exerce a hegemonia, nem pode, portanto, erigir-se em modelo de validade universal.

No Brasil, em um contexto anterior a esse debate, desde o início do século XX, a arquitetura brasileira tenta estabelecer um viés regionalista. Em uma tentativa de romper com o academicismo vigente, herança resultante da hegemonia do ecletismo, buscou-se, em um primeiro momento a retomada de valores nacionais por meio do neocolonial. O movimento, no entanto, foi considerado contraditório, visto que se tratava justamente de uma variante historicista do ecletismo, estilo a “ser combatido” à época.

Lúcio Costa, em período anterior à Brasília, procurou agregar em sua obra os princípios do modernismo e a cultura arquitetônica e construtiva dos materiais locais, com referências conscientes do repertório da arquitetura colonial, promovendo a síntese entre regional e moderno. Já Severiano Porto, outro grande expoente de uma arquitetura dita “regional”, iniciou sua atuação no contexto amazônico a partir da década de 60 e foi um dos arquitetos que se inspiraram em Lúcio Costa. Porto buscou adequar os conceitos modernos ao lugar e à tectônica (FREITAS; PAIVA; VIANA, 2018).

Em relação ao contexto de Belém e região, a busca por uma arquitetura capaz de representar a identidade local começou a ser desenvolvida aqui a partir da década de 70, quando foram formadas as primeiras turmas de arquitetos paraenses. Com isso, surgiu a necessidade da utilização de materiais e formas da arquitetura desenvolvida pelos nativos, além da assimilação das adaptações empíricas realizadas pelos construtores portugueses. O conhecimento a respeito das madeiras da região, da cerâmica e dos minerais abundantes possibilitou a criação de novas alternativas construtivas que se adequassem às necessidades climáticas e culturais locais.

Ademais, é possível afirmar que o Curso de Especialização em Arquitetura dos Trópicos ofertado pela Universidade Federal do Pará entre 1986 e 1987 possibilitou aos arquitetos, discentes, projetistas e professores novas reflexões em busca de uma arquitetura que levasse em conta as especificidades da região. Assim, o emprego, durante as décadas de 80 e 90, de materiais regionais como a telha de barro e a madeira em coberturas com amplos beirais, estruturas, fechamentos e revestimentos foi resultado do intercâmbio de conhecimentos entre

os professores que cursaram a especialização e os professores que a ministraram (MIRANDA; CARVALHO; TUTYIA, 2015).

As lições que orientaram o curso possuem fundamentação em postulados de Edgar Graeff, o qual considerava que a homogeneização conduziria à adoção de um Estilo Internacional de Arquitetura, o qual desconsidera condições climáticas específicas e, por sua vez, torna a arquitetura brasileira falha. Dessa forma, a tipologia da chamada “casita californiana” e a palafita (figs. 33 e 34) passam a ser consideradas paradigmas da arquitetura regional amazônica, tidas como modelos a serem copiados e que foram assimilados pelos arquitetos formados pelo curso de arquitetura da UFPA, conforme comenta Milton Monte em sua monografia de especialização. A palafita tem sua importância por representar a construção vernácula regional e a casita, apesar de constituir uma arquitetura veiculada pelas revistas norte-americanas e ser encontrada originalmente em San Diego, na Califórnia, foi disseminada na América do Sul pela Argentina; mas na Região Norte se adaptou bem por conta da solução encontrada para os telhados.



Figura 33: A casita californiana. Fonte: Ronaldo Marques de Carvalho, 2010.



Figura 34: Palafita nas ilhas de Belém. Fonte: Ronaldo Marques de Carvalho, 2003.

Um dos principais expoentes desta arquitetura regionalista desenvolvida no Pará foi Milton Monte, o qual se destacou por realizar experimentações com materiais e formas, buscando se adequar ao clima equatorial quente e úmido e aos costumes da população ribeirinha, com moradias que expressam uma autêntica regionalidade e traduzem a identidade desse povo. A obra de Monte visa desvendar as propriedades das fibras, das madeiras, do barro, repercutindo no âmbito latino-americano, onde dialoga com o local e com uma tradição colonial em busca de sua originalidade paraense (fig. 35) (MIRANDA; CARVALHO; TUTYIA, 2015).



Figura 35: Casa Milton Monte, Mosqueiro. Fonte: Fortunato Neto, 2010

Alguns materiais e práticas adotadas em relação ao desenvolvimento dessa arquitetura regional podem ser apontados, como a substituição das platibandas modernistas por telhados de barro aparente, além da adoção de beirais quebrados mais estéticos e adaptados climaticamente. Nas fachadas, o emprego de lajotas cerâmicas e pastilhas, a assimilação do telhado como elemento protetor, em composições variadas e cores fortes. Também é possível ressaltar a utilização de *brises* juntamente com o emprego de tijolos como elemento de ventilação em edifícios públicos, particularmente os de uso educacional (MIRANDA, CARVALHO, TUTYIA 2015, p. 85).

Em relação à Cidade Velha, dois projetos importantes instalados na parte mais recente do bairro e que foram responsáveis por modificar a paisagem e incorporar a estética tido por ‘regional’, resgatando também a conexão da população com o rio, são o Parque Zoobotânico Mangal das Garças e o Portal da Amazônia. Ambos foram desenvolvidos pelo arquiteto e então secretário de cultura Paulo Chaves, sendo que o Mangal contou com uma equipe multidisciplinar envolvendo paisagistas (dentre estes, a arquiteta paisagista Rosa Kliass, que assina o projeto de paisagismo do parque), biólogos, dentre outros profissionais. No caso do Mangal, Sarquis (2012, p. 262) afirma que: “esse projeto demonstrou uma (intencional) proximidade com a imagem, organização e estrutura da casa ribeirinha - notadamente, a palafita erguida sobre os rios ou terrenos alagáveis da região” (fig. 36). Já Mergulhão (2009) destaca no projeto a utilização de materiais como a pedra-sabão e a técnica de amarração de peças com cordas.

O Mangal foi concebido com o objetivo principal de criar um espaço naturalístico que abrangesse as diferentes macrorregiões florísticas do Estado do Pará: as matas de terra firme, os campos e as matas de várzea (MERGULHÃO, 2009, p. 103, 104), promovendo também a recuperação da vegetação ciliar de aningas (*Montrichardia linifera*) e o caráter público de uma área pertencente à Marinha do Brasil que se encontrava abandonada e subutilizada (GORSKI,

2008, p. 189). Seu foco principal é o turismo. Já quanto à Orla, apesar de também consistir em um ponto turístico, é possível afirmar que seu foco é criar alternativas de lazer antes inexistentes priorizando uma população de baixa renda residente no entorno do projeto, a qual boa parte teve de ser remanejada para que o projeto fosse executado



Figura 36: Edificação que no Mangal das Garças abriga o Memorial Amazônico da Navegação (pav. inferior) e o Restaurante Manjar das Garças (pav. superior). A estrutura do prédio é em angelim e a cobertura em fibra de piaçava. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Apesar de serem espaços situados de forma contígua um ao outro, o Mangal e a Orla do Portal da Amazônia não necessariamente atraem o mesmo público ou possuem os mesmos usos, sendo apropriados de maneira diferente pela população e visitantes. No entanto, é possível afirmar que há, na concepção dos dois espaços, a preocupação de utilizar materiais que remetam ao contexto da região, como o abundante uso da madeira. A busca por uma regionalidade está contida também no emprego de exemplares típicos da flora da região (principalmente no caso do Mangal), mas, sobretudo, no fato de os dois espaços funcionarem como “janelas para o rio”, sendo este elemento o principal atrativo da Orla (fig. 37). Os dois projetos foram concebidos utilizando o rio como ponto de partida e tendo como um dos principais objetivos devolver, de alguma forma, o referido elemento à população, ainda que apenas para a sua contemplação.

Essa atitude de recuperar a vista para o rio constitui uma postura ainda recente, impulsionada pelo mercado internacional e a especulação imobiliária em busca de uma “retomada das águas”, de um “resgate” da natureza da cidade, de sua identidade cultural, de suas raízes caboclas e da possibilidade e potencialidade de desenvolvimento econômico (PONTE, 2007). Como já citado anteriormente, o rio é algo incapaz de ser dissociado da identidade do bairro da Cidade Velha, assim como da população belenense. Portanto, o resgate

da regionalidade pode não ser promovido somente por meio do uso de determinados materiais e técnicas que se adaptam ao meio, mas também pela valorização de um componente importante da paisagem e fundamental para a cultura e história de um povo.



Figura 37: Vista da parte inicial da Orla. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

2.2 NOÇÕES DE ETNOGRAFIA E PERCEPÇÃO DO AMBIENTE CONSTRUÍDO

Para que possamos compreender as percepções dos moradores e não-moradores da “nova” Cidade Velha a respeito do espaço que os cerca, é necessário que sejam apresentadas algumas noções de etnografia, método utilizado aqui para abordar indivíduos e analisar as informações fornecidas por eles, bem como noções de percepção do ambiente construído.

A etnografia é um ramo da antropologia e consiste em descrever práticas e saberes de sujeitos e grupos sociais a partir de técnicas como observação e conversações, desenvolvidas no contexto de uma pesquisa (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 3). É um recurso que permite ao pesquisador entrar em contato com o outro, com aquele que vive uma realidade diferente e, por vezes, bem distante daquela a qual pesquisa, fazendo com que as impressões e percepções deste outro possam ser captadas e registradas. Duarte (2010, p. 5) descreve a etnografia como “a escrita do visível” e afirma que a descrição etnográfica depende das qualidades de observação, de sensibilidade ao outro, do conhecimento sobre o contexto estudado, da inteligência e da imaginação científica do etnógrafo. Técnicas como a fotografia e o desenho podem ser grandes aliadas neste processo.

De Biase (2015, p. 18-21) considera o pesquisador como um tradutor, o qual está situado entre dois mundos – o acadêmico e o do trabalho de campo. De acordo com a autora, traduzir se constitui em uma experiência muito forte de como transformar o outro no nosso, o que nos conduz ao princípio da alteridade, segundo o qual “eu não existo sem o outro; eu não existo se o outro não existe”. Assim, este contato com o outro, com o alheio a nós, exige respeito e sensibilidade do pesquisador.

Geertz (1997, p. 107) chama atenção para o fato de que é preciso possuir ou desenvolver capacidades para que as pessoas tolerem nossa intrusão em suas vidas ou que nos aceitem como “seres com os quais vale a pena conversar”. Portanto, deve haver, por parte do pesquisador, um preparo para que esta “intrusão” seja bem sucedida, de forma a respeitar o outro, sua história de vida e suas particularidades. As palavras devem ser escolhidas com cautela e as perguntas devem ser bem formuladas, não dando margem a dúvidas e não induzindo o entrevistado a uma resposta que ele considera ser o que o pesquisador quer ouvir. Nessa etapa da etnografia é necessária a compreensão, por parte de quem questiona e também daquele que é questionado.

Da mesma forma, Geertz (2009, p. 22) afirma ainda que é necessário que o pesquisador tenha uma visão íntima e que realize uma avaliação fria sobre o objeto. No entanto, ao mesmo tempo em que devemos nos aproximar do objeto de estudo para coletar informações, devemos nos manter distantes, evitando que os juízos e opiniões pessoais interfiram na análise. Assim, ao trabalhar com um *locus* de pesquisa familiar como o bairro da Cidade Velha, o cuidado deve ser redobrado, buscando desenvolver um olhar crítico e não enviesado por opiniões pessoais ou elos afetivos. Mesmo que o objeto de estudo não nos seja completamente estranho, o recomendado é que se adote uma postura de estranhamento em relação ao mesmo para a obtenção de uma análise satisfatória.

Segundo Rocha e Eckert (2001, p. 20), “A efemeridade da nossa passagem, entretanto, certamente nos impede de desvendar uma série de códigos locais, etiquetas, segredos, não ditos, gestos, olhares e ações que nos passam despercebidos, e que apenas uma continuidade da pesquisa de campo neste espaço pode elucidar”. Portanto, complementarmente ao estranhamento, a imersão no campo é essencial.

Ao considerarmos que uma cidade possui suas complexidades e está sujeita a constantes mutações, devemos ter em mente também que a mesma serve como palco para uma vasta gama de interações, permitindo a cada indivíduo estabelecer com o ambiente urbano uma relação diferente por conta de suas vivências e histórias de vida. Rocha e Eckert afirmam que “descrever a cidade, sob um tal ponto de vista, é conhecê-la como *locus* de interações sociais e trajetórias

singulares de grupos e/ou indivíduos cujas rotinas estão referidas a uma tradição cultural que as transcende” (ROCHA; ECKERT, 2001, p.2).

Neste sentido, pode ser destacado o estudo realizado por Menezes (2009) a respeito da Praça do Martim Moniz, no tradicional bairro da Mouraria, em Lisboa, Portugal. A autora buscou, por meio do estudo, refletir sobre a importância da prática etnográfica na apreensão e compreensão das circunstâncias cotidianas. O artigo busca promover uma discussão a respeito de aspectos socioculturais que contribuíram para a inscrição da praça no mapa social e urbano de Lisboa, além da invenção de uma geografia de resistência para a parte da cidade onde a mesma está localizada (Centro Histórico). Esta é uma praça de configuração relativamente “jovem” situada no centro histórico de Lisboa e que resultou de uma intervenção pautada em políticas sociais e urbanas consideradas controversas para aquela área. Dessa forma, a praça, apropriada de maneiras distintas por diferentes indivíduos, pode ser relacionada, guardadas as devidas proporções, a espaços que representam intervenções contemporâneas localizadas na Cidade Velha, bairro localizado no “coração” do Centro Histórico de Belém.

O *flâneur*²⁴, criação do poeta francês Charles Baudelaire é um personagem que possui como principal atributo o caminhar de forma despreziosa pela cidade, sem destino específico. Walter Benjamin, baseado em Baudelaire e no escritor francês Marcel Proust, fala sobre um estado de ser e estar no mundo, refletindo sobre seus deslocamentos nas cidades de Berlim ou Paris, a partir de um “trabalho” da memória afetiva e do pensar a “si-mesmo” na paisagem urbana (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 1). Peixoto (1996) afirma que o *flâneur* combina o olhar casual daquele que passeia com a observação atenta do detetive, vê a cidade ampla como uma paisagem e fechada como um quarto. A experiência da *flânerie*, segundo o autor, transforma a rua num dispositivo do olhar: tudo se justapõe, todas as dimensões se encaixam no mesmo quadro.

Baseadas neste personagem, Ana Luiza Rocha e Cornelia Eckert enxergam a possibilidade de colocar em prática etnografias na rua a partir de um projeto de pesquisa realizado com bolsistas de iniciação científica na cidade de Porto Alegre. O objetivo era introduzi-los ao método antropológico a partir de uma investigação sobre a dinâmica das interações cotidianas e representações sociais “na” e “da” cidade. Para tal, é adotado o uso de equipamentos como a câmera fotográfica.

²⁴ De acordo com a análise de Rocha e Eckert (2001, p. 1): “O estado de alma deste personagem-tipo é de indiferença, mas seus passos traçam uma trajetória, um itinerário que concebe a cidade, o movimento urbano, a massa efêmera, o processo de civilização. Logo, esta não é uma caminhada inocente. A cidade é estrutura e relações sociais, economia e mercado; é política, estética e poesia. A cidade é igualmente tensão, anonimato, indiferença, desprezo, agonia, crise e violência”.

Ao discorrerem sobre a forma como age o etnógrafo de rua em seu campo de trabalho, Rocha e Eckert declaram: “o etnógrafo descreve, tradicionalmente em diários, relatos ou notas de campo, seus pensamentos ao agir no tempo e espaço histórico do outro-observado, delineando as formas que revestem a vida coletiva no meio urbano”. E complementam afirmando que:

A etnografia de rua, aqui, é um deslocamento em sua própria cidade, o que significa dizer, dentro de uma proposta benjaminiana, que ela afirma uma preocupação com a pesquisa antropológica a partir do paradigma estético na interpretação das figurações da vida social na cidade. Um investimento que contempla uma reciprocidade cognitiva como uma das fontes de investigação, a própria retórica analítica do pesquisador em seu diálogo com o seu objeto de pesquisa, a cidade e seus habitantes. Uma vez que tal retórica é portadora de tensões entre uma tradição de pensamento científico e as representações coletivas próprias que a cidade coloca em cena, o pesquisador constrói o seu conhecimento da vida urbana *na* e *pela* imagem que ele com-partilha, ou não, com os indivíduos e/ou grupos sociais por ele investigados (ROCHA; ECKERT, 2001, p. 3).

Além das questões pertinentes à etnografia, é necessário destacar também as considerações de Eckert (2009) acerca da paisagem: a autora afirma que esse elemento é um sistema de signos capaz de produzir no indivíduo identidades individuais e sociais. Segundo a mesma, “é nessa noção de uma paisagem urbana constantemente criada e recriada na adesão aos lugares de interação social que buscamos as referências às formas sensíveis que concebem a trama da paisagem construída nos ritmos de os habitantes refletirem sobre os sentidos de ser na cidade” (p. 89). Da mesma forma, uma paisagem nasce a partir da experiência temporal em consonância ao movimento da sensibilidade.

A autora também destaca que a paisagem é uma experiência humana possível pela evocação das imagens que habitam nossa memória coletiva. Na trajetória da pessoa moderna, a construção da paisagem não se reduz a reprodução de modelos culturais, mas de intenções afetivas, de motivações singulares que acomodam as sensibilidades potencializadas por um universo de signos e de imagens, dando ritmo aos deslocamentos em nossos percursos, em nossa trajetória, circulando sentidos no nosso tempo pensado e vivido.

Já Ribeiro (2007) considera “paisagem” um termo polissêmico e subjetivo. Segundo o raciocínio do autor, a paisagem pode ser lida como um documento que expressa a relação do homem com o seu meio natural, mostrando as transformações que ocorrem ao longo do tempo. Constitui um testemunho da história dos grupos humanos que ocuparam determinado espaço. Pode ser lida, também, como um produto da sociedade que a produziu ou ainda como a base material para a produção de diferentes simbologias, *locus* de interação entre a materialidade e as representações simbólicas.

A subjetividade envolvida na apreensão de determinada paisagem ou ambiente pelos moradores, observadores e pesquisadores possui relação direta com a percepção, a qual, por sua vez, influencia profundamente a etnografia. As percepções, por sua vez, são apreendidas pelos órgãos dos sentidos. O sentir, segundo Merleau-Ponty (1999, p. 84), é uma comunicação vital com o mundo que o torna presente para nós como lugar familiar de nossa vida. Tuan (2012, p. 107), por sua vez, afirma que a resposta ao meio ambiente pode ser estética ou tátil.

Ao considerar a concepção de Tuan (2012, p. 18) sobre percepção como sendo uma resposta dos sentidos aos estímulos externos ao mesmo tempo em que também pode ser uma atividade proposital, é preciso ter em mente que cada indivíduo enxerga o mundo de modo “egocêntrico”, a partir de sua própria perspectiva, a qual é fundamentada nas vivências e repertório que cada um possui. Por conta da subjetividade envolvida, a percepção possui suas complexidades: “nada é mais difícil do que saber ao certo o que nós vemos” (MERLEAU-PONTY, 1999, p. 91). Assim, diferentes percepções a respeito de um mesmo objeto ou ambiente são possíveis.

A concepção de tais autores, por sua vez, é possível de ser relacionada ao papel do arquiteto e do projeto de arquitetura como condicionador de comportamentos, o que, por sua vez, nos conduz ao que Pallasmaa (2006) afirma sobre a experiência mais vasta e possivelmente mais importante que se pode ter da arquitetura: a sensação de estar em um lugar único. O autor discorre sobre o efeito da arquitetura prover de “sentimentos primordiais”, os quais formam o genuíno “vocabulário básico” da arquitetura, e é trabalhando com eles que a obra se torna, de fato, arquitetura. Uma experiência que pode provocar estes sentimentos é o “olhar pela janela, ligação com a paisagem”. Assim, segundo o autor, uma forte experiência arquitetônica sempre desperta uma sensação de solidão e silêncio, não importando o número de pessoas presentes ou o barulho. Ele também afirma que a paisagem natural nunca expressa solidão da mesma maneira que um edifício. Dessa forma, a natureza não precisa do homem para explicar a si mesma; no entanto, um edifício representa seu construtor e proclama a ausência dele.

Neste sentido, é possível relacionar as considerações de Pallasmaa às ideias de Norberg-Schulz (2006, p. 443), o qual identifica o potencial fenomenológico na arquitetura como a capacidade de dar significado ao ambiente mediante a criação de lugares específicos. O autor também identifica a importância de elementos arquitetônicos básicos como parede, chão ou teto, percebidos como horizontes, fronteiras e enquadramentos da natureza. Visualização, simbolização e reunião são, segundo o autor, aspectos do processo geral de fixar-se num determinado lugar; e habitar, no sentido existencial da palavra, depende dessas funções. O homem quer visualizar seu “modo de entender” a natureza, construindo o que viu. Ele também

simboliza seu modo de entender a natureza (incluindo ele mesmo). E, por fim, ele precisa reunir os significados apreendidos por experiência a fim de criar para si mesmo uma *imago mundi* que dê concretude a esse mundo. Assim, o lugar, segundo Norberg-Schulz (op. cit, p. 457), possui potencial de ser identitário, relacional e histórico, fazendo com que a identidade humana pressuponha a identidade do lugar.

2.3 PERCEPÇÕES DOS INDIVÍDUOS

As percepções acerca do ambiente construído na “nova” Cidade Velha a partir do ponto de vista de seus moradores e frequentadores (a trabalho ou a lazer) foram algo registrado a partir da abordagem a indivíduos. Tais percepções são enviesadas por fatores subjetivos, como as vivências particulares e as memórias afetivas que os sujeitos possuem. Para tanto, a abordagem a estas pessoas foi realizada por meio da etnografia de rua, sem qualquer tipo de estratificação, escolhendo aquelas que apareciam pelo caminho e que pareciam dispostas ao diálogo, mas também aquelas que foram indicadas por conhecidos. Parte das interações será apresentada neste capítulo, enquanto a outra parte, no tópico “A relação dos moradores com o patrimônio”, no capítulo 3.

Uma das moradoras entrevistadas com quem foi possível o contato a partir de indicação foi a arquiteta e urbanista e doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA (PPGAU/UFPA), Bernadeth Beltrão²⁵, 32 anos, moradora da Vila Martins, localizada na Rua do Arsenal entre Cesário Alvim e Veiga Cabral. Ela relatou morar no bairro há cerca de 29 anos e, quando perguntada se gosta de residir nele, a mesma afirma:

Ah, eu gosto. Eu gosto por motivos... de memória afetiva, porque a minha avó morava no centro histórico junto com a minha tia, então assim... quando criança a gente ia pra lá. [...] Isso falando de um passado, né, mas falando, assim, do contemporâneo, [...] foi o bairro onde eu cresci e, assim, a minha vida toda foi aqui. Então... o colégio onde eu estudei até 12 anos foi ali no Padre Guido, que hoje é o Quinta de Pedras, então eu utilizava bastante essa área ali, o muro da Marinha, praticamente todos os dias né, de segunda a sexta. [...] Então a gente utilizava vários espaços aqui e isso tudo fica... ficou na memória, né. E tem muita... nossa, é muito significativa.

Em relação ao perímetro onde mora e ao bairro da Cidade Velha como um todo, ela prossegue afirmando que:

²⁵ Entrevista concedida em 19 de novembro de 2021.

A Cidade Velha tem um ar que é dela, sabe? Que eu acho que talvez isso seja uma percepção dos moradores, ou sei lá, uma coisa que eu tô inventando aqui, né? Pra criar uma conexão com o lugar. Mas eu já ouvi isso de outras pessoas, inclusive pessoas que não moram aqui, [...] que vem pra cá pro bairro pra consumir alguma coisa ou pra visitar alguém e tudo mais. Então, eu acho que tem um ar assim muito... eu acho acolhedor, apesar da insegurança, que eu acho que já foi mais inseguro. Mas eu acho acolhedor e talvez isso tenha um pouco a ver com a minha memória afetiva... Agora em relação assim a essa a minha vida mesmo aqui atualmente é... eu acho que é um bairro que não tá centralizado, né? Mas que tá muito próximo de ser. Então, especificamente falando de onde eu moro, que é muito mais... é quase no final da Cidade Velha, é muito mais pro Jurunas do que pra Cidade Velha mesmo. Tanto é que aqui as pessoas acham que já é Jurunas. Tem moradores que acham que é Jurunas, moradores que chegam recentemente, que se mudam e que acham que é Jurunas. [...] Quem não conhece acha que aqui já é Jurunas.

Ela afirma acreditar que existem, na verdade, três divisões possíveis de serem feitas do bairro e não apenas duas, como proposto pela presente pesquisa, e, por isso, considera ser essa a causa de muitas pessoas se confundirem a respeito dos verdadeiros limites do bairro:

[...] Porque assim né, muda totalmente. O centro histórico tem uma cara. Quando chega ali na Tamandaré até mais ou menos a Veiga Cabral, ali próximo da rotatória, quase em frente ao Atacadão, tem outra cara, e da Veiga Cabral pra cá (Vila Martins) já é outra história. Então muda a paisagem e as pessoas se confundem. [...] Tem um tratamento pro centro histórico, [...] é um tratamento muito específico. Essa área de orla, sempre quando chega próximo da orla o tratamento é ruim. Então isso tem a ver com parte da Tamandaré, com aquela parte dos portos ali, Porto do Sal, do Palmeiraço, [...] até ali que a gente chama de Beco do Carmo, né. [...] Sempre quando a gente vai se aproximar do rio, o negócio vai ficando ruim. Se a gente se afasta do rio, vai melhorando essa paisagem. [...] Depois do Atacadão já começa uma área muito parecida com o tratamento que não é dado pra essa área inicial ali que eu te falei perto do Carmo.

Sobre o Atacadão especificamente, Bernadeth afirma ter sido uma crítica ferrenha ao projeto, principalmente no que diz respeito ao impacto visual e paisagístico. No entanto, declara ser uma frequentadora do lugar atualmente devido à localização próxima a sua casa, o que não a impede de ainda ter suas ressalvas quanto ao projeto:

Eu nem sei te falar assim... é porque não se espera um Atacadão, sabe? Tá numa orla. Então não se espera um Atacadão. Se esperaria um restaurante, sei lá, uma praça, mas um Atacadão, não. [...] Logo que o atacadão abriu, a paisagem ela mudou um pouco, sabe? A gente via muito caminhão, muito, muito, exageradamente. Só que depois... o fluxo de veículos tinha aumentado e é muito ruim, porque é próximo da rotatória. Então... mudou a paisagem e o tráfego, ficou mais intenso. Só que agora a gente já percebe que o atacadão ele... antes ele tava lotado, era fila, fila, fila... agora não. [...] Não sei o que aconteceu, acho que o pessoal... como ele não tem frigorífico, como não tem açougue... então o pessoal acaba fazendo compra nos supermercados.

Por fim, a doutoranda declara: “o pessoal chama de Atacadão do Jurunas, é difícil chamarem de Atacadão Cidade Velha por conta da proximidade com o Jurunas”. Assim, é

possível perceber que, mais uma vez, os tênues limites territoriais entre Cidade Velha e Jurunas acabam confundindo boa parte dos frequentadores e até mesmo moradores dessa área mais próxima ao bairro vizinho.

Como já mencionado anteriormente, o bairro e boa parte de seus moradores e frequentadores até hoje possuem uma relação muito estreita com o elemento rio, o qual compõe a identidade e paisagem do bairro. Isso é algo que Bernadeth também destaca em seu depoimento, afirmando que a proximidade e o contato com este são fatores que a fazem gostar de residir no bairro, ainda que atualmente esse contato tenha sido ressignificado e que hoje reste basicamente apenas a contemplação:

Eu tomava banho no rio... tinha uma estância aqui no final da vila e a gente invadia mesmo a estância (risos). As pessoas da minha idade na época usavam a estância pra isso (tomar banho de rio). Só que era uma estância... recebia madeira, tinha pessoas trabalhando e, assim, tinha portão, era delimitado, era perigoso ali, tinha animais, tinha cobra... e mesmo assim a gente tomava banho. E assim... hoje a gente não tem mais a oportunidade de fazer isso, mas tem a oportunidade de fazer o que eu faço (correr na orla). É uma paisagem muito agradável em relação ao rio.

E complementa afirmando que:

O negócio era tão forte, esse negócio de tomar banho no rio, que, por exemplo, logo que inaugurou a orla, eles tinham umas placas lá: 'local proibido para banho'. Porque? porque uma galera tomava banho. Porque tinha o costume, fazia parte do dia-a-dia.

Bernadeth afirma que pouco tempo depois de inaugurada, ela ainda chegou a ver gente tomando banho de rio na orla, porém hoje não mais. As placas proibindo o banho também foram retiradas. Sobre o já mencionado Colégio Padre Guido del Toro, hoje Atrium Quinta de Pedras Hotel, Bernadeth recorda com carinho as lembranças que possui do lugar, onde estudou do maternal até a 7ª série: “o Padre Guido ele tá assim em uma das minhas primeiras memórias. [...] A primeira memória que eu tenho do padre Guido é em relação à roupa que eu vestia”. Ela conta que o colégio era como uma extensão da vizinhança, pois muitos dos rostos conhecidos da vila e do bairro eram os mesmos que ela via no colégio. Ela enfatiza que, apesar de conhecer os limites territoriais da Cidade Velha, quando se refere à “bairro” nesse momento, inclui, por força do hábito, parte do bairro do Jurunas, em específico a porção localizada nas redondezas de sua casa: “Cesário Alvim, Tamoios, Mundurucus... essa área aí muita gente estudou no Padre Guido”.

Afirma ainda que, apesar de o Colégio ser religioso, sendo, inclusive, vinculado à Diocese de Ponta de Pedras, não lembra de ver freiras ou padres circulando pelo ambiente escolar. O colégio realizava, ainda, um tipo de trabalho social, acolhendo pessoas que vinham

do município de Ponta de Pedras e que utilizavam o prédio para morar e estudar. Haviam, inclusive, partes do edifício que não poderiam ser acessadas pelos alunos, justamente onde tais pessoas ficavam acomodadas. Em relação à percepção espacial, Bernadeth lembra de a escola ter ambientes amplos no geral, com portas largas e altas e pé direito alto também. Ela acrescenta ainda que:

Era uma escola que fazia a gente conviver com outros espaços aqui do bairro. Por exemplo, eu fiz muita Educação Física na Praça do Arsenal. Antes não tinha quadra na escola. [...] E além disso, quando a gente saía, a gente via o hasteamento da bandeira e a gente ia pra lá... a gente não ia meramente assistir, a gente ia participar. [...] Isso antes de começar a aula, mas eu me lembro disso quando eu passei pra tarde também. [...] Não era algo obrigatório, mas se fazia questão.

A entrevistada lembra também da boa e estreita relação que a Marinha do Brasil possuía não só em relação ao Colégio, mas à comunidade de modo geral, recordando, por exemplo, das campanhas de vacinação sediadas pela instituição. Apesar da integração entre a comunidade e os equipamentos existentes, ela reconhece, no entanto, que essa proximidade foi diminuindo com o passar do tempo:

O Padre Guido ele tinha uma relação tão boa assim que... e a gente né, os moradores... que nos nossos jogos a Marinha cedia o campo. Se não me engano uma vez ela cedeu a piscina, [...] mas ela fazia essas parcerias... e eu acho que a escola não pagava nada. [...] Nos jogos, a Marinha fechava essa rua do arsenal, ela fechava parte dela ali do calçadão da Marinha... acho que desde a Triunvirato até a rua do Arsenal. [...] Aquilo ali era fechado e a gente podia usufruir da rua e do calçadão também.

Bernadeth afirma que o Colégio Padre Guido fechou, segundo suas contas, no final do ano de 2002. Apesar de, naquela época, a maioria dos pais e alunos saberem que o colégio estava enfrentando dificuldades para se manter em funcionamento, a notícia do encerramento das atividades da instituição foi bem impactante:

Uma coisa é um aluno sair. Um colega, um aluno sair. Outra coisa é tu não poder entrar mais na escola... sabe? Não poder mais utilizar aquele espaço, porque a minha turma ia pro último ano. E, de repente... acabou. [...] Não teve despedida, foi simplesmente: “gente, vamos fechar!”.

No Grupo Nostalgia Belém, uma postagem feita por uma usuária e ex-aluna do Padre Guido (fig. 38) relembra, com saudosismo, a rotina dos tempos de escola. A autora do post afirma conhecer o colégio como “a palma de sua mão” e recorda fatos como a diretora tocar a campainha todos os dias para que os alunos se organizassem em fila para cantar antes de iniciarem as aulas. No fim da postagem, a usuária pergunta se outros membros do grupo estudaram no colégio e os convida a contarem suas próprias histórias em relação ao mesmo,

promovendo uma socialização e uma troca de interações entre os ex-alunos. Nos comentários (fig. 39), vários usuários relatam suas lembranças, todas permeadas com saudosismo de tempos agora distantes, e é possível identificar alguns personagens recorrentes, como a diretora Nazaré e a professora Santana.

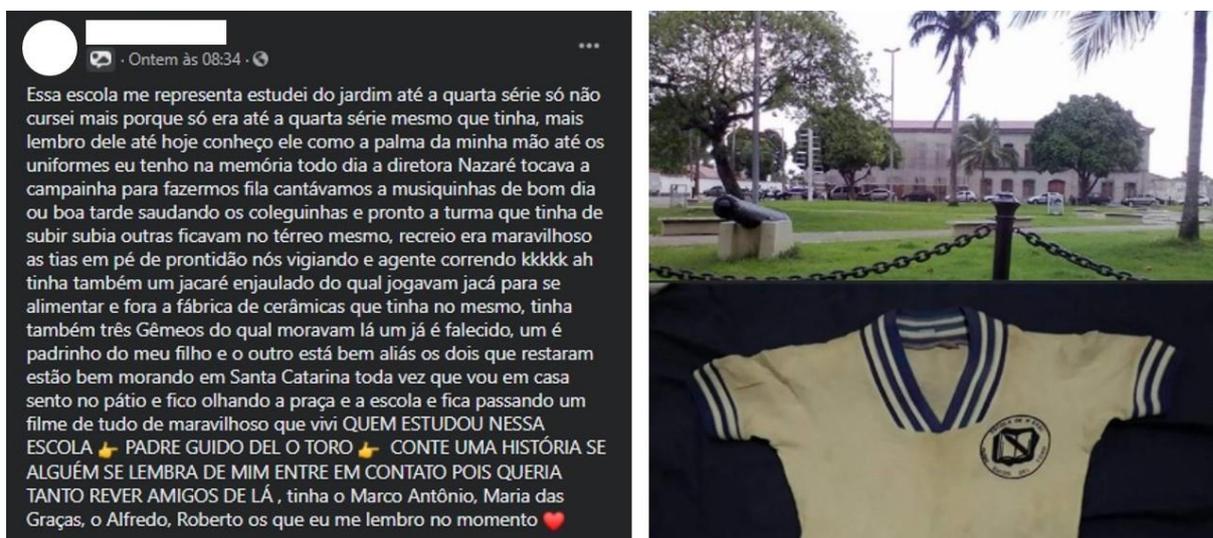


Figura 38: *Post* sobre o antigo Colégio Padre Guido del Toro e hoje Atrium Quinta de Pedras Hotel. Fonte: <https://web.facebook.com/groups/nostalgiaelem/permalink/1660662424132427>. Acesso em: 10 set. 2021.

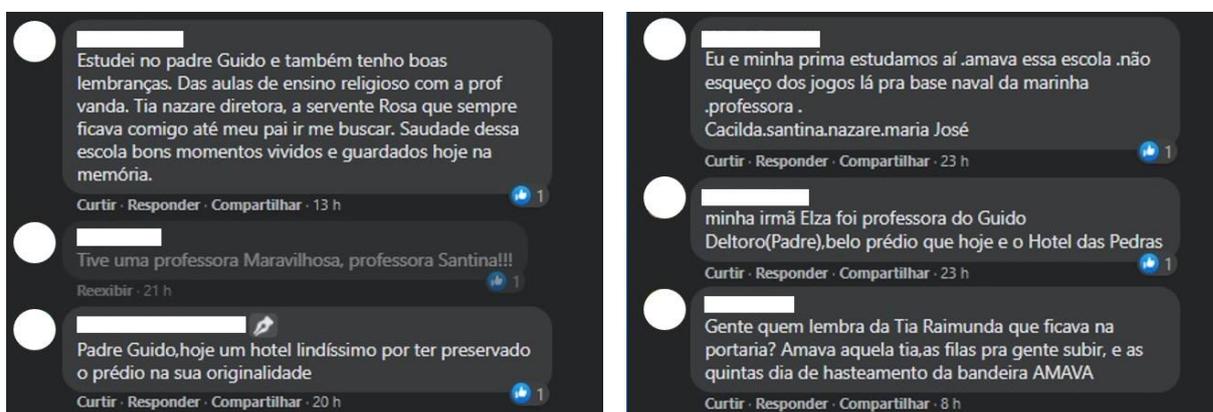


Figura 39: Comentários relativos ao post sobre o Colégio Padre Guido del Toro. Fonte: <https://web.facebook.com/groups/nostalgiaelem/permalink/1660662424132427>. Acesso em: 10 set. 2021.

Devido ao fato de ter mencionado a Praça do Arsenal como um local que marcava presença em seu cotidiano, pergunto a Bernadeth se é possível dizer que a praça era mais utilizada pela população antes, no que ela responde que sim, que possui essa percepção e que o uso da Praça pelos alunos do Colégio Padre Guido contribuía pra isso. Nota que ainda hoje as pessoas utilizam o espaço, mas não com a mesma intensidade ou frequência. Ela lembra do uso da praça durante as eleições, devido ao fato de o Padre Guido ter sido colégio eleitoral e também

do uso da praça no carnaval de rua da Cidade Velha (principalmente a partir do ano de 2005), impulsionado por André Kaveira²⁶ e Elói Iglesias²⁷. A arquiteta e urbanista traz à tona ainda uma lembrança de sua adolescência: “A gente saía muito, quando chovia, a gente saía daqui e ia (caminhando junto ao muro da Marinha) tomar banho de chuva lá na praça”. Por fim, ela declara perceber que a praça Heróis de Marinha, desde a época em que estudava no entorno, nunca foi muito apropriada pela população, se tornando um local perigoso e utilizado quase exclusivamente por usuários de drogas, o que, em parte, comprova o *status* de não-lugar que o local detém.

Outra postagem feita no grupo Nostalgia Belém, no Facebook, e de autoria da mesma usuária e ex-aluna do Colégio Padre Guido trata das lembranças da mesma em relação à Praça do Arsenal (fig. 40). A autora lembra das brincadeiras de infância vivenciadas na praça e, mais uma vez, essas memórias de um tempo agora remoto são permeadas de afetividade. Nos comentários (fig. 41) é possível identificar os relatos de ex-moradores da Cidade Velha, ex-alunos do colégio ou aqueles que serviram no Comando do 4º Distrito Naval, localizado ali próximo. Em comum, a lembrança da praça como cenário de suas memórias.



Figura 40: Post sobre a Praça do Arsenal. Fonte: <https://web.facebook.com/groups/nostalgiablem/permalink/660214934177176>. Acesso em: 09 set. 2021.

²⁶ André Lobato, o Kaveira, é ex-vereador de Belém, promotor cultural, “artista multimídia” e ecologista.

²⁷ Cantor, compositor, ator, produtor e performer, Eloi Iglesias iniciou sua carreira na década de 1970 em Belém e ocupa um importante lugar na cena cultural paraense. É responsável por coordenar, desde 1990, a já tradicional “Festa da Chiquita”, voltada ao público LGBT e que faz parte das comemorações não-oficiais do Círio de Nazaré, tendo sido, inclusive, reconhecida pelo IPHAN como parte do tombamento do Círio como Patrimônio Imaterial.



Figura 41: Comentários relativos ao post sobre a Praça do Arsenal. Fonte: <https://web.facebook.com/groups/nostalgiaabelm/permalink/1660214934177176>. Acesso em 09 set. 2021.

Em relação à área mais próxima da orla, a doutoranda Bernadeth afirma que as vilas Rio e Martins antigamente se estendiam da rua do Arsenal até a Passagem Leão. E da passagem Leão em diante estava localizada uma antiga estância. Com o fechamento da estância e as obras da orla, as vilas cresceram e, assim, chegaram moradores novos, muitos dos quais Bernadeth não conhece até hoje. A estância foi vendida por partes e continuou a funcionar até o fim.

Além de Bernadeth, outra entrevista possível de ser feita a partir de indicação foi com a professora de geografia Heloísa Matias²⁸, à época com 56 anos, e que reside desde seu nascimento na mesma casa, localizada na rua Ângelo Custódio entre Veiga Cabral e Triunvirato. D. Heloísa relembra a época em que as casas de madeira dominavam a paisagem da região, destacando que existiam vários exemplares na Travessa Monte Alegre entre as ruas Cesário Alvim e Veiga Cabral. Segundo a mesma, o trecho dado como exemplo costumava chamar sua atenção pela existência de casebres com o aspecto precário, em estado de degradação por pertencerem majoritariamente a famílias de baixa renda que não possuíam condições financeiras para realizar sua manutenção. Assim, tais moradias acabavam por se tornar inseguras devido ao risco de incêndios, que, inclusive chegaram a acontecer na área. O perigo de o fogo se alastrar por casas vizinhas era grande.

Atualmente, a professora considera que a paisagem das ruas em que essas casas existiam mudou: a maioria das casas hoje é de alvenaria, e, quanto às de madeira, houve incrementos na

²⁸ Entrevista concedida em 24 de abril de 2019.

estrutura e na forma de construir que, por mais que ainda não seja o ideal (se referindo à técnica da alvenaria), proporcionaram um visual “*mais bonito, mais organizado*” ao quarteirão.

Eu admiro casas de... de madeira, né. Eu acho que pra nossa região quem dera se a gente pudesse ter casa... aqui (se referindo à própria casa) era muito mais agradável quando era de madeira. Era muito mais saudável, né. Tinham alguns outros problemas, mas era muito mais saudável. Hoje em dia a gente no período do verão vai sofrer muito calor, no período do inverno vai ter calor e vai ter isso aqui ó (apontando)... infiltrações, que você trabalha o ano todo, mas no inverno ela aparece porque as casas ainda são “coladas” uma na outra.

Por sua vez, o *designer* gráfico aposentado José Vasconcelos²⁹, à época com 68 anos, também residente da área desde o seu nascimento, conta que já morou em diversos pontos do recorte aqui trabalhado. Atualmente ele reside em uma vila localizada na rua Carlos de Carvalho entre Veiga Cabral e Cesário Alvim. Ele relembra como era a paisagem da região na época de sua infância:

Toda essa parte aqui da Cesário Alvim até a Tamandaré... Nem a Tamandaré era asfaltada. Eu me lembro que ali tinha uma... eu ia pro grupo nos anos 50, né, o Rui Barbosa³⁰, era aquele canal de terra [...]. O que marcava muito ali era uma samaumeira, [...] tinha uma samaumeira muito grande.

O Sr. José ressalta ainda que para cruzar o canal da Tamandaré era necessário atravessar pontes de madeira que eram “*um verdadeiro Deus-nos-acuda*” nas palavras do mesmo, por conta de suas condições precárias. Ainda segundo o entrevistado, naquele período a Tamandaré era um verdadeiro lamaçal e não haviam muitas casas situadas na mesma: muitos eram os terrenos baldios ao longo da avenida e no restante da parte mais recente do bairro. Ruas como a Óbidos e a Cesário Alvim eram algumas das poucas asfaltadas na área, na qual havia muita lama e mato. A rua Cesário Alvim era pavimentada apenas parcialmente segundo o mesmo. Acrescenta que:

A Infância basicamente era brincar no mato [...]. Era um matagal, cara, por aqui, então a gente, é... pra ti ter uma ideia [...] as casas eram quase palafitas nessa área aqui porque elas... dificilmente... elas não ficavam sentadas no chão: eram esteios e passava água por baixo porque enchia às vezes. Pra ti ter uma ideia, a casa da Dona Zezé, que pegou fogo, era tão alto... era madeira, mas era madeira de lei, era parede por dentro e por fora, eram paredes duplas de madeira... [...] era tão alto aquele negócio [...] que a gente andava de barquinho por baixo da casa... como ficava cheio de água... canoa, canoazinha... a gente andava de canoa por baixo daquela casa.

²⁹ Entrevista concedida em 27 de setembro de 2019.

³⁰ Escola Estadual de Ensino Fundamental Rui Barbosa, localizada na rua Joaquim Távora, na porção mais antiga do bairro da Cidade Velha.

José fala ainda sobre a existência de algumas rocinhas na área e que poucas eram as casas de alvenaria, a grande maioria era de madeira. Conta sobre a comoção que a construção da primeira casa de três pavimentos, localizada na rua Cesário Alvim, causou na população da área e também sobre o “farrapo”, que, segundo o mesmo:

Era uma vila de madeira [...], tinha aquela ruazinha no meio, era quartinho pra um lado, quartinho pro outro, aquelas casinhas de dois andares, assim, imagina aquele negócio pequeno de madeira, uma grudada no outra, [...] aquela escuridão, aquela sujeira... era... ali morava realmente a escória. Era o farrapo.

A moradora Cátia Albernaz³¹, à época com 49 anos, também nascida e criada no bairro, morou por 32 anos, na Vila Nossa Sra. da Conceição localizada na rua Cesário Alvim, na face da via que faz parte do bairro da Cidade Velha. Atualmente, assim como Bernadeth, reside na Vila Martins, sendo moradora da mesma há mais de 15 anos. Ao comparar o entorno de onde morava com o local onde reside atualmente, considera que a aparência da área mudou para melhor nos últimos tempos, principalmente após o início das obras de macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova, o que promoveu uma grande transformação na paisagem da região. Segundo a mesma: “[...] antigamente era pior porque tinha o canal, não tinha né... não tinha assim aquela estrutura pra gente andar, não tinha calçada... agora não, melhorou bastante. Tá bem melhor. Ficou uma coisa mais moderna, a aparência tá bem melhor do bairro.”

A doutoranda Bernadeth, no entanto, possui uma opinião um pouco diferente da de Cátia, afirmando que depois que cobriram o canal³², os alagamentos se tornaram mais frequentes. Ao lado do Atacadão havia, segundo ela, um rio estreito. Depois que o rio foi aterrado, os moradores da Vila Rio passaram a sofrer com alagamentos, os quais passaram a compor uma paisagem que não existia. Ela considera que essa foi uma modificação para pior. Ela percebe que, com os alagamentos, a pavimentação das vilas começou a ruir: surgiram buracos e antes não era assim. Uma parte da Vila Rio, segundo ela, possui quase um esgoto a céu aberto.

Na rua Ângelo Custódio, os alagamentos, apesar de já terem sido mais graves, continuam acontecendo. A inclinação da via favorece essa ocorrência, fazendo com que a origem dos alagamentos não seja somente a cheia das marés, que fazem o canal da Tamandaré transbordar e alagar as adjacências. Segundo D. Heloísa, a falta de manutenção regular nos esgotos é o que provoca o problema. Ainda que os próprios moradores realizem essa

³¹ Entrevista concedida em 21 de setembro de 2019.

³² Obra que faz parte do Programa de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova

manutenção, o que, teoricamente, cabe à prefeitura, o problema persiste justamente por conta do descaso por parte da administração pública. Uma das consequências do problema nesta via em específico é o fato de as residências da rua possuírem calçadas com nivelamentos diferentes, o que torna a circulação pelo passeio público pouco acessível, principalmente para as crianças e os idosos. A preocupação em especial com os idosos por parte da entrevistada se deve ao fato de a mesma possuir uma mãe que, à época da entrevista, estava com 94 anos de idade e que possui limitações quanto à locomoção. A entrevistada afirma ainda que:

Aqui tinha muito alagamento, eu cresci com alagamento, né. A gente colocava muito aterro, os próprios moradores, dentro das suas casas. [...] Nós comprávamos aterro e colocávamos na rua. Todos os moradores se cotizavam e faziam isso. Era caroço de açai, era resto... entulhos de casas que tavam sendo reformadas... onde a gente sabia, a gente acabava fazendo. [...] Essa esquina aqui... é... tinha uma lagoa gigante que as crianças, algumas crianças, fugiam no horário de meio-dia pra tomar banho como se fosse piscina. Aí do Gurjão, essa esquina, bem na esquina mesmo onde tem essa castanheira, ela é muito rebaixada e quando alaga uma criança deitada some aí. Elas ainda fazem isso, às vezes eles saem da escola, larga a mochila e vai tomar banho. Acontece ainda isso, entendeu? (risos).

Os principais pontos de ocorrência de alagamentos identificados na “nova” Cidade Velha são apresentados na figura 42, a qual mostra uma espacialização de tais pontos:

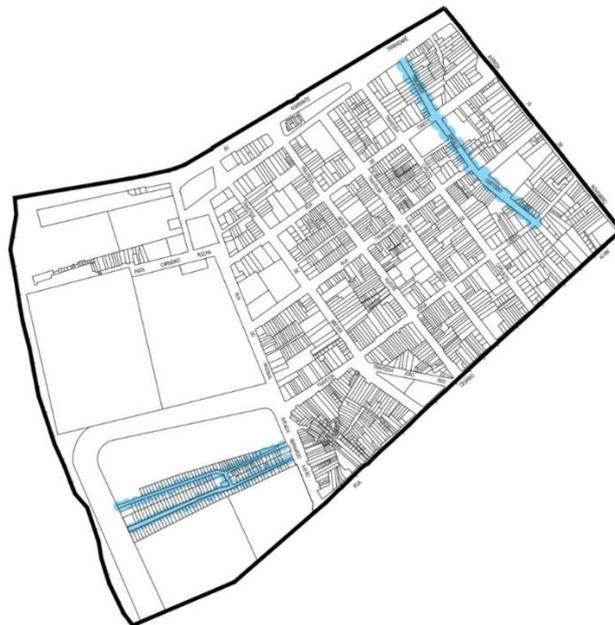


Figura 42: Espacialização dos pontos de maior ocorrência de alagamentos apontados pelos indivíduos. Fonte: CODEM, com modificações feitas pelo autor, 2022.

Os moradores, além de realizarem a manutenção periódica dos esgotos, também foram responsáveis por levar o asfaltamento à via. D. Heloísa conta que durante o período eleitoral de tempos atrás, foi descoberto pelos mesmos que a razão de o asfalto não ter chegado à rua Ângelo Custódio até então era devido ao fato de que nos arquivos da administração pública a via constava como “asfaltada”. Tudo isso ocorreu durante a campanha de um vereador que, com o intuito de conseguir votos, promoveu o asfaltamento de vias adjacentes. Assim, por meio da pressão e mobilização popular, os moradores conseguiram o que deveria ser seu por direito.

O Sr. José, por outro lado, conta que durante a gestão do prefeito Edmilson Rodrigues (1997 – 2004), houve a adoção da política do *orçamento participativo*, na qual cada morador da área contribuiu com cem reais e, a partir do total coletado, foi possível promover obras de infraestrutura relativas a esgoto, pavimentação, calçamento e iluminação. Ele lembra que a ação foi realizada em ruas como Carlos de Carvalho, Bom Jardim e Monte Alegre, e que vias como a Triunvirato, no entanto, só foram asfaltadas no governo posterior.

Algo apontado por D. Heloísa Matias é que, antes da pavimentação do entorno onde mora, por conta dos frequentes alagamentos, visitantes como ratos, baratas e até mesmo muçuãs³³ costumavam aparecer dentro das casas. Outra espécie animal que costumava surpreender os moradores ao aparecer nos quintais era a mucura³⁴. Quanto aos quintais, a mesma afirma que sua própria casa possuía um, no qual havia várias espécies de árvores frutíferas e criação de animais como porcos e galinhas. No entanto, para reduzir o incômodo relativo ao aparecimento de insetos e outros animais indesejados, o mesmo foi concretado.

Com a substituição da madeira pela alvenaria nas casas, D. Heloísa conta sobre a existência dos xagões nas casas e como essa solução promovia a sociabilidade entre os vizinhos. Segundo Coelho (2016), o *xagão* (ou *xarão*) é um prisma lateral, um “vão que em geral se estende, em paralelo ao corredor, até o quintal, ou se encerra no pós-puxado³⁵” e que constituiu um diferencial em casas coloniais construídas em Belém em comparação com a planta-tipo que a casa colonial brasileira comumente apresenta. Com a adaptação desse elemento a uma arquitetura mais “popular”, D. Heloísa afirma que era comum que seus vizinhos abrissem os *xagões* para que pudessem transitar pelos quintais uns dos outros, uma relação estabelecida a partir da confiança e boa convivência.

³³ O muçuã é uma espécie de quelônio (réptil com carapaça) onívoro semi-aquático de água doce encontrado principalmente na Amazônia e Nordeste brasileiros. Apesar de sua criação em cativeiro para produção comercial ser proibida, a carne do muçuã servida em sua própria carapaça é uma iguaria que é servida em restaurantes na cidade de Belém.

³⁴ Nome popular que o gambá recebe na Região Norte.

³⁵ O puxado é uma denominação utilizada para se referir a uma porção, um anexo, um acréscimo construído em momento posterior à edificação do corpo principal da casa.

A entrevistada complementa afirmando ainda que essa “cultura” de ter um quintal com várias espécies de árvores e criação de animais era algo muito comum entre os moradores da área, mas que com o tempo gradativamente se perdeu: “*era como se essa área aqui fosse ‘o sítio da patrimonial’³⁶*”. Algo também relacionado a essa ideia de “sítio” era a existência de vacarias para a venda de leite a moradores do bairro e proximidades. A mãe de D. Heloísa, D. Noêmia Cabral, conta que existia uma vacaria na rua Cesário Alvim, na margem da via que faz parte do Jurunas e onde hoje se encontra um edifício residencial.

Além das vacarias, existiam na área uma grande horta, segundo o Sr. José, a qual ficava situada na margem da Av. 16 de Novembro que faz parte do bairro da Campina, e que comercializava flores, verduras e legumes; e armazéns, como o Armazém Moju, citado por D. Heloísa, os quais vendiam produtos como trigo, milho, colorau e ração por atacado, mas também por varejo, vendendo por retalhos à população. Tais estabelecimentos tinham a função principal de abastecer mercadinhos, visto que por muito tempo ainda não existiam supermercados no bairro ou mesmo nas proximidades. D. Heloísa relembra ainda uma confecção de bolsas e sacolas na rua Carlos de Carvalho pertencente à família Corumbá, realizada na própria residência da família, a qual possuía características coloniais, mas que foi posteriormente descaracterizada.

Os estabelecimentos citados por D. Heloísa eram familiares: a mesma casa servia como moradia e também local de trabalho, caracterizando o uso misto, tão presente na área. O mesmo pode ser dito do Café Glória (fig. 43). A sede do antigo café, localizada na rua de Óbidos com a Ângelo Custódio, é um local que parece ter marcado a paisagem da área e, a bem da verdade, até hoje marca, visto que se destaca em relação às edificações próximas, mesmo quando comparado ao Supermercado Líder, edificação robusta de concreto e vidro a qual também atrai bastante atenção. Além da paisagem, o café parecer ter marcado também a memória dos moradores e frequentadores da área, visto que os entrevistados que moram ou conhecem o bairro há mais tempo sempre possuem algo para falar sobre o mesmo, como lembra D. Heloísa:

O Café Glória já foi uma potência na área. Eles faziam moagem, torrefação... eles abasteciam supermercados, [...] eram aqueles mercadinhos, né, daquela fase, mas nós tínhamos na época um grande problema: a poluição do ar. Era muito gostoso sentir o cheiro quatro da tarde... três, quatro da tarde, quando eles começavam a fazer a torrefação, mas soltava muita fuligem. As casquinhas, né, dos grãos de café... ixe! ficava poluindo a região. Mas nunca vi... que naquela fase ninguém reclamava de muita coisa, né, o povo não reclamava, mas... é... roupa no quintal a gente tinha que tá tirando porque senão ficava tudo sujo.

³⁶ Denominação a qual a entrevistada atribui para se referir à porção mais antiga do bairro da Cidade Velha.

Cátia Albernaz afirma que, quando criança, era possível sentir em sua casa o cheiro do café sendo torrado, e que no período em que estudava no Colégio General Gurjão, localizado na rua Triunvirato entre 16 de Novembro e Ângelo Custódio, próximo à fábrica, era possível sentir o aroma com mais intensidade. Conta ainda que o odor proveniente da torrefação dos grãos de café era tão forte e marcante que, mesmo quando não estavam sendo torrados, sua avó fechava os olhos e dizia ser capaz de sentir o cheiro.

Contudo, a produção do café começou a enfrentar uma gradativa decadência a partir do surgimento de grandes supermercados, marcas locais concorrentes e o adoecimento e posterior morte do dono da fábrica. Como seus herdeiros optaram por não continuar o negócio, a produção foi encerrada. Hoje, a casa da família ainda existe no local e a mesma ainda é habitada. Algo sempre citado nos depoimentos dos moradores é o jardim bem cuidado que existia (e ainda existe) no complexo.



Figura 43: A sede do antigo Café Glória, localizado na rua de Óbidos. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.



Figura 44: Publicidade do Café Glória feita em carro som, onde é possível ler “Beba Café Glória”. Fonte: Nostalgia Belém/Acervo Tonhão Sonorização, ano desconhecido.

Ainda em relação ao depoimento de D. Heloísa, a moradora destaca que a rua Ângelo Custódio, onde reside, possui o perfil de ser calma, tranquila, e que essa calmaria costuma aumentar a partir das 17h, quando a via passa a ficar soturna e, como consequência, traz a sensação de insegurança. Por conta disso, a professora afirma que os moradores do entorno passaram aos poucos a abandonar o hábito de se reunirem à porta de suas casas para conversar, ainda que continuem mantendo tal prática, principalmente durante o verão, segundo a mesma. D. Heloísa, que, no momento da entrevista se encontrava afastada da função de professora de geografia para tratar de um problema de saúde, conta que, ao se deslocar para o trabalho em uma escola distante de sua residência, a mesma necessitava passar pela Av. Almirante Tamandaré para tomar um ônibus, por vezes até quatro vezes por dia (ida e volta em dois turnos diferentes). No entanto, após ouvir relatos de colegas de trabalho que foram assaltados na referida via principalmente no horário após o almoço, quando a mesma costuma ficar mais deserta, a professora passou a tomar medidas como chamar um táxi ou permanecer na escola sem voltar em casa para o almoço.

Em relação à insegurança, D. Heloísa complementa afirmando que o muro cego da Escola Estadual de Ensino Fundamental General Gurjão, que possui uma face voltada para a rua Ângelo Custódio, também contribui para torná-la perigosa. Acrescenta que a instalação de uma academia de formação de vigilantes na rua e a reinauguração do Supermercado Líder, próximo a sua residência, foram fatores que promoveram um maior movimento na via, com um considerável aumento do fluxo de veículos, mas não de pedestres. Contudo, por vezes os alunos da academia e a própria instituição acabam por utilizar a rua de forma “*um tanto indevida*” segundo as palavras da mesma, com a instalação de vagas para bicicletas e uma lixeira, ambas na calçada, dificultando a locomoção dos transeuntes bem como o estacionamento de veículos na porta de algumas casas.

O movimento provocado pela reinauguração do supermercado também é algo atestado pelo Sr. José Vasconcelos, que afirma que a vila em que reside é tranquila, visto que, segundo o morador, nunca aconteceu nenhum assalto na mesma. Tal afirmação, no entanto, não pode ser dita a respeito da rua Carlos de Carvalho, a qual só possui maior movimento e concentração de pessoas no trecho próximo ao supermercado. Mesmo durante o dia, grande parte das residências do logradouro estão fechadas, aparentando não ter moradores presentes, o que contribui para que o transeunte tenha uma sensação de insegurança ao caminhar pelo mesmo.

Cátia Albernaz também considera a falta de segurança um grande problema do entorno onde mora. Ela fala que apesar de o Portal da Amazônia ter promovido uma maior movimentação da área (principalmente aos domingos) e gerado emprego e renda, juntamente

com tais fatores positivos veio acompanhado um aumento da insegurança pública no local. Por conta disso, os moradores da rua de Cátia não possuem o hábito de se reunir em frente as suas casas. Segundo a mesma, isso é algo que ainda era possível há cerca de 10 anos, porém hoje não mais. Por essa razão, os vizinhos costumam se reunir uma vez por mês em uma capela existente ao lado da casa de Cátia, onde realizam uma trezena; e que também serve como um local para socializar, visto que durante os encontros mensais, além da reza, os mesmos aproveitam para “colocar a conversa em dia” e debater sobre as principais necessidades da comunidade.

Jacobs (2011, p. 29) afirma que: “quando as pessoas dizem que uma cidade, ou parte dela, é perigosa ou selvagem, o que querem dizer basicamente é que não se sentem seguras nas calçadas”. Segundo a autora, é fundamental que os cidadãos possam se sentir seguros e protegidos na rua em meio a desconhecidos, não se sentindo ameaçados por eles. Quando isso não ocorre, é porque houve uma falha. Ela complementa afirmando que: “não é preciso haver muitos casos de violência numa rua ou num distrito para que as pessoas temam as ruas. E, quando temem as ruas, as pessoas as usam menos, o que torna as ruas ainda mais inseguras”.

Assim, a autora propõe que uma rua com infraestrutura necessária para receber desconhecidos e, ao mesmo tempo, oferecer segurança para os transeuntes deve possuir uma nítida separação entre o espaço público e o privado; bem como devem existir “olhos para a rua”, sendo tais olhos pertencentes aos chamados proprietários naturais da rua. Os edifícios devem ter sua entrada principal voltada para a rua, evitando que seus fundos ou um lado morto estejam voltados para a via, deixando-a cega. Já a calçada deve ter usuários transitando ininterruptamente, tanto para aumentar na rua o número de olhos atentos, quanto para induzir um número suficiente de pessoas de dentro dos edifícios da rua a observar as calçadas, o que promove um “policimento” da via pelos próprios pedestres e moradores (JACOBS, 2011, p. 35-36).

Ademais, a diversidade de usos das edificações também é um fator que contribui para levar vida às ruas, aumentando a sensação de tranquilidade e segurança e fazendo com que as vias não sejam somente residenciais, possuindo pontos de comércio e serviços instalados em pontos estratégicos, como as esquinas. A ocupação de edificações de esquina por mercearias seria uma alternativa para promover isso. No entanto, muitos desses locais viraram residências ou foram desativados no bairro. Essa é uma reflexão importante e pertinente e que cabe à esta parte da Cidade Velha após os relatos dos moradores acerca da insegurança pública. A espacialização dos pontos da “nova” Cidade Velha apontados como os mais inseguros a partir dos relatos dos moradores é apresentada na figura 45:

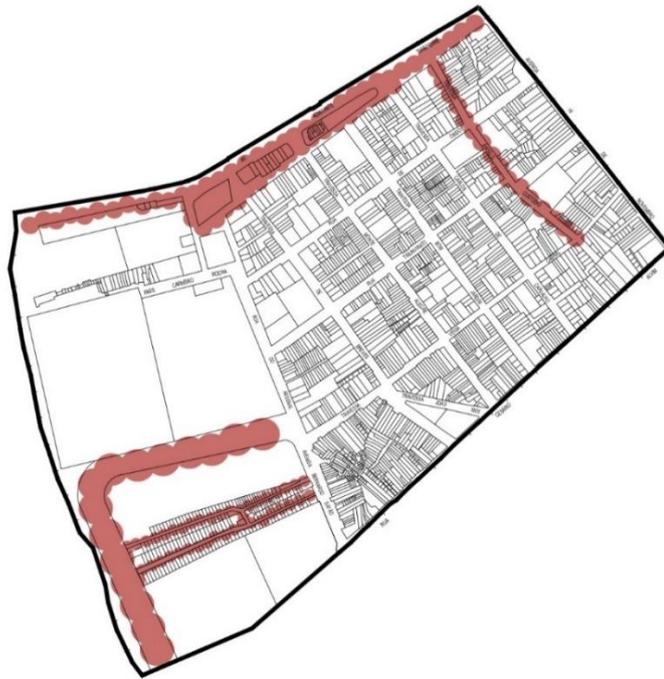


Figura 45: Espacialização dos pontos de maior insegurança apontados pelos indivíduos. Fonte: CODEM, com modificações feitas pelo autor, 2022.

Outra questão também apontada pelos próprios moradores é a da sinalização. Devido ao fato de D. Heloísa ser professora de geografia, a mesma considera que as placas existentes no bairro como um todo são insuficientes. Ela destaca o fato de que as placas são essenciais para orientar quem não conhece a área e fala isso se referindo especificamente a motoristas de aplicativo ou taxistas, que muitas vezes se confundem quanto a orientação do trânsito das vias do bairro por seguirem o que o *GPS* mostra, o que, por vezes, não condiz com a realidade.

Aqui, essa rua é agraciada, né? Nós temos placa até demais aqui: placa pra um lado, placa pro outro... mas tem áreas da Cidade Velha que não tem nada, não. Você não sabe que esquina é aquela... é... tem algumas passagens que são os moradores que fabricam a placa. Aqui, aqui na Carlos de Carvalho nós temos isso, né, que a placa foi feita por... pelos moradores da passagem. Então é... já melhorou muito, né, do que foi no passado, mas falta sinalização.

A boa relação entre os vizinhos é um fator essencial para que os mesmos se reúnam e se mobilizem em torno de uma causa comum ao coletivo. Assim como na vizinhança de D. Heloísa, Cátia relatou sobre um vizinho que possui iniciativa ao representar a comunidade na busca pela solução de problemas. Ela contou especificamente sobre um problema com o esgoto, o qual foi resolvido graças à atitude do mesmo e sobre o asfalto, o qual ele foi “pedir” à Secretaria Municipal de Saneamento (SESAN).

Assim, mais uma vez é possível perceber por meio do discurso, que algumas questões de responsabilidade da prefeitura só são resolvidas graças a atitudes que partem dos próprios moradores, que, felizmente são mobilizados o suficiente para fazer a mudança acontecer, ainda que não seja algo de incumbência dos mesmos. Embora muitos deles ainda precisem ter a consciência e fazer sua parte em relação a questões como o despejo de lixo em locais inapropriados, por exemplo, é fato que a população sofre um grande descaso por parte da administração pública, que falha em assegurar seus direitos.

Algo também mencionado pelos entrevistados são alguns tipos de desconforto existentes no perímetro onde moram. Para D. Heloísa, o calor na área onde mora é uma constante. Ela afirma que esse incômodo com a temperatura aumentou primeiramente a partir do momento em que prédios começaram a ser erguidos na Av. 16 de Novembro, bloqueando a passagem do vento. Com a reinauguração do Supermercado Líder, que passou a contar com três pavimentos, essa sensação térmica aumentou ainda mais, pois, segundo ela, por conta da altura, a construção funciona como um grande “*paredão de concreto*”. Dessa forma, o prédio do Supermercado além de ser uma barreira física para a passagem do ar, se tornou também um obstáculo visual, pois os moradores passaram a não mais enxergar as torres da Igreja da Sé, que constituem um elemento marcante³⁷ para os mesmos.

O calor também é percebido por conta do grande muro da academia de formação de vigilantes que fica próxima à casa de D. Heloísa. Ela conta que passar pelo mesmo evoca lembranças de infância, visto que a sensação de quentura é comparável à que emanava do muro de uma padaria que existia nas cercanias de sua residência. A padaria a qual a mesma relata usava forno à lenha para a panificação.

Já Cátia Albernaz relata que o desconforto maior existente na área onde mora consiste na poeira e o cheiro de juta oriundos da antiga fábrica da Companhia Amazônia Têxtil de Aniagem - CATA³⁸ (fig. 46), localizada na Av. Bernardo Sayão. Mesmo com a desativação da fábrica, a entrevistada afirma que ainda existe um maquinário guardado na sede da empresa e que quando o vento bate ainda é possível sentir o cheiro da juta anteriormente usada para a

³⁷ Lynch (1982) define os pontos marcantes como um dos elementos que compõem a paisagem de uma cidade. Tais pontos atuam como um tipo de referência visual usada para a localização e distinção de determinada área em meio a uma grande quantidade de outros elementos. Podem consistir em um edifício, um sinal, uma loja ou montanha ou mesmo torres isoladas, cúpulas ou colinas extensas. Alguns pontos são essencialmente locais, podendo ser avistados apenas em regiões restritas e a certa proximidade (LYNCH, 1982, p. 59).

³⁸ A CATA foi fundada em 1962 em Belém e iniciou suas atividades fabricando embalagens a partir de fibras naturais (juta). Em 1984 passa a atuar também no Nordeste, com o início das operações na unidade de Camaçari, na Bahia. Em 2004 há a transferência da unidade de fabricação de embalagens industriais da sede de Belém para a de Camaçari e, com isso, a fábrica da empresa no Pará é desativada. Desde então o grupo atua no Nordeste, no estado da Bahia com duas fábricas, e no Centro-Oeste, com uma fábrica em Rondonópolis, Mato Grosso.

fabricação de embalagens. Além disso, o mato que cresce na antiga sede da empresa e que não é carpido se torna propício para o desenvolvimento de mosquitos vetores de doenças como dengue e chikungunya, já contraídas por muitos dos moradores da vizinhança.



Aí está, em Belém, às margens do Rio Guamá, a CATA – Companhia Amazônia Têxtil de Anilagem. Há mais de 10 anos ela tem levado a juta e a malva paraenses por todo o Brasil e exterior, tornando nosso Estado mais conhecido e respeitado pelo mundo afora. Para o êxito da CATA tem sido muito importante a ação constante dos produtores de juta e malva, especialmente concentrados na grande região santarena e que fornecem a preciosa matéria-prima a ser industrializada.

Nesta oportunidade, a CATA associa-se à FIBRASA e à TRANSCATA, participando das alegrias do povo de Santarém no momento em que se realizam as festividades de Nossa Senhora da Conceição, sua excelsa padroeira.



Companhia Amazônia Têxtil de Anilagem
C A T A
Rua do Arsenal, 138
Fones: 22-0543 – 22-0743 e 22-0943
Belém - Pará



TRANSCATA S.A.
Transportes, Representações
e Comércio
SÃO PAULO (Matriz), Rua Eunice, 570
Fone: 292-0960
BELÉM (Filial) Av. Bernardo Sayão, 138
Fone: 23-0382



FIBRAS DA AMAZÔNIA S/A
FIBRASA
Av. Antônio Simões (Bairro da Prainha)
Caixa Postal: 67
SANTARÉM-PARÁ

16

Figura 46: Anúncio com imagem aérea do complexo industrial da CATA veiculada na revista anual com programação da festa de Nossa Senhora da Conceição em Santarém (PA) no ano de 1974. Fonte: https://www.icbsena.com.br/revista.php?id_revistas=23. Acesso em: 24 set. 2019.

Sobre a CATA, a entrevistada Bernadeth Beltrão considera que a indústria “*não era uma fábrica que tava no centro da cidade, mas tava dentro da cidade*” (situada numa área periférica, no caso). A doutoranda possui muitas considerações sobre a fábrica, tendo em vista o fato de ser vizinha da mesma, assim como Cátia. As críticas de Bernadeth dizem respeito principalmente ao ruído que a fábrica gerava (e ainda continua gerando, mesmo depois de desativada): “*Quando eu trazia meus amigos aqui pra casa, por algum motivo, pra fazer trabalho ou por aniversário, enfim, vinha alguém de fora, o pessoal sempre achava que tava chovendo. E não tava chovendo, era a CATA*”.

Ela afirma que quando a indústria foi desativada de vez, os moradores conheceram o silêncio “de verdade”: “A gente jurava que isso nunca ia acontecer. Ninguém acreditou quando a CATA fechou, sabe?”. E complementa:

Nossa, na hora de dormir, antes de ela fechar, meu Deus... era umas 3h da manhã, sei lá o que acontecia... [...] por que antes de ela fechar, ela começou a diminuir o período de trabalho, então de madrugada ela desligava as máquinas e aí era um período que eu acho que pela primeira vez a gente aqui da área se aproximava do silêncio. [...] Então diminuía tanto o ruído que a gente conseguia ouvir o que o pessoal da CATA conversava.

Ela ainda não foi demolida completamente. O que foi demolido foram os blocos principais onde se fazia acho que sarrapilha. Ficou a frente dela, né. Só que ficou os galpões lá pra trás. E aí ela é uma mistura de estacionamento com alguma coisa que até hoje ainda não consegui descobrir e que gera ruído ainda (24 horas por dia). [...] são umas máquinas grandes, mas que não produzem nada, não, além de ruído.

Além da questão dos ruídos, a poeira, algo também mencionado por Cátia Albernaz, é algo que continua incomodando os moradores mesmo depois do encerramento das atividades da fábrica. Bernadeth e o irmão são asmáticos e sofreram muito com a poluição do ar pela indústria. Além da intensificação dos problemas respiratórios por conta da poeira, Bernadeth também relata ter sofrido com muitas alergias durante o período de funcionamento da fábrica. A doutoranda também pontua outros impactos advindos do encerramento das atividades da fábrica, como a maior sensação de insegurança, por exemplo:

Até hoje eu acho... ela já foi demolida, né? [...] Mas até hoje vem poeira. Muita poeira. [...] Depois que ela fechou, que teve esse impacto visual, né? Não só visual, como acústico, como sanitário, a gente viu assim melhorar bastante essa condição acústica aqui do ambiente [...]. Mas ficou a insegurança. Se eu te mostrasse assim as fotos... ficou assim um vazio enorme. É uma área muito grande pra vigiar. E eles não vão vigiar porque enfim, não tem nada pra roubar. E aí as nossas casas, principalmente essas casas que tem as costas, que tem o quintal pra CATA, elas são casas que ficam muito vulneráveis. Então a gente fica com muito receio. Já aconteceu, por exemplo, de ladrão roubar aqui na vila, subir aqui pelo portão de casa, correr aqui pela sacada de casa e sair na CATA. A casa é praticamente do ladrão, ele já sabe tudo.

Por fim, Bernadeth afirma que a CATA funcionava como uma barreira física quanto aos inúmeros raios que caem na área, possivelmente devido à proximidade com o rio: “A CATA ela tinha um pára-raio. E isso deixava a gente confortável de certa forma, né. Só que agora é um descampado enorme. Aqui na orla cai muito raio. Cai muito raio na Orla. Já morreu gente atingida na Orla por raio”.

Uma outra queixa dos moradores é em relação à falta de alguns serviços no bairro. Para a dona de casa Silvana Costa³⁹, à época da entrevista com 49 anos, o bairro, carece de creches. Ao mencionar isso, a mesma lembra que os colégios existentes na área, como o David Salomão Mufarrej ou o General Gurjão, não atendem somente a estudantes do bairro da Cidade Velha. Silvana comenta sobre sua infância, a qual viveu no bairro do Jurunas e que, por conta de ela e suas amigas não terem conseguido vaga para estudar no bairro onde moravam, foram remanejadas para escolas do bairro da Cidade Velha (Colégios Rui Barbosa e General Gurjão). Ela lembra também de serviços prestados à comunidade estudantil como exames de saúde, realizados pelo exército e a primeira eucaristia, realizada na Igreja da Sé, e que tinha sua “propaganda” feita no ambiente escolar, com o objetivo de convidar os estudantes a participar. Segundo a mesma “*no Jurunas não tinha nada disso*”.

A falta de uma agência bancária e uma de correios também é algo apontado por Cátia Albernaz. Ela complementa afirmando que o bairro é carente de um centro comunitário. A mesma justifica sua opinião argumentando que é necessário estreitar as relações entre os moradores, bem como promover atividades que ocupem as crianças e jovens da área, afastando-os da criminalidade, promovendo um trabalho social, visto que, segundo a entrevistada “*tem muita criança ali (se referindo à área onde mora) que precisa de orientação e não tem*”.

Já Bernadeth considera que falta no bairro um posto de saúde que atenda à todas as necessidades dos moradores, mas conclui que a sua inexistência se deve a percepção do poder público de que a Cidade Velha é uma área nobre, apesar de em sua opinião não ser. Embora uma unidade básica de saúde (UBS) tenha sido inaugurada em março de 2020 na área do Portal da Amazônia (Rua Osvaldo de Caldas Brito, localizada, por sua vez, no bairro do Jurunas), como uma forma de “desafogar” a unidade básica do Jurunas e também atender aos moradores da Cidade Velha, Bernadeth pontua que a mesma não realiza a aplicação de vacinas, por exemplo, o que faz com que os moradores precisem se dirigir ao posto do Jurunas, localizado na Rua Fernando Guilhon. Ela destaca que há não tanto tempo, quando a Marinha ainda possuía uma maior integração com a comunidade, esse deslocamento não seria necessário⁴⁰.

Os depoimentos de algumas das moradoras entrevistadas a respeito de assuntos e termos em comum pode ser sintetizado no quadro a seguir, onde cada tema será identificado por uma cor para facilitar seu entendimento. O quadro foi elaborado como uma adaptação do uso do conceito de arquivo mnemônico do lugar por Uglione (2008, p. 145-146). Segundo a abordagem

³⁹ Entrevista concedida em 21 de abril de 2019.

⁴⁰ O terreno onde está localizado o prédio do Comando do 4º Distrito Naval também é responsável por abrigar o Hospital Naval de Belém.

desenvolvida pela autora, o arquivo mnemônico é uma alusão ao processo de escritura realizado por uma espécie de “máquina” de inscrições das percepções no psiquismo e que é ativada tanto pelos estímulos internos quanto pelos estímulos externos ao sujeito. A “máquina” de escrever é acionada, por exemplo, quando uma tarefa de rememoração é realizada. Portanto, é chamado de arquivo mnemônico do lugar o processo realizado quando é feita a alguém alguma demanda de rememoração acerca de um lugar (um espaço construído e seu entorno) na cidade (Quadro 01).

| Tema | Entrevistada | Depoimento |
|---|-------------------|---|
| <p>Transformações na aparência do perímetro onde mora por conta do projeto do Portal da Amazônia</p> | Bernadeth Beltrão | <p><i>Tinha sim um impacto visual, né, com o canal, que era aberto. Então os moradores da rua do Arsenal moravam em palafitas ou como eles diziam, moravam em beira de vala, e agora a gente tem o canteiro, no lugar do canal a gente tem o canteiro, tem uma rua asfaltada, mas isso, como eu tô te falando, mascara um pouco, né? Porque o que antes não alagava agora tá alagando e agora tá todo esse processo aí de deterioramento, né. E não tinha isso. Então, assim, você tapou o canal, você deixou algo visualmente agradável, porquê é muito mais agradável tu enxergares o canteiro central com uma graminha, com uma vegetação e você utilizar esse espaço que antes você não utilizava pra correr, pra passear, enfim, do que você olhar o canal em si. Mas tem essas outras consequências. Então sei lá, nem sei o que é pior. Então isso disfarça um pouco, isso é uma forma de disfarçar.</i></p> |
| <p>Transformações na aparência do perímetro onde mora por conta do projeto do Portal da Amazônia</p> | Cátia Albernaz | <p><i>Antigamente era pior porque tinha o canal, não tinha né... não tinha assim aquela estrutura pra gente andar, não tinha calçada... agora não, melhorou bastante. Tá bem melhor. Ficou uma coisa mais moderna, a aparência tá bem melhor do bairro.</i></p> |
| <p>Ocupação do perímetro onde mora</p> | Bernadeth Beltrão | <p><i>A gente aqui não tem nem a posse do terreno. A gente não tem documento de posse. A gente tem é recibo que os meus pais pagaram para o português que era dono da estância. Por que tinha a estância e essa vila aqui, os lotes aqui, eram desse português. Então o que se tem é isso de registro da casa.</i></p> |
| <p>Ocupação do perímetro onde mora</p> | D. Heloísa Matias | <p><i>Essa área aqui, por exemplo, a minha avó ela [...] que se apropriou, do tipo de colocar mesmo é... pedaço de... de vara, né, de toco, o que ela achava, ela ia e ela foi demarcando na raça mesmo, e muita gente fez isso porque ainda é</i></p> |

| | | |
|---|-------------------|---|
| | | <i>considerado área de marinha. Só que nós nunca fomos procurados pela Marinha. Eu tenho amigos mais pra lá, [...] mais pra perto mesmo da Marinha (referindo-se ao prédio do Comando do 4º Distrito Naval da Marinha do Brasil, localizado na Praça do Arsenal) que sempre tiveram aquele incomodo de pagar é... o imposto pra Marinha, pra área de Marinha e o IPTU, né, aquela confusão toda, não sei como é que tá hoje em dia. Pra cá nunca fomos (procurados).</i> |
| Lugares desagradáveis | Bernadeth Beltrão | <i>A própria orla eu considero desagradável porque eu caminho sozinha, vou pra lá sozinha, e ainda que tenha assim, bastante gente na orla, tem muito assédio ali, sabe? [...] e aí é muito chato isso. Muito, muito chato mesmo. Então me sinto um pouco insegura. Não tanto em relação a assalto, até porque não caminho com coisas de valor. Mas eu fico um pouco insegura sim, principalmente quando chega ali pra Mundurucus. Mas essa parte aqui mais próxima da Cidade Velha, como é mais familiar pra cá do que pra lá, me sinto mais insegura pra lá.</i> |
| Lugares desagradáveis | D. Heloísa Matias | <i>Desagradável eu não digo um local, mas é a extrema falta de segurança que a Cidade Velha é... tá tendo e não é de pouco tempo. Então, o que tirou de agradável: a porta... durante o verão a gente poder sentar e ter conversas agradáveis e olhar pro nada, porque as vezes a rua, essa rua aqui ela termina num beco, né? Mas o fato dos vizinhos poderem sentar, conversar, sempre foi muito bom, então é desagradável a falta de segurança mesmo... em todo o bairro.</i> |
| Impactos do Portal da Amazônia na vida dos moradores | Cátia Albernaz | <i>[...] Ultimamente tá muito desagradável principalmente aqui depois que fizeram aí essa nova avenida... tem muito assalto, a gente não se sente à vontade. A gente não sente à vontade nem de sair de casa. [...] Porque na época que eu morei ali na Vila Conceição era aquele período de ponte, canal... ainda peguei o período da ponte, o canal, essas coisas... tinha assaltante, essas coisas, mas não era do jeito que tá. A gente sabia porque era aqueles... diz a mamãe que conta, eram os assaltantes “da elite”, que eles assaltavam nos bairros pra cá, chiques. Lá (na vila e proximidades) eles não assaltavam os vizinhos, essas coisas, e agora não. A insegurança tá demais, olha. Muito, muito grande.</i> |
| Impactos do Portal da Amazônia na vida dos moradores | Bernadeth Beltrão | <i>Antes tinha muito assalto. Nossa, tinha uma época que era só assalto. Era assalto na orla, depois era assalto nas vilas porque enfim né, o pessoal passa pela vila pra ir pra orla. Mas depois melhorou, sabe? Melhorou bastante, Graças a Deus. [...] Tem mais impactos positivos do que negativos. E os negativos o maior de todos é esse... é essa</i> |

| | | |
|--|--|---|
| | | <p><i>poluição sonora. E o tráfego, o fluxo de veículos nesse período que eu te falei de domingo, sábado... principalmente domingo, é bem ruim porque isso traz uma insegurança muito grande de atropelamento... eles fazem racha aí na orla. [...] e aí é terrível isso, porque a gente escuta tudo, né.</i></p> |
|--|--|---|

Quadro 01: Arquivo mnemônico. Elaborado por Sidney Costa Filho, 2022.

Um outro momento da pesquisa foi composto por visitas⁴¹ realizadas durante um ciclo de incursões no mês de outubro de 2020, no qual foi possível visitar o Parque Zoobotânico Mangal das Garças (fig. 47), desta vez não como morador do bairro da Cidade Velha, mas sim como pesquisador. Portanto, um olhar diferenciado era exigido pela situação, assim como apesar de o *locus* em questão não ser completamente estranho ao pesquisador, seria necessária uma postura de estranhamento em relação ao mesmo. O estímulo para a realização de tais incursões na ocasião foi a produção de um artigo final elaborado em dupla com a mestrand Thays Queiroz para a disciplina de Método Etnográfico, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação.

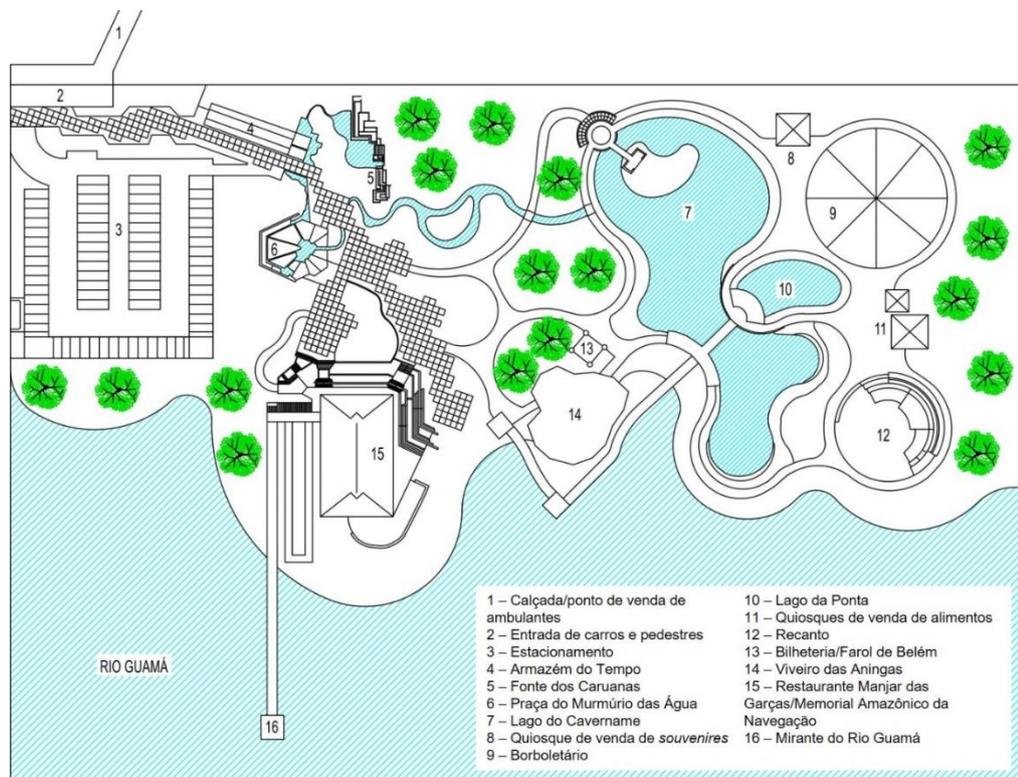


Figura 47: Implantação do Mangal. Fonte: Redesenho feito pelo autor, 2021, a partir de ilustração originalmente publicada na Revista *Landscape Architecture*, 2021, v. 96, n. 4, p. 123, abr. 2006.

⁴¹ Visitas realizadas nos dias 09 (sexta) e 10 (sábado) de outubro de 2021.

Em tais incursões, foi possível, num primeiro momento, observar e “entender” o contexto antes de abordar os sujeitos para o diálogo, que poderia ocorrer ou não. Assim, uma das primeiras coisas que se pode pontuar sobre o Mangal é que, logo em sua entrada (fig. 48), é possível notar a presença de vendedores comercializando diversos produtos: pipoca, chopp⁴², picolé, água mineral e de coco. Os visitantes que chegam a pé ao local têm suas temperaturas aferidas na entrada, procedimento adotado pela administração do parque para retomar o funcionamento em um contexto de pandemia, assim como outras medidas de prevenção, como a distribuição, ao longo do parque, de lavatórios e *totens* com instruções de como se proteger da Covid-19 (fig. 49) e o bloqueio, naquele momento, ao Mirante do Rio, espaço do parque com potencial para gerar aglomerações.



Figura 48: Vista da entrada do parque. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.



Figura 49: À esquerda, um totem com as medidas de prevenção à Covid-19. À direita, um dos lavatórios espalhados pelo parque. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

⁴² O chopp, no Pará, é o equivalente ao sacolé, geladinho, gelinho, dim-dim ou chup-chup de outras regiões do país.

Foi observado que o movimento de visitantes no parque durante a manhã de sexta-feira foi um pouco menor em comparação ao período da tarde do mesmo dia. Observamos também que as famílias com filhos representam a maior parcela dos visitantes, em detrimento dos casais e visitantes desacompanhados. Outro fato que merece ser mencionado é a grande quantidade de ensaios fotográficos realizados no local; sejam eles de gestantes, casais, de aniversário ou formatura; tanto no período da manhã (principalmente no sábado) quanto no fim da tarde. As sessões de fotos nos fizeram perceber o quanto são responsáveis por interferir na dinâmica espacial ao interromperem constantemente o traslado dos transeuntes, obrigando-os a fazer uma pausa entre um registro e outro, para, assim, poderem seguir seu caminho em passos apressados, numa tentativa de se desvencilharem da situação.

Após um primeiro momento durante a manhã de sexta-feira em que foi dado enfoque à observação, partiu-se para a abordagem aos visitantes. Os primeiros indivíduos abordados foram Alberto, 26 anos, e Irlene, 24, que estavam no parque a passeio com a filha. A família⁴³ estava reunida em uma das mesas de um dos quiosques de venda de alimentos situado próximo ao borboletário e, como Thayse e eu já estávamos sentados ali próximo há algum tempo, conversando e observando o movimento de pessoas, achamos conveniente nos aproximar deles. E assim o fizemos.

O jovem casal afirmou não visitar o parque com frequência: Alberto estava visitando pela primeira vez, enquanto Irlene, pela segunda. Afirmaram que, por conta da filha ainda criança, costumam visitar com maior frequência locais como o Museu Emílio Goeldi, por residirem no bairro do Guamá, mais próximo do Museu, e o Portal da Amazônia, situado ao lado do Mangal, ainda que em relação a este último sejam mais temerosos a respeito da violência. Afirmam que o Mangal é um espaço agradável e organizado, onde percebem que os animais possuem uma maior liberdade (neste momento Irlene compara o Mangal ao Museu Goeldi, onde a maioria dos animais ficam presos). No entanto, o lado ruim desta liberdade, segundo Irlene, é o fato de muitos pais não orientarem os filhos quanto ao trato com os animais, alimentando-os ou chegando perto demais dos mesmos, o que pode causar estresse aos bichos.

Outro visitante abordado foi Lucélio⁴⁴, 30 anos, que estava acompanhado dos dois filhos, a esposa e uma senhora que aparentava ser a avó das crianças. Ele nos relatou que estava visitando o parque pela segunda vez, apesar de já morar em Belém há 10 anos. Quanto à esposa, no entanto, esta era somente sua primeira visita. Ele nos contou que costuma visitar com maior frequência espaços como o Feliz Lusitânia, onde costuma levar conhecidos que vêm visitar a

⁴³ Entrevista realizada em 09 de outubro de 2020.

⁴⁴ Entrevista realizada em 09 de outubro de 2020.

cidade, para mostrar “o início” da mesma, e também a Estação das Docas e o Ver-o-Rio. Como ponto positivo do parque, Lucélio destaca o fato de “*não parecer estar dentro de Belém*”, devido ao contato com a natureza que o local promove. Como ponto negativo, aponta o fato de os visitantes não poderem chegar tão perto dos animais ou tocá-los, “*sentir um pouco da presença deles*”, nas palavras do entrevistado; diferindo da observação citada na entrevista anterior sobre a aproximação indevida de alguns visitantes para com os animais.

No sábado de manhã, em meio ao grande contingente de visitantes, maior que no dia anterior, conseguimos conversar com o senhor João⁴⁵, que estava sentado contemplando os flamingos no lago bem a sua frente. Apesar de ser belenense, ele nos relatou que há muitos anos não mora mais em Belém, mas sempre volta pelo menos uma vez ao ano à sua terra natal, geralmente no mês de outubro, para participar do Círio de Nazaré. João conta que desde sua última visita ao Parque, percebeu uma melhora no local, ao ver “*tudo mais verde e bonito*”, associando esse cenário a ausência de visitas no Parque por três meses devido à pandemia, e elogiou o Mangal por ser “*uma floresta dentro da cidade*”, afirmando que só é possível ter a mesma sensação no Museu Paraense Emílio Goeldi e o Bosque Rodrigues Alves, os quais, no entanto, estão localizados em bairros mais distantes da Cidade Velha.

Durante este ciclo de incursões, ainda no primeiro dia, também foi possível conversar com profissionais que trabalham no parque, diálogos que julgamos necessários que acontecessem para que tivéssemos acesso a outros pontos de vista acerca do espaço. Sendo assim, na sexta-feira (09 de outubro de 2020), em uma parada pelo quiosque do parque onde são vendidos produtos artesanais e *souvenires* (fig. 50), conversamos com o artesão Medeiros, carioca que, naquele momento, residia há pouco mais de um ano em Belém. A forma como o abordamos foi perguntar sobre as famosas cachaças de jambu, comercializadas no estabelecimento em garrafas de diversos tamanhos e em doses, o que propiciou o início de um diálogo aparentemente superficial, que, no entanto, tomou relevância à medida em que o entrevistado se sentiu mais à vontade para nos revelar suas experiências dentro do parque.

O senhor Medeiros nos contou que veio à cidade em junho de 2019 com o objetivo de produzir e vender camisas do Círio personalizadas com estampas pintadas por ele mesmo e que, após a festividade, ocorrida em outubro do mesmo ano, seus irmãos mais velhos convenceram-no a “*ficar por aqui mesmo*”. Perguntamos como estava o movimento e as vendas no ano de 2020 devido a pandemia e, com um tom quase que saudosista, ele relatou que nem se comparava ao sucesso do ano anterior.

⁴⁵ Entrevista realizada em 10 de outubro de 2020.

No quiosque do Mangal, ele afirmou que trabalha de 9h às 18h. Além disso, revelou que também possui uma barraquinha de artesanato na Estação das Docas, onde dá continuidade ao seu expediente de serviço até as 22h. Ao estabelecer um comparativo entre os dois locais de trabalho, afirmou que tanto em 2019, com o movimento normal de visitantes, quanto no ano de 2020, com a redução de transeuntes nos pontos turísticos, as vendas foram mais lucrativas na Estação das Docas devido ao número substancialmente superior de pessoas que preferem frequentar o segundo espaço.

Ao fim da nossa conversa, quando revelamos os verdadeiros motivos para estarmos “passeando” pelo Mangal das Garças, imediatamente ele nos aconselhou a procurar Maria de Fátima, uma senhora que trabalha em um dos quiosques de venda de alimentos localizado a poucos metros de onde estávamos. O senhor Medeiros garantiu que D. Fátima, mais do que qualquer um que trabalhasse no parque, sabia de muita coisa que já havia acontecido no lugar e que tinha muitas histórias pra contar, possuindo um jeito engraçado de contá-las. Antes de nos despedirmos, perguntei ao senhor Medeiros se ele teria alguma objeção acerca do registro de seus relatos, ao que ele negou. No entanto, o que chamou nossa atenção não foi a resposta dada instantaneamente, mas sim o olhar intrigado lançado sobre nós, como se quisesse perguntar o que teria de relevante na descontraída conversa que havia acabado de acontecer ao ponto de ser inserido em uma pesquisa.



Figura 50: Vista do quiosque de produtos artesanais paraenses. Sua forma e materiais evidenciam a busca por uma regionalidade na concepção do parque. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

Em mais uma tentativa de aproximação com funcionários do parque, a senhora Maria de Fátima se mostrou bastante ocupada para dedicar algum tempo a nos relatar suas vivências no local. De fato haviam alguns clientes esperando atendimento e, para que pudesse ajudar de alguma forma, ela pediu que esperássemos alguns minutos e então nos conduziria a algum outro funcionário que poderia ser de grande valia à pesquisa. Segundo Rocha e Eckert (2008, p. 05), o antropólogo pode ser “iniciado” no seu trabalho de campo por um dos membros do grupo que investigam, denominado de “interlocutor principal”; o “nativo” que facilitará a relação e os primeiros contatos do pesquisador com demais membros.

Conforme o prometido, fomos conduzidos pela senhora Maria de Fátima ao biólogo Basílio Guerreiro e ao veterinário colombiano Camilo, os quais, na ocasião, estavam trabalhando no parque há 1 ano e 4 meses e 1 ano e 3 meses, respectivamente. Os dois foram bastante solícitos e nos receberam de imediato. No entanto, ainda assim, o fato de terem sido tão acessíveis nos deixou surpresos, ainda mais por se tratarem de pessoas ocupando cargos de tanta importância no quadro de funcionários do parque.

Basílio nos revelou que os animais do Mangal são de vida livre, algo que desconhecíamos. Este tipo de animal não necessariamente vive restrito ao parque: muitos deles se alimentam no local e utilizam outros lugares como dormitório, como, por exemplo, a Praça Batista Campos, no caso das aves e especificamente as garças. O inverso também acontece, com os animais utilizando o Mangal como lugar para se abrigarem durante a noite. Assim, eles são livres para ir e vir. A intenção dos profissionais do parque que lidam diretamente com os animais é de, segundo Basílio, deixá-los à vontade, evitando ao máximo que os mesmos passem por situações de estresse, o que pode comprometer a saúde dos bichos. O biólogo afirmou que, apesar de o parque ter permanecido fechado durante praticamente 4 meses durante a pandemia, de março a julho, a visitação foi cancelada, mas o trabalho com os animais não sofreu interrupção.

Uma das perguntas feitas aos profissionais foi como era, para eles, trabalhar no parque. As respostas a esta pergunta podem ser conferidas no quadro abaixo, o qual compara as falas dos dois e identifica similaridades em seus discursos utilizando um quadro elaborado de acordo com o conceito de arquivo mnemônico do lugar segundo Uglione (2008):

| | |
|--|---|
| Entrevistado: Basílio (biólogo do parque) | Entrevistado: Camilo (veterinário do parque) |
| <i>É maravilhoso. Como qualquer trabalho, tem seus percalços, né. Mas é um ambiente super agradável pra trabalhar, pra ficar aqui. Você vê que é uma paisagem diferente, todo dia tem uma novidade... novidades boas, novidades ruins também. Mas é o natural.</i> | <i>Você sente assim... muita satisfação, sabe? Chegar e ver essas aves, ver os animais... (satisfação) de uma vida boa, de tardes felizes. Tomar um sorvete vendo os flamingos, assim, é uma coisa muito agradável, é uma coisa assim que... enche o coração.</i> |

Quadro 02: Arquivo mnemônico. Elaborado por Sidney Costa Filho, 2022.

Basílio nos contou ainda que antes de trabalhar no parque, visitava o local com pouca frequência. Ele diz ainda que o Mangal foi projetado tendo como foco principal o restaurante Manjar das Garças, o qual possui, em suas palavras, “*uma cozinha de renome, que é uma referência da comida paraense*”. Assim, afirma existir dois tipos de visitantes: o que vai ao Mangal somente pelo restaurante e ocasionalmente passeia pelo parque e o visitante que frequenta o parque para “*ter um contato com a natureza*”. Dessa forma, a maioria dos visitantes que frequenta o Manjar são atraídos ao parque unicamente pelo restaurante, ficando restritos ao estacionamento e intermediações.

Basílio, naquela ocasião, também afirmou que um novo estabelecimento estava próximo de ser inaugurado no Armazém do Tempo, antigo galpão de ferro pertencente à Empresa de Navegação da Amazônia S/A (ENASA) e antigamente usado como oficina mecânica no reparo de embarcações, o qual foi restaurado e serviu como espaço permanente para exposições no parque. O Armazém, no momento da visita, estava passando por reformas para abrigar o novo empreendimento, o qual, segundo Basílio, já provocava preocupação em alguns vendedores de quiosques do parque no sentido de perderem parte de sua clientela para o estabelecimento que viria a ser futuramente inaugurado. No entanto, segundo o biólogo, a preocupação não deveria tomar grandes proporções, visto que, em sua concepção, o público-alvo dos referidos espaços são diferentes, assim como os preços praticados por ambos.

As incursões permitiram também conversar com alguns moradores das proximidades do Parque e do Portal da Amazônia. Um dos entrevistados foi Adriano⁴⁶, à época com 38 anos, e morador da Rua Carneiro da Rocha, no trecho situado ao lado do Mangal. Adriano é proprietário do Boteco das Garças, estabelecimento comercial localizado no térreo de sua residência, o que denota um uso misto da edificação. Em uma manhã de sábado, em meio à música religiosa muito alta ecoando pelo recinto (era o final de semana do Círio), a abordagem

⁴⁶ Entrevista realizada em 10 de outubro de 2020.

adotada para conseguir estabelecer contato com o morador foi a compra de produtos à venda no estabelecimento. Ao nos apresentarmos como estudantes de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFPA e explicarmos o real motivo de estarmos ali, perguntamos se Adriano teria um tempo para responder à algumas perguntas, ao que o morador não se opôs.

Adriano relatou que apesar de o Parque estar localizado ao lado de sua residência, ele só costuma frequentar o mesmo para ir ao restaurante Manjar das Garças, onde trabalham pessoas que ele conhece. Ao ser indagado sobre as mudanças ocorridas na rua onde mora após a inauguração do parque, Adriano revelou que a inauguração do projeto não acompanhou necessariamente a melhoria do entorno, o que fez com que algumas mudanças só fossem possíveis graças ao clamor da população, que realizou protestos como forma de reivindicar melhorias.

O morador contou que durante as obras do Parque, período no qual a rua ainda não era asfaltada, o constante tráfego de tratores, caminhões e outros carros pesados fez com que a via ficasse cheia de buracos. Quando iniciada a pavimentação da via, o asfalto foi levado somente até a entrada principal do parque, desconsiderando uma distância de aproximadamente 100 metros até o fim da rua, o que despertou a revolta dos moradores, incluindo Adriano. Como consequência, a população obstruiu esse trecho da via utilizando objetos em chamas, o que impediu que os veículos de grande porte tivessem acesso ao portão de carga localizado no trecho final da Rua Carneiro da Rocha. O protesto dos moradores resultou na paralisação da obra, o que fez com que a administração do Mangal das Garças resolvesse o problema instalando pavimentação em blocos de concreto (fig. 51). A solução encontrada pela administração, na opinião de Adriano, não foi a melhor, pois, segundo ele, o fluxo de caminhões de carga continua danificando a via.

A inauguração do parque atraiu clientes e aumentou o número de frequentadores do boteco, segundo Adriano. Dentre os fregueses, estão incluídos os funcionários do Parque, que costumam almoçar diariamente no estabelecimento, possivelmente pela proximidade e pelo preço acessível. Contudo, a relação do morador com o Mangal das Garças varia, segundo o mesmo, de acordo com o diretor administrativo em exercício, cargo cujos ocupantes são renovados a cada eleição. Ele conclui a entrevista afirmando:

O Mangal, de quatro em quatro anos, devido a eleição, ele muda de administração. Tem administrador que dá uma ajuda aqui na rua, manda podar as plantas desse muro aí do lado; tem administrador que nem olha pra cá e assim vai levando. Tem várias pessoas que já passaram por aí, tem gente que convive com a gente e tem gente que nem quer saber, inclusive esse quem está aí agora eu nem conheço, já mudou; o do passado também, a mesma coisa, porque muda a administração.



Figura 51: Trecho final da Rua Carneiro Rocha, onde é possível ver a mudança de pavimentação de asfalto para blocos de concreto. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

Um dia antes da entrevista com Adriano, uma abordagem ao Boteco das Garças já havia sido realizada. No entanto, naquela ocasião, no fim de tarde da sexta-feira, logo após o fechamento do parque, quem estava tomando conta do Boteco das Garças era o garçom Reginaldo, amigo de Adriano. Tentamos com ele a mesma abordagem de adquirir um produto com o objetivo de iniciar um diálogo, ao que o mesmo também não se opôs⁴⁷. Reginaldo contou que estava ali apenas fazendo um favor ao amigo e relatou trabalhar no restaurante Manjar das Garças, situado no interior do parque. Contou também que reside em Belém há doze anos e trabalha no Manjar há sete. Durante esse período, ele relata ter ido ao Mangal a passeio apenas duas vezes, apesar de trabalhar no parque. Descreveu tanto o restaurante como o parque em si como locais bonitos. No entanto, considera necessária uma mudança na cobertura do restaurante, a qual julga, segundo seu gosto pessoal, como “feia”, citando o incêndio ocorrido no restaurante em agosto de 2018, ocasião em que o fogo tomou conta de parte da cobertura em madeira e fibra de piaçava. Reginaldo contou que estava cumprindo o expediente durante o incidente. Felizmente não houveram feridos.

Os depoimentos dos amigos Adriano e Reginaldo chamam atenção por alguns motivos. Apesar de o Mangal fazer, de alguma forma, parte da vida de ambos; os indivíduos relatam ter ido ao parque a passeio pouquíssimas vezes até então. O local do parque ao qual os dois estão mais familiarizados é o restaurante Manjar das Garças e o vínculo maior se restringe a este

⁴⁷ Entrevista realizada em 09 de outubro de 2020.

espaço em específico. Adriano, como morador, destaca a atenção que a rua onde mora e a população residente nela recebeu ou deixou de receber desde a inauguração do parque; mencionando de que forma cada diretor administrativo em exercício trata as questões relativas ao entorno do parque. Já Reginaldo, por possuir uma vivência ainda mais restrita em relação ao parque, limitando-se somente aos arredores e ao Restaurante Manjar das Garças, seu local de trabalho, possui um ponto de vista mais “prático” e objetivo. A fala de Reginaldo destaca questões como a segurança contra incêndios, pertinente ao espaço onde trabalha, e sua curiosa e sincera opinião embasada puramente no senso estético a respeito da cobertura.

O garçom não se sentiu nem um pouco acuado ao expressar sua verdadeira opinião sobre aquele elemento da construção, uma postura diferente da adotada pela grande maioria das pessoas entrevistadas para esta pesquisa quando questionadas por profissionais de arquitetura e urbanismo a respeito de algum aspecto relativo à determinada construção. Nestas ocasiões, as pessoas tendem a dar respostas baseadas no que imaginam que o profissional quer ouvir. Por fim, se faz interessante ressaltar que a madeira e a fibra de piaçava presentes na cobertura do Manjar são materiais cujo uso reflete a busca por uma arquitetura regionalista, capaz de representar a identidade local.

Outro morador das proximidades do parque com quem foi possível dialogar foi o professor de geografia Genisson Rodrigues, à época com 38 anos e residente do bairro da Cidade Velha há 31 anos. Morador da Alameda Cabralzinho, localizada na Rua do Arsenal, o mestre revelou que o local onde atualmente vive sempre foi muito tranquilo, principalmente antes da inauguração do Mangal e da Orla do Portal da Amazônia, ainda que durante os fins de semana sempre houvesse uma maior movimentação. Sobre o Parque, especificamente, revelou que já o visitou diversas vezes, porém, hoje com menos frequência. Afirma que não percebeu grandes mudanças ocorrerem no bairro após sua inauguração. Ao ser questionado sobre possíveis aspectos negativos do Mangal, o docente citou os pontos de venda dentro do Parque, os quais deveriam praticar preços mais acessíveis ao público. No entanto, afirmou apreciar o contato com a natureza que o Mangal proporciona. Ainda sobre a questão das mudanças ocorridas no entorno onde mora, ele afirmou:

O problema é o Portal, o Mangal nunca foi um problema, até porque o nível de pessoas que visitam lá é ... não diria elitizado, mas assim, acho que o próprio espaço impõe que você seja mais civilizado, muito diferente do Portal. O portal é aberto, então quem quiser ir de carro, vai; quem quiser ir de bicicleta, vai; quem quer fazer exercício, pregar, beber, fazer piquenique, faz. É um espaço mais democrático, o Mangal não é tão democrático, embora seja aberto ao público. [...] pra quem gosta da bagunça, o Mangal não é um atrativo. O Portal é democrático. Quer ver a elite? O pobre? O bagunceiro? O intelectual? Estão todos lá! O Mangal, o São José

Liberto⁴⁸, impõe outra classe social. Não que o pobre não possa ir nesses locais, mas não são atraídos por eles. Deveria ser um dever do Estado fazer isso.

A fala do professor merece destaque por mencionar um ponto pertinente: o nível socioeconômico dos frequentadores dos espaços. De fato, é possível observar que, apesar de os dois locais em questão serem, em teoria, abertos ao público, na Orla do Portal da Amazônia, existe uma diversidade maior de atividades possíveis de serem realizadas, o que acaba atraindo um público conseqüentemente maior e mais abrangente no que concerne a fatores como renda, escolaridade e etnia, por exemplo. É necessário lembrar também que o projeto do Portal abrange também a área de bairros como Jurunas, Condor e Guamá, considerados periféricos e cuja população, no geral, está inserida em um contexto socioeconômico diferente dos habitantes de bairros como Cidade Velha, Batista Campos e Campina, que também frequentam o espaço. Não é possível negar que o Mangal também seja palco do mesmo fenômeno; no entanto, na Orla tal ocorrência é mais perceptível.

Outro morador com quem foi possível conversar foi o senhor Wellington, à época com 46 anos. A conversa com Wellington, por sua vez, ocorreu no Portal da Amazônia, no fim da tarde do primeiro dia do ciclo de incursões (09 de outubro). Em meio a pessoas passeando, se exercitando e praticando yoga ali próximo, em momento de muito movimento no local, encontramos o morador da Rua Veiga Cabral sentado em uma cadeira do tipo dobrável de praia, contemplando o pôr-do-sol acompanhado de sua parceira Grazielle, 33 anos, moradora do município de Marabá. Os dois foram bastante educados e bem-humorados ao nos apresentarmos e explicarmos nosso propósito ali e, apesar da timidez inicial de Grazielle, o casal foi bastante solícito em relação a ter uma conversa a respeito de suas percepções pessoais sobre o Mangal das Garças e a Orla do Portal da Amazônia.

Wellington, que mora no bairro e no mesmo endereço desde o nascimento, afirmou, com a complementação de Grazielle, que o Portal da Amazônia vem a ser um dos melhores lugares de Belém por conta da imensa possibilidade de atividades que podem ser feitas no local e destacou que, por conta disso, o Portal acaba por sua vez se tornando pequeno para a grande

⁴⁸ Erguido em 1749, por frades capuchos de Nossa Senhora da Piedade para o funcionamento do Convento de São José, o prédio já exerceu diferentes funções, tais como: olaria, quartel, depósito de pólvora, hospital, cadeia pública e presídio. Desde 11 de outubro de 2002, até hoje, denominado de Espaço São José Liberto, tornou-se um “território criativo”, onde o desenvolvimento econômico tem como elemento propulsor a cultura, o turismo e o design, visando a verticalização do setor mineral de gemas e joias.

procura e, portanto, deveriam existir mais espaços assim na cidade, citando o Parque do Utinga⁴⁹ como comparação.

Em relação às lembranças da época antes da inauguração dos dois espaços, Wellington relata:

Eu sou muito suspeito para essa pesquisa porque sou morador daqui da Cidade Velha, nasci e me criei aqui, eu vi esses espaços (Mangal e Portal) nascerem quando ainda era... vocês ainda nem eram nascidos, quando isso aqui era ainda a São Bernardo⁵⁰, o quintal da São Bernardo era esse espaço (Portal da Amazônia) e aí, quando houve essa desapropriação, que na verdade não foi desapropriação porque essa área sempre foi da União⁵¹. Então, quando eles fecharam ali e ampliaram, fizeram esse, como se chama? ... crescido pra cá, vi esse espaço e nossa... achei perfeito.

Ao perguntarmos se ele conseguia lembrar como era a área antes da inauguração do Mangal das Garças, o mesmo prontamente respondeu:

Totalmente! O Mangal servia para a Marinha afundar os barcos quando a capitania pegava aqueles barcos que estão fora, irregulares, que estão velhos; ela colocava lá, ela colocava lá onde hoje é o mangal. É por isso que hoje tem barcos lá [...]. Aí, a Marinha ‘cedeu’ para o Governo do Estado, pra fazer isso aqui; como ela nunca usou para porto, não tem calado aqui para navio e o Porto da Marinha é lá em Val-de-Cans, no Miramar, então aqui ela ‘cedeu’ esse espaço para fazer o Parque e aí eles fizeram aquelas trilhas preservando as aningas. Eles tiveram essa concepção muito interessante para preservar.

Sobre aspectos negativos do Mangal, ele destacou a elitização do espaço: segundo o morador, esse deveria ser um paradigma quebrado, “*por ser tudo muito caro*” e, como solução indicou a ideia de haver um dia na semana onde todos os espaços de visitação do parque fossem gratuitos para que as pessoas que não tivessem condições pudessem conhecê-los também, de

⁴⁹ O Parque Estadual do Utinga (PEUt), inserido na Área de Proteção Ambiental da Região Metropolitana de Belém (RMB), está localizado em áreas dos municípios de Belém e Ananindeua, abrangendo áreas dos bairros Guanabara e Castanheira ao norte, fazendo limite a oeste com o bairro Souza, ao leste com os bairros Aurá e Águas Lindas e ao sul com o bairro Curió-Utinga, onde está localizada sua sede, na Av. João Paulo II. O Parque é uma unidade de conservação de proteção integral que abrange os municípios de Belém e Ananindeua, possuindo uma área de 1.393,088 hectares. O PEUt, formado por florestas de terra firme e inundadas, abriga os dois principais mananciais de água doce da região, os lagos Bolonha e Água Preta, responsáveis também pelo abastecimento, de forma direta ou indireta, de 70% da população da RMB. Além do abastecimento de água, a existência do parque promove a manutenção da biodiversidade, servindo também como área de recreação e lazer para a população.

⁵⁰ São Bernardo Madeiras S/A – BERMASA. Empresa de exploração madeireira que possuía endereço na Rua do Arsenal, no local onde hoje está localizada a loja do Atacadão.

⁵¹ Segundo o Decreto-Lei nº 9.760, de 5 de setembro de 1946, seção I, Art. 1º - Incluem-se entre os bens imóveis da União: a) os terrenos de marinha e seus acrescidos; [...] seção II, Art. 2º - São terrenos de marinha, em uma profundidade de 33 (trinta e três) metros, medidos horizontalmente, para a parte da terra, da posição da linha do preamar-médio de 1831.

forma semelhante ao que já acontece com os museus integrados ao Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM).

Em visita realizada ao Mangal em janeiro de 2021, em um ciclo de incursões com o objetivo de produzir um ensaio final para a disciplina de Percepção do Ambiente Construído, foi possível notar algumas mudanças em comparação a aspectos percebidos em outubro de 2020: uma grande tenda havia sido instalada sobre as mesas dos quiosques que comercializam alimentos, modificação feita para proteger os clientes do sol e da chuva (fig. 52a). Ademais, o acesso ao mirante (interditado desde a reabertura do parque) havia sido liberado aos visitantes, permitindo a contemplação do rio (fig. 52b). No mirante uma funcionária fiscalizava os visitantes quanto ao cumprimento das normas sanitárias, como o uso de máscaras e o distanciamento. Por fim, outro espaço agora novamente acessível foi o Armazém do Tempo, que agora, depois de reforma, abriga um café operado por uma franquia de cafeterias (fig. 53).



Figura 52: A - Tenda alocada para proteger os clientes; B - Vista do Mirante do Rio. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.



Figura 53: O armazém do tempo, agora reformado e transformado em um café. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Durante o mesmo ciclo de incursões para a disciplina de Percepção do Ambiente Construído, foi possível também estabelecer diálogo com o arquiteto e biólogo Alison Ramos⁵², 33 anos, morador da rua Osvaldo de Caldas Brito, localizada no bairro do Jurunas. O perímetro onde Alison reside está situado próximo a Orla do Portal da Amazônia; sendo assim, o morador costuma frequentar o espaço durante os fins de semana para praticar atividades físicas (corrida) e passear com o cachorro, principalmente cedo pela manhã e aos fins de tarde, horários que considera os melhores e mais movimentados. Alison afirma que o público que frequenta o local usa as quadras para a prática de esportes como futebol e vôlei (fig. 54). Aos fins de semana, ao fim da tarde e durante a noite, uma das vias do local permanece fechada, permitindo que os visitantes possam praticar atividades como andar de bicicleta, skate, patins, caminhar ou correr.



Figura 54: Uma das quadras utilizadas pelo público. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Alison nota no Portal a presença de grupos de academia que praticam exercícios ao ar livre e outros formados por pessoas que praticam boxe e karatê, estes últimos em menor frequência. Durante nossa conversa, ocorrida em uma manhã de domingo, horário de considerável movimento no local, foi possível também observar a prática da direção por alunos de autoescolas acompanhados de seus instrutores. O estudante acredita que a segurança no espaço melhorou sobremaneira devido ao fato de viaturas da polícia militar realizarem rondas pela área. No entanto, apesar de nunca ter sido vítima da insegurança ou violência na área, afirma ter conhecimento de muitos relatos de conhecidos sobre o assunto. Considera a Orla um espaço aberto com muitas possibilidades de uso, mas que não é aproveitado como poderia pela

⁵² Entrevista realizada em 10 de janeiro de 2021.

falta de arborização, problema que não se restringe somente a este espaço em específico, mas que afeta o bairro da Cidade Velha e mesmo o do Jurunas como um todo.

Os caramanchões (fig. 55), alguns ainda com cobertura, situados na parte inicial da orla, são uma alternativa de abrigo devido à sombra que proporcionam. A carência de arborização, entretanto, faz com que no intervalo entre 12h e 16h, o local seja pouco frequentado por conta da grande exposição à radiação solar, o que o torna soturno e, portanto, inseguro. Alison também menciona a existência de uma associação de moradores do entorno, composta por indivíduos que realizam vendas de alimentos de forma legalizada no local, acrescentando que o poder público deveria fomentar a produção e comercialização de diversos tipos de produtos por moradores da área, aproveitando áreas subutilizadas nos terrenos fronteiriços à Orla.

É um espaço muito pra contemplação do rio... mas tem tão pouco espaço que tem árvores assim; colocaram tanta palmeira que não cobre nada e as pessoas se concentram nos lugares onde tem árvore (fig. 56) e nos outros fica meio ocioso. Aí serve meio pra tirar foto e olhe lá...



Figura 55: Os caramanchões situados no trecho inicial da Orla. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.



Figura 56: À esquerda, visitantes sentados contemplando o rio. À direita, um dos pontos de concentração de pessoas, justamente onde há árvores e sombra. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Por ser morador da área vizinha ao Portal desde o nascimento, Alison lembra que hoje onde é orla “*era tudo água*”. Recorda o fato de que várias famílias tiveram de ser remanejadas para outras localidades, muitas delas distantes, rompendo, assim, possíveis laços afetivos criados com o local. Ele também destaca um dado importante:

Só quem mora na... quem frequenta a orla com mais frequência (em relação aos residentes das cercanias) são aqueles que vem praticar esportes nas quadras e aqueles da associação que vem vender alguma coisa. De resto, todo mundo prefere permanecer na frente das suas casas assim no final de semana do que vir pra cá porque não tem tanta opção assim mesmo. A maioria do pessoal que vem pra cá não é daqui. Quando não tinha orla eles já ficavam na frente das suas casas, tinham uns botecos na rua e tudo mais...

De fato, observamos alguns indivíduos utilizando uma das quadras para a prática de vôlei e os mesmos não pareciam ser habitantes do local. Alison também mostrou duas quadras de tênis recém-inauguradas, estas situadas já no trecho final da orla, e que naquele momento estavam trancadas e, portanto, sem uso.

Durante a mesma incursão, foi possível observar muitos idosos e crianças, tendo em vista que o horário é atrativo a tais públicos. Indivíduos passeando com animais de estimação (cachorros) também foram frequentemente avistados. Foi possível constatar uma das afirmações de Alison: a concentração de pessoas em uma parte do trecho inicial da Orla onde existem blocos de concreto que servem como bancos e algumas árvores de tamanho médio, as quais oferecem sombra. Ali, várias pessoas pareciam interagir umas com as outras, algumas sem máscara. Nesse ponto também havia a concentração de vendedores ambulantes comercializando produtos como sorvete, vitaminas e água de coco. À beira do rio, havia um contingente de pessoas sentadas conversando e contemplando a paisagem.

Algumas cenas despertaram nossa atenção: a de uma mulher, com uma caixa de som, sentada no gramado contemplando o rio enquanto ouvia sua música em um volume relativamente alto. Ela parecia estar realmente aproveitando aquele momento sem receio de julgamentos por parte de outros visitantes. Próximo a ela, três indivíduos sentados em cadeiras dobráveis, dentre deles uma mulher que segurava uma vara de pescar (fig. 57a). Além dela, havia um homem também pescando próximo à escultura metálica situada no trecho inicial do Portal (fig. 57b). A prática da pesca, apesar de, à primeira vista ter me parecido pouco convencional para o local, tendo em vista que ao longo de todas as visitas realizadas ao Portal ainda não havia me deparado com tal cena, é possível devido a presença do rio Guamá e demonstra uma forma de apropriação do rio pela população, evidenciando o papel que este

exerce em relação à existência daquele espaço, bem como denota a tradicional relação da população de Belém e do bairro da Cidade Velha e redondezas com tal elemento.



Figura 57: A prática da pesca em dois pontos situados na parte inicial do Portal.
Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Uma reflexão muito pertinente acerca das potencialidades do rio foi feita pela doutoranda Bernadeth Beltrão em sua entrevista: “*Quando se descobriu que essa área da orla poderia render muito, aí é que as coisas começaram a acontecer*”. Segundo ela, o povo que vive próximo a orla é esquecido e agora passou a ser enxergado por conta de a área ter potencial de lucro, o que possui relação direta com o uso do rio. Sendo assim, enxergou-se o potencial de lucro em uma área de baixa renda, mas que, ao mesmo tempo, configura uma área de orla. E utilizar o rio é uma forma de produzir lucro, segundo ela.

Agora eles perceberam que de um porto em vez de só se transportar os passageiros, de ser carga e descarga, [...] você poderia transformar num restaurante, sabe? numa palafita, na tão julgada palafita, que ninguém quer morar em palafita, mas que ah, se transformou numa palafita, num restaurante, nesse uso aí, ah, esse uso é bom, esse uso é aí é um uso turístico, é um uso que representa a cidade de Belém. [...] Então pra ser um uso residencial não presta, mas pra ser um uso de bar, uso de restaurante, sabe? Olha... agora já é um restaurante e também já é um hostel. Ah, pra esse uso serve, pra esse uso é perfeito, turístico, lazer.

Bernadeth considera que o rio sempre teve seu valor, porém a administração pública e os empresários perceberam esse fato de forma tardia. Projetos como o Mangal das Garças, o Portal da Amazônia e a loja do Atacadão, implementados recentemente na área (há menos de vinte anos) são uma prova disso. O Mangal e o Portal, em específico, constituem uma forma de aproveitar áreas abandonadas ou degradadas e que, ao mesmo tempo, tentam incorporar uma

arquitetura regional e tradições e costumes da população ribeirinha, algo tão buscado pelos arquitetos formados na região a partir de 1970, influenciados também pelo contexto internacional relativo à busca por uma regionalidade também nos países sul-americanos. Os mencionados projetos permitem também o acesso da população não só do bairro, mas da cidade como um todo, à natureza e ao elemento rio, tão importante à cultura do belenense.

Enquanto na cidade velha “patrimonial” observamos um potencial de exploração do rio que parece deter um estágio já consolidado; na “nova” Cidade Velha esse potencial, apesar de não estar nessa mesma situação, parece ainda não ter atingido o seu nível máximo.

Apesar das diferenças entre os dois recortes do bairro (tamanho das vias, arquitetura predominante, etc.), algumas questões, como a da insegurança pública, são comuns a ambas as partes do bairro. Na “nova” Cidade Velha há uma área de orla ainda em desenvolvimento, o que acaba por impactar diretamente a vida dos moradores e trabalhadores das cercanias. A questão sobre o uso, apropriação e acesso da população a locais tão distintos, mas que possuem uma proposta não tão distante, como o Mangal das Garças e o Portal da Amazônia, por exemplo, é algo que torna explícita a complexidade existente neste recorte do bairro.

A relação dos moradores com o bairro é algo interessante de ser acompanhado por meio de seus depoimentos. Não somente os moradores mais antigos, como o senhor José Vasconcelos e a professora Heloísa Matias, mas também mais novos, como a arquiteta e urbanista Bernadeth Beltrão concederam, por meio de suas entrevistas, relatos ricos em detalhes que permitiram realizar algo como uma “reconstituição” de tempos passados, mesmo não se estando mais presente neles. Por meio das falas dos moradores, por vezes marcadas por grande carga afetiva, é possível identificar as mudanças pelas quais o bairro como um todo, com foco na “nova” Cidade Velha, vem passando; mudanças estas que continuam ocorrendo em um ritmo longe de ser lento, modificando a paisagem e promovendo a renovação da mesma. Os relatos revelam alguns pontos de ancoragem da memória, lugares que ocupam um espaço importante no inconsciente dos moradores e os quais são apresentados na figura 58:



Figura 58: Espacialização gráfica dos principais lugares de memória apontados pelos indivíduos. Fonte: CODEM, com modificações feitas pelo autor, 2022.

Os depoimentos atestam também a realidade “sem filtro” enfrentada pelos moradores, a qual, muitas vezes, pode não ser tão bonita quanto a enxergada por turistas ou aqueles que não vivem no bairro de fato. Os problemas apontados são reais, no entanto, o apreço pelo bairro também é. Tais depoimentos só foram possíveis de serem registrados devido ao preparo fornecido pela leitura de autores como Geertz; De Biase; Rocha e Eckert; os quais foram fundamentais para o desenvolvimento da etnografia adotada aqui. De forma complementar, o conhecimento adquirido com a leitura de autores como Merleau-Ponty; Norberg-Schulz; Pallasmaa ou Tuan também pavimentaram o caminho para auxiliar na compreensão da percepção do ambiente construído tanto pelo próprio pesquisador, quanto pelos moradores e frequentadores do bairro bem como o entendimento do arquiteto como um sujeito condicionador de comportamentos a partir do momento em que, por meio de uma ideia e a concretização da mesma, possui o poder de provocar sensações e emoções naquele que usufrui do espaço criado para determinada finalidade.

3. PATRIMÔNIO E MEMÓRIA⁵³

3.1 A QUESTÃO PATRIMONIAL

Poulot (2009, p.13) afirma que “patrimônio” corresponde à representação de uma herança a ser conservada, a qual demanda providências para sua manutenção e transmissão. De acordo com o autor francês, o patrimônio pode ser definido pela realidade física de seus objetos, pelo valor estético – e, na maioria das vezes, documental, além de ilustrativo, inclusive de reconhecimento sentimental – que lhes atribui o saber comum, enfim, por um estatuto específico, legal ou administrativo. Ele depende da reflexão erudita e de uma vontade política, ambos os aspectos sancionados pela opinião pública. Todos estes fatores servem como suporte a uma representação da civilização, das sensibilidades relativas ao passado, de suas diversas apropriações e da construção das identidades.

O autor afirma que a atitude patrimonial compreende dois aspectos essenciais: a assimilação do passado, que é sempre transformação, metamorfose dos vestígios e restos, recreação anacrônica; e a relação de fundamental estranheza estabelecida, simultaneamente, por qualquer presença de testemunhas do tempo remoto na atualidade (POULOT, 2009, p. 14).

Patrimônio e cultura estão diretamente ligados. Segundo Poulot, os séculos XVIII e XIX constituem momentos estratégicos que assistem à elaboração de cânones, repertórios, catálogos e, especificamente, à instalação de museus, locais que exercem uma função social importante, permitindo a iniciação dos visitantes à alta cultura, antes limitada ao privilégio ou à riqueza. O autor afirma que no decorrer do século XVIII, a ideia de herança era considerada como o meio de dissipar a ignorância, aperfeiçoar as artes e despertar o espírito público e o amor pela pátria, enquanto que durante os séculos XIX e XX, o patrimônio foi marcado por uma vontade geral de criar conexões. Assim, o patrimônio no sentido “legal” surgiu com as legislações nacionais do século XIX, as quais lhe garantiram um destino específico no meio de todas as manifestações sociais dos objetos (POULOT, 2009, p. 26).

Devido à sua nacionalidade, Poulot discorre principalmente a respeito da questão patrimonial na Europa e, mais especificamente, na França, seu país de origem. No entanto, a partir de suas colocações é possível ter uma noção a respeito de como a questão surgiu e foi

⁵³ Capítulo desenvolvido a partir do artigo “Patrimonialização na ‘nova’ Cidade Velha: a atribuição de significado ao patrimônio por diferentes sujeitos”, com autoria de Costa Filho e Miranda (2021) e apresentado no evento 12º Mestres e Conselheiros, com o tema “Patrimônio como ação local” em maio de 2021.

conduzida, estabelecendo um referencial a ser seguido posteriormente por países não europeus. Fonseca (2003, p. 74) afirma que:

Por sua vez, o conceito de patrimônio histórico e artístico é formulado tendo como pano de fundo a questão nacional. Raros são os autores que, como Aloïs Riegl (1984), pensam a questão a partir da dinâmica de valores que o constitui. Dado o modo como se implantaram as políticas de patrimônio, predominantemente associadas à construção dos Estados-nação e de uma representação de “identidade nacional”, e dada também sua precária apropriação pela sociedade como um todo, essas políticas terminaram por referir-se predominantemente àqueles grupos sociais que detêm o poder de produzir a representação hegemônica do “nacional”.

Em relação à questão patrimonial no Brasil, a partir da década de 1930, o assunto ganha novos contornos com a fundação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, em 1937. Bispo (2011, p. 40) afirma que “na visão dos intelectuais do patrimônio, faltava ao país, para consolidar-se como uma grande nação do mundo, a constituição de um passado, de uma memória da pátria. Essa memória nacional deveria ser simbolizada de variadas maneiras e coube ao SPHAN construí-la por meio de monumentos e edificações históricas”.

Assim, a prioridade era preservar remanescentes da arte colonial brasileira, tida pelos modernistas que idealizaram o SPHAN como singulares e representativas da arquitetura genuinamente brasileira, de forma que esse interesse na arquitetura colonial ganhou contornos nacionalistas. O chamado momento “pedra e cal” do SPHAN, portanto, foi responsável por consagrar a produção artística e arquitetônica típicas do século XVIII presente nas cidades históricas de Minas Gerais. Bispo (op. cit.) afirma que foi devido ao controle dos modernistas à frente do SPHAN e sob a égide das propostas nacional-conservadoras de Vargas que a produção mineira colonial se tornou um modelo para todo o país, exemplo máximo de nossa originalidade e capacidade criativa.

No entanto, Bispo (2011, p. 41) também reforça que o nacionalismo dos modernistas gerou “esquecimentos” nas práticas da preservação, como a arquitetura eclética do século XIX, fortemente influenciada pelos traços europeus e, portanto, não dotada de uma marca tipicamente brasileira. O autor afirma ainda que esse tipo de arquitetura só viria a ser protegida pela instância federal a partir dos anos 1980, muito tempo depois de toda a arquitetura colonial e barroca preservada ao longo da primeira metade do século. Portanto, podemos perceber que até mesmo dentro da instituição havia uma certa hierarquia entre estilos.

Poulot (2009) reforça ainda que o conceito de patrimônio vem, desde o século XX e especialmente a partir das décadas de 70 e 80, passando por um processo de ampliação, com a inclusão de “novos patrimônios” (como o imaterial, por exemplo) com o intuito de promover a

valorização do patrimônio não somente no mundo Ocidental, mas em âmbito mundial. Fonseca (2003, p. 66) afirma que, em se tratando da imaterialidade, esta representa algo relativo. Sendo assim, segundo a autora, talvez a expressão “patrimônio intangível” seja mais apropriada, pois remete ao transitório, fugaz, que não se materializa em produtos duráveis. Sabe-se que, no Brasil, quando se fala sobre o conceito de bem cultural, a associação ainda feita é majoritariamente aos bens móveis e imóveis, tendo em vista que, por muito tempo, as políticas patrimoniais se restringiram a esses bens. No entanto, apesar de a proteção aos bens imateriais ser algo relativamente novo para o IPHAN, se faz necessário reconhecer os esforços por parte do Instituto para garantir a salvaguarda dos mesmos.

A expansão do conceito de patrimônio estende, por sua vez, o debate a outra questão levantada por Poulot: o autor afirma que atualmente o uso do patrimônio, sua interpretação e sua simulação (por meios virtuais) passam a ser o instrumento de um desenvolvimento local ou nacional em função do turismo e da mercantilização do saber e do lazer (op. cit, p. 200). Poulot afirma que “este trunfo não deixa de implicar riscos para a definição e para o uso reflexivo do termo, aos poucos debilitado e banalizado a ponto de abranger uma multiplicidade de noções e objetos”. Haveria, assim, o suposto risco de uma “banalização do patrimônio” e, a partir deste ponto, surgem outros questionamentos: será que tudo pode se tornar patrimônio? O correto seria “banalização” ou “dessacralização”? Estas são questões que possivelmente não possuem uma única resposta e às quais a presente pesquisa não pretende responder; no entanto, constituem, certamente, uma discussão ainda longe do fim.

O autor também relaciona “patrimônio” a “monumento”, ao citar Chateaubriand e sua obra *Mémoires d'outre-tombe*:

Os monumentos constituem uma parte essencial da glória de qualquer sociedade humana: eles carregam a memória e um povo para além de sua própria existência e acabam por torná-lo contemporâneo das gerações que vêm se estabelecer em seus campos abandonados (CHATEAUBRIAND *apud* POULOT, 2009, p. 9).

Em relação à monumento, Le Goff (2003) afirma que os mesmos são um sinal do passado, sendo capazes de evocar o mesmo e perpetuar sua recordação. Dessa forma, segundo o autor, monumento também é documento ao constituir um legado à memória coletiva das sociedades históricas. Riegl (2014) já afirma que o valor histórico de um monumento se refere a “tudo aquilo que foi e não é mais nos dias de hoje”, sendo possível relacionar aos mesmos além do valor histórico, o valor volúvel, o qual está relacionado à intenção dos idealizadores de uma obra em dotar um fato ou personagem de atemporalidade. Já Peixoto (1996, p. 26) afirma

que os monumentos são como mapas, pois traçam inexoravelmente o perfil da cidade. São, segundo ele, “marcos que estabelecem sem apelação a história e os caminhos do lugar [...]. Excluem o não dito, o invisível, da cidade”. Os símbolos, representados pelos monumentos, passam a traçar o perfil de uma cidade e ajudam a contar a história de um lugar mesmo àqueles que não o conhecem, como um estrangeiro, por exemplo.

A discussão acerca do patrimônio nos conduz, ainda, a outras questões atreladas a esta problemática: patrimonialização versus patrimonialidade. Poulot (2009, p. 27) afirma que a patrimonialização “confundia-se, mais ou menos, com a narrativa de uma socialização progressiva e generosa de coleções e títulos de propriedade: ao servir-se da pátria como ilustração, ela enaltecia o labor da ciência e os avanços da instrução pública”, enquanto que a patrimonialidade consistia em um termo usado para designar a modalidade sensível de uma experiência do passado, articulada com uma organização do saber – identificação, atribuição – capaz de autenticá-lo. Este era o pensamento predominante na Europa do século XIX.

No entanto, o autor afirma que apesar de serem distintos, atualmente os dois termos são comumente confundidos. Assim, de acordo com o contexto contemporâneo, Poulot propõe uma nova abordagem sobre o assunto ao afirmar que a patrimonialização possui relação com o *status* de patrimônio que determinados objetos ganham; podendo tais objetos serem capazes de ocupar um lugar íntimo e sensível nas consciências individuais ou de grupos sociais. Já a patrimonialidade se relaciona ao esforço que é feito para conviver em harmonia com a cultura material do passado. Verguet (2015) considera ainda que a patrimonialização, entendida como um processo de autenticar a natureza patrimonial de determinado bem, pode ser considerada como um processo social que remete a um modelo coletivo de pensar o patrimônio.

Ao selecionar o que de fato é relevante para ser mantido como depositário de valor cultural, uma escolha é feita ao mesmo tempo em que outro elemento é preterido, ocasionando o que Bogéa (2009, p. 4) designa como uma programação do esquecimento, num processo de ativação da memória. Miranda (2016, p. 408) ressalta este caráter dialético de oposição entre conservação e destruição que envolve a questão patrimonial. A autora destaca que a atitude patrimonial perpassa pela “assimilação do passado, com a metamorfose dos vestígios e restos, e a relação de estranheza com a presença de testemunhas do tempo remoto na atualidade”. Assim, de acordo com a autora, é possível que contrastes surjam a partir da coexistência entre passado e presente na contemporaneidade.

Em relação ao bairro da Cidade Velha, em incursões realizadas na área estudada, foi possível estabelecer diálogo com alguns moradores e, a partir de suas falas, depreender que existe uma consciência patrimonial na população: os indivíduos entrevistados demonstram

compreender que é importante preservar determinadas edificações que possuem um caráter mais antigo, pois as mesmas constituem parte de nossa história. Ao mesmo tempo, lamentam a condição em que são encontrados atualmente determinados imóveis. Tal postura perante o patrimônio se assemelha ao que Nouch (2021) descreve em relação ao bairro da Mouraria, situado no centro histórico da cidade de Santarém (Portugal), o qual vem testemunhando obras de requalificação. Os habitantes locais afirmam que a Mouraria foi ou ainda é “um dos bairros mais característicos da cidade”, mas continua a sofrer o “estado de abandono total” e degradação. Sendo assim, predomina uma noção de que o bairro deve passar por intervenções e melhorias materiais e o sentimento de que “nem tudo está perdido”.

O *status* de antiguidade constitui, para boa parte destes indivíduos assim como para os órgãos de salvaguarda ao patrimônio, fator preponderante para considerar determinados imóveis como exemplares de interesse à preservação. O caráter antigo de tais construções é expresso por meio de sinais que atestam a passagem do tempo; sinais estes que, segundo Riegl (2014), explicam o valor de antiguidade atrelado ao culto moderno dos monumentos.

Esta consciência patrimonial por parte da população pode estar atrelada a informações propagadas na mídia a respeito do mesmo, por parte dos órgãos e especialistas do patrimônio ou mesmo por outros agentes. Cabe aqui também citar ações promovidas por órgãos como o Sistema Integrado de Museus e Memoriais (SIMM), órgão criado em 1999 e ligado à Secretaria de Estado de Cultura do Pará (SECULT PA) e projetos como o Circular Campina-Cidade Velha, os quais contribuem para criar na população tal consciência. Em relação ao SIMM, os museus integrados ao Sistema ficam abertos à população no primeiro domingo de cada mês para visitas gratuitas. Já o Projeto Circular atua como um circuito cultural que visa a revalorização da área histórica da capital paraense, incentivando a melhor apropriação e utilização das estruturas e edificações existentes localizadas nos bairros da Cidade Velha e Campina, que originaram a cidade de Belém (PROJETO CIRCULAR, s.d.).

A primeira edição do Circular ocorreu em dezembro de 2013 contando com a participação de seis parceiros, todos ligados às artes visuais. Atualmente, o projeto soma mais de 40 iniciativas que incluem diferentes linguagens artísticas e de economia criativa, como museus, galerias, pequenas lojas de arte, gastronomia, hospedagem e restaurantes situados na área do CHB. Em 2020, por conta da pandemia do novo Coronavírus, as ações do Circular passaram a ser realizadas de forma digital. A partir do ano de 2021, com o avanço da vacinação no estado e flexibilização das medidas restritivas, o Circular passou a realizar algumas ações de forma híbrida, seguindo as orientações do governo (PROJETO CIRCULAR, s.d.).

O Projeto Circular de fato obtém êxito ao conseguir atrair a atenção de uma grande parcela do público para a importância do patrimônio da cidade e sua utilização, bem como as visitas gratuitas aos museus integrantes do SIMM permitem que a população tenha acesso e se aproprie do que é seu por direito. No entanto, apesar de representarem um grande esforço por parte dos sujeitos envolvidos, tais medidas ainda não são suficientes. Apesar de promoverem a democratização do acesso ao patrimônio, o que inclui a difusão de informações e conscientização a respeito do mesmo, caracterizando a educação patrimonial, é preciso reconhecer que falta um esforço maior de entidades como a FUMBEL, o IPHAN e o Departamento de Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural (DPHAC) na tentativa de estabelecer um maior contato com a população e, assim, promover uma maior integração, difundindo a educação patrimonial e permitindo que qualquer cidadão também possa ser um agente de proteção do patrimônio.

Desta forma, a educação patrimonial pode constituir um poderoso instrumento capaz de inserir a população na questão patrimonial e dissipar possíveis mitos e temores relativos à mesma, tornando os cidadãos parceiros das instâncias responsáveis, contribuindo na fiscalização e preservação do patrimônio. No entanto, surge o questionamento: como promover isso? Sobre este instrumento, Horta, Grunberg e Monteiro (1999) afirmam que:

Trata-se de um processo permanente e sistemático de trabalho educacional centrado no Patrimônio Cultural como fonte primária de conhecimento e enriquecimento individual e coletivo. A partir da experiência e do contato direto com as evidências e manifestações da cultura, em todos os seus múltiplos aspectos, sentidos e significados, o trabalho da Educação Patrimonial busca levar as crianças e adultos a um processo ativo de conhecimento, apropriação e valorização de sua herança cultural, capacitando-os para um melhor usufruto destes bens, e propiciando a geração e a produção de novos conhecimentos, num processo contínuo de criação cultural. O conhecimento crítico e a apropriação consciente pelas comunidades do seu Patrimônio são fatores indispensáveis no processo de preservação sustentável desses bens, assim como no fortalecimento dos sentimentos de identidade e cidadania.

Assim, segundo as autoras, este é um instrumento de “alfabetização cultural”, permitindo, dentre outras coisas, a compreensão do universo sociocultural e da trajetória histórico-temporal em que o indivíduo está inserido. Tal processo é capaz de reforçar a autoestima dos indivíduos e comunidades, bem como promove a valorização da cultura brasileira, compreendida como múltipla e plural. O diálogo inerente a este processo estimula e facilita, assim, a comunicação e interação entre as comunidades e agentes responsáveis pela preservação e estudo dos bens culturais, possibilitando troca de conhecimentos e formação de

parcerias para a proteção e valorização desses bens (HORTA; GRUNBERG; MONTEIRO, 1999).

Existe uma notável dificuldade por parte da população em estabelecer diálogo com as diferentes instâncias que atuam na salvaguarda do patrimônio material, sendo a burocracia um dos principais fatores. Esta barreira contribui para originar o que Tutuya (2013) chama de “o monstro do patrimônio”, personificação de um “temor” que assombra muitos dos moradores de bairros como a Cidade Velha, onde a presença do patrimônio material ainda é muito significativa até os dias de hoje. Este temor faz com que os órgãos de proteção ao patrimônio bem como seus agentes sejam vistos como entidades implacáveis e burocráticas, com as quais não é possível estabelecer diálogo bem como toda forma de contato deve ser evitada, se possível.

O receio também pode ser relacionado ao que Fonseca (2003, p. 61, 62) afirma quanto ao fato de o termo “preservação” ter sido por tanto tempo relacionado unicamente ao instrumento do tombamento, reforçando na população a ideia de que as políticas patrimoniais são intrinsecamente conservadoras e elitistas, privilegiando bens que se referem aos grupos sociais de tradição europeia. Ao conceito de tombamento está também relacionada a ideia de “imutabilidade”, segundo a autora, o que pode conduzir à ideia de que o bem tombado é aquele no qual não se pode, de maneira alguma, realizar alterações.

O tombamento, por sua vez, constitui o instrumento de reconhecimento e proteção do patrimônio cultural mais conhecido, e pode ser realizado pela administração federal, estadual e municipal. Em âmbito federal, o tombamento foi instituído pelo Decreto-Lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, o primeiro instrumento legal de proteção do Patrimônio Cultural Brasileiro e o primeiro das Américas, e cujos preceitos fundamentais se mantêm atuais e em uso até os nossos dias (IPHAN, s/d).

O referido Decreto, por sua vez, institui que o patrimônio histórico e artístico nacional é constituído pelo conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico. Ademais, os monumentos naturais, sítios e paisagens dotados de feição notável por meio da natureza ou criados pela indústria humana também estão sujeitos a tombamento. Cabe ressaltar que os bens a que se refere o Decreto só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e artístico nacional depois de inscritos separada ou conjuntamente num dos quatro Livros do Tombo definidos pelo artigo 4º da lei (BRASIL, 1937).

A palavra *tombo*, empregada com o significado de “registro”, começa a ser empregada pelo Arquivo Nacional português, fundado por D. Fernando, em 1375, e originalmente instalado em uma das torres da muralha que protegia a cidade de Lisboa. Ao longo do tempo, o local passou a ser conhecido como Torre do Tombo, onde eram guardados os livros de registros especiais ou livros do tombo. No Brasil, como uma deferência, o Decreto-Lei adotou tais expressões para que todo o bem material passível de acautelamento, por meio do ato administrativo do tombamento, seja inscrito no Livro do Tombo correspondente (IPHAN, s/d).

A preservação de um bem imóvel, no entanto, não é e não pode ser restrita somente ao tombamento. Choay (2000) destaca outras alternativas como o restauro, forma de intervenção mais invasiva e que deve ser adotada somente em último caso, consistindo em devolver ao bem suas características mais próximas ao original, e a reutilização, a qual constitui uma maneira eficiente de integrar um monumento à contemporaneidade com a atribuição de um novo destino ao mesmo.

Tais práticas foram adotadas, por exemplo, no caso do Atrium Quinta de Pedras Hotel (figs. 59 a 62), localizado na “nova” Cidade Velha. A edificação, datada de 1794, abrigava anteriormente o Colégio Padre Guido Del Toro e passou mais de uma década fechada. Hoje pertencente à Diocese de Ponta de Pedras, o imóvel foi restaurado e adaptado ao novo uso, contando agora com 60 suítes localizadas em duas edificações: a mais antiga, construída ainda no século XVIII, e outra mais recente, construída a partir de 2004. Além do serviço de hotelaria, o complexo também desenvolve um trabalho voltado para a comunidade, oferecendo também cursos profissionalizantes destinados a jovens que possuem baixa renda (COSTA FILHO, 2019, p. 74, 75).

O contraste originado a partir da interação entre uma adição e uma preexistência arquitetônica é visivelmente perceptível no caso do hotel. O novo bloco, que possui altura ligeiramente superior em relação ao mais antigo, consiste em um volume em que predominam os ângulos retos, a ausência de ornamentos, revestimento em uma cor próxima ao bege imitando tijolinhos. Ele conta também com uma solução *de brise-soleil* que se assemelha a uma grade metálica e vãos em formas quadradas que tentam manter o ritmo da edificação colonial, porém com fechamento em vidro. O contraste pretendido com a intervenção foi alcançado, tanto pela forma, quanto pela escolha de materiais. A adição certamente não tira o destaque da edificação principal. A distinguibilidade, proveniente do contraste entre a arquitetura antiga e a nova, segundo Csepcsényi (2020, p. 10), é aqui atingida. No entanto, talvez fosse possível pensar em uma solução plástica que se integrasse de forma mais harmoniosa à preexistência.

Choay (op. cit.), no entanto, ressalta que os instrumentos mencionados, bem como todos os possíveis de serem aplicados, devem ser bastante estudados antes de sua adoção, pois sua incorreta aplicação pode resultar na produção de falsos históricos ou na exclusão de determinadas camadas da sociedade em relação ao acesso ao patrimônio, o que vai contra a democratização do acesso patrimônio, tão almejada atualmente.



Figura 59: O Atrium Quinta de Pedras Hotel, edificação classificada pela Fumbel como eclética, na qual, no entanto, predominam traços coloniais. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.



Figura 60: O anexo mais recente construído após a reforma do hotel e integrado à parte pré-existente. É possível observar o contraste. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.



Figura 61: Interior do Atrium Quinta de Pedras Hotel, onde é possível observar o contraste entre os materiais originais (pedra) e os da intervenção mais recente (madeira dos bancos e aço das colunas). Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

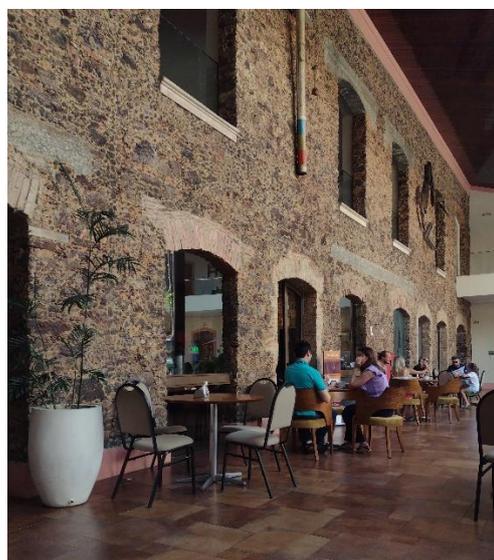


Figura 62: Imagem da área do hotel onde os hóspedes realizam o café da manhã. É possível observar melhor a parede original com as pedras deixadas à mostra por escolha estética. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Fonseca (2003, p. 65) afirma que “reduzir o patrimônio cultural de uma sociedade às expressões de apenas algumas de suas matrizes culturais [...] é tão problemático quanto reduzir a função de patrimônio à proteção física do bem”. Assim, é necessário, segundo a autora, que a ação de “proteger” seja precedida pelas ações de “identificar” e “documentar” e seguida pelas ações de “promover” e “difundir”, as quais viabilizam a reapropriação simbólica e, em alguns casos, econômica e funcional dos bens preservados.

A autora reforça que a elaboração e a aplicação de instrumentos legais, como o tombamento, não são suficientes para assegurar que um bem venha a cumprir efetivamente sua função de patrimônio cultural junto a uma sociedade. Assim, afirma ser necessária uma constante atualização das políticas específicas. Neste sentido, segundo a autora, é a partir de uma reflexão sobre a função de patrimônio e de uma crítica à noção de patrimônio histórico e artístico, que se passou a adotar (não somente no Brasil), uma concepção mais ampla de patrimônio cultural, não mais centrada em determinados objetos, como os monumentos, e sim, numa relação da sociedade com sua cultura (FONSECA, 2003, p. 67)

Ainda de acordo com Fonseca, esforços têm sido empreendidos para mudar este panorama, e parcela significativa deles partem da Unesco. Um marco para que tais mudanças ocorressem foi, segundo a autora, a pressão de países como o Japão e outros do Oriente e da África, o que foi manifestado na conferência de Nara, realizada em 1994 no Japão. Dessa forma, a história “vista de baixo” (BURKE, 1992), a partir da perspectiva dos “vencidos”, daqueles indivíduos “comuns” aos quais normalmente não é concedida a palavra, acaba ganhando destaque, ao invés de o mesmo ser dado apenas àqueles tidos como os responsáveis por grandes feitos na história da humanidade (geralmente os países ocidentais/nações detentoras das maiores quantidades de recursos financeiros).

Os depoimentos dos moradores entrevistados em incursões pela “nova” Cidade Velha, a serem apresentados posteriormente, indicam a existência de um valor afetivo apesar de todos os problemas existentes no bairro, sendo a insegurança pública o principal deles. A existência de laços afetivos em relação ao lugar pode ser relacionada ao conceito de *topofilia* desenvolvido por Tuan (2012) ou o de empatia espacial, segundo Duarte (2015), o qual remete a uma relação de comunhão afetiva com o lugar sem que necessariamente haja intenções de dominá-lo.

Verguet (2015, p. 16-17) afirma que a evocação de memórias familiares, quando se trata de comprovar o valor patrimonial do objeto, implica uma projeção dos laços familiares no mesmo. Da mesma forma, a evocação e a verbalização dessas memórias são influenciadas pelo *self* atual do informante, o contexto em que ocorrem e as questões de influência e poder que dependem desse contexto.

Apesar de a porção de ocupação mais recente do bairro contar com poucos exemplares edificados de interesse à preservação e ser, por vezes, ignorada em certa medida pelas instâncias de proteção ao patrimônio, a carga simbólica que o topônimo “Cidade Velha” carrega é, assim, relacionada essencialmente ao núcleo inicial de ocupação e acaba por definir o bairro como um todo para o público em geral. De acordo com Verguet (2015, p. 7), a toponímia é capaz de vincular a memória acerca de um acontecimento ao espaço urbano, abrangendo temporalidades e a projeção do passado como futuro no presente, constituindo, assim, um vetor de memória.

Ademais, a estratégia de manter a ambiência do bairro também implica a utilização do recurso à história, o qual, segundo Verguet (2015, p. 8), atua como uma autoridade e um procedimento de legitimação porque dissipa a plausibilidade e clama por correção e exatidão. Dessa forma, é estabelecido um domínio sobre o objeto e um controle do conhecimento do passado, um poder simbólico. Por fim, se faz necessário destacar novamente as palavras de Verguet, quando a autora afirma que:

Cada um tenta compensar o tempo que passa partindo de uma descarga memorial em objetos (materiais e imateriais) como pistas de evocação que permitem estabelecer uma continuidade, pelo menos uma crença em uma continuação dos objetos e dos seres evocados, para nutrir a sensação de permanecer a mesma pessoa ao longo do tempo. Mas quando o passar do tempo impõe rupturas na continuidade estável do ser, a memória autobiográfica é convocada, as memórias são lembradas para manter sua identidade. Assim, o desaparecimento, sobretudo o seu anúncio, provoca uma espécie de recuperação da memória [...] como salvaguarda do desaparecimento antecipado, na forma de memórias emocionalmente fortes” (VERGUET, 2015, p. 16, tradução do autor).

A questão da ambiência é possível de ser relacionada também ao que Assmann (2011, p. 146) afirma sobre a memória habitada (funcional), a qual está vinculada a um portador, que pode ser um grupo, uma instituição ou um indivíduo e estabelece uma ponte entre passado, presente e futuro. Esse tipo de memória atua de modo seletivo, à medida que recorda uma coisa e esquece outra, bem como intermedeia valores dos quais resultam um perfil identitário e normas de ação. Ela agrega lembranças e experiências e as situa em uma estrutura que define a vida do indivíduo como autoimagem formativa, além de lhe conferir ação para agir (Ibid., p. 148). Assim, sujeitos coletivos da ação como estados ou nações constituem-se por meio de uma memória funcional, em que tornam disponível para si uma construção do que teria sido seu passado (Ibid., p. 150).

Pollak (1989, p. 3), destaca a análise de memória coletiva de Halbwachs, o qual enfatiza a força dos diferentes pontos de referência que estruturam nossa memória e que a inserem na

memória da coletividade a que pertencemos. Dentre tais pontos, podem ser identificados os monumentos, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, as paisagens, datas, tradições e costumes, por exemplo. Ele afirma que Halbwachs ressalta também as funções positivas desempenhadas pela memória comum, como o reforço da coesão social, não pela coerção, mas pela adesão afetiva ao grupo, reforçando a ideia de “comunidade afetiva”. Sobre a memória, Pollak pontua que existem nas lembranças de uns e outros zonas de sombra, silêncios e não-ditos e que, conforme as circunstâncias, ocorre a emergência de certas lembranças e a ênfase é dada a um ou outro aspecto.

Dessa forma, adentramos na questão do chamado “enquadramento da memória”, segundo Pollak (1989, p. 10), o qual afirma que estudar memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, por exemplo, implica, em primeiro lugar, a análise de sua função. A memória, segundo o autor, consiste em tentativas mais ou menos conscientes de definir e reforçar sentimentos de pertencimento e fronteiras sociais entre coletividades de tamanhos diferentes, sejam elas partidos, sindicatos, igrejas, aldeias, regiões, clãs, famílias, nações, etc. Ao referenciar o passado, a memória serve como o elemento que mantém a coesão dos grupos e instituições que compõem uma sociedade; para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis. Portanto:

Manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território (no caso de Estados), eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referência. É, portanto, absolutamente adequado falar, como faz Henry Rousso, em memória enquadrada, um termo mais específico do que memória coletiva. Quem diz "enquadrada" diz "trabalho de enquadramento". Todo trabalho de enquadramento de uma memória de grupo tem limites, pois ela não pode ser construída arbitrariamente.

O autor afirma ainda que o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história, o qual pode ser interpretado e combinado a inúmeras referências associadas com o objetivo de não apenas manter as fronteiras sociais, mas também modificá-las, reinterpretando incessantemente o passado em função dos combates do presente e do futuro. O que está em jogo na memória é também o sentido da identidade individual e do grupo e o trabalho da imagem da associação implica uma oposição forte entre o “subjetivo” e o “objetivo”, assim como entre a reconstrução de fatos e as reações e sentimentos pessoais.

Assim, considerando o que é dito por Pollak e levando em conta a conotação que o termo “patrimonialização” possui na atualidade segundo Poulot (2009), é preciso darmos a devida importância às subjetividades dos sujeitos, tendo em vista que cada indivíduo terá uma

concepção diferente a respeito da cidade (ou bairro) onde vive. Estas diferentes percepções acerca de um patrimônio comum a todos acabam por dotar a patrimonialização de um caráter complexo, fazendo com que não somente o valor histórico, mas também o valor afetivo, decorrente de vivências (e memórias) individuais e coletivas, devam ser considerados ao analisarmos o patrimônio existente no recorte aqui trabalhado.

3.2 A ARQUITETURA EXISTENTE NA ÁREA

A argentina Marina Waisman afirma que na história da arquitetura a sucessão no tempo não se dá de forma linear, e, além disso, dentro do mesmo organismo arquitetônico são produzidos diferentes ritmos de desenvolvimento, saltos e anacronismos (WAISMAN, 2013, p. 63). A autora reitera que se de fato a continuidade existe, ela é sempre de índole complexa, nunca estritamente linear e de desenvolvimento apenas aparentemente lógico. Ela reforça ainda o fato de que o desprezo pelo passado e o entusiasmo pela modernidade e tudo o que represente de modo superficial o progresso é uma característica geral da mentalidade do latino-americano, contribuindo para a não continuidade histórica nas cidades da região.

Assim, segundo Waisman, a arquitetura latino-americana é marcada por descontinuidades, rupturas e interrupções. Tendo em vista que na historiografia geral, as unidades históricas foram definidas principalmente de acordo com o mundo europeu, ao longo dos séculos a arquitetura latino-americana baseou-se em ideias transculturais, que foram interpretadas, modificadas ou transformadas de acordo com as circunstâncias histórico-cultural-tecnológicas locais. Ao relacionarmos os postulados de Waisman à realidade brasileira e, mais especificamente, à do bairro da Cidade Velha, é possível compreender que a herança colonizadora europeia (no caso portuguesa) do século XVII serve até a atualidade como parâmetro para a atribuição de valor a determinadas edificações e para a definição a respeito do futuro das mesmas (se merecem ser preservadas ou não).

Sobre o caso de Belém e da Cidade Velha em particular, se faz necessário lembrar que a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e o IPHAN são duas das instituições responsáveis por realizar a salvaguarda do patrimônio material nestas localidades. Ainda que a FUMBEL possua seus próprios critérios e autonomia em relação à tomada de decisões sobre o que deve ou não ser preservado, bem como o fato de os limites da poligonal que define o Centro Histórico serem diferentes para as duas instituições, é preciso reconhecer que as políticas do

Instituto (instância nacional), criado em 1937 sob o nome de SPHAN, ainda são o principal parâmetro quanto ao que é considerado patrimônio e, portanto, representativo de nossa história.

Em relação às manifestações arquitetônicas presentes na área, é possível destacar o ecletismo, o neocolonial e as tendências modernizantes, dentre as quais o Art Déco e o raio que o parta. Quanto ao ecletismo, de acordo com Patetta (1987), este constitui uma expressão da arte e da arquitetura que representa um prosseguimento do neoclassicismo, surgindo na Europa a partir do século XVIII e perdurando até o início do século XX. Apesar de sua manifestação na arquitetura ocorrer por um longo período de tempo, o estilo foi bastante criticado e polemizado por vários teóricos, tendo sido considerado como algo de mau gosto, um pastiche de estilos do passado, incorporando elementos do neoclássico, neogótico e barroco. Assim, pelo fato de ter sido renegado pela academia, o mesmo só passou a ter as atenções dos estudiosos a partir da segunda metade do século XX.

O contexto no qual o ecletismo se desenvolve na Europa é marcado por acontecimentos importantes: a propagação do pensamento Iluminista, o qual preparou as bases para a Revolução Francesa de 1789 (KOCH, 2009); o surgimento da enciclopédia, que influenciou as ideias da burguesia; e a Revolução Industrial, a qual promoveu a introdução de novos materiais e tecnologias na arquitetura. Outro fato relevante foi a ascensão política e econômica da burguesia, a qual promoveu manifestações arquitetônicas com o objetivo de expressar o humanismo que tomava conta da sociedade da época.

Em relação ao contexto brasileiro, Reis filho (2000) descreve que a incorporação de elementos construtivos produzidos industrialmente em larga escala (como o ferro e o vidro) e de padrões formais capazes de assimilá-los, dentro das soluções tradicionais, significava, ao mesmo tempo um avanço na tecnologia e o reforço de uma herança do tipo colonial, com dependência da metrópole; o que manifestava simultaneamente conciliação e progresso.

Derenji (1987) afirma que, por volta de 1870, com a alta da borracha nas cotações da bolsa, o estilo neoclássico entra em decadência nas grandes capitais do país. Este é o momento em que o ecletismo na Amazônia passa a representar as mudanças de comportamento desencadeadas pela riqueza do ciclo da borracha, se apropriando do neoclássico tardio como mais uma opção de escolha de estilos. Tais mudanças marcaram, na região, o período conhecido como *Bélle Époque*, influenciado diretamente pelo que estava em voga no norte da Europa e Estados Unidos, abandonando aos poucos os modestos hábitos portugueses. O ecletismo, assim, proporciona grandes mudanças à cidade de Belém, com sua expressão na arquitetura marcando de forma intensa o bairro da Cidade Velha e em especial seu núcleo inicial de fundação. Um

dos exemplos dessa linguagem é o prédio que abriga o Comando do 4º Distrito Naval, localizado na rua Carneiro da Rocha (fig. 63).



Figura 63: O prédio do Comando do 4º Distrito Naval, edificação eclética que data do século XVIII situada na porção recente do bairro e presente no Inventário da Fumbel. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

O ecletismo está presente também em outras edificações utilizadas por instituições, dentre as quais é possível citar como exemplo dois prédios pertencentes à Justiça Militar do Estado, sendo um deles um anexo, ambos localizados na Av. 16 de Novembro. Neles é possível identificar a platibanda balaustrada, o uso do ferro nos guarda-corpos e um frontão. Ainda em relação ao uso institucional de edificações, vale mencionar uma edificação que abrigou até 2018 a sede da Casa da Mulher, situada na Travessa Bom Jardim. A edificação constitui um exemplar do Classicismo Imperial brasileiro, com interferência do ecletismo nos gradis. Ambas as edificações possuem porão (COSTA FILHO, 2019 (fig. 64).



Figura 64: A - prédios pertencentes a Justiça Militar do Estado, localizados na Av. 16 de Novembro, B - o prédio que serviu como sede da Casa da Mulher, na Trav. Bom Jardim. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019

Também localizada na Av, 16 de Novembro, outra edificação pertencente ao eclético que se destaca dentre as demais consiste em um conjunto formado por edificações que abrigam pontos comerciais (fig. 65). Em suas fachadas é possível identificar a união de diferentes elementos como os frontões, a platibanda adotada pelas construções ecléticas do período e linhas que parecem seguir uma tendência protomoderna. As modificações, como a abertura de vãos e a adoção de toldos para adequar a edificação ao uso atual também são perceptíveis, assim como a depreciação por meio de pichações.



Figura 65: As fachadas do conjunto. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Outro exemplo de edificação eclética localizada na parte mais recente do bairro é o chamado Palacete Camelier (fig. 66), edificação que abrigou, no mesmo terreno, a “Officina D’Artefactos Metálicos”, fundada em 1884, a qual prestava serviços a embarcações devido à sua privilegiada localização às margens do Rio Guamá. O palacete, que abrigou a família do advogado e um dos pioneiros da radiodifusão na Amazônia, Roberto Camelier, atualmente se encontra em ruínas. Segundo pesquisa realizada no acervo da FUMBEL, o conjunto pertence ao ecletismo e a antiga Officina localizada à frente do Palacete abrigou também a “Bagé Ferro e Aço”, estabelecimento cujo nome remonta à época em que o terreno da Praça do Arsenal, atualmente Praça Carneiro da Rocha, era chamado de Largo do Bagé (SOARES, 2009).



Figura 66: O Palacete Camelier, atualmente em ruínas. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

O ecletismo marca também o estilo de algumas mercearias existentes no recorte estudado do bairro (fig. 67). É o caso de duas delas: uma situada na Rua do Arsenal, próxima ao prédio do Comando do 4º Distrito Naval (hoje desativada), e a outra na Rua Cesário Alvim esquina com a Rua Carlos de Carvalho, respectivamente. Ambas podem ser classificadas como ecléticas, no entanto, possuem alguns traços de modernidade em suas fachadas como o frontão simplificado típico do *art déco* e o que parecem ser aberturas para ventilação.



Figura 67: As mercearias: a primeira, situada na Rua do Arsenal com a de Óbidos e a segunda na Rua Cesário Alvim. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

A primeira mercearia mostrada na figura 67 possuía o nome de Recreio da Armada, o que provavelmente se deve à localização próxima ao prédio do Comando do 4º Distrito Naval. Utilizando o recurso da curadoria digital, chegou-se a uma postagem sobre a mercearia feita no grupo Nostalgia Belém (fig. 68), no Facebook, a qual trouxe à tona as memórias de vários membros em relação ao local (fig. 69). Nos relatos, presentes nos comentários da publicação, é possível perceber que a mercearia era uma “parada obrigatória” para muitos dos que frequentavam as redondezas por algum motivo, seja pelo fato de serem moradores próximos ou por terem consultas no Hospital Naval da Marinha. Além disso, um senhor conhecido pelo nome de “Paco” também é frequentemente mencionado pelos usuários. Sendo assim, este também pode ser considerado um ponto de ancoragem da memória nessa porção do bairro (ver fig. 58).



Figura 68: postagem sobre a Merceria Recreio da Armada no grupo Nostalgia Belém no Facebook. Fonte: <https://web.facebook.com/groups/nostalgibelem/permalink/1753477175347794>. Acesso em: 17 jan. 2022.

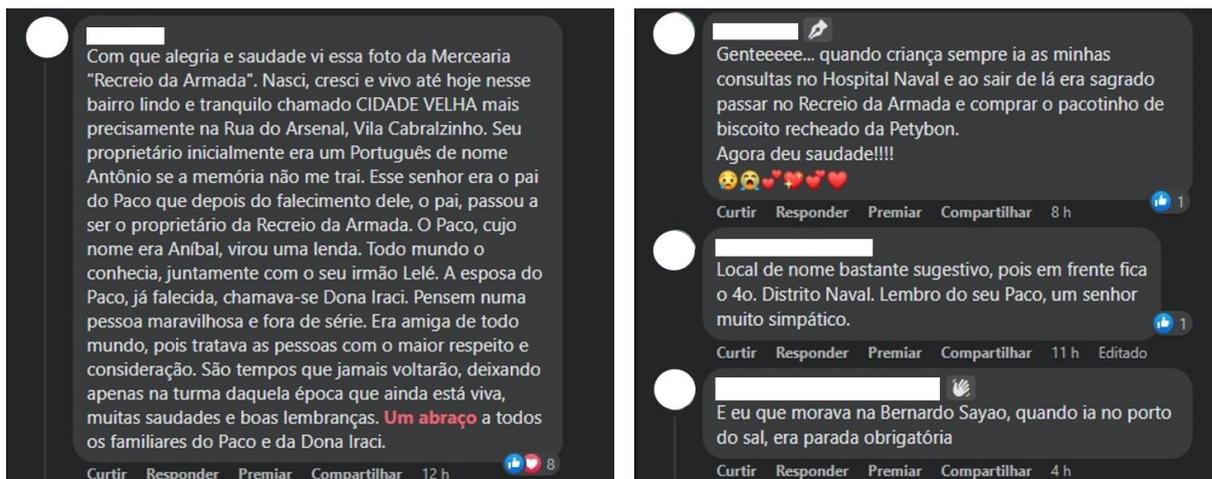


Figura 69: comentários dos membros do grupo no *post* sobre a mercearia. Fonte: <https://web.facebook.com/groups/nostalgiaabelm/permalink/1753477175347794>. Acesso em: 17 jan. 2022.

Por fim, o eclético está presente também nas edificações residenciais. Em dois exemplares localizados na Av. 16 de Novembro (fig 70a e 70b), é possível observar platibandas, detalhes em estuque, rusticação e a presença de porão. Em um exemplar localizado na Rua Veiga Cabral (fig. 70c), é possível identificar o emprego de azulejos na fachada, bem como a transformação de um porão habitável em garagem. Esta edificação, assim como as duas mencionadas anteriormente na Av. 16 de Novembro, estão inclusas no Inventário de Bens de interesse a Preservação do Município, elaborado pela FUMBEL. Já em outro exemplar, desta vez localizado na Travessa Carlos de Carvalho (fig. 70d), consiste em uma residência com platibanda no formato de frontão cimbrado que possui linhas neoclássicas e emprega também traços protomodernos.



Figura 70: A e B - as edificações localizadas na Av. 16 de Novembro; C – residência localizada na Rua Veiga Cabral; D - residência localizada na Trav. Carlos de Carvalho. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

Em relação ao neocolonial, Kessel (1999, p. 65), afirma que o mesmo nasceu de uma reação contra o ecletismo, na busca de uma arquitetura brasileira genuinamente autóctone. Kessel afirma que o pensamento neocolonial foi propagado em artigos e conferências pelo arquiteto português Ricardo Severo a partir de 1914, principalmente em São Paulo, sendo acolhido por diversos intelectuais e encontrando seu maior defensor na figura de José Marianno Filho durante as décadas de 1920 e 1930. O autor afirma ainda que a produção construída do neocolonial ganhou visibilidade a partir da Exposição Comemorativa do Centenário da Independência, realizada em 1922 no Rio de Janeiro, durante a qual pavilhões foram erguidos de acordo com os cânones do estilo, posteriormente adaptado a igrejas, escolas e residências. O estilo passou a influenciar também concursos públicos de projetos que buscavam, sob a inspiração de José Marianno, recuperar elementos presentes nas antigas casas senhoriais do Nordeste e nas igrejas barrocas de Minas Gerais. Os beirais, uso de azulejos e o telhado em ponta com várias águas são alguns elementos marcantes do neocolonial (figs. 71 e 72).



Figura 71: Residência com características neocoloniais situada na rua Veiga Cabral esquina com a Trav. Carlos de Carvalho. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.



Figura 72: Residência com traços neocoloniais situada na rua de Óbidos. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

Uma construção que emprega o estilo neocolonial associado a traços do protomodernismo é a sede do antigo Café Glória, que originalmente realizava a torrefação de café para revender a mercados do bairro e fora dele. O Café Glória foi um empreendimento criado pelo imigrante português Manoel Reis, que chegou a Belém em 1910, aos 13 anos de idade. Após se estabelecer em terras paraenses, Manoel trabalhou como comerciante até inaugurar o Café, o qual estava localizado no entorno do Ver-o-Peso, próximo à Praça do Relógio. O estabelecimento era um lugar reconhecido pela qualidade de seu produto (o slogan do negócio à época era “Café Glória, o resto é história”), o qual era processado no próprio local, desde a torrefação. Além disso, era conhecido também por ser um ponto de encontro da elite política da cidade durante as décadas de 1940, 50 e 60. Após a morte de Manoel Reis, em 1961, seu filho Orlando passou a administrar os negócios da família. O comércio funcionou nesta localização até a década de 1980 (FERREIRA, 2011).

A sede do café (ver fig. 43), localizada na Rua de Óbidos, abrigava tanto a torrefação (inicialmente artesanal e posteriormente industrial) quanto a residência da família. O complexo

constitui “um exemplo vivo da história portuguesa em Belém” (FERREIRA, 2011). Arquitetonicamente, a edificação incorpora elementos como os vãos em forma de arco do neocolonial e os cobogós do protomoderno, alguns destes possuindo formas geométricas de triângulos. É possível identificar ainda na “leitura” da edificação, elementos como uma voluta, referente ao barroco (fig. 73).

Apesar de suas características, a edificação não está inclusa no registro de edificações de interesse à preservação da FUMBEL. No entanto, a sede do antigo Café possui valor afetivo para vários dos moradores mais antigos da área. Portanto, se demolida certamente acarretaria em uma grande perda não somente para a memória, mas também para a ambiência da rua, visto que está situada no mesmo lugar há várias décadas: apesar das mudanças e a chegada de novos empreendimentos como o Supermercado Líder, construção vizinha que possui dimensões que a destacam em relação a outras localizadas no entorno, o antigo Café Glória se destaca, à sua própria maneira, por ser peculiar, o que o torna um marco no local por remeter à memória dos antigos moradores do bairro (principalmente a olfativa). A Vila São Martinho (fig. 75), localizada na rua Ângelo Custódio e vizinha ao Café Glória, também possui características neocoloniais, contando com um portal o qual tem, em sua cobertura, um telhado em ponta.



Figura 73: Vista do interior do complexo, onde é possível observar melhor a construção principal. Fonte: José Vasconcelos, 2014.



Figura 74: Vista do jardim do Café. Fonte: José Vasconcelos, 2014.



Figura 75: Portal de entrada da Vila São Martinho. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.

A produção arquitetônica protomoderna também marca presença no bairro. O termo “proto-moderno”, empregado por Luís Paulo Conde em artigos publicados nos anos 1980, faz referência a uma produção que precede a arquitetura moderna propriamente dita. O problema é que conduz a um pensamento dúbio, ao entendimento de que o que foi construído antes da arquitetura moderna, não era, efetivamente, moderno. A utilização de termos como “proto-racionalismo”, proposto por Renato Fusco e posteriormente retomado por Guilah Naslavsky, contribuem para tornar esta discussão ainda mais complexa. O termo é usado por Naslavsky para se referir a uma arquitetura “pós-eclética” ou “pré-moderna” (FARIAS, TINEM, 2019, p. 4-5). Atualmente, o termo é utilizado para se referir ao estilo hoje conhecido como *Art Déco*. Farias e Tinem (2019) afirmam que, em relação à esta arquitetura, até a década de 1960 não existia uma terminologia para designar tal produção. Assim, denominações como “estilo moderno”, “futurismo”, “arte decorativa moderna” e “*streamline modern*” eram utilizadas pela historiografia.

A arquitetura associada ao termo é apresentada oficialmente na Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em abril de 1925 em Paris. A Exposição, a qual pode ser considerada uma “grande celebração à modernidade”, “espelhou a busca de qualquer modernidade, a necessidade de exprimir ideias novas, de tentar ser moderno mesmo que não se pudesse esclarecer o que isso significava ou como se chegava à condição de moderno” (SEGAWA, 1998, p. 54). Contribuem para tornar corrente o uso do termo *Art Déco* a realização, em 1966, da Exposição “Les Annés 25: Art Déco/Bauhaus/Stijl/Espirit Nouveau”, uma mostra retrospectiva que retoma as “vanguardas” do início do século XX e a publicação, em 1968, do livro “*Art Déco of the 20s and 30s*” (Art Déco dos anos 20 e 30), do historiador inglês Bevis Hillier (FARIAS; TINEM, 2019, p. 4).

No entanto, somente a partir de 1990, *Art Déco* passa a ser “o termo mais comumente aceito” para se referir a esta produção (UNES, 2001, p. 16, apud FARIAS; TINEM, 2019, p. 4). Porém, tais exemplares arquitetônicos ainda aparecem sob o rótulo de obras “ao gosto Déco”, segundo a orientação “*Art Déco*” (com traços *Déco*) ou ainda sob a classificação de arquitetura “proto-moderna”, “proto-racionalista” ou “pré-moderna” (FIGUERÔA et al. apud FARIAS; TINEM, 2019, p. 4). Assim, alguns autores compreendem que os termos “protomoderno” e “*Art Déco*” se referem à mesma arquitetura; outros, entretanto, afirmam que as construções protomodernas “deslocam” a ornamentação das fachadas para a volumetria, configurando composições compostas (FARIAS; TINEM, 2019, p. 4).

Barcessat (1993) afirma que, em Belém, as manifestações arquitetônicas desenvolvidas de 1940 a 1980 devem ser classificadas como *tendência* moderna e não como propriamente modernas, tendo em vista que a formação de nossa arquitetura moderna estava sujeita à alteração de sentido pela influência dos estilos precedentes (o *Art Déco*, o raio que o parta e o *Art Nouveau*). Tais estilos seriam os prefixos da Arquitetura Moderna Local, a qual tinha como radical os princípios modernistas assimilados ao contexto de Belém, sendo as terminações definidas pela vivência pessoal de seu produtor, que define a especificidade da obra (CARVALHO; MIRANDA, 2009). Assim, as arquiteturas com tendências modernizantes presentes na “nova” Cidade Velha, são predominantemente marcadas pela ausência de adornos e simplificação e geometrização das fachadas, incorporando os traços característicos do *Art Déco*. Carvalho e Miranda (2009) afirmam que:

O modismo modernista em Belém manifestou-se através de elementos decorativos como: mosaicos em forma de raios coloridos preenchendo as empenas; molduras de janelas com laterais inclinadas; pestanas protegendo portas e janelas; telhado inclinado para dentro do terreno, com parte do telhado aparente, compondo um pequeno beiral em ângulo obtuso com a parede da fachada (telhado mariposa); painéis em cobogós cimentados rústicos ou esmaltados em cores fortes; colunas finas arranjadas em “V” como apoio de marquises e coberturas.

No Inventário da FUMBEL, é possível encontrar alguns poucos exemplares classificados como protomodernos. Estes, apesar de catalogados, foram demolidos, estando concentrados na Travessa Bom Jardim (fig. 76). Outros, no entanto, apesar de possuírem uma linguagem mais próxima do protomoderno, foram classificados pela FUMBEL como ecléticos (fig. 77). Um terceiro grupo observado em incursões pelo bairro, apesar de possuir características próximas ao protomoderno, não aparece no Inventário (fig. 78). Já um quarto grupo é composto por dois exemplares tipicamente modernos, talvez dos anos 70, localizados

na av. 16 de Novembro (fig. 79). Possuem telhado em laje, esquadrias de alumínio, garagem e colunas em “V”. Um último grupo, por sua vez, é composto por residências que possuem traços modernizantes (fig. 80), mas que se enquadram em uma linguagem bem definida, dentre as quais uma delas se destaca por ser coetânea ao Raio que o Parta (fig. 80d).

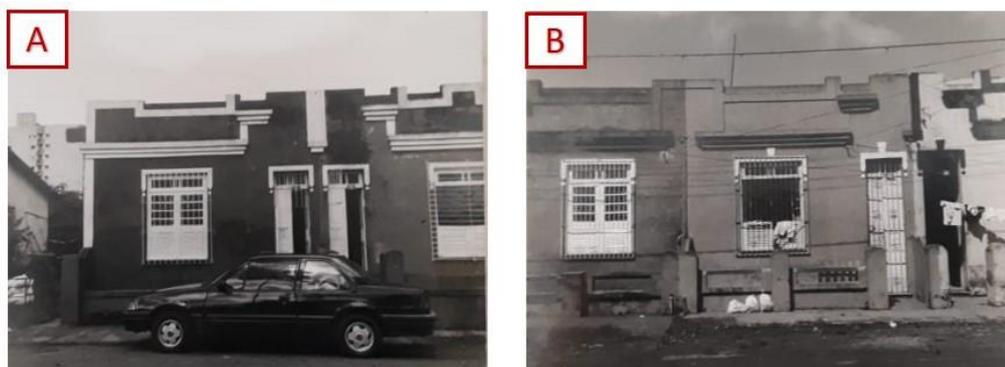


Figura 76: Exemplos de residências protomodernas demolidas situadas na Trav. Bom Jardim. Fonte: FUMBEL; Aldine Cavalcante, 1994/Sidney Costa Filho, 2019.



Figura 77: Exemplos de residências com traços protomodernos, mas que, no entanto, foram classificadas como ecléticas pela FUMBEL. A – Localizada na travessa Bom Jardim; B – Localizada na rua Cesário Alvim. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019 (A); Sidney Costa Filho, 2021 (B).



Figura 78: residências com traços protomodernos situadas na Av. 16 de Novembro e que não constam no Inventário de Bens Imóveis de Interesse à Preservação do Município. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021 (A); Sidney Costa Filho, 2020 (B).



Figura 79: residências com traços tipicamente modernos situadas na Av. 16 de Novembro. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.



Figura 80: residências com traços modernizantes localizadas no recorte estudado, mas que não possuem uma linguagem bem definida. A – Rua Cesário Alvim; B – Rua Veiga Cabral; C – Rua Triunvirato; D – Rua Ângelo Custódio. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021 (A); Sidney Costa Filho, 2021 (B); Sidney Costa Filho, 2019 (C); Sidney Costa Filho, 2021 (D).

A Travessa Monte Alegre também possui edificações com tendências modernizantes, embora uma delas, a Vila Monte Alegre, esteja em estado de abandono, não sendo ocupada por habitantes e estando à mercê das intempéries e da vegetação (fig. 81). No mesmo trecho da via, situado entre a rua de Óbidos e a Av. Almirante Tamandaré, uma residência térrea com traços protomodernos foi demolida para dar lugar à uma renovação, uma residência com dois pavimentos (fig. 82). Este é mais um exemplo que atesta as modificações as quais a paisagem do recorte vem sofrendo e denota a fragilidade a que alguns exemplares estão sujeitos.



Figura 81: A Vila Monte Alegre, localizada na travessa de mesmo nome. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.



Figura 82: A - Edificação com traços protomodernos situada na Trav. Monte Alegre sendo demolida; B - nova construção erguida no lugar. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019 (A); Sidney Costa Filho, 2021 (B).

Se faz necessário mencionar também a estética do raio que o parta⁵⁴, manifestada na arquitetura feita em Belém a partir dos anos 1950 e que ainda continua presente em alguns exemplares da “nova” Cidade Velha, mesmo em meio à tantas renovações. Carvalho e Miranda (2009) abordam o surgimento desse termo, bem como suas características:

Como a maioria dos lotes do centro da cidade é estreita (em média 6 metros), não havia outra alternativa de cobertura que a de duas águas no sentido longitudinal, surgindo uma nova versão do telhado mariposa, invisível externamente, e que resultava na empena exageradamente alta em função da inclinação necessária à telha de barro. Da decoração dessa empena surgiu a linguagem jocosamente apelidada de “Raio que o Parta”, que tinha como característica a decoração em mosaicos de azulejos em formas inclinadas, semelhantes a raios. Os desenhos eram elaborados por engenheiros ou desenhistas, aplicando composições de formas geométricas que

⁵⁴ Em relação à expressão arquitetônica do raio que o parta, é observada uma recente (re)valorização desta linguagem, a qual surgiu como uma “arquitetura de mau gosto” e que hoje é apropriada também por segmentos como a moda e o design. A dissertação apresentada por COSTA (2015) intitulada “Raio que o parta! assimilações do modernismo nos anos 50 e 60 do século XX e seu apagamento em Belém (PA)” se faz essencial para compreender e documentar esta manifestação arquitetônica.

lembram as experimentações estéticas de grupos de artistas como os neoconcretistas cariocas.

Ainda em relação ao surgimento do termo, Barcessat (1993), afirma que, segundo o arquiteto Paulo Cal, a casa “Raio que o Parta” teria surgido devido à quebra de muitos azulejos no transporte ao longo do trecho Belém-Brasília, em virtude das péssimas condições de manutenção da rodovia. Assim, os revendedores, para não perderem o material, sugeriam aos proprietários a decoração de suas fachadas com composições que utilizassem os cacos, os quais eram comercializados por um valor mais barato que o azulejo inteiro. Na Alameda Maria Luiza, localizada entre a rua Ângelo Custódio e a Travessa Carlos de Carvalho, atrás do Supermercado Líder, é possível encontrar duas residências que ainda possuem essa estética em sua fachada (figs. 83 e 84), assim como na rua Triunvirato, onde um exemplar chama atenção (fig. 85).



Figura 83: Residência com estética raio que o parta na Alameda Maria Luiza. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019.



Figura 84: Residência com estética raio que o parta situada na Alameda Maria Luiza. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.



Figura 85: Residência com estética raio que o parta situada na rua Triunvirato. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

Por fim, a partir do inventário da FUMBEL, o qual data de 1994, e também por meio de pesquisa bibliográfica, é possível deduzir que a ocupação da porção mais recente do bairro da Cidade Velha ocorreu a partir do século XVII, mas somente a partir da década de 1940 e, principalmente, de 1950, foi estabelecida de fato, o que está relacionado às obras de infraestrutura executadas pela administração municipal (COSTA FILHO, 2019). No inventário estão presentes as fichas de imóveis já demolidos, o que também é importante, pois consta como documentação do passado e das mudanças sofridas pelo local ao longo do tempo. No mapa abaixo (fig. 86), é mostrada a distribuição ao longo da área e a classificação segundo as linguagens arquitetônicas de residências catalogadas durante a pesquisa. É enfatizada a predominância das renovações, nas principais vias (Av. Almirante Tamandaré, Av. 16 de Novembro, Rua Cesário Alvim, Rua do Arsenal e Rodovia Bernardo Sayão), uma concentração maior de linguagens como o eclético, o protomoderno e as tendências modernizantes em vias como a Av. 16 de Novembro e a Rua Cesário Alvim, além da distribuição esparsa de exemplares de linguagens diversas ao longo do miolo do trecho analisado do bairro.



Figura 86: Distribuição pelo bairro das residências identificadas e suas classificações de acordo com as linguagens arquitetônicas. Fonte: CODEM, com modificações feitas pelo autor, 2022.

3.3 O PONTO DE VISTA DOS TÉCNICOS

Em entrevista⁵⁵ realizada com a superintendente do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN-PA), Rebeca Ribeiro⁵⁶, a técnica do patrimônio afirmou, em linhas gerais, que a “nova” Cidade Velha não faz parte da área de atuação do Instituto. Diferentemente da FUMBEL, que considera essa área como entorno do Centro Histórico de Belém, a poligonal que delimita o CHB e seu entorno utilizada pelo IPHAN (fig. 87) exclui o recorte.

A delimitação da poligonal do IPHAN, naquele momento em processo de revisão, se baseia na portaria do MinC nº 54 de 08/05/2012, a qual homologa o tombamento do conjunto arquitetônico, urbanístico e paisagístico dos bairros da Cidade Velha e Campina, o inscrevendo no Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico e no Livro do Tombo Histórico. Os critérios do IPHAN para a delimitação do Centro Histórico levam em conta também aspectos relativos à trajetória histórica dos bens, evolução urbana e a implantação do acervo arquitetônico. Assim, um conjunto pode denotar algo fisicamente vinculado ou algo adjacente, não havendo a necessidade de as partes estarem conformadas num mesmo limite físico.

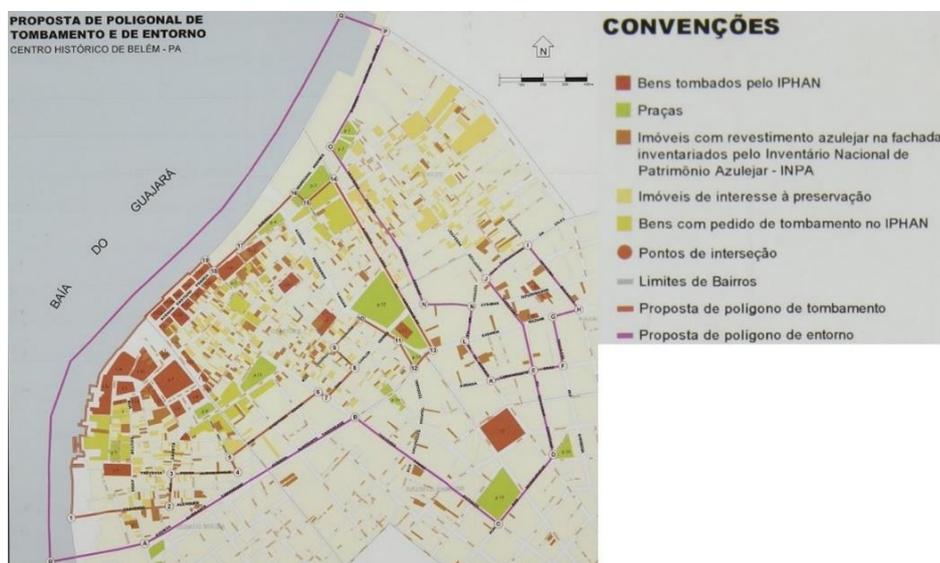


Figura 87: Proposta de poligonal de tombamento do Centro Histórico e seu entorno, adotada pelo IPHAN. Fonte: Acervo digital do IPHAN, 2009. Disponível em: <http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/14862?discover?rpp=10&etal=0&query=centro+hist%C3%B3rico+bel%C3%A9m>. Acesso em: 22 mai. 2021.

⁵⁵ Entrevista concedida em 24 de setembro de 2019.

⁵⁶ Rebeca Ferreira Ribeiro é arquiteta e urbanista pela Universidade da Amazônia (UNAMA) e Mestre em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal do Pará (UFPA).

Já em entrevista⁵⁷ com a técnica em preservação Dorotéia de Lima⁵⁸, ex-funcionária e atual colaboradora do IPHAN e também atuante na organização do Projeto Circular, foi reafirmado o papel de atuação da instituição, a qual transfere as responsabilidades sobre as “áreas aterradas” (das quais a “nova” Cidade Velha faz parte) para a instância municipal, sendo possível a regulação de fatores como volumetria das edificações e implantação no lote a partir do estabelecimento de um entorno do CHB. É importante frisar que a articulação entre as duas instâncias, federal e municipal, no entanto, é necessária e sempre buscada.

O fato de as áreas aterradas possuírem edificações com grande nível de descaracterização, bem como a porção antiga do bairro possuir um maior número de edificações com interesse à preservação, tornando o Centro Histórico de Belém um dos maiores do Brasil, segundo Dorotéia, são determinantes para a adoção de tal política. Ainda de acordo com a entrevistada, por muito tempo, devido ao processo de tombamento, as quadras que concentram as edificações de interesse foram o principal fator a ser levado em conta. Atualmente, com o processo de revisão da normativa da instituição, a visada é o fator levado em consideração.

Na ocasião de uma visita à FUMBEL⁵⁹, foi possível conversar com a então diretora do Departamento de Patrimônio Histórico, Tainá Arruda. A mesma afirmou que a poligonal definida pela fundação a partir da Lei 7.709/94 para a demarcação do CHB e seu entorno foi traçada levando em conta como critério os imóveis e/ou a malha urbana do chamado “núcleo inicial de fundação”. Dessa forma, os imóveis ecléticos são os predominantes no bairro como um todo, seguidos por aqueles que possuem traços coloniais, e, assim, estas são as linguagens arquitetônicas capazes de definir o que deve ser preservado ou não.

A técnica do patrimônio também chamou a atenção para a existência de imóveis que possuem uma determinada linguagem arquitetônica (por exemplo a colonial), mas que sofreram a inserção de elementos ao longo do tempo; acréscimos, que, no entanto, não podem ser classificados efetivamente como “descaracterização”.

Dando continuidade à entrevista, Tainá afirma não ser possível dizer que a parte mais recente do bairro recebe um cuidado menor de acordo com as políticas de atuação da FUMBEL. No entanto, como a porção “patrimonial” da Cidade Velha, na qual está localizado o Complexo Feliz Lusitânia e cercanias, possui uma maior quantidade de imóveis a serem preservados, a

⁵⁷ Entrevista concedida em 11 de novembro de 2019.

⁵⁸ Maria Dorotéia de Lima é arquiteta e urbanista pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e Mestre em Antropologia pela mesma universidade. Trabalhou como técnica de preservação no Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), integrando a equipe do Pará (1989-2017), onde, no período 2005 a 2017, respondeu pela superintendência.

⁵⁹ Realizada em 11 de outubro de 2019.

impressão é a de que a mesma recebe maior atenção em detrimento da mais nova. Porém, de acordo com a percepção da profissional, “*o cuidado é o mesmo*”, visto que, segundo ela, quando a Fundação recebe alguma denúncia de obras irregulares na área, a urgência para realizar a notificação é a mesma que ocorreria caso tal obra estivesse sendo realizada na porção antiga do bairro. A técnica acrescenta que a busca por sanar as dúvidas existentes por parte dos moradores da “nova” Cidade Velha também é algo que a Fundação procura fazer da mesma forma que seria feito na parte antiga do bairro (COSTA FILHO, 2019, p. 55).

Tainá afirma ainda que a fiscalização é uma das ações adotadas pela Fundação e que tal ação se estende ao bairro como um todo, incluindo o seu entorno. Além da fiscalização, um maior contato e diálogo com os moradores tem sido uma das estratégias adotadas pelo órgão, com a realização de audiências públicas, por exemplo. A profissional julga importante levar em consideração também o ponto de vista dos moradores, os quais vivenciam diretamente aquele espaço e, por conta disso, possuem perspectivas que os técnicos do patrimônio não possuem. Ao ouvir a voz dessas pessoas e o que elas têm a dizer, a Fundação visa encontrar, em conjunto com a comunidade, soluções possíveis para problemas como o fluxo de veículos pesados no tecido histórico e a poluição sonora decorrente de eventos como o carnaval e o auto do círio, já tradicionais no bairro e que até 2019, antes da pandemia, ocorriam normalmente, mas sempre envoltos em polêmicas (COSTA FILHO, 2019, p. 55).

Em relação aos eventos mencionados, apesar de a ocorrência dos mesmos ficar mais restrita ao núcleo histórico da Cidade Velha, a movimentação quanto ao fluxo de veículos e pedestres que eles promovem se estende ao bairro como um todo. Tainá afirma que as manifestações culturais que ocorrem no Centro Histórico são muito bem-vindas, pois agregam vida ao mesmo. Acrescenta que o ideal seria que as mesmas não fossem somente esporádicas; como no caso do Projeto Circular, que ocorre de dois em dois meses; e sim que ocorressem com maior frequência, de forma a promover uma constante movimentação no CHB. No entanto, se torna necessário buscar alternativas de realizá-las de modo que as mesmas respeitem não somente ao patrimônio, mas também aos moradores do local (COSTA FILHO, 2019, p. 55, 56).

A profissional argumenta ainda sobre a importância da integração entre as instâncias federal, estadual e municipal; o que, segundo a mesma, é essencial para que o trabalho de proteção ao patrimônio obtenha êxito. Ainda que cada instância tenha sua própria concepção acerca do que deve ser ou não preservado e sua própria delimitação de centro histórico, muitas vezes existem pontos em que coincide a atuação de mais de uma delas. Para exemplificar essa diferença existente entre as perspectivas de cada instituição, ela usa o exemplo do raio que o Parta; o qual, segundo a mesma, não é uma expressão arquitetônica que irá possuir interesse à

preservação a nível nacional por se tratar de uma manifestação característica de uma região específica. No entanto, não é por conta disso que o estilo se torna menos importante ou que edificações que contenham o mesmo não possuam valor arquitetônico e deixem de ser preservadas (COSTA FILHO, 2019, p. 56).

Tainá considera ser necessário também fazer um trabalho de conscientização patrimonial, a qual possui como objetivo criar nos moradores um sentimento de pertencimento, de que o patrimônio também pertence a eles, assim como a todo cidadão belenense. Portanto, é necessário que os mesmos sejam também responsáveis por sua preservação (*“se as pessoas não entenderem isso, esse projeto não vai durar nem cinco anos”*). Junto à conscientização patrimonial, ela julga ser necessária também a conscientização ambiental (COSTA FILHO, 2019, p. 56).

A partir das entrevistas realizadas com as técnicas, foi possível apreender que existe uma grande preocupação com relação à articulação entre os órgãos preservacionistas com o objetivo de que o trabalho de preservação do Centro Histórico e seu entorno seja realizado de maneira correta e efetiva, seguindo as diretrizes de cada instituição. Existe um cuidado em se aproximar da população para que, em conjunto com a mesma, decisões que irão nortear as ações das instâncias sejam pensadas de forma a beneficiar a todas as partes envolvidas, levando em consideração que os técnicos, na grande maioria das vezes, não conhecem tão profundamente seu campo de trabalho e não possuem a mesma vivência que um morador da área.

No entanto, ao serem privilegiados estilos como o eclético e o colonial, outras expressões arquitetônicas como o raio que o parta, limitado ao contexto regional, e o neocolonial são deixadas de lado e, assim, acabam ficando à mercê dos esquecimentos e das renovações. Prova disso é o Inventário de Bens Imóveis de Interesse à preservação do Município de Belém, elaborado sob os cuidados da Fumbel e que conta com fichas que contém registros fotográficos e informações a respeito principalmente de imóveis ecléticos e de alguns poucos representantes do protomoderno no bairro. Apesar de a instituição considerar as manifestações arquitetônicas supracitadas tão dignas de valor quanto o eclético e o colonial, as mesmas não estão presentes no inventário, o que, novamente induz ao pensamento de que talvez exista uma hierarquia de valores atribuídos a determinadas expressões arquitetônicas dentro das próprias instituições.

3.4 A RELAÇÃO DOS MORADORES COM O PATRIMÔNIO

Durante os meses de novembro e dezembro de 2020, foi realizado mais um ciclo de incursões na área de estudo, e, assim, por meio da etnografia de rua, foi possível entrar em contato com moradores do bairro. Os relatos apresentados a seguir foram descritos em diários de campo e registrados em entrevistas na forma gravada ou escrita. Para estas incursões, as quais foram acompanhadas pelo arquiteto e urbanista Alison Ramos e pelo Doutorando em Arquitetura e Urbanismo Wagner Ferreira, foi traçado à mão um mapa (fig. 88), o qual serviu também como roteiro, no qual foram listados pontos da “nova” Cidade Velha que possuem interesse para a pesquisa. O critério utilizado para a escolha de tais pontos parte da premissa de que alguns locais representam um atrativo para moradores do bairro e/ou visitantes e/ou pelo fato de possuírem uma arquitetura que se destaca em meio às demais existentes na área.

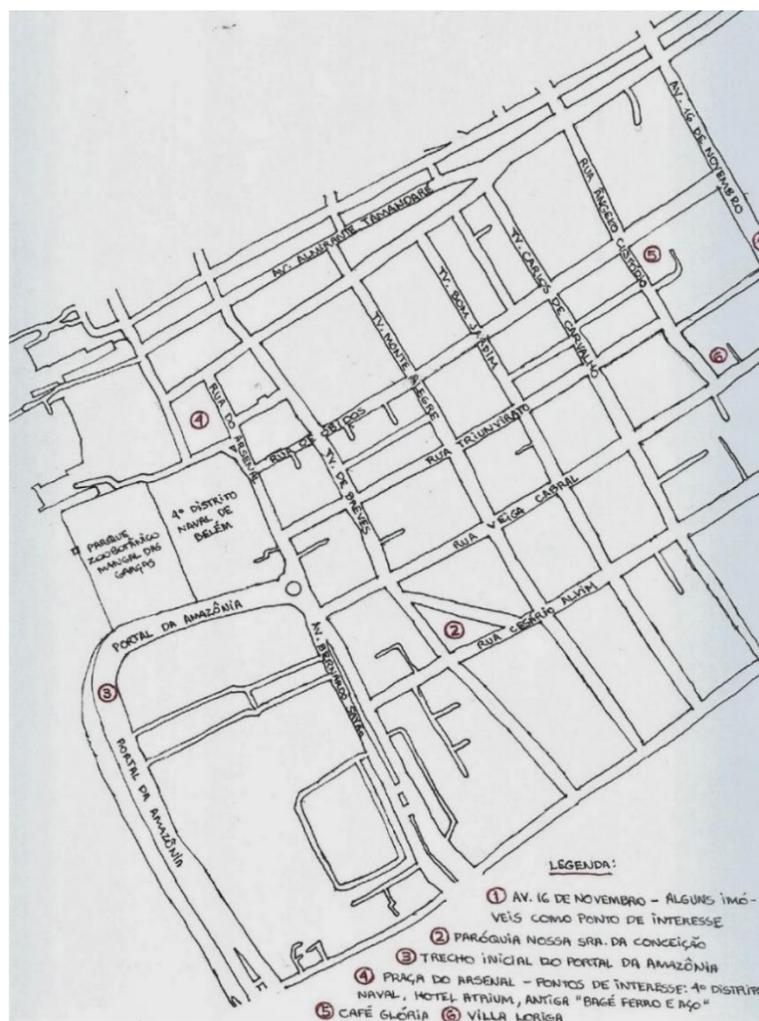


Figura 88: Pontos de interesse localizados na porção mais recente do bairro. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

Para as referidas incursões, foi também utilizada a técnica do desenho como forma de captar a atenção das pessoas, com o objetivo de fazer o pesquisador “ser visto” pelos transeuntes, os quais, motivados pela curiosidade, poderiam tentar estabelecer contato. Tal estratégia foi utilizada por Kuschnir (2014) e é descrita em seu texto “Ensinando antropólogos a pensar: uma experiência didática e de pesquisa”, o qual resultou de uma experiência de ensino chamada “Laboratório de Antropologia e Desenho”, a qual propõe o desenho como ferramenta central para a pesquisa etnográfica.

A técnica do desenho também foi empregada na produção da avaliação final do módulo Diários de Campo, ministrada sob a forma de módulo pela Prof. Dr^a. Cybelle Salvador Miranda e com monitoria realizada por Wagner Ferreira. Na ocasião, uma incursão foi realizada ao bairro de Nazaré, em outubro de 2020, e os resultados finais foram relatos bastante ricos e diversos por parte dos discentes. Apesar de minha insegurança em relação ao desenho, na ocasião das incursões tanto para o módulo Diários de Campo quanto para a dissertação, avalio os resultados como positivos e além das expectativas.

Trechos que descrevem como foi a experiência da primeira incursão na companhia de Wagner e Alison, realizada no dia 27 de novembro de 2020, e o contato com o desenho (fig. 89), são apresentados a seguir, em excertos retirados do diário de campo da referida incursão:

[...] O primeiro ponto escolhido para a observação foi a Av. 16 de Novembro, mais especificamente algumas construções que julgamos ser interessantes. Ali haviam alguns exemplares do ecletismo, sendo uma das construções a que abriga a Junta Militar do Estado, em frente a qual havia uma viatura de polícia. Outros exemplares já apresentavam algum traço de modernidade, com suas linhas retas, pastilhas coloridas ou detalhes que se assemelhavam àqueles do art déco.

Escolhemos parar próximo ao muro de uma academia de formação de vigilantes, onde fazia sombra, para desenharmos um conjunto de casas no estilo art déco. Minha experiência com o desenho é marcada por muito autojulgamento e uma postura de “esquivamento”, visto que, para mim, meus desenhos passam longe de serem primorosos. No entanto, tentei relaxar e apenas desenhar do jeito que eu conseguia.

As residências art déco se encontram conservadas, algumas mais do que outras. Elas pareciam ter, em tempos passados, formado um conjunto maior, cujo ritmo foi quebrado pela demolição de uma das edificações. Uma delas, na cor verde, possuía um cata-vento colorido colocado junto à grade da janela, detalhe que achei curioso. Pela janela, a qual estava aberta, também foi possível ver que havia gente em casa. Não tenho certeza, mas acredito que a pessoa que estava na residência nos olhou por um momento do outro lado da rua, em uma postura de estranhamento⁶⁰[...].

⁶⁰ Excerto extraído do diário de campo da incursão realizada no dia 27 de novembro de 2020.



Figura 89: Desenho das residências art déco da Av. 16 de Novembro. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

O estranhamento, para os pedestres e moradores, ao ver três jovens parados com pranchetas, papéis, lápis e caneta no meio da calçada em uma rua movimentada era, de fato, o que buscávamos. Nenhuma pessoa, no entanto, pareceu ser ousada o suficiente para nos parar e perguntar o que estávamos fazendo, porém era nítida a curiosidade dos transeuntes, os quais tentavam disfarçar. Como sugerido por Wagner, passamos a cumprimentar os pedestres dando-lhes bom dia como forma de tentar uma aproximação, ainda que alguns não nos respondessem. Foi dessa forma que conseguimos nos aproximar de uma jovem que transitava por ali, a qual indagamos se poderia falar conosco. Ela respondeu positivamente e afirmou que costumava percorrer com frequência aquele trecho, visto que morava na rua Cesário Alvim, ali próximo. Relatou também que considerava construções como as que estávamos desenhando, que possuíam um “*caráter mais antigo*”, muito bonitas.

Após a jovem, foi possível, naquele trecho, estabelecer contato com o senhor Giovani. Ele aparentava ter entre sessenta a setenta anos de idade e afirmou ser morador do bairro, sempre percorrendo aquele trecho da Avenida 16 de Novembro para fazer compras no Supermercado Nazaré (localizado na face da via situada no bairro da Campina). Naquela ocasião, ele estava voltando das compras e segurava sacolas. As compras no referido supermercado, aliás, são um dos motivos pelos quais muitos pedestres transitam pela área.

Ao nos apresentarmos como estudantes da Universidade Federal do Pará, o senhor Giovani relatou ser historiador, discorrendo sobre a importância da preservação de edificações no bairro e lamentando o estado de conservação em que várias delas são encontradas atualmente. Devido à sua formação, conduziu o diálogo para o viés da história, discorrendo também sobre a colonização portuguesa na região e a contribuição desse povo para o bairro e sua arquitetura, um discurso que reforça a importância dada à herança portuguesa e resulta no fato de a mesma ser utilizada como critério para a atribuição de valores ao bairro e suas edificações.

Pouco mais de 1h após o início da incursão, decidimos nos posicionar próximo à Panificadora 16 de Novembro (fig. 90), construção em estilo eclético, rica em detalhes e pintada nas cores vermelha e branca. Ali foi possível estabelecer diálogo com o senhor “L”, que preferiu não ser identificado. Ele aparentava ser um pouco mais jovem que o senhor Giovani, e contou que sempre percorre a Av. 16 de Novembro devido ao fato de residir em um dos prédios situados ali perto. Quando questionado se ele percebia a grande quantidade de exemplares arquitetônicos que possuem interesse à preservação e estão concentrados na avenida, afirmou sempre ter admirado estas construções de caráter mais antigo durante seus deslocamentos pelo bairro e ressaltou a importância de preservá-las. Ademais, lamentou a postura das autoridades perante o patrimônio, o que, segundo o morador, prejudica a preservação de nossa história. Como estava com pressa, afirmou que apesar de querer continuar a conversa, precisava ir.

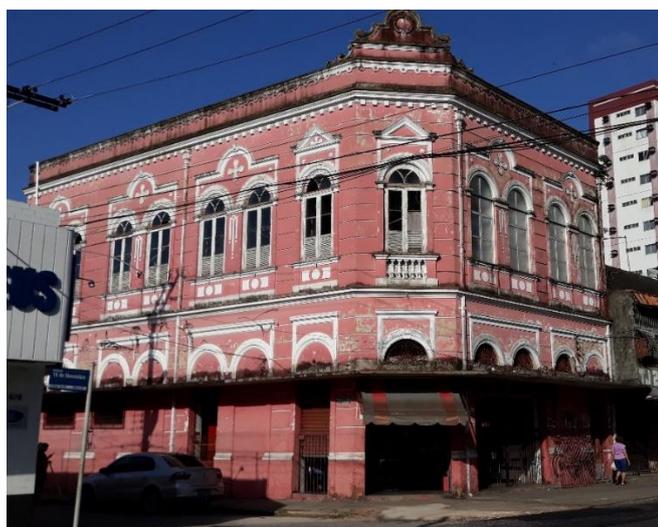


Figura 90: Panificadora 16 de Novembro. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

É possível, a partir da fala dos entrevistados, depreender que uma das grandes preocupações da população é quanto à conservação do patrimônio existente no bairro. Além do fato de constituírem a materialização, na forma arquitetônica, de um período que marcou a história da cidade, algumas das construções também devem seu status de antiguidade aos sinais que atestam a passagem do tempo; sinais estes que, segundo Riegl, explicam o valor de antiguidade atrelado ao culto moderno dos monumentos. Entretanto, segundo a perspectiva do autor a respeito do valor histórico, apesar de as forças da natureza serem irreversíveis, devem ser categoricamente evitadas, pois conduzem à exigência da intervenção humana, o que provoca

o choque entre os interesses do valor de antiguidade e os do valor histórico, ainda que ambos sejam valores da memória (RIEGL, 2014, p. 56-57).

A fala dos entrevistados reforça o fato de que aparentemente existe uma consciência nos mesmos de que a salvaguarda do patrimônio material se faz importante. Essa consciência se apresenta inerentemente ligada à ideia de que preservar o patrimônio significa preservar o passado e, portanto, nossa história e origem em comum, nossa cultura. No entanto, como afirma Poulot (2009, p. 12), “o patrimônio não é o passado, já que sua finalidade consiste em certificar a identidade e em afirmar valores, além da celebração de sentimentos, se necessário, contra a verdade histórica”. Miranda (2016, p. 410) complementa este raciocínio afirmando que “não se deve recorrer ao patrimônio como testemunho, e sim valorizá-lo como repositório de valor afetivo”.

Próximo ao fim do primeiro dia de incursão, decidimos percorrer a rua Cesário Alvim. Nela decidimos parar em frente a um ponto de ônibus, o qual, por sua vez, está situado em frente à Panificadora Poiares. O objetivo era desenhar a Paróquia de Nossa Senhora da Conceição (fig. 91), a qual possui uma arquitetura contemporânea que pode ser descrita pelo uso de um revestimento em pedra, pintura em um tom claro, próximo do bege, cobertura metálica na cor verde e uma torre revestida com azulejos formando um mosaico colorido em tons de azul e rosa, compondo um conjunto da obra no mínimo curioso. A igreja foi reformada há cerca de uma década, mas antes possuía formas modernas com expressivo uso do concreto aparente (fig. 92).

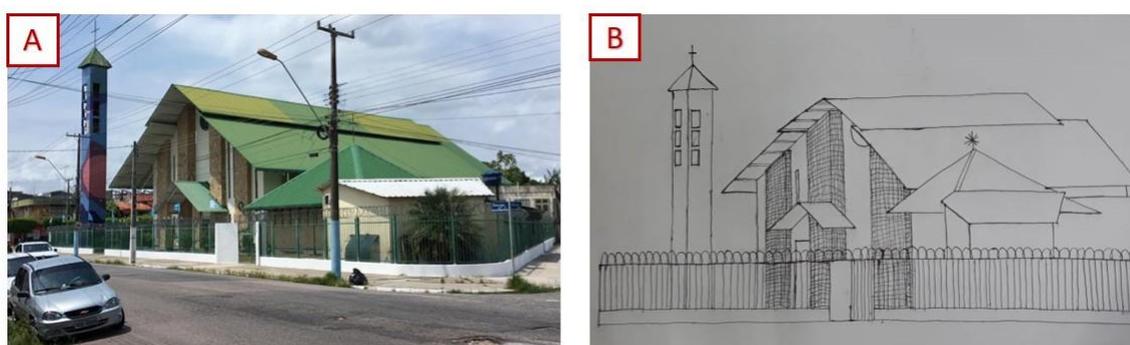


Figura 91: A - Paróquia de Nossa Sr.ª. da Conceição, localizada na rua Cesário Alvim; B - Desenho da Paróquia de Nossa Sr.ª. da Conceição. Fonte: Alison Ramos, 2020 (A); Sidney Costa Filho, 2020 (B).



Figura 92: Paróquia de Nossa Srª. da Conceição antes da reforma.
Fonte: Acervo Cybelle Miranda, 1996.

A próxima incursão foi realizada no dia 4 de dezembro de 2020, e, assim como na primeira, o ponto de encontro foi a Galeria Portuense, localizada na Av. Padre Eutíquio, quase em frente ao Shopping Pátio Belém, no bairro da Campina. A escolha pelo ponto se deu pelo fato de que seria o local mais acessível para Wagner, que mora distante do centro da cidade, nos encontrar. Sendo assim, por volta das 9h30, após todos chegarem, demos início à incursão caminhando pela Av. Almirante Tamandaré até a Av. 16 de Novembro, local explorado na semana anterior.

Decidimos parar na Panificadora Poiares, na Cesário Alvim, para tomar alguma coisa, e lá definir uma estratégia. Foi decidido que um dos locais a ser visitado naquele dia deveria ser a Vila Loriga (fig. 93), conjunto formado por construções em estilo eclético composto por oito casas, algumas já descaracterizadas. A Vila foi provavelmente construída entre 1900 e 1940, segundo os registros da FUMBEL. O conjunto está localizado na Rua Ângelo Custódio em esquina com a Rua Veiga Cabral. Sendo assim, partimos em direção até ela caminhando pela Travessa Monte Alegre.

Uma caminhada pelo bairro sempre permite apreender um novo detalhe e foi curioso e engraçado ver as reações de Wagner e até mesmo Alison, não tão alheio ao bairro, diante dos exemplares arquitetônicos encontrados: ora uma fachada raio que o parta, ora um eclético com modificações, ora uma residência com traços modernizantes inspirados no art déco e, por vezes, arquiteturas muito difíceis de serem definidas, provocando confusão e até mesmo risos diante de composições de gosto duvidoso⁶¹.

⁶¹ Excerto extraído do diário de campo da incursão realizada em 4 de dezembro de 2020.

Ao chegarmos à rua Ângelo Custódio em esquina com a Veiga Cabral, avistamos uma senhora sentada em uma cadeira com uma criança no colo. Como ela era a única pessoa por ali em frente a alguma residência, decidimos abordá-la. Nos apresentamos e ela afirmou se chamar Inês. Ao ser questionada sobre qual impressão ela tinha do lugar, a mesma respondeu que o considerava “*muito tranquilo*”. Tentamos fazer mais perguntas, porém a senhora, de aparência jovem, disse que talvez não pudesse nos ajudar, tendo em vista ser natural do Rio de Janeiro e estar em Belém apenas visitando a família. Apesar de já ter estado na Cidade Velha outras vezes, a mesma confessou que conhecia bem pouco a respeito do bairro. No entanto, indicou que procurássemos uma senhora costureira em uma das casas da Vila Loriga e que disséssemos que quem nos mandou lá havia sido “*uma senhora do Rio*”.

Chegamos à dita casa, localizada ao lado de uma edificação chanfrada, a qual também faz parte da vila e está localizada na esquina da rua Ângelo Custódio com a Veiga Cabral. No topo da referida edificação da esquina antes era possível ler o nome “Villa Loriga” e sua provável data de fundação (1916), hoje esta inscrição está coberta por vegetação.

A fachada da residência da costureira, já modificada, possuía um toldo preto. Um *banner*, pendurado em uma grade, anunciava os serviços oferecidos. Foi possível ler que ali era feita a confecção de máscaras, em uma placa colocada em destaque também pendurada na grade, a qual separava a rua do interior da residência. Por meio dela tentei falar com a senhora, ali sentada diante de uma máquina de costura. Num primeiro momento ela não ouviu direito o que falei e pediu para que eu falasse mais alto, pois declarou ter problemas de audição. Subi o tom de minha voz para nos apresentar e explicar nosso objetivo ali. Perguntei se ela teria um tempo para falar conosco e ela, por sua vez, se não gostaríamos de entrar. Aceitamos o convite e, assim, adentramos o recinto.

Em meio à várias sacolas com tecidos, algumas peças de roupa espalhadas e materiais de costura, a senhora pediu que sentássemos. Haviam algumas cadeiras de plástico dispostas no ambiente e eu, Alison e Wagner nos acomodamos nelas. A senhora também se sentou em uma das cadeiras. Ela afirmou chamar-se Dinair e ter a idade de 74 anos, tendo vivido durante os últimos vinte e cinco naquela residência. Resolvi perguntar como era o entorno da casa na época em que ela se mudou para aquela rua, e ela respondeu que era “tudo velho, tudo feio”, fazendo uma comparação entre aquele tempo e os dias de hoje, afirmando que “(hoje) não tem mais árvore. (naquele tempo) Não era asfaltado, mas não tinha tanto lixo”⁶².

⁶² Excerto extraído do diário de campo da incursão realizada em 04 de dezembro de 2020.



Figura 93: A Villa Loriga e o detalhe da inscrição “1916” na edificação chanfrada da esquina. É possível observar as alterações realizadas na casa da costureira, como a abertura de vãos e a adição de um toldo. Fonte: Sidney Costa Filho/ Google Maps, com modificações feitas pelo autor, 2019.

D. Dinair afirmou ter feito modificações na casa, apontando para o forro e o piso. Além disso, vãos foram abertos para a ventilação. A mesma afirma que aquilo (a casa) é patrimônio, mas que durante as mais de duas décadas morando no local, os órgãos de proteção ao patrimônio nunca lhe deram a devida assistência, ressaltando que: “*é difícil manter, a prefeitura não deixa mexer em nada*”. D. Dinair prosseguiu afirmando que quem realiza a manutenção das casas da vila são os próprios moradores e discorreu a respeito da ocasião em que um vizinho denunciou a obra que a mesma estava realizando em um banheiro, o que acabou “*não dando em nada*”, apesar da visita de um agente do patrimônio. Nesse momento, lembrei da ocasião em que visitei a Fundação Cultural do Município de Belém (FUMBEL) e encontrei, nos arquivos, a catalogação das casas da Vila Loriga e outras do bairro. As fichas possuíam imagens das residências (fig. 94).



Figura 94: Imagem da Villa Loriga pertencente ao inventário da FUMBEL. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019/FUMBEL, 1994.

O discurso de D. Dinair reforça a existência de uma consciência, por parte da própria população, acerca da importância de se preservar o patrimônio do bairro. A fala da costureira

atesta que a mesma tem conhecimento de que a residência onde mora é patrimônio. No entanto, remete também à existência do “monstro do patrimônio” identificado por Tutiya (2013) e revela uma dificuldade por parte dos moradores em conseguir manter as edificações antigas em que moram conservadas, além de fazer com que as mesmas se adequem às necessidades do presente, tendo em vista a burocracia e a falta de subsídios que encontram, na maioria das vezes, em tentativas de estabelecer diálogo com as diferentes instâncias que atuam na salvaguarda do patrimônio material. O interesse dos moradores existe, mas barreiras acabam sendo criadas.

Algo que D. Dinair menciona também é que antigamente as casas da vila possuíam uma cor “*amarela, quase bege*”, diferentemente de hoje, quando as mesmas possuem tons de amarelo, verde, vermelho e azul. Ao ser perguntada se possui conhecimento sobre quem poderia ser Loriga, que empresta o nome à vila, a senhora respondeu que provavelmente deve ter sido “*um português*”, suposição feita devido à contextualização histórica, porém sem precisão acerca dos fatos.

De fato, é provável que a vila tenha tido, no processo de sua fundação, a participação de algum indivíduo de origem lusitana, tendo em vista que “Loriga” é o nome a uma freguesia localizada a 300 km de Lisboa, Portugal. A cidade de Belém foi o principal destino para onde muitos emigrantes, no maior êxodo da emigração loriguense, decidiram partir em busca de melhores condições de vida, a partir da segunda década do século XIX. A preferência por Belém se devia à localização da cidade, o que barateava o preço das viagens. No entanto, foram muitos os loriguenses que também se fixaram em Manaus. Até o ano de 2017, a comunidade loriguense em Belém contava com dezessete membros naturais genuínos de Loriga, mas que perpetuaram suas raízes por meio de seus descendentes.

Dando continuidade ao diálogo, a costureira afirma ainda que a edificação chanfrada da esquina localizada ao lado de sua casa já teve diversos usos, dentre eles açougue, antiquário e bar; mas que, no entanto, está há nove anos sem uso, e que a corretora do imóvel atualmente cobra um valor de dois mil reais para alugar e quatrocentos mil para vender, quantia considerada “*fora da realidade*” pela moradora.

A entrevistada, que mora com o filho, afirmou que a insegurança no local é uma constante. Ela contou que já foi assaltada cinco vezes, mas que na última “*deu sorte*” e o ladrão, que se passou por cliente, não conseguiu levar seu celular, pois a mesma chamou seu filho, o que o amedrontou. D. Dinair afirma que a presença de câmeras instaladas ali mesmo, na edificação chanfrada ou em residências ali próximo não intimida os assaltantes e mesmo uma ronda contratada pelos moradores não conseguiu amenizar o problema.

D. Dinair afirmou também ter pouco contato com os vizinhos e que prefere assim, pois não acredita que deva se intrometer na vida dos mesmos e nem eles na dela. Confessou que, durante todo esse tempo morando na vila, entrou na casa de uma única vizinha, que é com a qual possui mais contato: “*eu não conheço ninguém, o pessoal que me conhece*”. Afirmou também possuir muitos fregueses (algo entre 340 a 400), alguns deles ilustres, como a cantora Joelma, a professora Zélia Amador, a qual considera uma amiga, e o escritor e professor Paes Loureiro.

Apesar de ter residido no bairro a vida toda e de gostar mais do perímetro onde mora atualmente, D. Dinair afirmou querer ir embora da Cidade Velha, concedendo uma declaração no mínimo curiosa: “*a Cidade Velha foi muito boa, [...] (hoje) Cidade Velha é o fim do mundo!*”. Quando perguntada para qual lugar sente vontade de mudar, a moradora responde que a Cidade Nova, localizada em outro extremo da região metropolitana do município, na região chamada de “Nova Belém”. Segundo a entrevistada, a Cidade Nova oferece “*mais opções*”, levando em consideração que é uma região em constante desenvolvimento, o que justificaria sua escolha.

A fala da entrevistada chama a atenção, visto que, em relação aos moradores entrevistados ao longo da pesquisa, ela foi a única que falou sobre o lugar onde mora com certo tom de desdém, expressando urgência em se desvincular do mesmo. Os outros moradores, apesar de destacarem os contras de morar no bairro, deixam transparecer que a boa localização e os vínculos afetivos criados com a vizinhança e o bairro em si são capazes de superar todos os problemas e fazê-los permanecer no local. A costureira não esquece dos tempos passados, reconhecendo que eles foram bons. No entanto, mesmo com a localização privilegiada no centro da cidade, próximo ao centro comercial, shopping, supermercados e outros serviços, considera que, no presente, o bairro já não supre suas necessidades, que é algo já ultrapassado e que deve ser superado em função do novo, do que representa novas possibilidades.

Uma postagem (fig. 95) realizada no grupo Nostalgia Belém, no Facebook, revelou que a Vila Loriga é um local que desperta inúmeras memórias e que D. Dinair é de fato uma figura conhecida, sendo lembrada em um dos comentários:

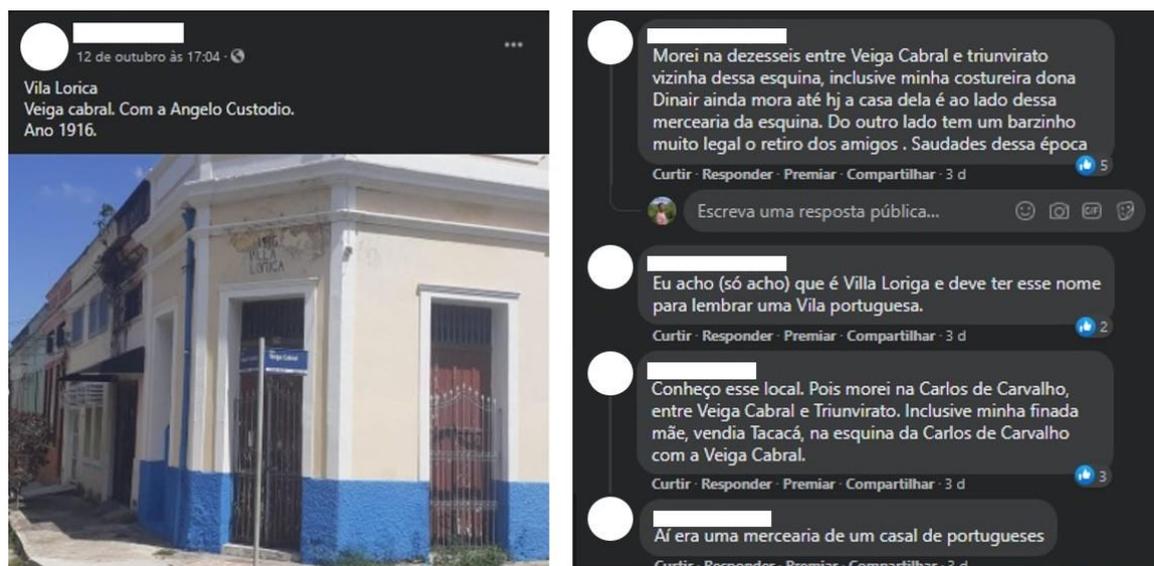


Figura 95: post sobre a Vila Loriga no grupo Nostalgia Belém e comentários dos membros. Fonte: https://web.facebook.com/groups/nostalgiaabelm/posts/1685089581689711/?_rdc=1&rdr. Acesso em: 13 out. 2021.

Sobre a Vila Loriga, uma recente notícia pode mudar a situação do perímetro onde está localizada no que refere à sensação de insegurança pública: a recente aquisição, pelo chef Thiago Castanho⁶³, da edificação chanfrada da esquina para abrigar um restaurante, como pode ser visto no seguinte post, publicado na rede social Instagram na ocasião do aniversário de Belém (figs. 96 e 97). No post também é possível ver o interior da edificação.



Figura 96: Post em que o chef Thiago Castanho anuncia a aquisição do imóvel integrante da Vila Loriga. Fonte: <https://www.instagram.com/p/CYpYyV-FwYp/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

⁶³ Nascido e criado em Belém, o chef ficou conhecido por seu estilo tradicional de cozinha brasileira com toque moderno e também pela abertura do restaurante Remanso do Bosque. Foi citado pelo New York Times como “um dos chefes mais inovadores do Brasil”.



Figura 97: Interior da edificação chanfrada da esquina, a qual irá abrigar o restaurante do chef. Fonte: <https://www.instagram.com/p/CYpYyV-FwYp/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

A incursão realizada no dia 11 de dezembro de 2020 contou apenas com a participação de Alison e foi iniciada a partir da Travessa Monte Alegre. Foi decidido que neste dia o local visitado seria a Praça do Arsenal. Então, por volta das 9h10, demos início ao roteiro. Chegando à praça, o cenário que encontramos não era exatamente convidativo: só haviam duas pessoas, uma senhora passeando com um cachorro, a qual logo foi embora, e um homem que apresentava dificuldades de locomoção, carregando de um lado para o outro sacolas com um conteúdo que não consegui identificar. O homem não parecia ser alguém que estava disposto a ser abordado por dois jovens para uma rápida conversa; sendo assim, focamos primeiramente em observar as construções do entorno, dentre as quais se destacam as edificações em estilo eclético do Comando do 4º Distrito Naval da Marinha e o Atrium Quinta de Pedras Hotel, antigo Colégio Padre Guido del Toro.

Alison quis observar melhor o prédio que abriga o hotel, que incorpora um anexo que possui uma arquitetura contemporânea e bastante distinta em relação à edificação principal. As diferenças cronológicas e arquitetônicas entre os dois blocos que constituem o complexo hoteleiro são bastante perceptíveis, e Alison afirmou que, na opinião dele, o conjunto da obra talvez não apresente tanta sintonia entre as intervenções.

Voltamos à praça e resolvemos sentar no único banco que estava posicionado embaixo de uma árvore, a qual fornecia uma generosa sombra. Observamos algumas pessoas por ali, como um jovem rapaz que parecia ter saído do Comando do 4º distrito e carregava uma pasta de documentos em seu colo. Ele falava ao celular, também sentado no banco. Além dele, um

taxista parou próximo a nós com as portas do carro abertas e também falava ao celular. Nenhum dos sujeitos ficou parado ali por muito tempo, sendo assim, uma abordagem para o diálogo não foi possível.

Em frente ao hotel havia um movimento de chegadas e partidas de possíveis hóspedes. Ao longe, num ponto de ônibus, algumas pessoas esperavam por transporte. Muitas eram as vans que passavam por ali também. Alguns transeuntes que pareciam ter desembarcado neste ponto pareciam ter como destino o Mangal, mas pudemos reparar que, apesar de o ponto estar localizado na praça, os indivíduos atravessavam e continuavam sua caminhada pela calçada do hotel ao invés de atravessar a praça.

Começamos a desenhar. Alison resolveu desenhar o Atrium Hotel e eu, o Comando 4º Distrito Naval (fig. 98). Um grupo formado por jovens, alguns montados em suas bicicletas, passou por nós conversando relativamente alto e, enquanto eles se aproximavam, imaginei se teriam alguma reação perante nossa presença ali, com pranchetas, lápis e caneta. No entanto, eles nem pareceram nos notar e seguiram seu caminho. Logo depois, uma jovem passeando com um cachorro apareceu na praça, porém logo foi embora também. Pude perceber que, dentre aqueles indivíduos que foram à praça passear com seus animais naquela manhã, geralmente o trajeto feito foi pelas extremidades da mesma ao invés de percorrer o seu meio. A praça parecia ser um local que não estimulava a permanência, e realmente ali não haviam atrativos reais que garantissem isso. Me questionei se em outros momentos do dia seria assim e lembrei de quando eu, meu pai e minha irmã costumávamos passear pela mesma nos fins de tarde, há mais de uma década. Tenho memórias de crianças brincando na praça. Acredito que hoje talvez já não seja mais assim⁶⁴.



Figura 98: Desenho do prédio do Comando do 4º Distrito Naval. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

Após aproximadamente 1h sentados ali, resolvi que deveríamos dar por encerrada a nossa estadia na praça. Infelizmente, devido a circunstâncias como a falta de movimento e a sensação de insegurança constante, não nos sentimos confortáveis para abordar ninguém. Sendo assim, comuniquei a Alison que deveríamos seguir rumo à Av. Almirante Tamandaré na tentativa de falar com alguém e tornar aquele dia de incursão mais produtivo, e assim o fizemos.

⁶⁴ Excertos extraídos do diário de campo da incursão realizada em 11 de dezembro de 2020.

Caminhando pela Tamandaré pudemos observar uma paisagem marcada pelas construções de renovação. Ao chegarmos a uma icônica residência na avenida conhecida por ter entortado ao longo dos anos, resolvemos fazer algumas fotos da mesma e, enquanto isso, uma senhora trajando roupas de ginástica e carregando sacolas do Supermercado Líder passava por ali e abria o portão de uma das residências ao lado da casa torta. Decidi que deveríamos abordá-la⁶⁵.

Nos apresentamos à senhora e perguntamos se ela teria um tempo para falar conosco, ao que ela respondeu de forma bastante solícita. Ela afirmou se chamar Aglaci Silva e residir há 30 anos naquele local. Declarou que o entorno de sua residência no geral era calmo, mas que dependia do movimento do *Hang's Burger* (fig. 99), uma lanchonete que ocupa um espaço da avenida ali perto. Como o lanche só funciona a partir da noite, o maior movimento no entorno é nesse período. No restante do dia, o perímetro pode ser perigoso, principalmente durante a tarde segundo D. Aglaci, o que me lembrou o relato de D. Heloísa Matias. Apesar da insegurança, a moradora afirmou gostar de morar no local e disse que a “casa torta” (fig. 100) estava à venda. Quando perguntada sobre como era a relação com os vizinhos, a entrevistada diz considerá-la como “boa”.



Figura 99: O espaço onde está localizado a lanchonete *Hang's Burger* na Av. Almirante Tamandaré. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.

⁶⁵ Excerto extraído do diário de campo de incursão realizada em 11 de dezembro de 2020.



Figura 100: A célebre “casa torta” localizada na Av. Almirante Tamandaré. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

Ao lado da casa de D. Aglaci, em uma residência da esquina que se destaca das demais por apresentar linhas neocoloniais (fig. 101), com elementos como o telhado em ponta, arcos e elementos vazados, havia uma mulher relativamente jovem conversando, apoiada no muro baixo, com um senhor que estava na calçada, de bicicleta. Uma criança também estava ali, ora no colo da mulher, ora correndo pelo jardim. Considerei que seria interessante falar com a moradora. Ela aceitou o diálogo, mas logo declarou que não gostaria que fizéssemos imagens, com o que concordamos. A mulher afirmou se chamar Lúcia e não quis revelar seu sobrenome. Disse ter 39 anos e sempre ter morado ali. A postura em um primeiro momento desconfiada da entrevistada me remeteu ao que afirma Geertz (1997) sobre a “intrusão” do pesquisador na vida do “nativo”. Entretanto, após uma rápida apresentação, o diálogo foi estabelecido e, após ter ganho confiança, a moradora se mostrou bastante solícita a responder os questionamentos.



Figura 101: A residência onde Lúcia vive com sua família. Fonte: Sidney Costa Filho, 2020.

Ao ser questionada sobre as mudanças pelas quais o entorno onde vive passou durante quase 40 anos morando no lugar, a mesma afirmou que antigamente a rua era de piçarra e que o asfalto é relativamente recente. Estabelecimentos como supermercados e bares foram surgindo no local ao longo do tempo e o policiamento na área também aumentou, segundo a mesma. Quando perguntamos se o espaço onde hoje é o bar e lanchonete *Hang's Burger* sempre existiu, Lúcia respondeu:

Esse espaço sempre teve... não, é... quando eu era menor, não era bem o bar aí, era tipo uma pracinha que tinha com um... oh meu deus, égua, como é o nome?... era uma pracinha que tinha aí e mais ali ó, tá vendo lá? (apontando mais adiante). Ali era também onde a gente jogava vôlei, jogava futebol...

Em seu depoimento, ela afirmou que a pracinha (ver fig. 58) era a opção de lazer de sua época de infância e também que naquela época as brincadeiras eram todas na rua, lamentando o fato de que as crianças de hoje não saibam o que é isto pois “*só brincam pela internet*”. Ela lembra estes tempos de brincadeiras na rua com certo saudosismo em sua fala: “*A gente brincava até 1h, 2h da manhã a gente tava brincando. [...] A gente brincava de pira se esconde, de cemitério. Ah, era tão bom...*”.

Neste momento menciono que hoje há uma quadra no lugar da pracinha, mas a mesma, naquele momento, parecia estar abandonada, argumento com o qual D. Lúcia concorda, e complementa:

Exatamente! Hoje tá abandonado, mas antigamente... antigamente aqui era mais seguro. A gente podia é ficar, chegar até tarde. Hoje não. É assim, a gente fica assim até uma certa hora. Acho que qualquer lugar tá perigoso. Aí antigamente a gente ficava assistindo aqui ó, filme aqui fora até 1h, 2h da manhã.

Curiosamente, a mesma “pracinha” a qual Lúcia se refere, foi tema de uma postagem realizada nas redes sociais pelo estudante de Arquitetura e Urbanismo Camilo de Paula em novembro de 2021. Em seu post (fig. 102), o estudante apresenta, por meio de *renders* (fig. 103), a proposta de um skate park para o local. A postagem gerou um grande engajamento e repercussão predominantemente positiva do público, com alguns usuários inclusive marcando a Prefeitura de Belém nos comentários do post (fig. 104). De forma bastante oportuna, pouco tempo depois, no intervalo de menos de um mês após a postagem, foram iniciadas obras no local, as quais têm se estendido até o início do ano de 2022 e que posteriormente revelaram ser o projeto de um skate park para a área (fig. 105).

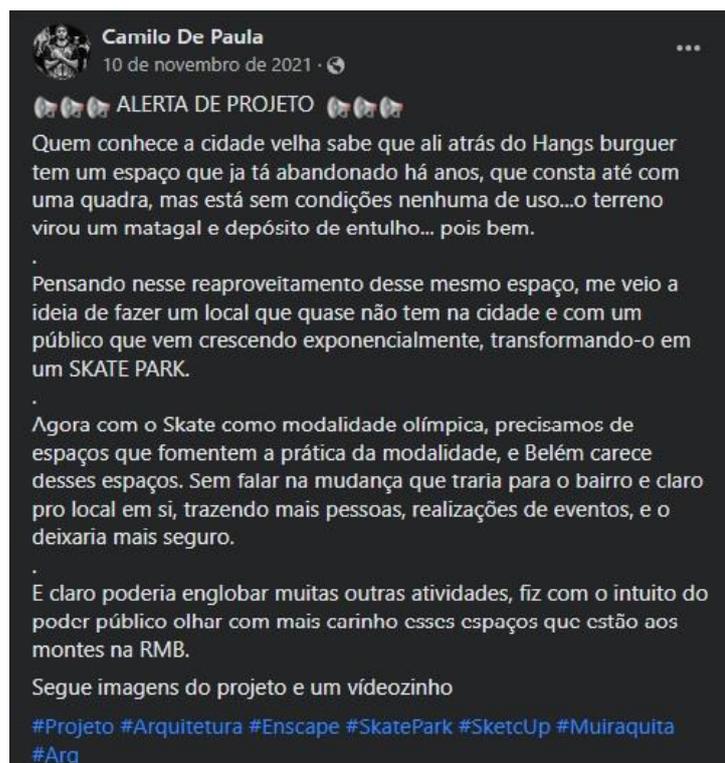


Figura 102: *Post* original do estudante Camilo de Paula. Fonte: <https://web.facebook.com/Depaulacamilo>. Acesso em: 14 jan 2022.



Figura 103: *Renders* feitos pelo estudante para apresentar a proposta de skate park. Fonte: <https://web.facebook.com/Depaulacamilo>. Acesso em: 14 jan 2022.

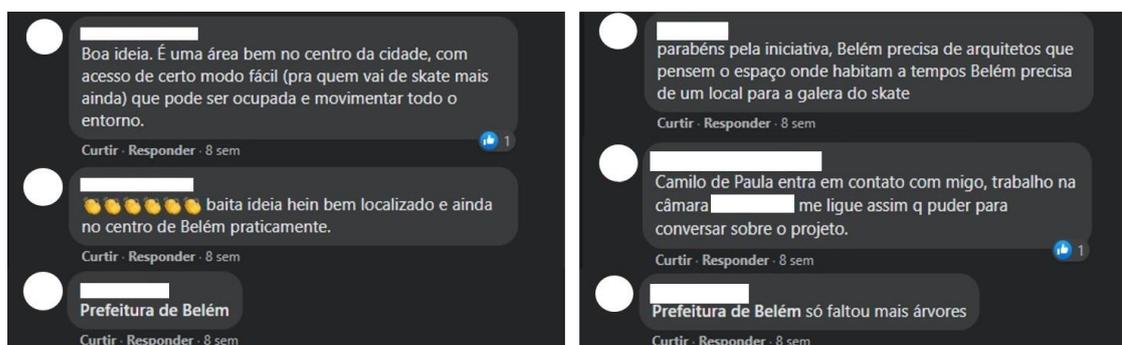


Figura 104: Reação dos usuários em relação à proposta. Fonte: <https://web.facebook.com/Depaulacamilo>. Acesso em: 14 jan 2022.



Figura 105: o espaço da “Pracinha” mencionada por Lúcia e objeto da proposta do estudante Camilo. Fonte: Sidney Costa Filho, 2022.

Lúcia complementou afirmando que quando a lanchonete *Hang's Burger* fecha, naquele período, às 0h por conta da pandemia do novo coronavírus⁶⁶, o perímetro fica deserto e perigoso. O fato se repete, segundo a moradora durante feriados como o natal e o cívico. Ela afirma que durante o período de *lockdown* na cidade devido à pandemia, o mesmo aconteceu: “*só tinha os taxistas ali (se referindo ao ponto de taxi situado na esquina), ficava deserto, escuro, tu não via uma viva alma. Eu tinha até medo. Até de vir aqui olhar a gente tinha medo*”. Ela destaca que a chegada do bar ao perímetro foi benéfica, pois movimentou a área.

Quando perguntada sobre a vizinhança, a mesma respondeu que os vizinhos são maravilhosos e que a convivência com eles era algo do qual ela não tinha nada a reclamar. A relação descrita por ela é de “*um ajudando o outro*”. Ela prosseguiu ainda afirmando: “*pra gente, é, tipo assim, pra gente aqui é o melhor bairro, é esse aqui. Porque aqui tem tudo, né? Tem o comércio ali, tem o Ver-o-Peso, tem o supermercado, tudo o que a gente quer tem aqui*”. Diferentemente de D. Dinair, Lúcia enfatiza a boa localização do bairro e o fato de poder ir andando a vários lugares. Afirmou ainda frequentar o Mangal das Garças e o Portal da

⁶⁶ O horário de fechamento de bares e restaurantes seguiu, por algum tempo, as diretrizes dos decretos municipais instituídos pela Prefeitura, os quais restringiram o funcionamento dos referidos estabelecimentos somente até determinado horário, como medida de prevenção à Covid-19.

Amazônia. Quando perguntada se havia algo no bairro que gostaria de mudar ou reforçar, sua resposta foi relativa ao policiamento. Ela ainda compara a porção mais nova do bairro com a mais antiga, afirmando que a mais antiga também é mais perigosa.

A respeito da arquitetura existente no local, Lúcia afirma que a casa dela e as outras duas residências vizinhas são todas tortas. No entanto, nenhuma se compara à casa mencionada anteriormente, a qual está à venda e abandonada. A família proprietária mora em uma residência ao lado de um posto de gasolina no mesmo quarteirão segundo palavras da entrevistada.

Lúcia declarou que a residência onde mora sempre foi propriedade de sua família e que nunca sofreu modificações. A construção se encontra relativamente conservada, e, apesar de aparentar possuir mais de cinquenta anos, pertencendo a uma época mais antiga que a maioria das localizadas em seu entorno; ainda assim, de acordo com os critérios da FUMBEL, a edificação não integra o Inventário de Bens de Interesse à Preservação do Município. Afirmou ainda não notar a existência de um grande número de exemplares arquitetônicos possíveis de serem preservados nessa parte do bairro em comparação com o núcleo antigo e lista os locais possíveis de encontrar tais exemplares, todos pontos localizados na porção antiga da Cidade Velha. Também demonstra possuir algum conhecimento sobre a delimitação do CHB ao tecer o seguinte comentário: *“Pra cá (porção recente) tu não acha. Pra cá tu não vais achar, vais achar pra lá. Por que eles dizem que a Cidade Velha mesmo é lá... aqui é Cidade Velha também, mas onde tem as coisas antigas é pra lá”*.

O discurso de Lúcia demonstra que, para alguns moradores, o fato de a “nova” Cidade Velha não apresentar uma grande quantidade de exemplares arquitetônicos de interesse a preservação faz com que os indivíduos não reconheçam que o antigo também está presente na porção de ocupação mais recente, o que acaba restringindo este somente ao núcleo inicial de fundação, um ponto de vista que certamente é reforçado pelas concepções e classificações dos órgãos de proteção. Portanto, apesar da delimitação, se faz necessário reconhecer que a carga simbólica que o topônimo “Cidade Velha” carrega é relacionada essencialmente ao núcleo inicial, sendo capaz de vincular a memória acerca de um acontecimento ao espaço urbano, abrangendo temporalidades e a projeção do passado como futuro no presente. Assim, a toponímia acaba se tornando um vetor de memória (VERGUET, 2015, p. 7).

Em outra incursão, esta já realizada em uma outra etapa da pesquisa, no dia 12 de novembro de 2021, em uma sexta-feira à noite, foi possível observar a agitada vida noturna da “nova” Cidade Velha. Durante a referida incursão, foi possível visitar a Confraria do Fraga (fig. 106), boteco de propriedade do músico Eudes Fraga, cearense radicado no Pará. O boteco, sediado em uma edificação eclética de interesse à preservação pelo Município, está localizado

na Travessa Bom Jardim em esquina com a Veiga Cabral. A edificação possui a típica forma de antigas mercearias, com um chanfro na esquina, e já abrigou outros estabelecimentos anteriormente; porém estava desocupada por vários anos. Devido ao seu ofício e paixão, o interior do estabelecimento do senhor Eudes Fraga possui várias referências à música espalhadas pelo ambiente, contando com uma estante que abriga uma grande coleção de vinhos atrás de um balcão.

A Confraria, que está em funcionamento no atual ponto desde o dia 30 de julho de 2021, anteriormente estava localizada na rua 25 de Setembro, no bairro do Marco. Em uma rápida conversa com seu proprietário, sempre atencioso e cumprimentando pessoalmente os clientes em cada uma das mesas, o mesmo revelou que há cerca de três anos “*namorava*” o imóvel e que foi necessária uma reforma para adequá-lo ao novo uso, o que incluiu sua pintura e a reparação do telhado. Além disso, o músico e proprietário do boteco afirmou que o imóvel data do ano de 1915 e faz parte de uma vila constituída por mais quatro edificações, as quais são utilizadas como residência. Em registro fotográfico realizado no ano de 2015 (fig. 107), é possível observar como era anteriormente a edificação que hoje abriga a Confraria. Já em registro realizado em 2019, na ocasião da visita à Fumbel, foi possível fotografar a ficha pertencente ao inventário de bens de interesse a preservação que contém o imóvel que hoje abriga a confraria (fig. 108).



Figura 106: A Confraria do Fraga. Fonte: Sidney Costa Filho, 2021.



Figura 107: O conjunto do qual o imóvel que atualmente abriga a confraria faz parte. Fonte: José Vasconcelos, 2015.



Figura 108: Registro do imóvel na década de 1990. Fonte: Sidney Costa Filho, 2019/Fumbel; Aldine Cavalcante, 1994.

Após as incursões realizadas, é possível estabelecer uma relação entre os depoimentos dos entrevistados. A percepção de que preservar é garantir a perpetuação de uma herança (no caso a da colonização portuguesa) e de que a mesma faz parte de nossa história, bem a reflexão sobre o atual estado de alguns imóveis é uma constante na fala do senhor Giovani e do senhor identificado como “L”. Em contrapartida, temos os relatos de D. Dinair e D. Lúcia, personagens também fundamentais para se entender o pensam os moradores da área sobre o patrimônio presente na mesma. Apesar de ambas terem residido a vida inteira no bairro e valorizarem o passado vivido no mesmo, suas percepções em relação à Cidade Velha do presente é completamente oposta, o que é compreensível ao considerarmos o fato de morarem em pontos distintos do bairro e de possuírem diferenças etárias, o que pressupõe repertórios e demandas diferentes. D. Dinair apresenta insatisfação, desejando mudar da Cidade Velha o quanto antes

e atribuindo à mesma a designação de “*fim do mundo*”, apesar de vantagens oferecidas como a boa localização.

Lúcia, por outro lado, não demonstra o interesse de mudança, não possuindo, portanto, intenções de romper o laço identitário criado com o local, o que Duarte (2015, p. 74) se refere como o sentimento de pertencimento ao lugar. Neste caso, o termo *topofilia*, utilizado por Tuan (2012, p. 5) para descrever o elo criado entre indivíduo e lugar ou ambiente físico também pode ser perfeitamente capaz de traduzir a relação de explícita afetuosidade que Lúcia possui em relação ao lugar onde reside.

A postura de saudosismo de Lúcia em relação ao bairro se deve em grande parte a lembranças da infância vivida no local, a qual foi marcada pelas brincadeiras, e a tempos mais recentes, porém não tão distantes, em que a realidade era diferente e os níveis de insegurança pública, ainda não tão alarmantes, permitiam uma maior sociabilidade entre os vizinhos e a realização de atividades que hoje seriam impraticáveis por ela e sua família. A validação do bairro pela mesma decorre, assim, principalmente a partir de tais memórias, o que retoma o que Verguet (2015, p. 16-17) afirma sobre a evocação de memórias familiares funcionar como um mecanismo para a comprovação do valor patrimonial de um objeto. Tal postura é possível de ser relacionada ao que Nora (1993, p. 9) discorre a respeito da memória, ao afirmar que a mesma “é um fenômeno sempre atual, um elo eterno vivido no eterno presente”, além de ser mágica e afetiva.

Quanto ao depoimento do músico e proprietário da Confraria do Fraga, o senhor Eudes Fraga, percebe-se que o “charme” do bairro e suas construções foram o suficiente para despertar no mesmo o desejo de mudar o endereço de seu boteco, anteriormente localizado no bairro do Marco, até onde estão demarcados os limites da Primeira Léguas Patrimonial de Belém, para o bairro mais antigo da cidade, em uma porção do mesmo que, apesar de não deter o título de “patrimonial”, destaca-se pela vida noturna e boêmia. Em um movimento quase semelhante, também chama atenção o fato de o chef Thiago Castanho ter escolhido um dos imóveis da Vila Loriga para sediar seu novo restaurante, o que comprova que esta porção do bairro detém, sim, um potencial ainda a ser explorado. Assim, enquanto alguns desejam sair da Cidade Velha e outros que moram nela desde o nascimento desejam permanecer, existem também aqueles que ainda hoje enxergam na mesma oportunidades e diferenciais, seja quanto à localização ou a ambiência que seu patrimônio compõe; um lugar que possui algo de bonito e especial apesar dos problemas, também comuns a outros bairros da cidade.

REFLEXÕES E POSSIBILIDADES

A pesquisa aqui desenvolvida sobre a “nova” cidade velha surgiu, como já mencionado, a partir de um Trabalho de Conclusão de Curso, o qual, por sua vez, teve origem a partir do interesse do pesquisador pelo bairro na condição de morador e também de estudante de arquitetura e urbanismo tentando compreender melhor o lugar onde mora. Na pós-graduação, a partir da experiência adquirida durante a elaboração do TCC; os conteúdos ministrados durante as aulas; a aplicação da etnografia em todo o seu potencial e o acesso a um referencial teórico maior e mais específico que permitiu aprofundar determinados conceitos, aquela pesquisa iniciada na graduação ganhou mais consistência e culminou na produção desta dissertação que, após dois anos, tenta responder a alguns questionamentos, faz surgir outros, mas, de maneira alguma esgota o assunto.

Por meio do intenso trabalho aqui desenvolvido e, respondendo à primeira pergunta de pesquisa (“De que forma as particularidades existentes na “nova” Cidade Velha contribuem para caracterizá-la e diferenciá-la do núcleo inicial de fundação do bairro?”), foi possível concluir que a “nova” Cidade Velha possui, sim, particularidades que a diferenciam da Cidade Velha “patrimonial” e que estas correspondem principalmente a aspectos físicos: vias mais largas e ocupadas por seus usuários com maior frequência; limite maior de gabarito permitido para as construções; o problema dos alagamentos (mais intensos e frequentes nessa parte do bairro); um potencial maior para a atração de novos projetos e empreendimentos e a predominância das arquiteturas de renovação, característica mais marcante da área. A arquitetura é, aqui, algo decisivo para que seja possível uma divisão hipotética do bairro em duas partes, a fim de compreender melhor como o mesmo pode apresentar diferentes perfis.

Apesar das diferenças, também existem semelhanças entre estas duas Cidades Velhas: a parca arborização; o problema da insegurança pública; a existência de grande quantidade de exemplares residenciais de uso misto; locais com potencial de lazer e turismo; a existência de exemplares de interesse à preservação (embora estes estejam concentrados em sua maior parte na porção “patrimonial”); a conexão com o rio e uma vida noturna que costuma ser mais intensa aos fins de semana.

Este é o complexo bairro da Cidade Velha, e talvez não existam somente duas facetas dele como aqui proposto, mas talvez três, como sugere a doutoranda em Arquitetura e Urbanismo Bernadeth Beltrão. É possível, ainda, que existam mais Cidades Velhas, dependendo dos referenciais e vivências de quem fala (ou de quem se escuta).

Em relação à segunda pergunta de pesquisa, (“É possível definir, nesta porção do bairro, pontos de ancoragem da memória indispensáveis na constituição de sua identidade?”), a resposta foi obtida por meio dos ricos relatos de alguns entrevistados, como a professora Heloísa Matias, o designer gráfico aposentado José Vasconcelos e a doutoranda Bernadeth Beltrão, cujas descrições em certos momentos foi tão minuciosa que tornou possível nos transportar até determinada memória ou lugar e “estar lá” mesmo não tendo vivido aquele momento de fato. A postura dos entrevistados, de modo geral, demonstra que os mesmos se sentiram à vontade para compartilhar suas memórias e vivências em relação ao bairro, o que, por sua vez, denota que a “intrusão” em suas vidas foi bem aceita e os mesmos consideraram o pesquisador como alguém com quem vale a pena conversar, assim como sugere Geertz (1997).

O pesquisador aqui, além de não ser um completo estrangeiro, visto que também é morador do bairro, precisava ter o cuidado de manter um olhar distanciado em relação ao objeto de pesquisa (a identidade da “nova” Cidade Velha). Além dos relatos dos entrevistados, a curadoria desenvolvida na rede social Facebook também foi um recurso essencial e bastante facilitador para se chegar a uma quantidade maior de depoimentos de pessoas que não necessariamente eram moradoras atuais do bairro, mas que, ainda assim, contribuíram de alguma forma para esta pesquisa.

Lugares como o Café Glória, que desperta, inclusive, memórias olfativas nos moradores mais antigos; o extinto Colégio Padre Guido del Toro e hoje Atrium Quinta de Pedras Hotel; a Praça do Arsenal; a área da orla, que antigamente era rio e também local onde crianças e jovens banhavam; a panificadora Recreio da Armada; a célebre Vila Loriga e a “Pracinha”, localizada na Av. Almirante Tamandaré e hoje ocupada parcialmente por um *trailer* de lanches, são locais comumente apontados nos depoimentos e cuja memória em relação a eles está envolta por afetividade. Este elo afetivo e identitário perceptível a partir das memórias dos moradores podem ser relacionados aos conceitos de *topofilia* desenvolvido por Tuan (2012) e de empatia espacial, desenvolvido por Duarte (2015), tendo em vista que existe uma relação de comunhão afetiva com o lugar.

A primeira pergunta de pesquisa aqui mencionada foi, por sua vez, primordial no sentido de permitir formular o objetivo geral da pesquisa: a partir da presente dissertação foi possível analisar a “nova” Cidade Velha e compreender que a materialidade referente à arquitetura existente e as diferentes percepções que os sujeitos possuem a respeito da área contribuem para que a mesma possa ser diferenciada em relação ao núcleo inicial do bairro, ao mesmo tempo em que possui uma identidade própria. Assim, o predicado “antigo”, que costuma caracterizar o bairro como um todo, principalmente por conta de sua história e da arquitetura existente

naquele núcleo inicial de fundação, não pode ser usado para descrever sua porção de ocupação mais recente, que, como vimos, está envolta em uma dinâmica diferente. Esta limitação do nome “Cidade Velha” ao “antigo” é uma relação que se baseia na toponímia, como descrita por Verguet (2015).

A história de fundação do bairro e, principalmente, a herança de colonização portuguesa são, até hoje, utilizadas para se referir à Cidade Velha. A herança europeia é, inclusive, utilizada como critério para selecionar quais arquiteturas possuem interesse à preservação (dentre as quais se destacam o eclético e as inscritas em linguagem colonial) em detrimento de outras linguagens, sendo o Raio que o parta, estética desenvolvida localmente, um exemplo daquelas que não obtêm a atenção que deveriam por parte das instâncias responsáveis pela salvaguarda do patrimônio. O passado ainda é bastante presente no bairro e continua impregnado em sua porção “patrimonial”. No entanto, essa “nova” Cidade Velha não deixa de abrigar o passado também, vide os exemplares de interesse à preservação, existentes em menor número aqui. Eles são a prova material das várias camadas de tempo que chegaram ao presente, enquanto que as lembranças e memórias dos moradores são a prova imaterial disso. A existência destas arquiteturas e sua percepção pelos moradores é possível de ser relacionada à atitude patrimonial proposta por Poulot (2009).

Esta área, por vezes confundida com o bairro do Jurunas, está mais suscetível à mudança, tendo em vista os empreendimentos e projetos estabelecidos na mesma nos últimos vinte anos, dentre os quais se destacam o Parque Zoobotânico Mangal das Garças; a Orla do Portal da Amazônia, obra que faz parte do projeto de Macrodrenagem da Bacia da Estrada Nova e, mais recentemente, o polêmico Atacadão, os quais foram responsáveis por modificá-la (assim como a vida de seus moradores) substancialmente.

Dentre os três projetos citados, os dois primeiros, principalmente o Mangal das Garças, tiveram, em seu processo de concepção, a preocupação de utilizar materiais e técnicas que promovessem o resgate da regionalidade e da essência ribeirinha. Essa busca por uma estética regional, por sua vez, está atrelada ao contexto da década de 70 e 80, quando os arquitetos almejavam produzir arquiteturas compatíveis com a cultura paraense. Estes profissionais foram motivados também pelos debates acerca do regionalismo que ocorriam em outros países latino-americanos, bem como pelo Curso de Especialização em Arquitetura nos Trópicos, ocorrido no final da década de 1980 e a partir do qual tentaram desenvolver uma arquitetura que se adequasse melhor às especificidades do contexto amazônico.

Os projetos do Mangal e da orla objetivaram, ainda, recuperar áreas degradadas ou subutilizadas, requalificá-las e permitir o acesso da população, mesmo que somente por meio

da contemplação, ao elemento rio, o qual também ajuda a compor a identidade do bairro como um todo e é tão familiar ao belenense, um movimento de abrir “janelas” para o rio, ao qual supostamente virou-se as costas por muito tempo. Sobre o rio, cabe ressaltar o pensamento da doutoranda Bernadeth, que considera que a administração pública e o empresariado descobriram o potencial desse elemento de forma tardia.

Os diálogos com os trabalhadores do Mangal, como o biólogo Basílio, o veterinário Camilo, o vendedor Medeiros e o garçom Reginaldo foram essenciais para compreender a dinâmica do parque e a perspectiva que cada um desses profissionais possui sobre o mesmo. Por outro lado, o diálogo com os visitantes não só do Mangal, como da orla, foi necessário para traçar um perfil do público que os frequenta: apesar de a entrada em ambos os espaços ser gratuita, a cobrança em atrações do Mangal pode afastar considerável parcela dos visitantes. Sendo assim, a orla acaba sendo um lugar mais democrático, como pontuado pelo professor Genisson, em que é possível praticar uma diversidade maior de atividades e não somente as classes mais abastadas frequentam, mas principalmente a população da periferia. Apesar de estarem localizados lado a lado, os locais são apropriados de forma diferenciada pela população, mas já se consolidaram no gosto popular e são pontos bastante frequentados na cidade.

Os referidos projetos e empreendimentos, além de conferirem contemporaneidade ao bairro, trouxeram impactos para o perímetro onde estão instalados. Muitos dos impactos são positivos, como a promoção de pavimentação, saneamento, melhoria de aspectos “estéticos” e até mesmo a atração de novos empreendimentos (de menor porte) para a área. No entanto, também existem impactos negativos, como a maior sensação de insegurança dos moradores próximos à Orla e o maior risco de atropelamento devido aos “rachas” depois da inauguração da mesma, além do descaso de algumas gestões do Mangal com os moradores da Rua Carneiro da Rocha, como relatado por Adriano, proprietário do Boteco das Garças.

Além das memórias de infância, juventude ou de tempos nem tão distantes assim e impressões e percepções sobre o espaço e arquitetura que os circunda, os entrevistados expuseram os problemas que enfrentam ao residir no bairro. Dentre eles, os que mais assolam a população são a insegurança pública (no bairro como um todo) e os alagamentos, um problema antigo e que continua a ocorrer em pontos específicos, como a rua Ângelo Custódio, as vilas Rio e Martins e suas cercanias, na área próxima à orla.

A questão da insegurança é tão significativa que o fato de D. Heloísa Matias alegar que já deixou de voltar em casa para almoçar durante seu intervalo é só um exemplo de situação em que os moradores precisam modificar a própria rotina para não serem vítimas do crime. Se, segundo Jacobs (2011), as ruas do bairro (e não só de sua porção mais recente) oferecessem a

infraestrutura necessária para receber desconhecidos e segurança para os transeuntes, além da existência de “olhos para a rua”, talvez tais práticas rotineiras não precisassem ser adotadas pela professora e outros moradores.

Dentre todas as reclamações, duas delas também merecem atenção: a primeira é a ausência de determinados equipamentos públicos no bairro, como creches e um posto de saúde. Já a segunda é a existência da fábrica da CATA, a qual apesar de desativada, continua gerando incômodo por ainda produzir ruído e poeira, além de contribuir para o aumento da sensação de insegurança dos moradores; a proliferação de vetores de doenças; além de tornar a área próxima à orla mais suscetível de ser atingida por raios.

A pesquisa também pretendeu abordar a questão do patrimônio e como os moradores da “nova” Cidade Velha o percebem. Para isso, foram apresentados primeiramente os conceitos relativos à patrimônio e memória e, posteriormente, a arquitetura existente na área, com a demonstração das linguagens presentes no trecho estudado do bairro. Além das renovações, as quais indubitavelmente dominam a paisagem da referida área, o eclético e o protomoderno ocupam posições de destaque, seguidos por linguagens como o neocolonial; o raio que o parta; o classicismo imperial e arquiteturas inscritas num traçado colonial; bem como o moderno e as tendências modernizantes; estas últimas caracterizando, em muitos casos, arquiteturas que não possuem um enquadramento bem definido. Tais expressões são a materialização da diversidade presente nesta parte do bairro no que tange às construções, ainda que já tenham ocorrido muitos apagamentos e descaracterizações. Por outro lado, as renovações, apesar de não possuírem valor histórico e estético a ser preservado, não deixam de ser registros materiais para se compreender e caracterizar a área.

Ao ouvir os entrevistados sobre quais impressões possuem a respeito de edificações “com um aspecto mais antigo”, é possível perceber que existe, na população, uma consciência de que é preciso preservá-las. Talvez não saibam ao certo como fazer, mas, no geral, reconhecem que tais construções possuem algum valor, seja ele histórico e/ou estético, e que preservá-las significa manter nossa história conservada, o que reforça o postulado de Poulot (2009), sobre “patrimônio” corresponder à representação de uma herança a ser conservada.

A partir de alguns depoimentos é possível observar, na prática, a aplicação do conceito atualizado de patrimonialização segundo Poulot (2009). Além deste, a relevância dada à preservação da ambiência do bairro, algo defendido pelas técnicas do patrimônio a partir de seus discursos, reforça a postura que Verguet (2015) descreve a respeito desta prática, a qual atua como uma autoridade e um procedimento de legitimação porque dissipa a plausibilidade e clama por correção e exatidão.

Conversar com pessoas como D. Dinair, que mora em uma das casas da Vila Loriga, conjunto de interesse à preservação a nível municipal, foi algo importante no sentido de captar a percepção de quem vive, de fato, *no* patrimônio. O diálogo com a costureira expôs que talvez não seja dada a devida atenção pelas instâncias a edificações a serem preservadas nesta parte do bairro, deixando claro, por exemplo, que é muito difícil manter o patrimônio, tendo em vista que os moradores não recebem nenhum auxílio financeiro para isso e costumam eles próprios realizarem a manutenção das edificações. O relato da costureira também traz à tona outra questão que ronda a vida dos moradores: o temor ao “monstro do patrimônio”, o qual se materializa na forma dos órgãos de proteção e seus agentes.

A conversa com a costureira trouxe também uma percepção não popular, mas ainda assim interessante: a de que a Cidade Velha seria “*o fim do mundo*” atualmente, apesar de todas as vantagens apontadas por outra moradora, D. Lúcia, que reside não muito longe dali e que possui memórias carregadas de afetividade a respeito do perímetro onde vive desde o nascimento. A comparação obtida a partir dos relatos das duas entrevistadas, no entanto, revela muito mais do que opiniões contrárias: a diferença de idade, o fato de morarem em trechos diferentes do bairro e a bagagem individual que cada uma possui pressupõe visões diferentes a respeito do mesmo assunto. Essa discordância é natural e saudável, está relacionada à percepção do ambiente construído, às noções de *topofilia* de Tuan (2012) e de empatia espacial (ou a falta dela), segundo Duarte (2015).

Ainda sobre a temática patrimonial, os diálogos com as técnicas do patrimônio entrevistadas para a dissertação permitiram compreender melhor como é feito o trabalho da FUMBEL e do IPHAN-Pa; quais os critérios adotados para classificar o que deve ser preservado e dentro de quais limites atuam as diferentes instâncias. O IPHAN, por exemplo, não atua na área da “nova” Cidade Velha, e considera de interesse à preservação somente o eclético e as arquiteturas inscritas em um traçado colonial. Já a FUMBEL, apesar de ser um pouco mais inclusiva ao considerar o protomoderno, não tem, em seu Inventário de Bens Imóveis de Interesse à Preservação, exemplares do raio que o parta, do moderno, dentre outras linguagens, que também merecem ser preservadas, pois constituem o testemunho material de uma época.

Apesar das diferenças quanto às formas de atuação, as instâncias buscam a integração e o diálogo. No entanto, seria interessante que as mesmas repensassem seus critérios, pois deixar de incluir determinada categoria pode constituir o aval necessário para que ocorram mais apagamentos. Além disso, apesar da integração com a população ser algo pretendido pelas instituições, é necessário que este trabalho ocorra de maneira mais ativa, de forma a demonstrar

que o “patrimônio” não é um inimigo ou algo a ser temido, bem como fazer com que os próprios indivíduos atuem como fiscais da preservação, por meio de ações como a educação patrimonial.

A pandemia do Covid-19 marcou o desenvolvimento da presente dissertação. Além de impactar, em um primeiro momento, na impossibilidade de aulas presenciais na pós-graduação, ela afetou também o acesso à informação e a realização da etnografia de rua, como proposto por Rocha e Eckert (2001), visto que a mesma só pôde ser feita a partir do momento em que os índices epidemiológicos se tornaram mais estáveis e a situação um pouco mais segura. No entanto, mesmo com todas as dificuldades, foi possível conversar pessoalmente com os entrevistados e até mesmo adentrar suas residências, adotando todas as medidas de prevenção. Apesar do obstáculo que o Coronavírus representou à pesquisa, este contexto não poderia deixar de ser documentado. Foi necessário se adaptar à adversidade e encontrar soluções para que o trabalho não fosse prejudicado. As adaptações a essa nova realidade se estenderam também a locais como o Mangal das Garças, por exemplo, que passou a medir a temperatura dos visitantes na entrada e distribuiu lavatórios ao longo do parque.

Após todas as análises feitas, é inegável que surjam pensamentos acerca das possibilidades para a “nova” Cidade Velha em um futuro próximo. Considerando o atual ritmo, é provável que cada vez mais estabelecimentos se fixem na área, principalmente aqueles relacionados à lazer e alimentação. A Confraria do Fraga e o futuro restaurante do chef Thiago Castanho, que terá sede na edificação chanfrada que compõe a Vila Loriga, são exemplos concretos disto. A “nova” Cidade Velha ainda possui um grande potencial a ser explorado no sentido de abrigar estabelecimentos desse tipo e a presença deles na área é extremamente benéfica, pois movimentam o perímetro onde estão instalados e ajudam a diminuir a sensação de insegurança dos moradores, bem como oferecem mais opções a quem já mora no bairro e atraem novos visitantes para o mesmo.

A atração de novos moradores em quantidade para a “nova” Cidade Velha, no entanto, é algo que não se tem ao certo como prever. Apesar da valorização imobiliária da área com a implantação de novos projetos e empreendimentos e a localização do bairro, que ainda é considerada privilegiada, essa valorização também aumenta consideravelmente o valor dos imóveis e os aluguéis, o que pode acabar afastando uma parcela da população.

A tendência é de que a área continue se desenvolvendo e a paisagem continue se transformando, com renovações surgindo, seja por modificações ou por “começarem do zero”. No entanto, com isso também surge o temor de que novos apagamentos em relação a linguagens arquitetônicas que deveriam ser preservadas ocorram e, devido ao fato de muitas destas linguagens não serem protegidas pelas instâncias, não há tanto o que possa ser feito a não ser

que sejam reconsiderados os critérios para a preservação. Sendo assim, é necessário que a Fumbel, representante de proteção ao patrimônio que possui maior atuação na área, faça o possível, por meio de ações enérgicas, para que ao menos as edificações já protegidas não sofram depredações ou modificações que possam ser danosas.

É necessário também que as autoridades competentes não permitam que projetos que ultrapassem os limites de altura permitidos ou infrinjam critérios ambientais tenham sua construção aprovada na área, visto o caso do atacadão, que não deveria ter sido aprovado, mas foi inaugurado e provocou um grande impacto visual na região de orla. O capital não deveria superar a autoridade das leis, mas sabemos que infelizmente nem sempre isso acontece. Dessa forma, também é preciso que se atente para a exploração do rio, o qual possui um grande potencial, mas que não pode ser apropriado de qualquer forma. O rio deve ser da população, e não limitado a poucos.

Por fim, é preciso que a atual gestão do município e mesmo a futura voltem seus olhos para a área. Problemas como os alagamentos e a insegurança pública podem não ser tão simples de resolver, mas não deveriam causar tanto incômodo como tem acontecido até os dias atuais. É absurdo que a população precise mudar suas rotinas e abandonar hábitos, como a reunião na frente das casas, por conta do medo da violência. Essa realidade afeta de maneira negativa as formas de sociabilidade e também as percepções dos indivíduos sobre o bairro onde moram. É preciso que sejam criadas as condições para que a Cidade Velha continue a ser um lugar onde as pessoas querem estar, como já é, apesar de todos os problemas. Compreender as necessidades dos moradores e os diferentes perfis que o bairro possui são algo fundamental nesse sentido. O debate a respeito do bairro e sua identidade ainda está longe de ser esgotado, tendo em vista a complexidade que o mesmo possui. No entanto, as bases para essa discussão já se encontram lançadas. Desenvolvimento, atenção e cuidados são o que, não somente a “nova” Cidade Velha precisa, mas o bairro como um todo.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Renata Malcher de. As Cidades da Amazônia no Século XVIII: Belém, Macapá e Mazagão. Porto: FAUP, 1998.

ARAÚJO JR., Antônio Carlos Ribeiro. Apropriação e usos do litoral urbano em Belém-Pará: Portal da Amazônia em questão. In: Revista do Departamento de Geografia – USP, vol. 25, p. 183-189. São Paulo, 2013.

ASSMANN, Aleida. Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural. Tradução de Paulo Soethe. Campinas: Editora da Unicamp, 2011.

AUGÉ, Marc. Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade. Tradução de Maria Lúcia Pereira. São Paulo: Papyrus, 1994.

BAENA, Antonio Ladislau Monteiro. Ensaio corografico sobre a Província do Pará. Belém: Typ. Santos & Menor, 1839.

BARCESSAT, Márcia et ali. Arquitetura de Belém de 40 a 80. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) - Universidade Federal do Pará, Belém, 1993. p.57-58.

BELÉM. Anuário estatístico do município de Belém – 2011. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/app/ANUARIO_2011/1_01_Caracterizacao%20do%20Territorio.pdf. Acesso em: 20 jan. 2022.

BELÉM. Lei Ordinária N.º 7709 de 18 de maio de 1994. Dispõe sobre a preservação e proteção do Patrimônio Histórico, Artístico, Ambiental e Cultural do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/coletanea/PDF/n_urban_p/patr_hist.pdf. Acesso em: 26 fev. 2021.

BELÉM. Lei Ordinária N.º 8655 de 30 de julho de 2008. Dispõe sobre o Plano Diretor do Município de Belém e dá outras providências. Disponível em: <http://portaltransparencia.belem.pa.gov.br/wp-content/uploads/2021/07/LEI-No-8655-08-PLANO-DIRETOR-MUNICIPAL.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2021.

BENS TOMBADOS. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, s/d. Disponível em: <http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/126#:~:text=O%20tombamento%20%C3%A9%20o%20instrumento,administra%C3%A7%C3%A3o%20federal%2C%20estadual%20e%20municipal>. Acesso em: 19 abr. 2022.

BISPO, Raphael. Selecionar, disputar e conservar: práticas de comunicação social e constituição da memória nacional pelo Iphan. *Revista CPC USP*, n. 11, p. 33-59, Nov 2010/abr2011.

BOGÉA, Marta. Esquecer para preservar. *Arqtexto*, UFRGS, v 15, 181-209, 2009.

BRASIL. Decreto-Lei nº. 25 de 30 de novembro de 1937. Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Disponível em: http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Decreto_Lei_n_25_de_30_de_novembro_de_1937_pdf.pdf. Acesso em: 03 abr. 2021.

BRASIL. Ministério da Cultura. Gabinete da Ministra. Portaria nº 54, de 8 de maio de 2012. Homologa o tombamento do Conjunto Arquitetônico, Urbanístico e Paisagístico dos Bairros da Cidade Velha e Campina, no município de Belém, no Estado do Pará. *Diário Oficial da União*. Brasília, DF, nº 90, p. 15. 10 mai. 2012. Seção 1.

BURKE, Peter. Abertura: A nova história, seu passado e seu futuro. In: *A escrita da história. Novas perspectivas*. Trad. Magda Lopes. São Paulo: Edunesp, 1992.

CARVALHO, Ronaldo Marques de; MIRANDA, Cybelle Salvador. Dos mosaicos às curvas: a estética modernista na Arquitetura residencial de Belém. *Arquitextos*, São Paulo, ano 10, n. 112.05, Vitruvius, set. 2009. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/10.112/25>. Acesso em: 06 abr. 2021.

CHOAY, Françoise. *A alegoria do Patrimônio*. Lisboa: Edições 70, 2000.

COELHO, André. Moradia burguesa belenense no período da borracha (1850 – 1920): aspectos sociais e programa distributivo. In: PESSOA, ANA; MALTA, Marize (Org.). *Anais do II Colóquio Internacional A Casa Senhorial: anatomia dos interiores*. Rio de Janeiro: FCRB, 2016.

COLETIVO *Aparelho oferta vagas para residência artística em Belém*. Funarte, 2016. Disponível em: <https://www.funarte.gov.br/artes-visuais/coletivo-aparelho-oferta-vagas-para-residencia-artistica-em-belem/>. Acesso em: 22 jan. 2022.

COSTA FILHO, Sidney Pery da Silva. O “sítio da patrimonial”: Uma análise sobre a outra faceta do bairro gênese da cidade de Belém. 2019. 102 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém.

COSTA FILHO, Sidney Pery da Silva; MIRANDA, Cybelle Salvador. Patrimonialização na “nova” Cidade Velha: a atribuição de significado ao patrimônio por diferentes sujeitos. In: Anais do 12º Mestres e Conselheiros: Patrimônio e Cidade. Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <https://www.doity.com.br/anais/12-mestres-e-conselheiros-patrimonio-e-cidade/trabalho/193122>. Acesso em: 21 mar. 2022.

COSTA FILHO, Sidney Pery da Silva; MIRANDA, Cybelle Salvador; Silva, Luiz de Jesus Dias da. Janelas para o rio na “nova” Cidade Velha: uma análise sobre os usos do Parque Naturalístico Mangal das Garças e do Portal da Amazônia. In: Revista Thesis. Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo [ANPARQ], 2022. Aceito para publicação.

COSTA FILHO, Sidney Pery da Silva; QUEIROZ, Thayse Layane Oliveira de; CARVALHO, Ronaldo Marques de. Praça do Arsenal e Parque Naturalístico Mangal das Garças: uma análise sobre espaços de lazer no bairro da Cidade Velha em Belém, Pará. In: Anais do 14º Seminário Docomomo Brasil – Belém 2021. Belém, 2021. Disponível em: <https://docomomobrasil.com/wp-content/uploads/2021/12/mangal-das-garcas.pdf>. Acesso em: 21 mar. 2022.

COULQHOUN, Alan. Modernidade e tradição clássica: ensaios sobre arquitetura 1980-1987. Tradução Christiane Brito. São Paulo: Cosac & Naify, 2004.

CRUZ, Ernesto. História de Belém. Vol I. Belém: UFPA, 1973. (Col. Amazônica, Série José Veríssimo).

CRUZ, Ernesto. Ruas de Belém: Significado histórico de suas denominações. 2. ed. Belém: CEJUP, 1992.

CSEPCSÉNYI, Ana Cristina. A distinguibilidade como figura retórica na intervenção contemporânea no patrimônio arquitetônico. *Arquitextos*, São Paulo, ano 21, n. 245.03, Vitruvius, out. 2020. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/21.245/7920>. Acesso em: 31 ago. 2021.

DE BIASE, Alessia. Aljava com flechas pontiagudas debaixo do braço - a tradução entre narração e interpretação. In: JACQUES, Paola B; BRITTO, Fabiana D (org). Experiências metodológicas para compreensão da complexidade da cidade contemporânea III Alteridade Imagem Etnografia. Salvador: EDUFBA, 2015.

DERENJI, Jussara. Arquitetura eclética no Pará. In: FABRIS, Annateresa (Org.). Ecletismo na arquitetura brasileira. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

DUARTE, Cristiane Rose de S. Olhares possíveis para o pesquisador em arquitetura. In: Anais do I ENANPARQ. Rio de Janeiro, 2010.

DUARTE, Cristiane Rose de S. A empatia espacial e sua implicação nas ambiências urbanas. Revista Projetar, edição especial de lançamento. p. 70-76, 2015.

DUARTE, Cristiane Rose de S. Prefácio. In: SILVA, Luiz de Jesus Dias da (Org.). Percepção do ambiente construído: por mais humanização em arquitetura e urbanismo. 1. ed. Belém: Paka-Tatu, 2021.

ECKERT, Cornélia. As variações “paisageiras” na cidade e os jogos da memória. In: SILVEIRA, Flávio Abreu da; CANCELA, Cristina Donza (Org.). Paisagem e cultura: dinâmica do patrimônio e da memória na atualidade. Belém: EDUFPA, 2009.

FARIAS, Fernanda de Castro; TINEM, Nelci. As expressões da modernidade no Brasil: O lugar do art déco. In: 13º Seminário Docomomo Brasil. Salvador/Ba, 2019.

FELL, José Arthur. A arquitetura e o lugar. In: Revista Tecnologia e Tendências. Novo Hamburgo, v. 3, n. 1, p. 49-64, Jan./Jun. 2004.

FERREIRA, Jaqueline. Portugueses, os empreendedores. Diário do Pará, Belém, 12 jun. 2011. Caderno Belém, n.p.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos. R. Abreu and M. Chagas, eds. Pp. 56-76. Rio de Janeiro: DP&A editora, 2003.

FRANÇA, Jessika. Espaços públicos de lazer e cidade: desdobramentos em Belém-Pará, o caso orla Portal da Amazônia. 2018. 362 f. Tese (Doutorado – Programa de Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, Teoria e História da Arquitetura e Urbanismo). Instituto de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Carlos.

FREITAS, Lilian Vidal; PAIVA, Ricardo Alexandre; VIANA, Vitor Vasconcelos. A “modernidade apropriada” em Lúcio Costa e Severiano Porto: Um paralelo entre o Park Hotel (1944) e a Pousada na Ilha de Silves (1979). In: Anais do 7º DOCOMOMO Brasil Norte/Nordeste. Manaus, 2018.

GEERTZ, Clifford. Do ponto de vista dos nativos: a natureza do entendimento antropológico. In: O saber local: novos ensaios em antropologia interpretativa. Tradução de Vera Mello Joscelyne. Petrópolis: Ed. Vozes, 1997.

GEERTZ, Clifford. Vidas e Obras: o antropólogo como autor. Tradução Vera Ribeiro. 3. ed. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

GORSKI, Maria Cecília Barbieri. Rios e cidades: ruptura e reconciliação. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2008.

HERNÁNDEZ, Felipe. Coloniality in Colombian Criticism. The Architectural Review. Disponível em: <https://www.architectural-review.com/essays/coloniality-in-colombian-criticism?fbclid=IwAR3I994ZnYmyNHKgByveT6GCiyNH134roZ9Il-j8-zmj50gS0fPG60OZhpE>. Acesso em: 02 set. 2020.

HORTA, Maria de Lourdes Parreiras; GRUNBERG, Evelina; MONTEIRO, Adriane Queiroz. Guia Básico de Educação Patrimonial. Brasília: Museu Imperial/IPHAN/MinC, 1999.

JACOBS, Jane. Morte e vida de grandes cidades. Tradução de Carlos S. Mendes Rosa. 3ª ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2011.

JUSTIÇA do Pará decide autorizar abertura de empreendimento atacadista na orla de Belém. G1 PA, 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/08/23/justica-do-para-decide-autorizar-abertura-de-empreendimento-atacadista-na-orla-de-belem.ghtml>. Acesso em: 07 jan. 2022.

KESSEL, Carlos. Estilo, discurso, poder: a arquitetura neocolonial no Brasil. História Social, IFCH/UNICAMP, n.6, 1999.

KOCH, Wilfried. Dicionário dos estilos arquitetônicos. Tradução de Neide Luzia de Rezende. 4. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

KOHLSDORF, Maria Elaine. A Apreensão da forma da cidade. Brasília: Editora UnB, 1996.

KUSCHNIR, Karina. Ensinando antropólogos a desenhar: uma experiência didática e de pesquisa. Cadernos de Arte e Antropologia, vol. 3, nº2/2014.

LEÃO, Monique Bentes Machado Sardo. Projeto Portal da Amazônia: Contradições na Orla de Belém/PA. In: Anais do XV ENANPUR, v. 15 n. 1 (2013), Recife, 2013.

LE GOFF, Jaques. História e memória. Tradução de Bernardo Leitão... [et. al]. 5. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

LIERNUR, Jorge Francisco; ALIATA, Fernando. Diccionario de Arquitectura en la Argentina: estilos, obras, biografías, instituciones, ciudades. Buenos Aires: AGEA, 2004.

LYNCH, Kevin. A imagem da cidade. São Paulo: 1982, Martins Fontes.

MENDES, Carlos. Exclusivo – Briga por altura mantém fechado prédio do Atacadão no Portal da Amazônia: Edmilson decidirá. Disponível em: <https://ver-o-fato.com.br/exclusivo-briga-por-altura-mantem-fechado-predio-do-atacaao-no-portal-da-amazonia-edmilson-decidira/>. Acesso em: 07 jan. 2022.

MENEZES, Marlucci. A Praça do Martim Moniz: Etnografando lógicas socioculturais de inscrição da praça no mapa social de Lisboa. Revista Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, ano 15, n. 32, p. 301-328, jul./dez. 2009.

MERGULHÃO, Pedro. A paisagem Amazônica no paisagismo de Belém: caso Parque Naturalístico Mangal das Garças. 2009. 198 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Urbano), Universidade Federal de Pernambuco.

MERLEAU-PONTY, Maurice. Fenomenologia da percepção. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

MIRANDA, Cybelle Salvador. Ruínas, duração e patrimonialidade. Rua (UNICAMP), v. 2; p. 407-424, 2016.

MIRANDA, Cybelle Salvador; CARVALHO, Ronaldo Marques de; TUTYIA, Dinah. O debate regionalista na arquitetura paraense: entre o moderno e o vernáculo. In: Uma formação em curso: esboços da graduação em Arquitetura e Urbanismo. Belém: UFPA, 2015, p. 71 – 86.

MIRANDA, Victor. Prefeito de Belém se reúne com rede de atacado para tratar de empreendimento no bairro do Arsenal. Rede Pará, 2021. Disponível em: <https://redepara.com.br/Noticia/220662/prefeito-de-belem-se-reune-com-rede-de-atacado-para-tratar-de-empreendimento-no-bairro-do-arsenal>. Acesso em: 07 jan. 2022.

NORA, Pierre. Entre Memória e História: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, p. 7-28, 1993.

NORBERG-SCHULZ, Christian. “O Fenômeno do lugar”. In: NESBITT, Kate (org.). Uma Nova Agenda para a Arquitetura: antologia Teórica (1965-1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.

NOUCH, Matthew. Planning the sustainable development of historic neighbourhoods through the management of significance: A proposal for a values-based approach in Santarém’s Mouraria. *Cidades, Comunidades e territórios (Online)*, Edição Especial de Primavera (abr/2021), pp. 207-223.

PALHETA, Nélio. Governo Alacid Nunes (1966 – 1971): Saneamento dos Canais de Belém. *Diário Oficial do Estado, Belém, PA*, n. 33.133, 23 mai. 2016, *A História no Diário Oficial*, p. 2.

PALLASMAA, Juhani. A geometria do sentimento: um olhar sobre a fenomenologia da arquitetura. In: Nesbitt, Kate (org.). Uma nova agenda para a arquitetura: antologia teórica (1965 – 1995). São Paulo: Cosac Naify, 2006.

PATETTA, Luciano. Considerações sobre o ecletismo na Europa. In: FABRIS, Annateresa (Org.). *Ecletismo na arquitetura brasileira*. São Paulo: Nobel/Edusp, 1987.

PEIXOTO, Nelson Brissac. *Paisagens Urbanas*. São Paulo: Editora SENAC São Paulo: Editora Marca D’Água, 1996.

PENTEADO, Antônio Rocha. *Estudo de geografia urbana. Vol I*. Belém: UFPA, 1968 (Col. Amazônica, Série José Veríssimo).

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. *Estudos Históricos, Rio de Janeiro*, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Cidade e água: Belém do Pará e estratégias de reapropriação das margens fluviais. *Arquitextos*, São Paulo, ano 08, n. 085.02, Vitruvius, jun. 2007. Disponível em: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/08.085/237>. Acesso em: 18 jan. 2021.

PONTE, Juliano Pamplona Ximenes. Sustentabilidade, desenvolvimento e planejamento urbano: reconfiguração de margens fluviais em Belém (PA). *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e regionais*, v. 8, n. 1/maio 2006.

POULOT, Dominique. *Uma história do patrimônio no Ocidente*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Quadro da arquitetura no Brasil. 9. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2000.

RIBEIRO, Rafael Winter. Paisagem cultural e patrimônio. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007.

RIEGL, Alois. O culto moderno dos monumentos: a sua essência e a sua origem. Tradução Werner Rothschild Davidsohn, Anat Falbel. São Paulo: Perspectiva, 2014.

ROBERTO, Leonardo Afonso. Núcleo de Estudos em Tecnologias Indígenas: uma experiência de curadoria científica digital. In: Tecnoíndia: arquitetura, antropologia e tecnologias indígenas em Mato Grosso. MACHADO, Maria Fátima Roberto; PORTOCARRERO, José Afonso Botura; SILVA, Dorcas Florentino de Araújo (Org). 1. ed. Cuiabá: Entrelinhas Editora, 2020.

ROCHA, Ana Luiza C. da; ECKERT, Cornelia. Etnografia de rua: estudo de antropologia urbana. Revista Iuminuras. Série do Banco de Imagens e Efeitos Visuais, número 44. Porto Alegre: BIEV, PPGAS/UFRGS, 2001.

ROCHA, Ana Luiza C. da; ECKERT, Cornelia. Etnografia: Saberes e Práticas. Ciências Humanas: pesquisas e método. Porto Alegre: editora da Universidade, 2008.

SANTAELLA, Lucia. Percepção: fenomenologia, ecologia e semiótica. São Paulo: Cengage Learning, 2012.

SANTOS, Emmanuel Raimundo Costa. História da Cidade de Belém: intervenções urbanísticas e produção do espaço da orla fluvial. XVIII Encontro Nacional de Geógrafos. A construção do Brasil: geografia, ação política e democracia. São Luís/Ma, 2016.

SARGES, Maria de Nazaré. Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912). 3. ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARQUIS, Giovanni Blanco. Diálogos Contemporâneos na arquitetura belenense (1979 - 2007). 2012. 350f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie. São Paulo.

SEGAWA, Hugo. Arquiteturas no Brasil 1900-1990. 3ª ed. São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 2010.

TUAN, Yi Fu. Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. Londrina, Eduel, 2012.

TUTYIA, Dinah Reiko. Albergue: uma proposta de turismo e sustentabilidade no Centro Histórico de Belém. 2010. 95 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Belém.

TUTYIA, Dinah Reiko. Rua Dr. Assis: uma incursão pela paisagem patrimonial transfigurada da Cidade Velha. 2013. 211 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Pará, Belém.

UGLIONE, Paula. Arquivo Mnemônico do lugar: memória e histórias da cidade. 2008. 250f. Tese (Doutorado) – Curso de Doutorado em Arquitetura – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2008.

VERGUET, Céline. Faire la preuve du patrimoine: authentification et plaidoyer patrimonial. l'Argument Historique et l' argument familial. Revista Memória em Rede. Pelotas, v. 5, n. 12. jan/jun 2015.

WAISMAN, Marina. O interior da história: historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos. Tradução de Anita Di Marco. São Paulo: Perspectiva, 2013.

SITES CONSULTADOS

<http://acervodigital.iphan.gov.br/xmlui/handle/123456789/14862?discover?rpp=10&etal=0&query=centro+187ener%C3%B3rico+bel%C3%A9m>. Acesso em: 22 mai. 2021.

<http://www.belem.pa.gov.br/app/c2ms/v/?id=13&187eneralf=2660>. Acesso em: 07 jan. 2022.

<http://www.belem.pa.gov.br/segep/download/mapas/bairros/CidadeVelha.htm>. Acesso em 20 jan. 2022.

<http://www.belem.pa.gov.br/ver-belem/detalhe.php?p=228&i=1>. Acesso em 12 mai. 2021.

<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=42417>. Acesso em: 16 jan. 2022.

<https://biblioteca.ibge.gov.br/biblioteca-catalogo.html?id=42526&view=detalhes>. Acesso em: 12 mai. 2021.

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/onde-atuamos/cultura-e-economia-criativa/187eneralfiss-cultural-brasileiro/projetos-apoiados/hotel-escola-quinta-pedras/hotel-escola-quinta-pedras>. Acesso em 23 dez. 2020.

<https://censo2010.ibge.gov.br/>. Acesso em: 12 nov. 2021.

<http://www.cosanpa.pa.gov.br/noticias/parque-do-utinga-inaugura-nesta-sexta-feira/>. Acesso em: 30 jun. 2021.

<http://www.fcp.pa.gov.br/obrasraras/188ener-do-para-1939/>. Acesso em: 20 dez. 2020.

<https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2012/06/prefeitura-inaugura-nova-orla-de-belem-com-espacos-de-lazer.html>. Acesso em: 22 jan. 2021.

<http://grupocata.com.br/a-empresa/>. Acesso em: 02 fev. 2022.

https://www.icbsena.com.br/revista.php?id_revistas=23. Acesso em: 02 fev. 2022.

<https://www.instagram.com/p/CYpYyV-FwYp/>. Acesso em: 15 jan. 2022.

<https://www.instagram.com/botecoarsenal/?hl=pt-br>. Acesso em: 20 jan. 2022.

https://www.lealmoreira.com.br/revista/guia/quinta_de_pedras. Acesso em: 23 dez. 2020.

<http://www.loriga.de/registos.htm>. Acesso em: 17 mar. 2021.

<http://www.mangaldasgarcas.com.br/>. Acesso em: 22 jan. 2021.

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/intranet/framework/view/upload/ATUALIDADE%2030-08-2015.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.

<https://www2.mppa.mp.br/sistemas/intranet/framework/view/upload/Mercado%2014-6-2015.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2020.

<https://www.marinha.mil.br/noticias/comando-do-4o-distrito-naval-revitaliza-praca-em-belem-pa>. Acesso em 23 mai. 2021.

<https://www.marinha.mil.br/dia-do-marinheiro>. Acesso em 16 mai. 2021.

http://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_iconografia/icon870501/icon870501.jpg. Acesso em: 20 dez. 2020.

http://paivaalfa1.blogspot.com/2014/05/palacete-roberto-camelier_20.html. Acesso em: 23 dez. 2020.

<https://www.projetocircular.org/o-circular>. Acesso em: 08 set. 2021.

<https://saojoseliberto.com.br/historia/>. Acesso em 16 jun. 2021.

<https://www.tre-pa.jus.br/o-tre/zonas-eleitorais/mapa-das-zonas-eleitorais-de-belem>. Acesso em 04 ago. 2021.

<http://web.archive.org/web/20190127154324/http://portal.iphan.gov.br/pagina/detalhes/1211>. Acesso em: 21 fev. 2022.

<https://web.facebook.com/Depaulacamilo>. Acesso em: 14 jan 2022.

<https://www.facebook.com/belemdopassado/posts/1794693907418475>. Acesso em: 27 nov. 2020.

<https://web.facebook.com/groups/nostalgiabelem/permalink/1660214934177176>. Acesso em: 09 set. 2021.

<https://web.facebook.com/groups/nostalgiabelem/permalink/1660662424132427>. Acesso em: 10 set. 2021.

https://web.facebook.com/groups/nostalgiabelem/posts/1685089581689711/?_rdc=1&rdr. Acesso em: 13 out. 2021.

<https://web.facebook.com/groups/nostalgiabelem/permalink/1753477175347794>. Acesso em: 17 jan. 2022.

<https://web.facebook.com/hist.virtual/posts/199873828400203>. Acesso em: 23 dez. 2020.

<https://web.facebook.com/robertocamelierprc5/posts/469069556622452/>. Acesso em: 23 dez. 2020.